

# REVISTA DO GEL



Grupo de Estudos Linguísticos  
do Estado de São Paulo

Grupo de Estudos Linguísticos  
do Estado de São Paulo

# REVISTA DO GEL

ISSN 1984-591X

Revista do GEL	São Paulo	v. 21	n. 2	308 p.	Agosto 2024
----------------	-----------	-------	------	--------	-------------

## **DIRETORIA DO GEL / 2023 - 2025 (UNICAMP - Campinas)**

Presidente: Livia Oushiro  
Vice-Presidente: Dayane Celestino de Almeida  
Secretária: Erica Luciene Alves de Lima  
Tesoureiro: Thiago Oliveira da Motta Sampaio

## **REVISTA DO GEL**

[revistadogel@gel.org.br](mailto:revistadogel@gel.org.br) | <https://revistas.gel.org.br/rg>

## **COMISSÃO EDITORIAL EXECUTIVA**

Prof. Dr. Aquiles Tescari Neto  
Prof. Dr. Eduardo Penhavel  
Prof. Dr. Oto Araújo Vale  
Profa. Dra. Lúcia Regiane Lopes-Damasio  
Profa. Dra. Márcia Santos Duarte de Oliveira

## **EDITOR RESPONSÁVEL**

Prof. Dr. Marcelo Módolo

## **ASSISTENTE EDITORIAL**

Milton Bortoleto

## **REVISÃO, NORMATIZAÇÃO, PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO, EDIÇÃO E ARTE**



## **CONSELHO EDITORIAL**

Antônio Alcir Bernárdez Pécora (Unicamp)  
Carlos Subirats Rüggeberg (Universitat de Barcelona)  
Danilo Marcondes Souza Filho (PUC/RJ)  
Evani Viotti (USP)  
Filomena Gonçalves (Universidade de Évora)  
Helena Nagamine Brandão (USP)  
Ieda Maria Alves (USP)  
Jacques Fontanille (Université de Limoges)  
José Borges Neto (UFPR)  
Kanavilil Rajagopalan (Unicamp)  
Marco Antonio de Oliveira (PUC/MG)  
Maria Célia de Moraes Leonel (Unesp/FCLAr)  
Maria Irma Hadler Coudry (Unicamp)  
Marta Luján (The University of Texas)  
Mirta Maria Groppi Asplanato de Varalla (USP)  
Otto Zwartjes (University of Amsterdam)  
Pierre Swiggers Katholieke (Universiteit Leuven)  
Raquel Santana dos Santos (USP)  
Renata Coelho Marchezan (Unesp/FCLAr)  
Wilmar da Rocha D'Angelis (Unicamp)

**Catálogo na Publicação elaborada por**  
Gildenir Carolino Santos (CRB-8ª/5447)

Revista do GEL. – v.1, n.1 (2004-). – São Paulo, SP: Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo, 2002-  
1 recurso digital : il.

Periodicidade quadrimestral desde volume 13, 2016 (atual).

Periodicidade semestral até volume 12, 2015.

Periodicidade anual até 2006.

e-ISSN 1984-591X (online).

Publicada no formato impresso ed. especial n. 0, 2002.

Disponível online a partir do volume 1, 2004.

Título abreviado: Rev. GEL

Preservada digitalmente no LOCKSS.

Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg>

1. Linguística (Teoria e análise) – Periódicos. 2. Linguística aplicada – Periódicos. 3. Literatura – Periódicos. I. Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo.

20-018

CDD: 410.05

CDU: 81 (05)

# SUMÁRIO | CONTENTS

- 8 **LINGUAGENS EM DISPUTA: ENTRE NORMAS, FRONTEIRAS E DISCURSOS DE PODER**  
*APRESENTAÇÃO*  
Marcelo Módolo
- 13 **CONTRA A ORDEM: A IRRELEVÂNCIA DA ORDEM FRASAL PARA UMA SINTAXE ONTOGÊNICA**  
*AGAINST THE ORDER: THE IRRELEVANCE OF THE PHRASAL ORDER FOR AN ONTOGENIC SYNTAX*  
Clóvis Luiz Alonso Júnior
- 27 **O DIZER DE SUJEITOS-LEITORES PRESOS NAS ALGEMAS DE MECANISMOS DE NORMALIZAÇÃO**  
*THE WORDS OF SUBJECT-READERS TRAPPED IN THE RESTRAINTS OF NORMALIZATION MECHANISMS*  
Sandro Braga e Rossaly Beatriz Chioquetta Lorenset
- 79 **ALTERNANTES MINORITÁRIAS NO PLURAL DE NOMES TERMINADOS EM <ÃO> NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: CONTEXTOS FAVORECEDORES**  
*MINORITY ALTERNANTS IN THE PLURAL OF NOUNS ENDING IN <ÃO> IN BRAZILIAN PORTUGUESE: FAVORING CONTEXTS*  
Pedro Eugênio Gaggiola e Luiz Carlos Schwindt
- 102 **MIMESE E ÉCFRASE NO DE SIGNIS DE CÍCERO**  
*MIMESIS AND EKPHRASIS IN CICERO'S DE SIGNIS*  
Luciana Mourão Maio e Paulo Martins
- 127 **OBSERVAÇÕES SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES LEXICAIS NA LIBRAS EM DECORRÊNCIA DOS AVANÇOS TECNOLÓGICOS**  
*OBSERVATIONS ON LEXICAL TRANSFORMATIONS IN BRAZILIAN SIGN LANGUAGE (LIBRAS) DUE TO TECHNOLOGICAL ADVANCES*  
Janice Gonçalves Temoteo Marques, Antonielle Cantarelli Martins e Fernanda de Oliveira Guirelli

- 151 **ENTRE A LEI E O DOGMA: POSIÇÕES-SUJEITO DO PAPA FRANCISCO SOBRE A HOMOSSEXUALIDADE**  
*BETWEEN THE LAW AND THE DOGMA: POPE FRANCIS' SUBJECT-POSITIONS ABOUT THE HOMOSEXUALITY*  
Daniel Santos Oliveira e Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante
- 175 **ANÁLISE DE JOGOS DE LINGUAGEM (AJL): UMA TÉCNICA PARA ANALISAR MATERIAIS AUDIOVISUAIS NO ESTUDO ECOCOGNITIVO DA LINGUAGEM EM USO**  
*LANGUAGE GAME ANALYSIS: A METHOD FOR ANALYZING AUDIOVISUAL MATERIAL IN THE ECOCOGNITIVE STUDIES OF LANGUAGE IN USE*  
Marcos Victor Pires Rodrigues e Paulo Henrique Duque
- 201 **ESTOU TENTANDO SOBREVIVER: CONSTITUIÇÃO DO IMAGINÁRIO SOBRE GAYS AFEGÃOS PELA MÍDIA JORNALÍSTICA NO BRASIL**  
*I'M TRYING TO SURVIVE: THE CONSTRUCTION OF THE IMAGINARY ABOUT AFGHAN GAYS BY THE BRAZILIAN JOURNALISTIC MEDIA*  
Carlos Eduardo de Paula Santos, Maraísa Lopes e José Ribamar Lopes Batista Júnior
- 227 **A HASHTAG NO ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA: UM QUESTIONAMENTO ÀS CIÊNCIAS DA LINGUAGEM PELO DIGITAL**  
*THE HASHTAG IN FOREIGN LANGUAGE TEACHING: A QUESTIONING OF LANGUAGE SCIENCES THROUGH DIGITAL*  
Mariana Morales da Silva
- 248 **LÍNGUAS AMEAÇADAS: UMA REFLEXÃO SOBRE O ADORMECIMENTO E A RETOMADA DE LÍNGUAS INDÍGENAS NO BRASIL**  
*ENDANGERED LANGUAGES: A REFLECTION ON THE DORMANCY AND RESUMPTION OF INDIGENOUS LANGUAGES IN BRAZIL*  
Diego Barbosa da Silva
- 280 **MERCADO EDITORIAL E A LITERATURA ESCRITA EM PORTUNHOL**  
*THE PUBLISHING MARKET AND THE LITERATURE WRITTEN IN PORTUÑOL*  
Jorgelina Tallei e Karla Vidal

**MÓDOLO, M.; MADEIRA, M. DE F. N. A CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA: EDIÇÃO MODERNIZADA E SEMIDIPLOMÁTICA. COTIA: ATELIÊ EDITORIAL, 2023.**

*UM NOVO OLHAR SOBRE A CARTA DE CAMINHA POR MEIO DE DUAS PROPOSTAS DE EDIÇÃO | RESENHA*

Marcus Dores

# Linguagens em disputa: entre normas, fronteiras e discursos de poder

---

A linguagem é um território em constante disputa. Das regras sintáticas à resistência das línguas indígenas, da regulação editorial às novas dinâmicas do digital, as palavras carregam poder, identidade e história. Neste volume 21, número 2, da *Revista do GEL*, edição de 2024, reunimos doze trabalhos que exploram essas tensões sob diferentes prismas, investigando como a linguagem se transforma e se reinventa em diversos cenários — do cárcere à mídia, das fronteiras ao mercado editorial, da tradição clássica às redes sociais. Cada artigo oferece um olhar singular sobre as forças que moldam e desafiam a comunicação, reafirmando o compromisso da revista com a diversidade de perspectivas e com o diálogo crítico sobre os caminhos da pesquisa linguística. A variedade temática presente neste volume reflete essa multiplicidade de abordagens.

Em “Contra a ordem: a irrelevância da ordem frasal para uma Sintaxe ontogênica”, Clóvis Luiz Alonso Júnior questiona a ideia de que a ordem das palavras na frase seja fundamental para a sintaxe, sugerindo que ela se constitua mais pelo discurso do que por regras fixas. O autor propõe que a Língua surgiu a partir de nossa percepção do espaço e dos movimentos no mundo, e não de uma estrutura predeterminada. Assim, a frase seria não uma unidade essencial da linguagem, mas um fenômeno posterior, moldado por necessidades comunicativas. A argumentação passa por reflexões sobre metáforas, gestos e até pela forma como organizamos nossas expressões no tempo e no espaço. Revisando teorias clássicas e teorias contemporâneas, o autor mostra que a estrutura das frases varia historicamente e que sua ordem responde mais a escolhas discursivas do que a regras sintáticas, sobretudo em se considerando “uma Sintaxe ontogênica”.

No texto “O dizer de sujeitos-leitores presos nas algemas de mecanismos de normalização”, Sandro Braga e Rossaly Beatriz Chioquetta Lorenset investigam como o ato de ler — realizado em situação de encarceramento — funciona



como mecanismo de remição de pena e ferramenta de normalização. Com base na Análise do Discurso e em entrevistas com detentos do Presídio de Xanxerê/SC, mostram que a leitura é vista como transformadora, mas também reforça a disciplina e o controle institucionais. Os autores, em diálogo com Foucault, argumentam que a prática molda comportamentos esperados, promovendo docilidade e conformismo. O estudo questiona se a leitura emancipa ou apenas reproduz estruturas de poder, concluindo que, mesmo abrindo perspectivas, opera como instrumento de regulação dos sujeitos.

Por sua vez, no artigo “Alternantes minoritárias no plural de nomes terminados em <ão> no português brasileiro: contextos favorecedores”, Pedro Eugênio Gaggiola e Luiz Carlos Schwindt investigam a flexão do plural de nomes terminados em -ão no português brasileiro, analisando a escolha entre -ões, -ãos e -ães. A pesquisa, baseada em um experimento com pseudopalavras, revela que monossílabos, paroxítonos e palavras com sufixo gentílico favorecem as formas irregulares (-ãos/-ães). Os resultados sugerem que esses padrões refletem tanto restrições fonológicas quanto a influência do léxico. A predominância de -ões não se aplica a todas as formações, indicando que o plural se guia por fatores estruturais e frequência de uso. O estudo desafia explicações exclusivamente morfológicas ou fonológicas, mostrando que a variação é sistemática e previsível.

Mudada a perspectiva para os estudos clássicos, Luciana Mourão Maio e Paulo Martins, em “Mimese e écfrase no De Signis de Cícero”, analisam a écfrase do simulacro da deusa Diana em *De Signis*, de Cícero, ressaltando seu papel argumentativo na acusação contra Verres. Baseado nos conceitos de mimese e enargia, o estudo mostra como a descrição vívida da estátua cria uma imagem mental no público, aumentando o impacto retórico. Cícero personifica a peça roubada, associando-a à própria deusa e enfatizando, então, sua relevância sociocultural. A écfrase confere vividez à narrativa e reforça a acusação de *sacrilegium*, elevando a gravidade do crime. O discurso mobiliza valores romanos, como *fides* e *pietas*, para contrastar Verres com o ideal de um cidadão virtuoso. O artigo demonstra que a écfrase vai além da ornamentação retórica, funcionando como recurso estratégico para persuadir e comover a audiência.

Janice Gonçalves Temoteo Marques, Antonielle Cantarelli Martins e Fernanda de Oliveira Guirelli, no artigo “Observações sobre as transformações lexicais na Libras em decorrência dos avanços tecnológicos”, analisam as transformações lexicais na Língua Brasileira de Sinais (Libras) diante dos avanços tecnológicos, focando-se nos processos de lexicalização e deslexicalização. Foram considerados 13 mil sinais do *Dicionário da Língua de Sinais do Brasil*, selecionando-se oitenta

termos da categoria “Tecnologia e Comunicação”. Quatro surdos avaliaram esses sinais, identificando quais ainda são usados, quais simplesmente caíram em desuso e quais foram substituídos. Os resultados mostram que 15% dos sinais se referem a tecnologias obsoletas, enquanto 2,5% (como *Inteligência Artificial* e *Bluetooth*) foram reconhecidos como novos. O estudo revela que a Libras, assim como as línguas orais, se adapta constantemente às mudanças sociotecnológicas, refletindo a evolução cultural e comunicativa da comunidade surda.

A análise do discurso apoiada em autores de formação marxista está aqui representada por “Entre a Lei e o Dogma: posições-sujeito do Papa Francisco sobre a homossexualidade”, de Daniel Santos Oliveira e Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante. Esse estudo analisa as declarações do Papa Francisco sobre a homossexualidade, proferidas em janeiro de 2023. A pesquisa examina como essas falas reproduzem, mas também deslocam sentidos no discurso religioso católico, considerando-se as condições de produção e os efeitos ideológicos. O *corpus*, extraído do portal G1, mostra que o Papa critica a criminalização da homossexualidade, mas sem romper com a doutrina da Igreja. Sua posição equilibra um discurso de acolhimento e misericórdia com a manutenção dos dogmas institucionais. O artigo explora as contradições discursivas e o modo como a ideologia molda as declarações. Além disso, situa aquelas falas no contexto político internacional, marcado por disputas entre forças progressistas e forças conservadoras.

Na sequência, em “Análise de Jogos de Linguagem (AJL): uma técnica para analisar materiais audiovisuais no estudo ecocognitivo da linguagem em uso”, Marcos Victor Pires Rodrigues e Paulo Henrique Duque apresentam a Análise de Jogos de Linguagem (AJL), uma técnica desenvolvida para estudar interações linguísticas registradas em materiais audiovisuais. Inserida na abordagem ecocognitiva da linguagem, a AJL busca compreender como sentidos emergem em situações concretas, considerando-se elementos verbais e elementos não verbais. Baseada nos conceitos de Wittgenstein e nos de Steels, a técnica descreve interações em jogos de linguagem, pormenorizando cenários, participantes, gestos e pistas verbais. O estudo exemplifica sua aplicação mediante um caso real, demonstrando como a AJL permite uma análise precisa do comportamento linguístico em vídeos. Conclui-se que a técnica oferece um método adequado para pesquisas que envolvem linguagem em uso, superando limitações de abordagens tradicionais focadas apenas no discurso verbal.

Em relação à análise do discurso propriamente materialista, segundo Pêcheux e Orlandi, temos o artigo “Estou tentando sobreviver: constituição do imaginário

sobre *gays afegãos* pela mídia jornalística no Brasil”. Nesse texto, Carlos Eduardo de Paula Santos, Maráisa Lopes e José Ribamar Lopes Batista Júnior analisam como a mídia jornalística no Brasil constrói o imaginário sobre os homens *gays afegãos* após a retomada do Talibã, em 2021. A pesquisa investiga três reportagens que versam sobre a condição de vida desses indivíduos em contexto de repressão e silenciamento. Os resultados revelam que, embora invisibilizados, esses sujeitos resistem em práticas culturais ocultas, navegando entre discursos que os marginalizam e discursos que os definem. O estudo também realça como a linguagem e as escolhas editoriais da mídia brasileira influenciam a percepção desse grupo, evidenciando disputas ideológicas e diferentes formações discursivas.

Também os estudos sobre o discurso digital estão presentes neste volume, com o artigo “A *hashtag* no ensino de Língua Estrangeira: um questionamento às ciências da linguagem pelo digital”, de Mariana Morales da Silva. Nesse trabalho, a autora investiga o papel das *hashtags* no ensino de língua estrangeira, especialmente no ensino de espanhol como língua estrangeira (ELE), à luz das transformações discursivas promovidas pela *Web 2.0* e intensificadas pela pandemia de COVID-19. Com base nos conceitos de tecnodiscursos, de Paveau, e comunidades discursivas, de Charaudeau e Maingueneau, a pesquisa analisa *hashtags* usadas em manifestações sociais em Barcelona em 2020. O estudo ressalta como essas estruturas digitais não apenas mobilizam discursos políticos, mas também desafiam teorias tradicionais da Linguística. Além disso, propõe o uso das *hashtags* como recurso didático inovador para o ensino de língua estrangeira, favorecendo uma abordagem contextualizada, crítica e interativa.

No penúltimo artigo, “Línguas ameaçadas: uma reflexão sobre o adormecimento e a retomada de línguas indígenas no Brasil”, Diego Barbosa da Silva discute o adormecimento e a retomada das línguas indígenas no Brasil, realçando como essas línguas têm sido historicamente ameaçadas desde a colonização. O pesquisador analisa modelos de vitalidade linguística que buscam medir o risco de desaparecimento das línguas, mas argumenta que esses modelos ainda refletem uma visão colonialista ao ignorar os significados atribuídos pelos próprios falantes indígenas. O estudo critica a exclusão dos indígenas nos processos de avaliação e de planejamento linguístico, propondo que a retomada dessas línguas deve ser não apenas um esforço técnico, mas um processo de resistência cultural. Além disso, a pesquisa aponta que as línguas não são meramente extintas, mas podem ser reativadas em registros históricos, na memória coletiva e em práticas culturais. Assim, o artigo enfatiza a necessidade de políticas linguísticas que respeitem as perspectivas indígenas e promovam a revitalização das línguas como parte da luta por direitos e identidade.

No término da sequência de artigos, há “Mercado editorial e a literatura escrita em portunhol”, de Jorgelina Tallei e Karla Vidal. Nesse estudo, as autoras analisam como o mercado editorial brasileiro lida com obras literárias escritas em portunhol, questionando as normas e os guias de estilo adotados pelas editoras. A pesquisa investiga como esses instrumentos regulam a publicação de textos que desafiam a norma-padrão, especialmente em contextos de fronteira linguística. A partir de uma perspectiva glotopolítica, o estudo argumenta que as grandes editoras tendem a rejeitar essas obras, enquanto editoras independentes e “cartoneras” emergem como espaços de resistência. Além disso, a análise demonstra que a normalização editorial atua como filtro ideológico, limitando a circulação de produções que refletem a diversidade linguística. O artigo enfatiza, ainda, a relevância do portunhol na literatura, tanto como expressão cultural quanto como desafio às políticas de padronização da língua.

Além desses artigos, o volume inclui uma resenha, elaborada por Marcus Dorés: “*Um novo olhar sobre a Carta de Caminha por meio de duas propostas de edição*”, a partir do livro *A Carta de Pero Vaz de Caminha: edição modernizada e semidiplomática*, de Marcelo Módolo e Maria de Fátima Nunes Madeira.

Neste volume, trazemos, então, onze artigos e uma resenha, organizados em ordem alfabética pelo sobrenome dos autores, com a resenha posicionada ao final. Cada um desses trabalhos representa um olhar distinto sobre a linguagem, afeiçoando-se às linhas de pesquisa que têm marcado a trajetória da *Revista do GEL* ao longo de seus vinte e um volumes. Esses textos não apenas reafirmam nosso compromisso com a diversidade e a qualidade acadêmica, mas também lançam sementes para novas investigações, oferecendo um terreno fértil para ideias inovadoras e transformadoras.

Agradeço à Letraria, a seus incansáveis colaboradores e, em especial, a Milton Bortoleto — nosso auxiliar editorial sempre presente —, bem como aos autores e aos pareceristas, cuja dedicação inestimável faz deste projeto uma realidade.

Desejo uma leitura produtiva a todos!

**Marcelo Módolo**, Editor da *Revista do GEL*.

# Contra a ordem: a irrelevância da ordem frasal para uma Sintaxe ontogênica

Clóvis Luiz ALONSO JÚNIOR<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil;  
| clovisalonsojr@gmail.com; | <https://orcid.org/0000-0001-6358-219X>

**DOI:** <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v21i2.3714>

**Resumo:** Pretendo, neste artigo, circunscrever o estatuto da frase ao âmbito do discurso, mais do que ao da sintaxe. Para isso, proponho que se considere que os possíveis constituintes frasais sejam ordenados segundo um critério discursivo, mais do que sintático. No corpo do texto, refiro-me aos constituintes como “palavras”, não como *sintagmas*, em referência à expressão “ordem das palavras na frase”, que me parece altamente circulante sob a chave de uma importância sintático-estrutural, contra a qual me posiciono, e a isso se deve o título do artigo. Circunscrevo ao discurso aquilo que denomino “espaço da frase”, valendo-me de proposição teórica que venho procurando desenvolver no sentido de uma “ontogênese” ou “ontogenia” da Língua — que trato como entidade una, a que me refiro no singular e com inicial maiúscula —, a partir de um momento primevo em que o *espaço físico do mundo* e os movimentos cinemáticos aí realizados teriam sido percebidos, incorporados e em certo sentido mimetizados por nós como fator inspirativo para o engendro da própria Língua. Eis o escopo finalíssimo deste artigo: mais do que a relativização da importância do “espaço da frase”, a proposição de uma importância fundante do “espaço do mundo” para a gênese da Língua.

**Palavras-chave:** Sintaxe. Frase. Palavras. Ontogênese. Espaço.

---

## Against the order: the irrelevance of the phrasal order for an ontogenic Syntax

**Abstract:** I intend to restrict the statute of the sentence to the scope of Discourse rather than the Syntax. I propose that the possible phrasal constituents are ordered according to a discursive criteria, not a syntactic one. Thus, I mention constituents as “words”, not as *syntagms*, referring to the expression “word order in the sentence”, highly circulating and subdued to a syntactic-structural relevance, against which I argue, to which I owe the title of this paper. I circumscribe to the discourse what I call “space in the sentence”, taking advantage of a theoretical proposition I have been trying to develop related to the “ontogenesis” or “ontogeny” of the Language — treated here as a single entity, to which I refer as a singular, capitalized word —, from a primeval moment when *the physical space of the world* and the cinematic movements then carried out would have been perceived, embedded, and mimicked by us as an inspiring factor for the making of the Language. This is the ultimate scope of this article: more than relativization of the importance of the “space in the sentence”, it is the proposition of a founding relevance of the “space of the world” for the genesis of the Language.

**Keywords:** Syntax. Sentence. Words. Ontogenesis. Space.

## “CANÇÃO DO VER

[...]

Por viver muitos anos dentro do mato  
moda ave

O menino pegou um olhar de pássaro —  
Contraíu visão fontana.

Por forma que ele enxergava as coisas  
por igual

como os pássaros enxergam.

As coisas todas inominadas.

Água não era ainda a palavra água.

Pedra não era ainda a palavra pedra.

E tal.

As palavras eram livres de gramáticas e  
podiam ficar em qualquer posição.

Por forma que o menino podia inaugurar.

Podia dar às pedras costumes de flor.

Podia dar ao canto formato de sol.

E, se quisesse caber em uma abelha, era  
só abrir a palavra abelha e entrar dentro  
dela.

Como se fosse infância da língua.

[...]”

(Barros, 2010, p. 425)

## | “Ontogênese da Língua”

Dialogar consigo mesmo é atitude desaconselhável quando se quer parecer risonho e franco. De fato é para o nosso interlocutor que costumamos sorrir, se não somos completos narcisos, mas, se meu interlocutor mais evocado sou eu mesmo, é melhor ser franco e avisar. Há, neste texto, farto diálogo comigo mesmo, não por narcisismo consciente e deliberado, mas por necessidade de retomar certo empreendimento teórico próprio, que está sempre em processo. Eis aqui uma retomada:

Intralinguisticamente, o próprio aparato nomenclatório da metalinguagem [gramatical] diz sobre a espacialidade, ontogênica, que aqui se propõe como inspiradora da configuração da Língua. Não se prestam como exemplos expressões como *topicalização* — a que, aliás, corresponde fenômeno habitual em latim eclesiástico, estrutural

em aramaico e em grego tardio —, que se referem à “espacialidade” **da representação linguística**, espécie de “espacialidade interna”, bem apontada por dizeres como “posição do sujeito”, “mais à esquerda” — expressão aplicável à modalidade escrita, portanto representação da representação —, que, em certo sentido, nada dizem sobre Língua, embora pareçam dizer muito: nada dizem porque dizem sobre o que há de menos linguístico na representação linguística, que é a linearidade, a ordem linear — à qual não se subordina a ordem estrutural —, o mero fato realizacional de que se têm de proferir as expressões linguísticas umas após as outras, em prospecção, o que, parcialmente, ocorre também na produção musical — em se tratando dos elementos rítmico e melódico, não harmônico nem propriamente contrapontístico —, em oposição à simultaneidade das artes visuais. As expressões que se prestam como exemplos do aparato nomenclatório d[aque]la metalinguagem são aquelas sujeitas à crítica da mistura de critérios formais com critérios semânticos para a classificação linguística, como “adjunto adverbial de”, e aí está a revelação da frágil metaconsciência quanto ao alcance da atuação da metáfora: dizer “adjunto adverbial de causa”, para *morreu de fome*, em *João morreu de fome*, mais do que misturar critérios, é privilegiar critério semântico, certa semântica da discursividade, em detrimento do que proponho como **semântica da sintaxe**<sup>2</sup>, esta, sim, uma semântica que se pretenda reveladora da semanticidade das construções, prévia à discursividade, discursividade que, entretanto, por essa semântica será acolhida ao longo da atualização histórica das línguas; dizer “adjunto adverbial de causa”, para *morreu de fome*, ao que parece, é não perceber o movimento de *afastamento* que há na formulação, o movimento de *lugar de onde*, inscrito já na dita preposição, indiciadora do movimento

---

2 “Pelo que denomino **semântica da estrutura linguística** [incluída, pois, a sintaxe] se entenda uma semântica rigorosamente ontogenética, a cuja intelecção se chega mediante o que proponho como espécie de análise ‘molecular’ da formalização linguística, análise que requer a apreciação da presença da inspiração físico-concretiva, dada pelo espaço físico, mantida na abstratização:

*livro,*  
*Filosofia Grega,*  
*estar,*  
*mesa*

e

*o livro de Filosofia Grega está sobre a mesa*

não são estruturas que expressem semântica de estrutura; são palavras e sentença que expressam coisas do mundo, materiais ou imateriais, e declaração sobre um segmento do mundo, verdadeira ou falsa, mas *palavra* e *sentença* respectivamente são *parábola* e resultado de determinado *senso*, efeito de *sensação* [...], *parábola* e *senso* que atualizam a estrutura, guardadora de sua semântica. [...]” (Alonso Júnior, 2023, p. 29-30)



de separação, de “destacamento”, entre o comportamento de morrer e o **lugar** representado pela fome, mas, por atuação metafórica, a mesma noção de lugar acolhe, discursivamente, a noção de causa, uma vez que a causa, sobretudo a *causa eficiente*, é, com precisão, o **lugar** de onde parte o comportamento expresso pelo verbo, assim como o agente da passiva, outrora chamado, com propriedade, adjunto adverbial de *causa eficiente*, é o **lugar** de onde parte o comportamento, razão pela qual, sugestivamente, esse lugar-agente é revestido pelo caso *ablativo* em latim e pelo *genitivo* — caso da *gênese*, portanto da origem, da separação, do afastamento, do *lugar de onde* — em grego, inexistente o ablativo nessa língua. Aí está a mimese do mundo empreendida pela Língua, nomeadamente a mimese do espaço físico e dos movimentos, de que advém que a Língua seja ontogeneticamente metafórica.

Com esse parágrafo, presente em Alonso Júnior (2021, p. 315), pretendo defender a primazia do espaço físico do mundo relativamente à “espacialidade interna” da representação das línguas naturais, no que diz respeito a sua gênese, que denomino “ontogênese da Língua”. Trata-se de certa “linguisticogênese” que venho buscando e para a qual encontro no *espaço físico-concretivo*, e nos *movimentos cinemáticos* nele realizados, a fonte imagética necessária, *para que a Língua como entidade abstrata se faça Língua*. A par do espaço físico, em princípio externo à dimensão linguística, a “espacialidade interna” das línguas é o “espaço da frase”, espaço que proponho só existir porque existe o espaço extra-frase, o espaço extra-Língua, o espaço físico em que nos movimentamos, que porta uma ontologia própria e geneticamente ontologiza o espaço da frase, segundo a concepção que ora procuro desenvolver, com base em Alonso Júnior (2023, *passim*). Essa concepção não desconsidera a literatura funcionalista que já trabalhou sobre questões espaciais na gênese da Língua, como o exaustivo trabalho de Svorou (1993) sobre a representação linguística de posicionamentos no espaço extralinguístico.

Ao contrário de qualquer pretensão de exaustividade, porém, minha proposição se assume como “francamente reducionista” (Alonso Júnior, 2023, p.117 e 581) e “desejavelmente reducionista, porque pretendidamente ontogênica” (*idem*, p. 621), segundo uma ontogenia que preconiza “uma semântica que se pretenda reveladora da semanticidade das construções, prévia à discursividade, discursividade que, entretanto, por essa semântica será acolhida ao longo da atualização histórica das línguas” (*supra*, Alonso Júnior, 2021, p. 315). Em função desse acolhimento é que afirmo a suficiência de meu reducionismo franco: para a confecção primeira da Língua, a inspiração emanada do “espaço do mundo” é suficiente, porque é nesse espaço que se forjam as imagens

das relações que a Língua terá de representar em sua fundamental poesia metafórica. As imagens advindas dos quatro movimentos cinemáticos então ultra-fundamentais que realizamos no espaço físico do mundo, o movimento **separativo** de *lugar de onde*, o movimento **aproximativo** de *lugar para onde*, o movimento **perambulativo** de *lugar por onde*, o movimento **estagnativo** de *lugar onde* — ou não-movimento, *scilicet* movimento *ex opposito*<sup>3</sup> —, são imagens sintéticas e por isso mesmo amplamente pejadas de potencialidade metafórica, possibilidades metaforizantes que atenderão às exigências discursivas do acontecer da vida.

Tão bem ao contrário de qualquer tipicidade — assumida ou negada — de um funcionalismo que privilegie o discurso como unidade fundante, a exemplificar-se na Gramática discursivo-funcional, que advoga a organização linguística em progressão *top-down*, ou seja, do discurso para as unidades menores, e a noção de ato discursivo como unidade básica de análise (vejam-se Hengeveld; Mackenzie, 2008), o que procuro constituir como arcabouço teórico é, bem mesmo ao contrário, não o privilegiamento de qualquer nível linguístico nem, menos ainda, de qualquer nível discursivo pós-ontogênico, mas a primazia do espaço físico do mundo, o primado histórico-ontológico das imagens promovidas por nossa movimentação propriamente cinemática, o “ir a” e o “vir de” investidos de uma prioridade linguística largamente considerada aqui, em “reducionismo dos sentidos cinemáticos, segundo a essencialidade do espaço” (Alonso Júnior, 2023, p. 728): de acordo com o que proponho, a gestualidade dos nossos deslocamentos motivou a imaginação da Língua a partir de um repertório tão limitado quanto as possibilidades de sentidos cinemáticos, mas, justamente por isso, generoso e suficiente para metaforizar-se e remetaforizar-se em processo de abstratização semântico-especificativa, então a partir de um “reducionismo acorde com a natureza *genérica* e *ge(ne)radora* da inspiração inicial”, que é o próprio espaço (veja-se Alonso Júnior, 2023, p. 350), um espaço que se *trans-forma* em Língua:

[...] Na *forma* da Língua se pode dizer o mundo, porque a Língua se presta a qualquer mundo que possamos imaginar. As imagens [...] são “pinceladas originais” que digo varrer o espaço em quatro movimentos

---

3 “[...] [a] mobilidade não exclui o estatismo, porque não exclui de si mesma sua própria essência de ser uma mobilidade contida no que não se move [...]” (Alonso Júnior, 2023, p. 787); “[...] cama e roupa, escudo e casa são algo movido? Seguramente, só que [*sic*] na maioria das vezes encontramos-los no modo de movimento do que está em repouso, movimento difícil de ser visto [...]. Nós, homens de hoje, passamos facilmente ao largo desse repouso característico e, com ele, da correspondente mobilidade; ou então [...] não o tomamos de modo suficientemente essencial como sendo a caracterização própria do ser desse ente. Por quê? Porque, no embaldo do moderno ser do homem, entregamo-nos ao costume de pensar o ente como *objeto*, permitindo que o ser do ente se esgote na objetividade do objeto. [...]” (Heidegger, 2008 [1967], p. 262-263)

reducionistas, virgens de qualquer circunstancialidade e prenes de toda potencialidade, por isso mesmo infindáveis, redutos em sua essência, irredutíveis em sua potência. (Alonso Júnior, 2023, p. 788).

Assim, o “espaço da frase”, os segmentos que a possam constituir internamente, que acima chamei “possíveis constituintes frasais”, reduzem-se ao que proponho como uma espécie de redundância terciária do engendro primário da Língua: este — de “sematicidade [...] prévia à discursividade” (*supra*) — é movido por nossos movimentos físicos no espaço do mundo, que redundam na confecção da Língua-ela-mesma, ou seja, suas entidades verdadeiramente estruturais e seu léxico; aqueles redundam daí, e fazem-no incessantemente, porque o fazem *ad hoc* no fazer-se incessante da discursividade da vida. A frase está para a vida, muito mais do que estar para a Língua. O “espaço da frase”, ou seja, a “espacialidade interna” das línguas naturais, que tão “linguística” se faz parecer, está para os espaços de escolha que a vida nos oferece e tantas vezes nos impõe, tantas vezes a cada deliberado ato discursivo, a cada compulsória premência de agir discursivamente, a cada “liberação psíquica” (veja-se abaixo), a cada revanche libertária que a criação da frase representa:

Quer na linguagem oral, quer na escrita, a frase — como unidade do discurso [veja-se adiante] — é uma criação do indivíduo que fala ou escreve. Surge assim o problema de depreender a contribuição pessoal que carrega a enunciação de uma frase.

Focalizando-se particularmente a língua escrita literária, tem-se considerado, desde a Antigüidade Clássica, essa contribuição pessoal como o ESTILO da frase, dependente dos traços psíquicos individuais que aí concorrem. É o que ressalta — como observa Marouzeau — da definição tantas vezes repetida de Buffon: “o estilo é o homem” (Marouzeau, 1925 [sic: 1935?] [...]).

É o estudo do estilo, como contribuição individual na formulação da frase, que constitui grande centro de interesse para a escola idealista alemã de Karl Vossler, que contrapõe o *élan* estilístico [sic: *élan*, francês, senão *elã*, forma aportuguesada, pelo possível vernáculo *arrebato*<sup>4</sup>] à “automatização” da norma coletiva [...].

Já sabemos, entretanto, que a distinção entre língua e estilo não pode estar a rigor na oposição entre os elementos coletivos e os elementos individuais da frase [...].

---

4 observação meramente filológica, sem nenhuma intenção purista de “correção”: eu mesmo, aqui neste texto, realizo galicismos deliberados, alguns não tão evidentes quanto a *revanche* posta acima

O que fundamentalmente põe em contraste uma e outro é a circunstância de que a língua é o sistema lingüístico organizado para a FUNÇÃO INFORMATIVA na base de uma REPRESENTAÇÃO pura. Ora, se atentarmos na atividade lingüística *lato sensu*, vemos logo que [...] a frase, como produto da vida do homem em sociedade, não é uma INFORMAÇÃO pura [...] movendo-se exclusivamente num plano intelectual. É antes de tudo apêlo à atividade e comunhão social, ou, então, liberação psíquica. [...] (Camara Junior, 1972 [1941], p. 170-171),

uma “liberação psíquica” mediante a *produção sonora* em se tratando da *linguagem oral* (veja-se *supra*):

[...] A linguagem forma-se na alma do indivíduo através da interação dos mecanismos fisiológicos da produção dos sons e do mecanismo psicológico das associações; ela torna-se um todo que, porém, somente compreendemos na medida em que o decompomos continuamente em processos físicos e psíquicos. (Cassirer, 2001 [1923], p. 166);

“[...] Assim como o som constitui um elemento mediador entre o objeto e o ser humano, da mesma maneira a linguagem, como um todo, opera entre o homem e a natureza,<sup>5</sup> que sobre ele age interna e externamente. Ele se rodeia de um mundo de sons, a fim de assimilar e elaborar o mundo dos objetos.” [Vide Humboldt, *Einleitung zum Kawi-Werk* (Introdução à obra de Kawi) [...]]<sup>5</sup> [...] (Cassirer, *idem*, p. 41, citando-se a obra introdutória de Wilhelm von Humboldt sobre a língua kawi);

[...] em Aristóteles as palavras da linguagem são denominadas “imitações” e a voz humana é considerada o órgão mais adequado à imitação [Cf. Aristóteles, *Retórica III*, 1, 1404a 20 [...]]<sup>6</sup>. Para ele [...] este [*sic*] caráter mímico da palavra não se encontra em oposição ao seu caráter puramente simbólico; este [...] é sublinhado energicamente, enfatizando-se que o som não articulado da sensação, tal como se manifesta já no reino animal, somente se torna um *som lingüístico* quando é utilizado como símbolo<sup>[...]</sup>. Ambas as determinações se fundem, na medida em que a “imitação” é empregada aqui naquele sentido mais amplo e na significação mais profunda que Aristóteles lhe atribui, ao compreendê-la não apenas como origem da linguagem, mas também como origem da atividade artística. Entendida deste modo, a própria μίμησις já pertence ao campo da ποιησις, ou seja, da atividade criadora e configuradora. Esta já não consiste na mera repetição de algo dado exteriormente, e

---

5 nota (parcial) da citação

6 nota (parcial) da citação

sim de um projeto espiritual livre: a aparente “reprodução” (*Nachbilden*) pressupõe, na verdade, uma “prefiguração” (*Vorbilden*) interior. E, de fato, uma observação mais acurada mostra que este momento, puro e independente na forma da configuração artística, se encontra já nos começos elementares de toda reprodução aparentemente apenas passiva [...] Os primeiros indícios desta forma superior de reprodução já se encontram na linguagem gestual, na medida em que esta, nas suas construções mais desenvolvidas, revela, a cada instante, a *passagem* do gesto meramente imitativo para o *expositivo*,<sup>7</sup> no qual, de acordo com Wundt, “a imagem de um objeto se configura mais livremente, à semelhança do que se verifica na arte criadora em oposição à técnica meramente imitativa”[...].

Mas esta função da *exposição* se apresenta com uma nova liberdade e profundidade, e se reveste de uma nova atualidade espiritual, quando substitui o gesto pelo *som* como instrumento e substrato sensível. No desenvolvimento histórico da linguagem, este processo de substituição não se realiza de maneira imediata. Nas línguas dos povos primitivos<sup>7</sup> ainda hoje se pode perceber nitidamente que a linguagem gestual não apenas coexiste com a linguagem fonética, como influi decisivamente na sua formação. A cada instante encontra-se aqui aquela interpenetração característica, pela qual os “conceitos verbais” destas línguas somente podem ser apreendidos e compreendidos inteiramente quando entendidos ao mesmo tempo como conceitos mímicos e “manuais” (*manual concepts*). [...] No desenvolvimento da linguagem infantil, igualmente, o som articulado se desprende apenas gradualmente do conjunto dos movimentos mímicos: até mesmo estágios relativamente avançados desta evolução mostram que o som articulado continua inteiramente inserido neste *todo* mímico<sup>8</sup>. Mas, assim que a separação se concretiza, a linguagem, com o novo elemento com o qual agora passa a se mover, adquire um novo princípio básico na sua estrutura. É somente pela mediação física do som que ela desenvolve a sua verdadeira espontaneidade espiritual. Ambos condicionam-se mutuamente: a articulação dos sons transforma-se no meio que permite a articulação do pensamento, e esta cria um órgão mais e mais diferenciado e sensível

---

7 Denotadora de um eurocentrismo em certo sentido datado, a expressão é desprovida de valor depreciativo na obra de Cassirer.

8 “[...] a frase [...] coordena-se com a mímica — isto é, uma movimentação expressiva da fisionomia, dos braços, da cabeça e mesmo de todo o corpo — [...], a qual pode até substituir palavras ou parte de palavras [...]” (Camara Junior, 1972 [1941], p. 164-165), uma “substituição” atuante na linguagem posta em continuidade pós-ontogênica, a cada possível atualização comunicacional, olvidada a noção antropológica de que as palavras e os “sons” é que teriam substituído os gestos: ora se tem uma “ressubstituição”, portanto.

através da elaboração e formação dos sons. Em comparação com todos os outros meios de expressão mímica, o som possui a vantagem de uma capacidade de “articulação” significativamente superior. A sua fugacidade, exatamente, que o diferencia da *determinação* sensorial-expressiva do gesto, confere-lhe uma capacidade de configuração inteiramente nova; ela o capacita não só a expressar *determinações* rígidas dos conteúdos da representação, como também as mais sutis flutuações e oscilações do *processo* da representação. Se o gesto, por sua natureza plástico-imitativa, parece adaptar-se ao caráter (*charakter*) das “coisas” de maneira mais adequada do que o elemento, por assim dizer, incorpóreo do som, este, por sua vez, adquire a sua liberdade interior precisamente pelo fato de nele se romper esta relação, e porque ele, como um mero devenir, não mais consegue reproduzir imediatamente o ser dos objetos. Do ponto de vista objetivo, ele se torna apto a servir não apenas para exprimir qualidades de conteúdos, mas sobretudo para exprimir relações e determinações formais de relações; do ponto de vista subjetivo, no som se expressam tanto a dinâmica do sentimento quanto a do pensamento. A linguagem gestual ainda não possui um órgão adequado para tal dinâmica, porquanto esta linguagem se mantém estritamente dentro do *medium espacial* e, por esta razão, somente consegue designar o movimento fracionando-o em diversas formas espaciais discretas. Na linguagem fonética, em contrapartida, se estabelece uma relação inteiramente nova entre o elemento discreto e o todo da produção sonora. Aqui, o elemento somente subsiste na medida em que renasce permanentemente: seu conteúdo se funde no ato da sua produção. Mas agora o próprio ato da produção sonora se subdivide cada vez mais acentuadamente em determinações diferenciadas e particulares. À diferenciação e gradação qualitativa dos sons acrescentam-se especialmente a gradação dinâmica através do acento e a gradação rítmica. [...] A simples interjeição, o som isolado que expressa uma emoção e uma exaltação, e que resulta de uma impressão momentânea arrebatadora, passa a fazer parte de uma seqüência fonética coerente e ordenada na qual se refletem a coerência e a ordem da ação. [...] (Cassirer, *idem*, p. 182-186),

reflexões — muito alongadas porque muito densas — que abrangem duas instâncias aparentemente antitéticas do que tenha sido e do que esteja a ser o fenômeno da linguagem: o momento de sua formação ontológica e os momentos de suas atualizações comunicacionais. O que todavia seria a antítese dá lugar à unidade quando se compreende que nas atualizações permanecem os fatores formativos, subjacentes às inovações de qualquer ordem e latentes na potência de se remanifestar, independentemente de suporte físico em se tratando do fator

inspirativo das imagens movimentais, ou seja, em se tratando do próprio espaço físico. Na “atividade lingüística *lato sensu*”, contudo, “vemos [...] a frase<sub>[...]</sub> como produto da vida do homem em sociedade [...] apêlo à atividade e comunhão social [...] liberação psíquica” (Camara Junior, *idem*, p. 171, *supra*), atualizada, o mais das vezes, mediante a produção sonora, em que o som substitui o gesto “como instrumento e substrato sensível” (Cassirer, *idem*, p. 184, *supra*), mas preconizar essa substituição não pode, segundo o que proponho, recuar ao momento de formação das imagens que ontogeraram a Língua “na base de uma REPRESENTAÇÃO pura” (Camara Junior, *idem*, *ibidem*, *supra*), porque a imaginação da Língua é, como tal, visual, não sonora, dada pela “determinação sensorial-expressiva do gesto” em “sua natureza plástico-imitativa” (Cassirer, *idem*, p. 185, *supra*). Ora, de todo atualizacional, a produção da frase se tipifica como sonora, situando-se fora da ontogenia lingüística, fora da geração das imagens fundantes, que são as imagens — visuais — do espaço: situando-se, pois, na *ocorrencialidade essencialmente sonora do discurso*.

“*Composição significativa de sons*” para Aristóteles (2000 [século IV a.C.], p. 63; o itálico é meu), a frase parece conter em seus modos de entendimento aquele hibridismo característico do que se *compõe* para *significar*, não sendo dado como entidade fixa, mas compondo-se, e compondo-se para dizer algo, por meio de “sons”, “cadeia sonora com seus acentos principais e secundários” que a frase “materialmente [...] constitui” segundo Cunha e Cintra (1985, p. 59), que qualificam as frases como “as verdadeiras unidades da fala” (*idem*, *ibidem*), em “gradação dinâmica através do acento e [...] gradação rítmica” (Cassirer, *idem*, p. 186, *supra*). A ideia do que seria certo *arranjo com-posicional* é açambarcada pela ideia de *uni-dade*, que reaparece em Carone (1991 [1986], p. 47; o segundo itálico abaixo é meu), e o epíteto *significativa*, que acima traduz Aristóteles, parece mesmo subsumido à ideia de *com-municação*<sup>9</sup>:

O termo *frase* tem uma abrangência muito grande, o que o torna pouco preciso.<sup>10</sup> Ficaremos, aqui, com a concepção de frase como *unidade de comunicação* — quaisquer que sejam suas dimensões e sua estrutura [...],

---

9 Note-se a cadeia etimológica

*commūnicatio*{*n*[*e*(*m*)]} < *commūnico* < *commūnis*, -e, < *com-* + *mūnis*, -e; *mūnis*, -e, < raiz \**mei*, “trocar” (veja-se Torrinha, 1945 [1937]),

ideia de “troca *com-partilhada*”, em que a redundância etimológica está a objetivar “a estrutural legitimidade da *redundância*, fato genético da Língua que atesta — porque explicita — a coerência que a organiza” (Alonso Júnior, 2023, p. 556), aqui uma “troca compartilhada discursivamente”.

10 “[...] [a sílaba é] uma das unidades lingüísticas difíceis de se definir — característica que partilha com [...] [a] palavra e [...] [a] frase [...]” (Ferreira Netto, 2001, p. 141)



unidade discursiva, portanto. Tradicionalmente enquadrada como objeto de estudo da Sintaxe<sup>11</sup>, a frase guarda, todavia, sua força definitória centrada no caráter de unidade comunicativa, qualquer que seja sua estrutura, ou seja, qualquer que seja o jogo construcional de suas partes, qualquer que seja o modo de relação de seus espaços internos, qualquer que seja o desenho de sua “especialidade interna”.

Essa espacialidade, porém, não carece de verdade ontológica no mundo representacional, onde é desenhada. Aí se está no mundo da representação sintagmática, e isso parece apontar a motivação para o arrolamento da frase entre os estudos sintáticos, mas a seu caráter discursivo não falta reconhecimento, assumindo-se-lhe uma dimensão relacionada à *entoação*, atributo de uma dimensão maior, que é a dimensão dos “sons”. Veja-se a assunção fácil de Mattoso Camara (Camara Junior, 1972 [1941], p. 162-163, item *Frase e discurso*), apoiada em Karcevski (1931), quanto ao fato de a entoação marcar a constituição da frase, e em Gardiner (1932), quanto a ser a frase nada menos do que “a unidade do discurso” (veja-se abaixo; veja-se também acima, quando Mattoso Camara toma parenteticamente como pressuposto o caráter discursivo da entidade frasal: “a frase — como unidade do discurso — é uma criação do indivíduo”, *supra*):

A utilização dos elementos da língua nas diversas situações da vida social constitui o DISCURSO [...]

Partindo-se da distinção fundamental entre língua e discurso, é fácil definir a FRASE como – a unidade do discurso (Gardiner, 1932, 63). Resulta da atualização dos elementos da língua, por parte de um determinado indivíduo, num determinado momento de sua vida social. Desenvolve-se então um pequeno “drama”, onde um FALANTE se dirige a um ou mais OUVINTES sôbre um ASSUNTO em determinada SITUAÇÃO concreta (Gardiner, 1932, 189), embora o seu propósito possa variar,

---

11 Em Prova de concurso público para acesso à carreira diplomática brasileira (Brasil, 2009, p. 1), considerou-se correta a seguinte afirmação:

[...] O vocábulo [*sic*: *A palavra*] “posição” (v.15) [“As palavras eram livres de gramáticas e / podiam ficar em qualquer posição.”, versos 12 e 13 (edição aqui consultada) do poema *Canção do ver*, de Manoel de Barros (Barros, 2010, p. 425), apresentado como epígrafe deste artigo] refere-se à sintaxe, entendida como disposição harmoniosa de partes ou elementos da frase.

Entender “a sintaxe [...] como disposição harmoniosa de partes ou elementos da frase” (*supra*) é entendê-la segundo a “harmonia” conveniente às intenções do discurso: é entendê-la como uma *sintaxe discursiva* (veja-se abaixo, na sequência do corpo deste artigo).



concentrando-se êle ora em si mesmo, ora no ouvinte, ora no assunto, dentro da situação em que fala [...].

[...]

A marca lingüística da atualização de um ou mais vocábulos, para constituir a frase, é a ENTOAÇÃO, ou TOM FRASAL<sup>12</sup> [...]. Insiste nesta circunstância, com razão, o lingüista polonês Karcevski: “A frase é uma unidade de comunicação atualizada. Não tem estrutura gramatical própria.<sup>13</sup> Mas possui uma estrutura fônica particular, que é a sua *entoação*. É precisamente a entoação que faz a frase. Não importa que vocábulo ou reunião de vocábulos, não importa que forma gramatical, não importa que interjeição podem, se a situação exige, servir de unidade de comunicação. A entoação vem proceder à *atualização* desses valores semiológicos virtuais, e, desde êsse momento, achamo-nos em presença de uma frase” (Karcevski, 1931, 190). [...] Uma palavra, enunciada isolada numa dada situação social, só aparentemente é igual à que se encontra num dicionário, pois é esta palavra acrescida de uma entoação frasal. Por isso.<sub>[sic]</sub> se torna uma frase [...].

A entoação é fator realizacional, em si mesmo fonético, a que de fato se pode atribuir estatuto fonológico — provido de “estrutura fônica” (*supra*, Camara Junior, *idem*, p. 163, citando-se Karcevski, 1931, p. 190) — em função de suas implicações semântico-pragmáticas, “nem se pode[ndo] dizer que a distinção só existe na língua oral, pois na escrita a entoação está latente e é necessariamente evocada pela leitura” (Camara Junior, *idem*, *ibidem*, nota de rodapé). Sua natureza, no entanto, é que me faz considerá-la fator não *stricto sensu* linguístico, uma vez que sua realização parece depender inteiramente da

---

12 A palavra *tom* aqui me parece pouco compreensiva, usada talvez por relação metonímica com *tonalidade*, a primeira propriamente veiculadora da ideia de ponto fixo na escala dos sons, a segunda estendida à harmonia, portanto relação entre pontos fixos. Para a ideia de “entoação” está a ideia de linha melódica, a que associa a ideia de harmonia por outra relação metonímica: ao lado da associação vertical e simultânea entre pontos fixos, a compor a harmonia, ora está a associação horizontal e prospectiva entre pontos, a *entoar* a melodia, dando-lhe a *entoação*, ou seja, fazendo-lhe oscilar o colorido desenho melódico característico da frase, extensamente harmonizado com a intenção do falante ao longo de toda a prolação frasal.

13 Mattoso Camara, ele mesmo, fala de “sua natureza gramatical” (Camara Junior, 1972 [1941], p. 179), ao resenhar o que seria a frase em sua gênese, segundo determinada teoria psicológica. Ora, aí se está discutindo exatamente qual seja a porção de material linguístico que se tenha de angariar a uma frase para que ela se integralize. Dito está que o enroupamento linguístico é rebocado à frase em formação, não constituindo “sua natureza”.

intenção frasal do falante<sup>14</sup>, em sua “liberação psíquica” (*idem*, p. 171, *supra*), no contexto, discursivo, que ele co-constrói com seu(s) ouvinte(s), real(-is) ou imaginário(s). Assim, também se aplica aos modos de entendimento da entoação o que acima chamei “hibridismo” para os modos de entendimento da frase, cujos constituintes considero “ordenados segundo um critério discursivo, mais do que sintático” (*supra*, Resumo deste artigo):

[...] a ordenação dos constituintes [...] [e] [...]o fator entoação [...] [são] elementos importantíssimos para a discursividade, os quais, entretanto, afasto de minha análise molecular-ontogênica, por considerá-los afetos à realização do texto mais do que à ontogenia da Língua, mais atinentes à tessitura emergencial do *tecido-em-ação*, veiculador da mensagem, do que concernentes ao engendro molecular do *sistema-em-potência*, re-gerador das metáforas[...] (Alonso Júnior, 2023, p. 412-413),

elementos próprios, portanto, ao discurso disposto em Língua, não à Língua a dispor-se em discurso.

## **| Para além do emparelhamento entre forma e função: “a iconicidade que busco”**

Quando afirmo que expressões como “mais à direita” e “mais à esquerda” nada dizem sobre Língua, estou incontornavelmente qualificando o espaço da frase como carente de importância linguística *stricto sensu*, ou seja, carente de importância para uma linguisticogênese reveladora do que faça a Língua ser Língua, assim carente de importância para o engendro da **natureza das relações linguísticas**, que propugno **moldadas à imagem do espaço físico do mundo**, à imagem das relações de deslocamento aí implicadas, imagetizadas então segundo a cinemática do mundo externo à Língua, este espaço em que nos encontramos, “aquilo para o que os gregos não possuíam nem uma palavra nem um conceito” (Heidegger, 2008 [1967], p. 260) e que proponho como uma espécie de pré-face da própria Língua. Assim se teriam Língua e mundo como duas faces da mesma moeda segundo a parêntese *representação-repraesentandum*, na ordem ontológica “*mundus-repraesentandus* → *Lingua-repraesentatio*”, mundo-espaço em que “vamos **a**” e “voltamos **de**”, Língua-imagem em que aquele ir e este voltar se imagetizam rodeados de suas relações então implicadas, que são

---

14 “[...] o que dá a uma enunciação o caráter de unidade frasal, como estabelece Gardiner, é trazer ela em si ‘um propósito definido’ da parte de quem a emprega. Assim caracterizando-a, fundamentamo-nos na intenção do falante. [...]” (Camara Junior, 1972 [1941], p. 164)

o lugar **a** onde se vai, o ponto **de** onde se volta, e seus possíveis desdobramentos, numa *iconicidade que ultrapassa o emparelhamento entre forma e função*:

[...] A iconicidade que busco é uma iconicidade escondida na Língua e ao mesmo tempo patente para um olhar sensível ao movimento ontogenicamente inspirador: é uma iconicidade “viralmente produtiva” na Língua, dentro da própria Língua, porque aí, nesse espaço interior [espaço interior da própria Língua, não da frase], se mantém a lembrança do espaço externo, que construiu e constrói o arsenal metafórico que faz a Língua ser para si em sua interioridade molecular e a faz ser para nós em sua potência de sempre redizer o mundo. [...] (Alonso Júnior, 2023, p. 86).

A forma da Língua é a forma do mundo, que inspira o desenho molecular da Língua, de todo interno a ela, e nela se mantém nos desdobramentos metafóricos que propiciam as especializações discursivas da frase.<sup>15</sup> A frase se desenha depois, em seus espaços de escolha, já alheia aos traços que vão do espaço do mundo para o espaço nuclear da Língua, porque aí o desenho já está traçado e pronto para acolher as cores que o matizarão discursivamente; a forma já está formada e então se entrega à pintura requerida pelos matizes discursivos da vida.

É meu “reducionismo franco” que, dialeticamente, pretende ultrapassar o emparelhamento entre forma e função. Veja-se, em Alonso Júnior (2023, p. 107-120), relativamente ao paradigma da chamada Gramática de Construções, minha tentativa de retrodatá-lo longamente, associando-o mesmo ao aristotelismo, à “elaboração aristotélica daquilo que possa ser uma inteligência metafísica do fenômeno do movimento” (Alonso Júnior, *idem*, p. 111). Realizo ali certa relativização de pressupostos trazidos por Adele Goldberg (1995), subsumindo-os ao reducionismo que assumo. Nomeadamente, relativizo, procurando mesmo neutralizar, a asserção segundo a qual da “construção de movimento causado” se teriam herdado a “construção dativa” e a “construção resultativa”. Lilian Ferrari (2011, p. 140) acrescenta ao modelo teórico de Adele Goldberg “um caso não abordado especificamente por Goldberg, mas plenamente explicável com base em seu modelo teórico: a relação de herança entre a construção dativa e a construção de discurso reportado, mediada pela metáfora do conduto [...] a metáfora do conduto permite a conceptualização da comunicação verbal como transferência física [...]”, “relação de herança” que também procuro neutralizar.

---

<sup>15</sup> “[...] estou tentando aqui certa molecularização da análise, por via de uma interpretação molecular da construção, a partir de um entendimento obsessivamente relacional da forma [...]” (Alonso Júnior, 2023, p. 720)

Em tenso diálogo com aquelas ideias, ao longo do qual as ponho em contato filosófico-linguístico com determinadas considerações de Cassirer (2001 [1923], p. 323), Heidegger (2008 [1967], p. 258-263, a interpretar Aristóteles) e Talmy (2000, p. 25-26 e 215), assim perfaço aquela tentativa de neutralização (para que se veja, nos meandros de sua íntegra, todo o percurso argumentativo ali presente, vá-se a Alonso Júnior, *idem*, p. 107-120):

[...] em qualquer sentido, e em qualquer momento da Língua do qual se creia ter notícia, a “construção dativa” (“X CAUSAR Y a RECEBER Z”<sup>16</sup>) **é** a construção sintática de “movimento causado” (“X CAUSAR Y a MOVER Z”<sup>17</sup>), no sentido de que “ambas” as construções — que são a mesma em seu núcleo movimental — são unamente moldadas, *ab origine*, segundo a imagem una do movimento de *lugar para onde*, razão pela qual devo mesmo neutralizar a importância da ideia de “construção de movimento causado” para a apreciação de uma ontogênese linguística metafórico-movimental.

[...]

[...] a construção sintática de “discurso reportado” **é** a “construção dativa”, novamente no sentido de que “ambas” as construções — que são a mesma em seu núcleo movimental — são unamente moldadas, *ab origine*, segundo a imagem una do movimento de *lugar para onde*<sup>18</sup>; a “construção dativa” **especializa-se**, isto sim, na construção sintática de “discurso reportado”, sem deixar de ser “construção dativa”, razão pela qual se verifica a construção clássica de “discurso reportado” a conter o *caso dativo*. Assim, devo neutralizar também a importância da ideia da mediação que seria empreendida pela *metáfora do conduto* na

---

16 Ferrari, 2011, p. 137

17 *idem*, *ibidem*

18 “A aparente passagem de

‘Ele deu o livro para Sarah/Diana’ [...]

a

‘Ele disse a verdade para Diana’ [...]

objetiva sua aparência de passagem no preenchimento lexical, em que se tem, de uma parte, a ultramaterialidade de ‘livro’ e o comportamento de ‘dar’, que, se contém algo de físico, o deve à natureza ultramaterial do objeto dado, e, da outra parte, a absoluta imaterialidade de ‘verdade’ e o comportamento de ‘dizer’, que, se, por sua vez, contém algo de físico, então o deve à natureza mecânica do comportamento de ‘falar’, secundariamente embutido em ‘dizer’. De uma parte se dá o livro, como se poderiam *dar virtudes*; da outra parte *se dá a verdade*, porque a dizer é dá-la àquele a quem se diz: assim como é ontogerada a imagem de que o livro caminha fenomenicamente *para* o lugar ‘Sarah’ ou *para* o lugar ‘Diana’, ontogera-se a imagem de que *a verdade caminha* também fenomenicamente *para* um daqueles lugares. Já aí está fragilizada a proposição de ‘relação de **herança** entre a construção dativa e a construção de discurso reportado, mediada pela metáfora do conduto’ (*supra* [Ferrari, 2011, p. 140]; o negrito é meu) [...].” (Alonso Júnior, 2023, p. 119)

suposta “relação de herança entre a construção dativa e a construção de discurso reportado [mediada pela metáfora do conduto]” (*supra* [Ferrari, *idem*, p. 140]), porque, para minha apreciação de ontogênese linguística metafórico-movimental, há mais uma identidade, ora entre a *metáfora do conduto* e o que venho aqui propondo como metáfora inaugural da Língua, essencialmente espaço-movimental, **especializável** na *condução* da própria linguagem, no *conduto linguístico*, porque o “con-du(c)to” é a própria *metá-fora*.

Neutralizada a importância da ideia de “construção de movimento causado” para uma apreciação ontogênica, “a relação [“laço de herança metafórico”] entre a Construção de Movimento Causado e a Construção Resultativa, que indica uma mudança de estado” (*idem*, p. 140) subsume-se à própria relação entre qualquer movimento e seu resultado, em nível ontológico; em nível representacional, aqui se subsume à *imagem do movimento de lugar para onde*, lugar que, uma vez atingido, configura a “mudança de estado” e caracteriza o resultado.<sup>19</sup> Para a formalização

---

19 “Em convergência com a [...] espécie de subsunção geral ao ‘dinamismo’ proposta por Talmy [...] [2000, p. 215], a sofisticação da ‘mobilidade’ heideggeriana [...] [2008 [1967], p. 258-263] imporia determinada correção ao axioma ‘Mudança de Estado é Mudança de Local’ [assumido pela Linguística Cognitiva], uma vez que ‘uma planta [...], enraizada em seu ‘lugar de paragem’, ‘*não* se move, na medida em que ocupa o mesmo lugar’, mas ‘pode mesmo assim estar na mobilidade’ e então ‘cresce (aumenta) ou define (decrece)’, ou seja, **muda**; ora, **mudar** é um comportamento que prescinde de deslocamento, prescinde, pois, de movimento cinemático, mas o que o axioma pretende, ao dizer que ‘Mudança de Estado é Mudança de Local’, é dizer que, **para expressar ‘mudança de estado’, a Língua expressa algo objetivado em ‘mudança de local’**, algo que, fora da sofisticação propriamente filosófica verificada em Heidegger na busca da lição aristotélica, é algo *como que* ‘mudança de local’, algo *metaforicamente identificado com* ‘mudança de local’, algo que, na metaforicidade *como que* ‘pré-filosófica’ que atribuo à ontogênese da Língua, então imagetiza ‘mobilidade’ *como que* a imagetizar ‘mudança de local’; é algo que, naquela generalidade ampla com que caracterizo ora a infância da Língua, diz ‘mudança’ dizendo ‘movimento’, um movimento também amplo e genérico, como se, ao formalizar-se

*a planta mudou **de** verde **para** amarela,*

então se expressasse ‘mudança de estado’ expressando-se ‘mudança de local’, segundo a imagem de que, para mudar

**do** estado verde

**para** o estado amarelo,

a planta se *alterasse* não se tornando *outra*, mas separando-se do **lugar** em que metaforicamente estaria e dirigindo-se ao **lugar** em que metaforicamente viria a estar, ou seja, metaforicamente se afastando

**de**

o *arqui-frame* que a caracterizava [veja-se Alonso Júnior, 2023, p. 17, 20-23 *et passim*] e no qual estaria toda a ‘verdura’ concebível e metaforicamente se aproximando

**a(d)**

“Ele esfregou a mesa até brilhar” (*supra* [*idem, ibidem*]),

ontogera-se a *imagem* de que o comportamento “esfregar” *caminha* metaforicamente *para* o **lugar** “brilhar”, e esse caminhar, ora metafórico, *até brilhar*, esse encaminhar-se ao lugar do brilho, esse dirigir-se *até* o lugar representado pelo nome-substantivo-infinitivo *brilhar*, é mesmo o alvo que define o resultado do movimento, portanto movimento de *lugar para onde*, cuja *imaginação* é suficiente para a formulação ontogênica.

Ora, a identidade construcional que proponho só é mesmo identidade porque, por sua vez, se subsume à iconicidade entre mundo e Língua, entre “*mundus-repraesentandus*” e “*Lingua-repraesentatio*”, entre movimento no mundo e desenho da Língua, ultrapassando o emparelhamento entre forma e função e estando *aquém* da coloração discursiva da frase. Essa coloração, então, está *além* da linguisticogênese, e os lugares de sua paleta, os segmentos frasais — a “espacialidade interna” das línguas naturais, o “espaço da frase” —, é pintura que já desconhece o esboço do desenho linguisticogênico, como a não se lembrar do espaço do mundo que constituiu as imagens da Língua.

Mais do que o “espaço da frase”, o que, no limite, estou qualificando como carente de importância linguística *stricto sensu* é a própria frase. Ora, o espaço da frase e a própria frase não são representações propriamente icônicas: produtos bastante indiretos disso, são respectivamente ramos terciário e secundário do que seria uma iconicidade desenhada em Língua, segundo o que proponho.

O espaço da frase é rescaldo representativo a que nossa materialidade nos obriga porque precisamos realizar o ato de expressar, e efetivamente o realizamos de algum modo, desferindo sons no espaço aéreo do mundo,

---

o *arqui-frame* no qual estaria toda a ‘amarelidão’ concebível e em cuja característica ela se imbuirá: movimentando-se, pois,

**de** um *arqui-frame-lugar*

**a(d)**, *per a(d)* outro *arqui-frame-lugar*,

**de** um **lugar**

**para** outro **lugar**,

movimentando-se *metaforicamente* no **espaço**, *como que* aí se deslocando, *como se* ‘mudança de estado’ fosse ‘mudança de local’, justamente porque **mudança de estado é movimento.**” (Alonso Júnior, 2023, p. 114-115)

rabiscando traços em algum suporte visualizável desse mundo, sons após sons, traços após traços, na ordem linear da expressão material da frase: um traço e depois outro traço “mais à direita”; um traço e depois outro traço “mais à esquerda” se formos falantes árabes, o que sugere a irrelevância linguisticogênica da sequenciação posicional.

A frase, por sua vez, é uma senhora mais sofisticada, decerto vetusta tanto quanto nós, porque, desde que nos comunicamos, nos comunicamos em frases, frases de lata formulação e também frases de uma única palavra, mas sempre frases, verdade que assegura a importância da frase para o próprio ato de comunicação. Disso se deduz que a instituição da frase e a do próprio discurso remontam ao momento imponderável em que nós mesmos nos constituímos, mas não se deduz a discursividade como fator ontogênico da Língua, estatuto que reservo às imagens da nossa gestualidade cinemática, simultaneamente causa primeira e fator de manutenção. A importância da frase para o próprio ato de comunicação está, portanto, para o ato mesmo de comunicação, não para o ato de formulação da Língua, atos diversos, como são diversos o ato de *atualizar* uma representação e o anterior ato de engendrar-la, ou seja, o anterior ato de *atualizar* as potências representativas que aí redundam na confecção da Língua, na “linguisticogênese” que busco, então na gênese de uma Língua que considero provida de uma ontologia que a faça mesmo onto-gerada. Assim é que a importância da frase está rigorosamente para o discurso, não para a sintaxe, o que, em termos que proponho, equivale a dizer que esteja para uma Sintaxe discursiva, não para uma Sintaxe ontogênica:

[...] [a] parte lingüística<sub>[...]</sub> que se extrai da frase no discurso<sub>[...]</sub> constitui a frase da língua *lato sensu*. Nela se combinam os signos representativos da língua *stricto sensu* [...] e os elementos estilísticos, que carregam a “manifestação psíquica” e o “apêlo” [...] (Camara Junior, 1972 [1941], p. 165);

[...] Qualquer expressão linguística exhibe ao mesmo tempo características lexicais, **discursivas**, semânticas e **gramaticais** [incluída, pois, a sintaxe]. (Castilho, 2010, p. 77; os negritos são meus),

ora o desenvolvimento de um dos postulados por meio dos quais Ataliba de Castilho (2010) apresenta sua “abordagem multissistêmica” (*idem*, p. 243 e 289) — “as estruturas linguísticas são multissistêmicas” (*idem*, p. 69 e 76) —, segundo “a teoria multissistêmica funcionalista-cognitivista” (*idem*, p. 68 e 69): aí se inclui, assim, o que talvez se possa denominar “a expressão sintática do discurso”, a compor uma *sintaxe discursiva* no *multissistema* desta ou daquela língua natural, plenificado em sua inteireza pós-ontogênica.

Não está equivocada, portanto, a expressão “sintaxe da frase portuguesa”, bastando que se acredite na distinção entre “língua portuguesa” e outra língua: acreditar nessa distinção é considerar esta ou aquela língua em suas respectivas discursividades, expressas em suas respectivas fraseologias:

É da análise dos padrões frasais, resultantes da maneira por que em cada língua aí se joga com a ordem, a associação e a concordância entre os vocábulos, que trata a parte da gramática tradicionalmente chamada SINTAXE [...]” (Camara Junior, 1972 [1941], p. 167),

uma Sintaxe todavia discursiva, não ontogênica, porque esses “padrões frasais” são mesmo frasais, ou seja, são estabelecidos sobre as imagens do espaço e dos movimentos cinemáticos **já transfiguradas em Língua**, tomada a concordância como fator opcional-normativo<sup>20</sup> e considerada “a associação dos vocábulos [“de acôrdo com a sua categoria”]” (Camara Junior, *idem, ibidem*) como fator correspondente a uma sofisticação pós-primeva. Trata-se, pois, de padrões frasais pós-estabelecidos sobre a imagética primeva da Língua.

É parte do “padrão frasal” de certa língua crioula denominada *tok pisin* — o crioulo inglês de Papua-Nova Guiné — a “demarcação” morfemática, mediante o “marcador” *ia*, tanto do sintagma nominal como das orações adjetivas. Veja-se:

[...] o advérbio do inglês *here* (= aqui), refonologizado em *tok pisin* como *ia*, aparece **demarcando fronteiras sintático-discursivas** do sintagma nominal, como, por exemplo, em:

[...] *Dok ia, em naispela dok*

//cachorro + ia/ ele/ simpático/ cachorro//

“Este cachorro, ele era um cachorro simpático.”

Similarmente, o marcador *ia*, que aparece **fechando** o sintagma nominal *dok* [...] [no exemplo anterior], é implementado no sistema de subordinação emergente, estabelecendo as **fronteiras laterais** das orações adjetivas, conforme testemunha[...] o[...] exemplo[...] [...] abaixo.

[...] *Meri ia, em i yangpela meri, draipela meri ia, em harim istap*

//menina + ia/ ela/ jovem/ menina/ grande/ menina + ia/ ela/ escutar [...]//

“Esta menina, que era uma menina jovem e grande, estava escutando.” (Alkmin; Tarallo, 1987, p. 137-138; os negritos e a sublinha são meus),

---

<sup>20</sup> “[...] a concordância gramatical é trabalho plástico a que a Língua se dá para *explicitar* relações de mundo, relações que, entretanto, não se apagam — no mundo — tão só porque não se explicitaram — na Língua [...]” (Alonso Júnior, 2023, p. 499)



descrição altamente evocadora da “espacialidade interna” da língua em questão, “estabelecendo[-se] as **fronteiras laterais** d[...][e] orações”, “**fechando**[-se] [...] sintagma[s]” e “**demarcando**[-se] **fronteiras**” que são “fronteiras” exatamente “sintático-discursivas” (*supra*; os negritos e a sublinha são meus), ou seja, são “fronteiras” de uma *Sintaxe discursiva*, não ontogênica, por mais que a ontogenia recente daquela língua — atualização sistêmica de uma ontogenia primeva — tenha feito presente a “materialidade” daquele advérbio, no exercício daquela função: mais do que “demarca[...][r] fronteiras”, tal função é demarcar referências. Ali se tem mesmo um advérbio locativo, não porque *here* “signifique” “aqui”, não porque *ia* advenha de *here*, mas porque, ao emanar de *here*, a entidade *ia* mantém-lhe o matiz referencial-locativo, como a dizer-se

“este cachorro *aqui*, ele era um cachorro simpático”,

*dok ia, em naispela dok,*

espécie de ênfase referencial que se coaduna com a topicalização irrefutavelmente constituída aí (como fazemos “aqui”, em “língua portuguesa”), em que o “espaço da frase” é mesmo o espaço do discurso, numa iconicidade ora não entre mundo e estrutura molecular da Língua, mas entre a fraseologia desta ou daquela língua e a intenção deste ou daquele discurso. A mesma ênfase parece estar em

“esta menina *aqui*, ela era uma menina jovem, grande esta menina *aqui*,; ela estava escutando”,

*meri ia, em i yangpela meri, draipela meri ia,; em harim istap,*

em que a discursividade da topicalização ora se incorpora na molecularidade da **parataxe**, que, *altera facie* da movimentalidade, proponho constituir a Língua (veja-se Alonso Júnior, 2023, *passim*):

“esta menina aqui, **ela** era uma menina jovem, grande esta menina aqui ,; **ela** estava escutando”,

*meri ia, **em** i yangpela meri, draipela meri ia ,; **em** harim istap,*

*esta menina aqui /, **ela** era uma menina jovem, grande esta menina aqui / ,; **ela** estava escutando,*

*meri ia /, **em** i yangpela meri, draipela meri ia / ,; **em** harim istap,*

esta menina aqui

/

**ela** era uma menina jovem, grande esta menina aqui

/

**ela** estava escutando,

*meri ia*

/

**em** [**ela**] *i yangpela meri, draipela meri ia*

/

**em** [**ela**] *harim istap,*

sem qualquer entidade que se deva entender como pronome relativo a compor subordinação, porque não há subordinação ontogênica, para aquém da “subordinação emergente” referida por Alkmin e Tarallo (veja-se *supra*); segundo o que proponho (veja-se Alonso Júnior, 2023, *passim*), a parataxe primeva indicia “certa compleição semântica” (Alonso Júnior, 2002, p. 14) daquilo que historicamente se passa a entender como “pronome relativo”, pronome pessoal reto (*em*, “ela”) na construção crioula em foco, em que a oração

**em** [**ela**] *i yangpela meri, draipela meri ia,*

que “traduzo” ontogenicamente por

**ela** era uma menina jovem, grande esta menina aqui,

se intercala na formulação

*meri ia, em* [**ela**] *harim istap,*

que traduzo topicalizadamente por

*esta menina aqui, **ela** estava escutando,*

ausente qualquer emolduração do que se poderia dizer “hipotático”, presentes os elementos de uma referencialidade forte, estruturalmente amparada na **parataxe**. Perceber a parataxe como fator primevo e co-constitutivo da Língua, ao lado da movimentalidade cinemática, é exigência para a ontogenia linguística aqui buscada, aquém de qualquer “subordinação emergente” neste ou naquele “padrão frasal”, em antecedência ontológica à atualização discursiva da fraseologia típica desta ou daquela língua dita natural.

## **| Co-constituição: movimentalidade-parataxe**

A distinção semântica entre a frase

(1) *o lobo devorou o cordeiro*

e a frase

(2) *o cordeiro devorou o lobo*

funciona como distinção inequívoca em “língua portuguesa”, bem como inequívoco é o fato de que isso se deve à “ordem das palavras na frase portuguesa”. Ora, essa ordem é rigorosamente frasal, o que se tem de entender como a identificação do sentido segundo a ordem *ad hoc* estabelecida na frase, e então se tem de entender como hábito de formulação e de intelecção, uma espécie de pacto forte, porque recorrente, entre falante e ouvinte. A recorrência parece estar ligada a uma conveniência comunicacional: a conveniência está na segurança de que ali se sabe quem devorou e quem foi devorado, ainda que não haja iconicidade entre, de um lado, o comportamento e seu objeto e, do outro, a posição da expressão frasal do comportamento e a posição da expressão frasal de seu objeto, e ainda que não haja iconicidade, especificamente, entre, de um lado, o comportamento e seu objeto e, do outro, a posição da expressão frasal do comportamento e, **depois**, a **subsequente posição da expressão frasal** de seu **objeto**, ou seja, ainda que não haja iconicidade pautada em certa precedência ontológica do ato sobre seu objeto, na pressuposição de que se deve realizar algum comportamento para que haja sentido em expressar um objeto sobre o qual o comportamento possa incidir, segundo a ontologia de algum mundo possível. Uma iconicidade aí pautada convidaria a realizar a expressão do comportamento necessariamente antes de realizar a expressão

do objeto na ordem linear da frase, necessariamente se antepondo a expressão daquele à expressão deste, em contrariedade com o hábito posicional das línguas clássicas, nas quais se costuma expressar o comportamento no final da frase, portanto depois de haver expressado o objeto:

[...] No latim [...] a ordem *typica* dos membros da proposição era – o sujeito no *principio* e o predicado *grammatical* (verbo)<sup>21</sup> no *fim* da proposição, e *entre elles* os complementos<sup>22</sup>: *Brutus Cæsarem accidit* — *Labor omnia vincit*.

Em portuguez a construcção *typica* deve ser a ordem *directa* ou *analytica* – *sujeito + predicado + complementos* (do predicado): — *Bruto matou a Cesar* — *O trabalho vence tudo*. É esta a ordem *logica*, que obedece á sequencia natural das idéas. [...] (Pereira, 1919 [1916], p. 310).

Ora, essa contrariedade, coadunada com a ausência de iconicidade necessária, testemunha a desnecessidade ontológica da “ordem das palavras” para a inteligência do que seja Língua.

A propriedade das expressões “ordem *typica*” e “construcção *typica*”, que se veem acima (Pereira, *idem*, *ibidem*), indicia mesmo uma tipicidade, uma tipicidade propriamente frasal, “padrão frasal” segundo a habitualidade cristalizada entre falantes e ouvintes ora da “língua portuguesa” e a habitualidade que depreendemos haver-se cristalizado entre falantes e ouvintes outrora da “língua latina”: *escritores e leitores* e também *falantes e ouvintes* no acontecimento da frase, segundo o que se pode depreender, por exemplo, dos diálogos de Plauto. Trata-se daquela “espécie de pacto forte, porque recorrente, entre falante e ouvinte”, expressão com que pretendo evocar o que se entenda como atitude discursiva, a estabelecer, na frase, um “*elan* estilístico” (veja-se, *supra*, Camara Junior, 1972 [1941], p. 170) então precisamente automatizado em “norma coletiva”. Essa “norma” é uma norma linguística, mas é uma norma linguística segundo “[a] parte lingüística<sub>[...]</sub> que se extrai da frase no discurso<sub>[...]</sub> [e] constitui a frase da língua *lato sensu*” (*idem*, p. 165, *supra*), portanto é sobretudo uma norma comportamental, estilística, discursiva. Nada há aí de estritamente linguístico: à “sequencia natural das idéas”, evocada acima (Pereira, *idem*, *ibidem*), obedece uma “ordem *logica*” (*supra*) no rigoroso sentido de que àquela sequência co-responde linguisticamente uma ordem do *λόγος*,

---

21 “[...] *Grammatical* é o predicado expresso pelo verbo da oração [...]” (Pereira, 1919 [1916], p. 286)

22 A discriminação deve-se à metalinguagem que especifica como “*Total* ou *logico* [...] o predicado expresso pelo verbo conjunctamente com todos os seus complementos, se os houver. Excluído o sujeito, o resto da proposição é o predicado *total*, que póde coincidir com o *grammatical* [...]” (Pereira, *idem*, *ibidem*).

do discurso, das palavras no discurso, “ordem das palavras na frase”. Não há aí nada de linguístico *stricto sensu* porque não há aí nada de lógico-metafísico, não há aí nada de ontológico.

A própria contrariedade entre “a ordem das palavras na frase portuguesa” e “a ordem das palavras na frase latina” testemunha aquela ausência de ontologia, porque não faz além de testemunhar a desnecessidade ontológica da “ordem das palavras”. Substituir a ausência de ontologia pela presença de história não parece então suficiente para trazer “a ordem das palavras na frase” para o interior nuclear da Língua, porque esse interior não pode ser desprovido de ontologia, segundo o que proponho. A “atitude discursiva” representada por aquela ordem permanece discursiva *stricto sensu*, ainda que isso não seja abalizado com clareza. Em sua *Grammatica Historica*, Eduardo Carlos Pereira (Pereira, *idem*) parece imiscuir a conveniência comunicacional da ordem discursiva com o gênio próprio da Língua:

[...] Quando queremos dar proeminencia ao predicado, collocamo-lo no topo da phrase, e lhe pospomos o sujeito. [...] (Pereira, *idem*, p. 311),

a que se acrescentam as observações (“**Obs.**”)

**Obs.** Succede, ás vezes, nas proposições interrogativas, quereremos dar emphase ao sujeito, que, neste caso, é collocado antes do predicado, ou no topo da oração [...] (*idem, ibidem*, “**Obs.**”);

**Obs.** A emphase póde chamar o sujeito para a frente [...] (*idem*, p. 312, “**Obs.**”),

embora se discriminem

[casos] em que o genio da lingua requer de ordinario a posposição do sujeito ao predicado (*idem*, p. 312),

em que não se especula o que é que, do “genio da lingua”, requer a posposição. Ora, não se trata do gênio inerente à Língua; trata-se do gênio inerente à frase, a cada frase realizada no discurso, conforme “queremos dar proeminencia”, se “succede [...] quereremos dar emphase”, consoante “a emphase póde [...]”. O fator *ad hoc* requerido é, uma vez mais, a ênfase pretendida na frase, segundo o matiz a que o discurso conduz a elocução. Estamos aí distantes de qualquer fator ontogênico.

O repisado argumento histórico de que o desaparecimento dos casos tenha dado lugar à importância da “ordem das palavras na frase” é favorecido por uma consensualidade que me parece reveladora. O *resultado linguístico* dessa *ordem discursiva* é ouvido e lido na linearidade da frase; enche nossos olhos e preenche nossos ouvidos como elemento facilmente visível e segmentável, dando azo a certa obsessividade que lhe aumenta a importância. Na esteira de Antonio Feliciano de Castilho (1800-1875), Pereira (*idem*, p. 313), em mais uma observação (“**Obs.**”), abona a focalização do fator “ordem das palavras” na apreciação de segmento textual em que algo causa espécie quanto a seu arranjo sintático:

**Obs.** [...] Crítica A. de Castilho ao P.<sup>e</sup> Manoel Bernardes [1644-1710] pela anteposição do sujeito na seguinte construção: *Frei Domingos, vindo de Fortosa... se lhe ajunctou no caminho um moço muito confiado* —, que elle tacha de gallsicismo [*sic*]. Devera ter construido: *Vindo Frei Domingos...*,

não sendo, contudo, “a anteposição do sujeito” o que causa o legítimo estranhamento, que se deve ao anacoluto efetivamente gerado pelo isolamento pontuacional do termo sintático *Frei Domingos*, à guisa de topicalização. O fenômeno está, ora sim, direta e seguramente relacionado à pontuação gráfica ali estampada, à imposição da vírgula que isola o termo (veja-se acima), desprovendo-o de função sintática, embora a ele esteja mantida a função discursiva: a ausência daquela vírgula, deixando-se de isolá-lo, bastaria para estabelecer a seguinte *oração* — conjunto que denomino *expressão de comportamento* (veja-se Alonso Júnior, 2023, *passim*) —

Frei Domingos vindo de Fortosa

ou

Frei Domingos de Fortosa vindo

ou

De Fortosa vindo Frei Domingos

ou

De Fortosa Frei Domingos vindo

ou

Vindo de Fortosa Frei Domingos

ou

*Vindo Frei Domingos de Fortosa* (conforme se preconiza acima),

entidade una, formalizada como ditas orações “reduzidas”<sup>23</sup>, interidênticas em suas relações ontogenicamente internas, diversas em suas possíveis intenções discursivas, porque diversas em suas ênfases, uma vez diversas em suas posições, rigorosamente diversas nas posições de seus “possíveis constituintes frasais”. Ou seja, tem-se a mesma oração, sempre idêntica a si mesma, a perfazer diversas frases, diversas em suas “espacialidades internas”, a par da *identidade ontogênica das relações primevas ali imagetizadas* aquém das especificações frasais, que vêm a ser direcionadas pelas intenções discursivas; a potencial ambiguidade propiciável pela possível relação, dita adnominal, entre os constituintes *Frei Domingos e de Fortosa* —

Frei Domingos de Fortosa

ou

*de Fortosa Frei Domingos*

(por hipérbato, que considero figura **discursiva**)

— é uma ambiguidade, como tal, estabelecida pela ordenação frasal, ordenação portanto discursiva, em que o grau de previsibilidade (e então de aceitabilidade) e o nível de clareza (ou de obscuridade) são fatores apenas ponderáveis de um ponto de vista exatamente discursivo, a depender de certa dosagem de discricionariedade do formulador da frase: as relações moleculares, dadas pela ontogenia da Língua, já estão ali, prestes a acolher esta ou aquela fraseologia. Sobre o “material” representativo, já “dado”,

*Frei Domingos*

(considerada a aposição de *Domingos a Frei*,

---

<sup>23</sup> Considero a denominação historicamente imprópria: não se sofreu processo de redução formal, que justificaria o resultativo *reduzidas*, aplicado às orações gerundiais, às participiais e às infinitivas, engendros anteriores ao das assim chamadas *desenvolvidas*. (Veja-se Alonso Júnior, 2023, p. 374, nota de rodapé, *et passim* quanto a reflexões sobre as *formas nominais do verbo*.)

que preconizo paratática)

e

*vindo*

(considerada sua arqueologia adjetival,

que também preconizo paratática;

veja-se Alonso Júnior, 2023, *passim*)

e

*de Fortosa,*

quer sobre a possível relação sintática entre *Frei Domingos* e *de Fortosa*, quer sobre a possível relação sintática, ora dita adverbial, entre *vindo* e *de Fortosa*, ou seja, quer *de Fortosa* se trave aqui ou ali, a imagem ontogenética é sempre a mesma, a desenhar **movimento** de origem, separação, afastamento, indiciado por **de**, portanto movimento de *lugar de onde*, entre “Frei Domingos” e seu lugar de origem, que é “Fortosa”, ou entre a caracterização originária de “Frei Domingos”, que o qualifica acidentalmente como “vindo”, e o lugar do qual a própria caracterização se origina, que é também “Fortosa”, imagem sempre una, inspirada no espaço físico do mundo e num possível movimento cinemático, movimento de *lugar de onde*, a abstratizar-se metaforicamente em sentido gentílico ou a manter sua literalidade em sentido próprio de lugar de onde se veio, não porque “Fortosa” seja literalmente um lugar, mas porque o que está em jogo na ontogenia da Língua são imagens do espaço em que nos movimentamos, imagens entre seus **LUGARES**. Ou seja, (1) o **LUGAR**-pessoa “Frei Domingos” realiza movimento metafórico separativo a partir do **LUGAR**-lugar-literal “Fortosa” — *Frei Domingos de Fortosa* — ou (2) o **LUGAR**-caracterização “vindo” realiza movimento metafórico separativo a partir do **LUGAR**-lugar-literal “Fortosa” — *vindo de Fortosa* —, opção que bem decerto há de explicar o uso daquela vírgula, a separar *Frei Domingos*. Essa identidade imagética, em sua primeira ontogenia, acolhe a fraseologia intencionada, estando-lhe *aquém* histórica e ontologicamente. O que, na ocorrência reportada por Pereira (*idem, ibidem*), faz obnubilar a crítica do arranjo sintático dessa ocorrência é fato incidente sobre uma sintaxe pós-ontogênica, sobre a qual age o elemento altamente inovador representado pela pontuação gráfica, rescindindo qualquer arranjo que se realize sem anacoluto, então rescindindo qualquer fraseologia



que se realize segundo uma sintaxe já canonizada: a questão não está, pois, circunscrita à “ordem das palavras na frase”; está relacionada a toda a frase, após realizada a imagetização ontogênica da Língua.

Há que estremar, portanto, o que seja uma Sintaxe ontogênica do que seja uma Sintaxe discursiva, não por cuidado metodológico — que o uso de maiúsculas na palavra *Sintaxe* aqui poderia sugerir, fazendo-se pensar em disciplinas constituídas ou a constituir —, mas, sim, por atenção teórica à incontornável possibilidade de existência objetiva de uma sintaxe em momento ontogênico da Língua e, mais ainda, por observação de que o fator inspirativo da linguisticogênese, ou seja, a gestualidade dos movimentos cinemáticos realizados no espaço físico do mundo, se tenha mantido no processo metafórico de abstratização e se mantenha na continuidade desse processo, em re-abstratização que, em Alonso Júnior (2023, *passim*), denomino “produtividade viral”: aquele fator inspirativo se manteve e mantém porque é ele o mote da metaforicidade da Língua.

Toda a variabilidade inerente à sintaxe discursiva, própria à variabilidade dos atos discursivos e ressumante na fraseologia desta ou daquela língua, a cristalizar-se na variabilidade dos próprios “padrões frasais”, subsume-se à invariabilidade da sintaxe ontogênica, segundo a inerência una entre a Língua e sua inspiração espaço-movimental. Postulo como invariável a natureza da relação ontológica, ora sim, entre a **expressão do comportamento** e a **expressão do objeto** sobre o qual ele incide, rigorosamente a natureza da *relação linguístico-ontogênica* entre a *expressão do comportamento* e a *maneira de expressão do objeto* sobre o qual ele incide, em total independência quanto à natureza do comportamento em si mesmo: a distinção semântico-pragmática entre o comportamento de “devorar” e o comportamento de “amar” não exige nenhuma forma de iconicidade na expressão da incidência de cada um desses comportamentos sobre seus respectivos objetos, para mim se tratando, sempre, de uma expressão suficientemente genérica de **relatividade**, em que algo-objeto ou alguém-objeto *está para* o comportamento de “devorar” e algo-objeto ou alguém-objeto *está para* o comportamento de “amar”, algo-objeto ou alguém-objeto *está posto relativamente ao* comportamento de “devorar” — sendo “devorado” — e algo-objeto ou alguém-objeto *está posto relativamente ao* comportamento de “amar” — sendo “amado” —, haja vista à sintomática expressão clássica do objeto em **acusativo-lugar-para-onde**, um objeto **para** o qual o comportamento está **voltado**, à equivalência de **uma expressão de objeto estar posta relativamente à expressão do verbo** (vejam-se Ernout; Thomas, 1953 [1951], p. 17). Essa é, segundo o que proponho, uma relação ontológica invariável na ontogênese linguística, imagetizada no espaço do mundo, exterior à Língua,

e no movimento de deslocamento de *lugar para onde* entre o comportamento e seu objeto, comportamento que **se volta para** o objeto buscado, objeto **a(d)** cusado que **está para** o comportamento, expressão genérica suficiente porque, genérica e ampla, é bastante e suficiente para acolher as teoricamente infinitas especificações semântico-pragmáticas. (Veja-se Alonso Júnior, 2023, sobretudo p. 175-242, em que se retomam Ernout e Thomas, *idem*.)

Ora, o que assegura a relação estritamente linguística entre

*devorou*

e

*o cordeiro,*

em *o lobo devorou o cordeiro*, e entre

*devorou*

e

*o lobo,*

em *o cordeiro devorou o lobo*, ausente a marca de acusativo em ambiente pós-clássico, não é a posição da expressão do objeto “à direita” da expressão de seu verbo, não é “a ordem das palavras na frase”; o que essa ordem assegura é a inteligência das relações frasais, fazendo identificar a entidade sobre a qual incide o comportamento expresso pelo verbo. Aí se está em terreno propriamente discursivo, não estritamente linguístico: sobre a “materialização” linguística estão dispostas as relações frasais, ensejando-se a falsa interpretação de que toda a realização aí presente esteja enfronhada no cerne da Língua. Não está.

A ordenação ali presente não está disposta senão **sobre** uma “materialidade” já constituída em suas relações, relações primevo-ontogênicas e assim estritamente linguísticas. O que assegura a relação estritamente linguística entre o objeto e “seu” verbo é a expressão *à maneira apositiva* do “objeto” **relativamente** à expressão desse verbo, uma posição lado-a-lado — mas nem “à direita” nem “à esquerda” — em que se expressa o objeto como ELEMENTO **RELATIVAMENTE AO QUAL** O VERBO ESTÁ, e assim um ELEMENTO **PARA O QUAL** O VERBO ESTÁ **VOLTADO**, acusativamente dirigido, em relação de *lugar para onde*, sendo o objeto o **LUGAR para** o qual o verbo metaforicamente se dirige,

redundando-se no entendimento desse *LUGAR* como “objeto” do comportamento verbal. Em todo e qualquer sentido, esse “objeto” é mesmo um *LUGAR*, é mesmo um *PONTO* **para** onde se encaminha a intenção do comportamento, outrora **a(d)**cusada essa intenção pela marca formal do **a(d)**cusativo, **sem que, numa sorte de ambiguidade imagética, o movimento de lugar para onde, metaforicamente realizado, deixe de ser imagetizado por certa estaticidade apositiva, à maneira de parataxe**, estando o *PONTO-LUGAR*–“objeto” como que *juxta*-posto *iuxta uerbum*, a um tempo que *ad*-posto *ad uerbum*; note-se a identidade entre a dita “regência” da entidade linguística *juxta/iuxta* e a da entidade linguística *ad*, ambas em **a(d)**cusativo-*lugar-para-onde*, segundo a própria ambiguidade que há entre o movimento de **a(d)**proximação e a estaticidade daquilo que está posto ao lado — **a(d)** *latus*, em **a(d)**cusativo — à guisa de **a(d)**proximar-se ao entorno, **“muito perto [...] mesmo a tocar”** (veja-se abaixo):

**ad**, *prep.* de *ac.* [preposição de acusativo] [...] designa: *a) quietação*: junto de, nas proximidades de, ao pé de [...]; *b) movimento*: em direção a, para [...], a [...] (Torrinha, 1945 [1937]);

**juxtã** ou **iuxtã** [jungo]<sup>24</sup>, *prep.* de *ac.* [preposição de acusativo] **1.** Muito perto de; mesmo ao pé de; junto a. **2.** Ao lado de; a-par-de; logo depois de. [...] **5.** *Adv.* [advérbio]: [...] **muito perto (mesmo a tocar em alg. coisa)** [este negrito e as sublinhas são meus]<sup>25</sup>, ao pé [...] (Torrinha, *idem*).

É essa ambiguidade justapositiva que assegura a relação estritamente linguística entre o “objeto” e “seu” verbo, em imagem fundamentada no espaço físico e na movimentalidade aí executável, incluída a execução da estaticidade. Um elemento estaticamente posto ao lado de outro guarda sua estaticidade consoante certa verdade ontológica não maior do que a verdade ontológica que há no fato de que esse elemento estático está prestes a movimentar-se, encaminhando-se em direção ao elemento próximo ao qual ele está; a estaticidade é mesmo condição para o movimento, uma vez que só pode encetar movimento aquilo que está imóvel: **“estar para”, “estar voltado a/para” — ad / per ad — é estar ali, ao lado, na iminência da aproximação efetiva, portanto na iminência do movimento de aproximação propriamente dito.** Segundo minha interpretação,

---

24 étimo: *iungere*, “juntar”, “pôr junto”, então “pôr lado a lado”, “apor”

25 Lembrada a origem adverbial das chamadas “preposições”, considero aí mantida a densidade semântica do advérbio, não contradita pelo fenômeno da gramaticalização: na esteira do que proponho, o caráter semântico adverbial da circunstância de estar **“muito perto [...] mesmo a tocar”** mantém-se na “passagem” do denso advérbio para a gramaticalizada “preposição”. Trato o advérbio e o que se entende como “preposição”, bem como aquilo que se categoriza como “prefixo”, rigorosamente como a mesma entidade linguística, porque rigorosamente imagetizados segundo o mesmo molde espaço-movimental. (Veja-se Alonso Júnior, 2023, *passim*. Veja-se, também, Bomfim, 1988, p. 13 *et passim*; ideias presentes nessa obra são criticamente comentadas em Alonso Júnior, *idem*, p. 134-136 *et passim*.)

amparada linguisticamente em Ernout e Thomas (*idem*) e filosoficamente em Heidegger (2008 [1967], *passim*)<sup>26</sup>, essa ontologia é que ontologiza a relação estritamente linguística “objeto-verbo”, do objeto para o verbo, à imagem de um objeto “estar para” o verbo, bem como a relação estritamente linguística “verbo-objeto”, do verbo para o objeto, à imagem do verbo que requer o objeto em função do qual o comportamento se dá. Essa imaginação de *iuxta-/ad-*posição movimental é fator ontogênico aqui buscado, fator espaço-movimental como invariavelmente proponho ser a ontogênese da Língua.

Saber que o cordeiro é que foi devorado segundo a frase

*o lobo devorou o cordeiro*

é um saber assegurado pela própria frase, pela “ordem das palavras” estabelecida na frase, o que parece implicar que esteja verdadeiramente dentro da Língua essa realidade aí estampada como um componente seu, essa ordem segmentável e graficamente visível, essa ordem frasal e não outra, entendendo-se a frase como unidade *stricto sensu* linguística. Não é.

A frase é unidade *stricto sensu* discursiva, e é por isso que a ontogênese aqui buscada deve ser encontrada num nível pré-frasal. A ontogênese da Língua é uma ontogênese de imagens, imagens amplas e genéricas nas quais depois se agasalharão especificações cuja semântica se coadune com a semântica das imagens genéricas respectivas (veja-se Alonso Júnior, 2023, *passim*), e isso quer dizer que aí se está em certo momento arqueológico, um momento de *imagnetização* genérica e então inespecífica, na chave de uma *imaginação* anterior à modelagem de fraseologias possíveis, cuja especificidade vai amparar-se numa discursividade aí já estabelecida e numa espacialidade física aí já mimetizada e *trans-figurada* em Língua.

## **| Relações primevo-ontogênicas**

A possível cronologia que aqui proponho para a ontogênese linguística não começa na ontogênese linguística, mas recua à percepção e à incorporação do espaço físico. Os movimentos cinemáticos aí realizados proponho então como fator fundante da Língua, uma espécie de DNA movimental, marcado na constituição lexical e em todo o engendro sintático, num rendimento que

---

<sup>26</sup> “Se, para Heidegger (2008 [1967], p. 259) [...], ‘só o móvel pode repousar’, estendo a proposição a seu oposto lógico, segundo a pressuposição de que só o que se encontra em ‘estado de repouso’ (Heidegger, *idem*, p. 296) possa movimentar-se.” (Alonso Júnior, 2023, p. 133) (Esse “oposto lógico” ao qual estendo a proposição deve ser retrodatado à teorização aristotélica sobre a Física.)

me parece grandemente impercebido pelos discursos que, segundo diferentes orientações teóricas, versam sobre *lingua(gem)*.

Note-se que a violência que parece inscrita no verbo *devorar* e nos invade ao sabor da frase

(3) *o lobo devorou o indefeso cordeirinho*

é uma violência esculpida na frase a partir do que sabemos ser nosso conhecimento de um mundo em que os seres sofrem, em que o sofrimento dos seres pode ser causado pela dor da brutalidade física, em que a dor e o sofrimento dos seres nos confrangem particularmente em se tratando de seres particularmente indefesos, uma vez que a indefensibilidade é fragilizante, e a fragilidade nos entenece especialmente se não formos de todo insensíveis ao terror alheio. Se a *lingua(gem)* é insuficiente para expressar o ódio e o amor que sentimos, isso há de dever-se ao volume e à espécie das nossas emoções, porque odiamos muito e amamos em estado de graça, odiamos particularmente e especialmente amamos. A insuficiência mais parece estar em nossa condição de “faltantes”, e aí transparece em *nossa lingua(gem)*. A par da insuficiência da nossa condição, a *lingua(gem)* é plena ao revelar o turbilhão que nos pode atingir diante daquela frase. Somos capazes de nos assombrar diante da frase — cujo “objetivo [...] é impressionar o leitor” (Camara Junior, 1972 [1941], p. 168), em sendo frase escrita, distanciada que esteja do contexto real — tanto quanto nos assombramos diante da real cena bruta, lição aristotélica que ensina sobre a pintura do real a esculpir nosso terror e nossa piedade.<sup>27</sup>

Muito entretanto, o que conforma as palavras parece passar ao largo do que nos comove, e o que engendra as relações entre elas desconhece qualquer abstratividade alheia ao espaço físico.

A conformação pré-vernácula do verbo *devorar*, então *deuorare* — *dē + uorō*, da raiz *\*gwer*, “engolir” (veja-se Torrinha, 1945 [1937]) —, parece já estar vocacionada a uma imagem potencialmente terrificante, mas essa imagem, eticamente carregada, apenas se constrói sobre a *imaginação* físico-concretiva propiciada pelo espaço de um mundo pré-ético e, em certo sentido, pré-discursivo (veja-se Alonso Júnior, 2023, *passim*), em que está em jogo a movimentação cinemática arqueologicamente empreendida sobre esse mundo. O que há na conformação de *devorar* é a imagem físico-movimental de separação

---

<sup>27</sup> O assombramento de que fala Aristóteles é o “prazer em contemplar imagens perfeitas das coisas cuja visão nos repugna, como [as figuras dos] animais ferozes e dos cadáveres” (Aristóteles, 2000 [século IV a.C.], p. 40).

e afastamento, indiciada por *de*, a compor a imagem não menos concreta de um sorvedouro que oblitera do mundo o objeto sorvido, apartando mundo e objeto, ali separando do mundo o indefeso cordeirinho, em movimento metafórico-separativo de *lugar de onde*.

Por sua vez, é de *lugar para onde* a imagem de aproximação **paratático-movimental** que, segundo o que proponho, assegura a relação estritamente linguística entre

*devorou*

e

*o indefeso cordeirinho,*

em que a expressão do verbo e a expressão de “seu” “objeto” se **a(d)**põem à guisa de se tocar, bastando para isso a imagetização colhida unicamente do espaço físico.

Modo de afunilar radicalmente a ideia que aqui formulo é minha proposição de que a metáfora linguística não precise passar por aquilo que, na esteira de Lakoff e Johnson (2002 [1980]), se entende por metáfora conceptual. Não é preciso pensar que

“DISCUSSÃO É GUERRA”

para formular algo como

*minhas palavras derrotaram o adversário;*

ao invés, pode-se pensar que

“GUERRA É DISCUSSÃO”

para formular algo como

*os feitos de Napoleão Bonaparte emudeceram o mundo,*

entendendo-se

“GUERRA É UMA ESPÉCIE DE DISCUSSÃO ARMADA”,

*stricto sensu* armada. Ou seja, a *metáfora linguística*, que é como a Linguística Cognitiva denomina uma possível formulação metafórica — propriamente linguística —, não precisa passar por uma correspondente *metáfora conceptual*, que é como a Linguística Cognitiva denomina a conceptualização de “x” em termos de “y”, mas passa necessariamente por uma inspiração primal, ela mesma imediata, que a visão e a experimentação do mundo nos sugerem imediatamente, e que é aquilo

que denominamos **espaço**, aquilo em que nos movimentamos, aquilo que é o próprio **deslocamento**, então mimetizado, segundo suas imagens físico-concretivas, e linguisticamente metaforizante, por exemplo em termos de “de-rrota” e “con-vencimento”. Um “ataque verbal”, formalizável

*a(d)taque verbal,*

não faz necessariamente pensar num campo de batalha propriamente dito, mas faz pensar num **movimento o(b)fensivo**, em que o **a(d)tacante** des-**ferre in-sultos**<sup>28</sup> **contra** o **a(d)tacado**, trazendo-se à evidência discursiva aquela imagem geral de uma **gestualidade a(d)gressiva** em que se **a(d)tiram** objetos, quaisquer objetos, materiais ou não, tacapes ou palavras que **a(d)tingem** o **a(d)versário**. A ultra-imagética formulação

*a(d)taque a(d)*

não implica verdadeiramente uma imagem de guerra, mas contém em si, na própria ontogênese, uma *imagem de espaço*, do **lugar a(d) onde se a(d)taca**, um **lugar para onde**<sup>29</sup>, um **movimento de a(d)proximação**, em si mesmo sem nenhuma marca de “agressividade” que se possa verificar na formulação, nenhuma marca propriamente formal que seja propriamente simbólica de aproximação ameaçadora ou agressiva — as marcas linguísticas aqui realçadas são marcas de **espacialidade**, de uma **visualidade físico-espacial**, não de “agressividade” —, a não ser aquela “marca” discursivo-imaterial e residual que a nossa discursividade agrega, porque nós somos seres frágeis, destrutíveis e perecíveis, traumatizados por um mundo essencialmente agressivo. A imagem de guerra é uma associação possível e altamente provável porque estamos num mundo bélico, mas não está marcada na formulação, e a ausência de marca formal não é apenas um dado “material”, mas aponta para outra *imaginação*, previamente dada pelo **espaço** que nos circunda como condição de toda intuição externa (na Introdução deste estudo [Alonso Júnior, 2023], veja-se Kant, 2012 [1781-1787]).

---

28 “Veja-se a cadeia *insulto* < *insultu(s)* < *insilīō*, ‘1. Saltar a ou sôbre. 2. Assaltar; atacar; lançar-se sôbre [...]’ (Torrinha, 1945 [1937]), < *in* + *salīō*, ‘saltar’, em que a movimentabilidade física, moralmente abstratizada, diacronicamente se recupera, não por mero fato diacrônico, mas por manutenção ontogênica, segundo a qual o ato e o efeito de ‘insultar’ é ato e efeito de ‘precipitar-se’ sobre o então insultado, sobre quem o insultante ‘salta’ com o corpo, com objetos materiais, com *in-vectivas* verbais.” (Alonso Júnior, 2023, p. 488, nota de rodapé)

29 “Veja-se a cadeia *ataque* < *atacar* < *attaccare* (‘italiano’): ‘[...] Trova la sua origine [...] nella *rad.* celto-germanica *TAC*, che ha il senso di *agganciare*, *fermare*, *aderire* [...]. La stessa radice sembra ricomparire anche nel *lat.* *TÀNG-ERE* - *p. p.* *TÀC-TUS* - *toccare* (v. *Tatto*). — *Appicare*, *Affiggere*, *Unire* qualche cosa ad un'altra [...]’ (Bonomi, Digital), imagem de não-movimento, *lugar onde* — *fermare*, ‘firmar **em**’, *tangere* (/ *tactus*) / *toccare*, ‘tocar **em**’ —, estendido em movimento de *lugar para onde* — *ag*(< *-d- / ad*)*ganciare*, *ap*(< *-d- / ad*)*piccare*, *af*(< *-d- / ad*)*figgere*, ‘unire qualche cosa **ad** un'altra’, ‘unir algo **a(d)** algo.’” (Alonso Júnior, 2023, p. 488-490, nota de rodapé (dividida entre essas páginas))

Pensamos em “atirar palavras que ferem” porque pensamos em “atirar objetos materiais que ferem”, não porque pensemos necessariamente em guerra estrita — assim como não pensamos no tribunal de Osíris para desejar ter o “coração leve” [veja-se Alonso Júnior, 2023, p. 485-487] —, uma vez que, antes de ser feito bélico, nosso mundo é essencialmente físico-matério-espacial, e é por isso que formalizamos

**a(d)taque a(d)**

com marcas que imagetizam a materialidade do **espaço físico** e que não precisam evocar a guerra. (Alonso Júnior, 2023, p. 487-489)

É assim que a ontogênese aqui buscada passa ao largo do que nos comove, bem como desconhece qualquer abstratividade alheia ao espaço físico. O que conforma as palavras e engendra suas relações é o mesmo fator ontogênico, um fator impermeável à ética e às nossas *emoções* e *comoções*, constituído, ora sim, pela *moção* cinemática realizada no mundo físico.

O mesmo fator ontogênico que, no âmbito da palavra, *con-forma* a *morpho*-logia de

**de**-vorar

é o fator ontogênico que, no âmbito da *con-strução syn-tática*, engendra a relação imagetizada em

João morreu **de** fome,

sem imagem de terror nem efeito de piedade, sem solução catártica, bastando aí e ali a imagem espaço-movimental de separação e afastamento, indiciada pela entidade **de**, que trato como entidade linguística una (veja-se Alonso Júnior, 2023, *passim*), na chave do movimento, ontogenicamente sempre igual, de *lugar de onde*, ora separação entre mundo e objeto devorado, ora separação entre um lugar possível no mundo e o comportamento de morrer, aí o lugar metafórico da fome, do qual metaforicamente parte e então se separa o comportamento, imagem concretiva de movimento físico-separativo a abstratizar-se em imagem conceitual de causa, não por fortuidade, mas por coadunação semântica entre a imagem primevo-ontogênica, ampla e genérica, e a especificação conceitual que ela acolhe:

[...] trata-se de relações entre os sentidos construídos precisamente naquilo que denomino *contiguidade semântica* no



propósito de enfatizar a coadunação de um “novo” sentido ao sentido que ali já estava, **impresso na forma porque dela mesma constitutivo**.<sup>30</sup> É nessa constitutividade que talvez resida a forja poética sobre a Língua, da alta poesia às associações conceituais. (Alonso Júnior, 2023, p. 517).

Perceber e incorporar o espaço físico redundou, segundo o que proponho, na *forja poética* que *fungiu* o que modelamos como Língua. Percebemos que “vamos **a**” e “voltamos **de**”, “passando **por**” e “parando **em**”, e então cunhamos essas aspas ao *figurar* a Língua. Nas “diversas línguas” formalizamos diversas plásticas sob a mesma *forma*: diversas cores sonoras, representáveis por diversos traços gráficos, sob a mesma essência formal a “materializar” as *parabolaes*, incluídas as “palavras gramaticais” que correspondem, nas “diversas línguas”, ao que em “língua portuguesa” pode “materializar-se” **a, de, por, em**. A forma não está nas cores, nem nos traços; não está naquilo que nos impressiona os ouvidos e nos enche os olhos; não está na aparente diferença entre **a** e seu arcaísmo **ad**, entre **a** e seu contemporâneo gráfico **à**, “à moda francesa”; não está na altamente perceptível diferença entre as pronúncias de **de**, incluído o **di** italiano; não está no jogo vocálico **por, per, par**, nem no amplo jogo sonoro **em, en** castelhano, **en** francês, **in**; não está nos equivalentes ingleses ou árabes dessas entidades, dessas mesmas formas. A forma está na indiciação semântica e não se reduz a “palavras gramaticais”. A forma é espírito, essência irreduzível de um momento inicial que se mantém.

Ora, a indiciação semântica de

**de-vorar**

é a mesma de

João morreu **de** fome

e a mesma de

*in-de-feso* cordeirinho,

em que o “não-**de-feso**” é o “não-resguardado” cordeirinho, é o “não-**se-parado**”<sup>31</sup>, o “não-**apartado**” do perigoso entorno, o não submetido ao

---

30 “[...] o que muda, quando muda, [...] já deve ser algo daquilo em que está se transformando. E [...] se advém, é necessário que exista também aquilo do qual advém e aquilo por obra do qual advém. [...]” (Aristóteles, 2001 [século IV a.C.], p. 169)

31 raiz indo-europeia \***se**, que indicia a ideia de “**se**-paração” (veja-se Torrinha, 1945 [1937])

metafórico movimento de separação e afastamento, movimento de *lugar de onde*: separa-se do mundo o objeto devorado; separa-se da fome a morte de João; separar-se-ia do entorno o indefeso cordeirinho, se defeso fosse. Ou seja, metaforicamente se separam do LUGAR-entorno o indefeso cordeirinho, do LUGAR-fome o comportamento de morrer, do LUGAR-mundo o objeto devorado: a mesma imagem metafórico-movimental, a mesma matriz ontogênica, o mesmo amplo e genérico espírito do momento inicial quando “voltamos **de**”, a cuja semântica primeva, ampla e genérica, se coadunam a semântica abstratizada das figurações **de-vorar** e **in-de-feso**, bem como a semântica ultra-abstratizada da construção **morrer de fome**, processo abstratizante segundo a hipótese da *unidirecionalidade*, fundamentalmente defendida pelas orientações teóricas funcional-cognitivistas (veja-se Ferrari, 2011, p. 98; veja-se também a hipótese da *multidirecionalidade* em Castilho, 2010), na chave de uma *contiguidade semântica* em que, a partir do sentido anterior, se acrescenta um sentido daí derivado, em linha de abstratização, coadunando-se um “novo” sentido ao sentido fundante, “**impresso na forma porque dela mesma constitutivo**” (Alonso Júnior, *idem, ibidem, supra*), sem que se tenha de passar por instâncias metafóricas modelares, como as *metáforas conceptuais* de Lakoff e Johnson (2002 [1980]; veja-se, *supra*, a menção); sem que se tenha de passar pela imagem de guerra — a guerra nós inventamos quando decerto havia muito que já nos movimentávamos no mundo ancestral, generoso e genérico formulador e re-formulador da Língua.

É assim que, segundo o que proponho, as palavras precisam significar, inexceptionalmente, e, também inexceptionalmente, precisam manter sua significação ontogênica, com a qual a inovação se coaduna, mesmo quando submetidas à mais alta abstratização, assim como qualquer construção linguística: as palavras “significam semanticamente” em coadunação com a semântica de sua composição ontogênica; a sintaxe “significa textualmente” em coadunação com a semântica de seu desenho igualmente ontogênico, igualmente inspirado na espacialidade física, uma semântica a manter-se justamente em função de seu caráter produtivo. As ditas “palavras gramaticais”, como **a, de, por, em**, não são, pois, “gramaticais” no viés aí pretendido, mas são mesmo *parabola*e plenas de sentido, um sentido fundante do próprio desenho ontológico da Língua.

Carentes de significação rigorosamente lexical, as assim chamadas “**pre-posições**” atestam lato segmento formalista já na nomenclatura gramatical “desde a Antiguidade, que, em suas *artes*, formulou diferentes quadros de *partes orationis*” (Alonso Júnior, 2023, p. 743), a exemplificar-se na Τέχνη γραμματική, de Dionísio da Trácia (veja-se Lallot, 1985). Ora de significação

lexical reconhecidamente plena, a *pars orationis* em certo momento nomeada “**ad-jetivo**” é assim nomeada como meio para retratar o comportamento “gramatical”, propriamente mecânico, de palavra que se **e-jeta para** outra, como que se lançando a ela para qualificar-lhe o referente: trata-se aí de uma imagem, porém uma imagem fiel ao *desenho da frase*, segundo a plástica de seu mecanismo, e infiel à **natureza** do que seja essa palavra em si mesma desprovida de substância mas habilitada a matizar uma expressão de substância no plano da representação e a representar o próprio matiz da substância no plano da intenção discursiva (veja-se Alonso Júnior, 2023, p. 748). Assim, não é necessariamente problemático o caráter metafuncional da metalinguagem, mas é insuficiente. É insuficiente para trazer luz ao que seja a natureza das entidades da Língua e explicitar suas relações verdadeiramente ontogênicas, porque fundamentalmente ontológicas, ou seja, seus desenhos ontológicos, mais do que seus desenhos frasais.

Entender a Língua segundo a fraseologia de seus mecanismos, bem como concebê-la em uma dimensão discursiva descolada das relações linguístico-ontogênicas, é postura à qual subjaz um olhar que, de um modo ou de outro, parece pressupor certa teleologia para os elementos da Língua, não uma teleologia que nos diga que inventamos a Língua para viver, sem contradição com um amplo finalismo metafísico, mas uma espécie de teleologia autocentrada, como se a sintaxe fosse feita para ser sintaxe, como se as *palavras* depusessem sua natureza *parabólica*, à maneira de dizer, por exemplo, que a *pars orationis* bem denominada *artigo* seja feita para nos contar qual é o gênero dos substantivos, então como se vivêssemos preocupados com o gênero dos substantivos a ponto de inventar uma entidade predestinada a nos informá-lo. Isso conduz a um leque de absurdos conceituais, como se as palavras fossem feitas para ser palavras. As *palavras* são feitas para ser *parabola*.

## **| Conclusão: “desordem” ontogênica**

As *palavras* são feitas para ser *parabola*, porque a Língua é, ela mesma, *parabola* do espaço físico, mimetizado em sua fisicalidade no ato mesmo de confecção da Língua, entidade, pois, *natu* metafórica, “um *natu* metafórico arsenal de metáforas” (Alonso Júnior, 2023, p. 87).

Considero, assim, *meta-fórica* a *trans-posição* das imagens

***do*** mundo-ancestral

***para*** a Língua-em-formação,

imagens de deslocamento percebidas no espaço e transpostas para o que seria a formação da Língua. O deslocamento de

“vir **de** um ponto **a** outro ponto”

se percebeu como tal e se fez mote para a formalização desse mesmo comportamento, mas também para a formalização de comportamentos análogos

- quanto à imagem de separação,
- quanto à imagem de aproximação,
- quanto à imagem de passagem,
- quanto à imagem de estagnação,

e para a expressão de entidades conceptualizáveis “em termos” dessas imagens. É assim que podemos

*morrer **de** fome*

e dizemos

*viver **de** pão,*

metaforicamente *extraindo do LUGAR-pão* a providência para a vida; dizemos

***pro**-vidência **para** a vida,*

metaforicamente *aproximando*<sup>32</sup> *ao LUGAR-vida* a providência a ela destinada; dizemos que

*as palavras são feitas para ser parabolae, **porque** a Língua é parabolae,*

metaforicamente fazendo *passar pela* entidade *que* (em *por-que*) a causa *pela qual* (*por que*) “as palavras são feitas para ser *parabolae*” (vejam-se a interpretação e a proposta de análise que desenvolvo em Alonso Júnior, 2023, subitem II. 6. 1. 5); dizemos que

---

<sup>32</sup> Vejam-se, em Alonso Júnior (2023, § finais do item II. 4 e item II. 6), minhas reflexões sobre o **advérbio** *prō*.

a *Antiguidade*, **em** suas artes, formulou diferentes quadros de partes orationis,

metaforicamente fazendo *estagnar no LUGAR-artes* a formulação de diferentes quadros de *partes orationis*.

É essa a ontogenia que proponho para a Língua, uma ontogenia de lugares, contudo lugares do mundo físico mimetizados na Língua, não lugares da frase, em que os elementos podem deslizar da direita para a esquerda e vice-versa. Os lugares da frase são largamente pós-ontogênicos; ali as palavras se ordenam conforme convêm ao discurso, âmbito a que a ordenação pertence. A ontogenia desconhece a ordem, porque é bastantemente conformada pelas imagens fundamentais de deslocamento e de estagnação. É tão simplesmente imagética quanto a própria Língua, que em estado limítrofe da sua infância desconhece as especificações advindas da complexificação da nossa existência.

É no acontecer da vida que está a importância da “ordem das palavras”, não na gestação da Língua. O que está nesse incunábulo e em qualquer sorte de essencialidade do que seja Língua são relações ultra-imagéticas, abstraídas de um inspirador espaço ultra-físico. Na compreensão dessa dialética é que se encontra a inteligência da Língua.

## Referências

ALKMIN, T.; TARALLO, F. **Falares crioulos**: línguas em contato. São Paulo: Ática, 1987. (Série Fundamentos.)

ALONSO JÚNIOR, C. L. **Gramática movimental**: ontogênese da forma. 2023. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-25092023-145254/>. DOI <https://doi.org/10.11606/T.8.2023.tde-25092023-145254>.

ALONSO JÚNIOR, C. L. Língua, metáfora do espaço. *In*: CAMPOS, M. I. B.; CARDOSO, E. de A.; FACHIN, P. R. M.; GIL, B. D.; MÓDOLO, M. (org.). **Pesquisas em Filologia e Língua Portuguesa**. v. II. São Paulo: Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2021. p. 304-317. ISBN 978-65-87621-81-7, DOI 10.11606/9786587621817.

ALONSO JÚNIOR, C. L. **Reflexões sobre o pronome relativo e a oração “adjetiva” em Latim e Português**. 2002. Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

ARISTÓTELES. **Metafísica**. Introdução, tradução do Grego para o Italiano e comentários G. Reale. Tradução do Italiano para o Português M. Perine. ed. bilíngue. São Paulo: Loyola, 2001 [século IV a.C.].

ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução P. Pinheiro. Ed. bilíngue. São Paulo: 34, 2015 [século IV a.C.].

ARISTÓTELES. **Poética. Organon. Política. A Constituição de Atenas**. Tradução direitos exclusivos da Editora Nova Cultural Ltda. São Paulo: Nova Cultural, 2000 [século IV a.C.]. (Coleção Os pensadores.)

BARROS, M. de. **Poemas rupestres** [2004]. In: BARROS, M. de. *Poesia completa*. São Paulo: Leya, 2010.

BOMFIM, E. **Advérbios**. São Paulo: Ática, 1988. (Série Princípios.)

BONOMI, F. **Vocabolario etimologico della Lingua Italiana**. Digital. Disponível em: [etimo.it/?term=attaccare](http://etimo.it/?term=attaccare). Acesso em: 21 out. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Instituto Rio Branco. **Admissão à carreira de diplomata**: primeira fase. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

CAMARA JUNIOR, J. M. **Princípios de Lingüística geral**. 4. ed., rev. e ampl., 5. impr. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1972 [1941]. (Biblioteca Brasileira de Filologia.)

CARONE, F. de B. **Morfossintaxe**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1991 [1986]. (Série Fundamentos.)

CASSIRER, E. **A filosofia das formas simbólicas**: a linguagem. Tradução M. Fleischer. São Paulo: Martins Fontes, 2001 [1923]. (Coleção Tópicos.)

CASTILHO, A. T. de. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. **Nova Gramática do Português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

ERNOUT, A.; THOMAS, F. **Syntaxe latine**. 2<sup>e</sup> éd., revue et augmentée. Paris: Klincksieck, 1953 [1951].

- FERRARI, L. **Introdução à Linguística cognitiva**. São Paulo: Contexto, 2011.
- FERREIRA NETTO, W. **Introdução à fonologia da língua portuguesa**. São Paulo: Hedra, 2001.
- GARDINER, A. H. **The theory of speech and language**. Oxford: Clarendon, 1932.
- GOLDBERG, A. E. **Constructions: a construction grammar approach to argument structure**. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- HEIDEGGER, M. A essência e o conceito de Φύσις em Aristóteles — Física B, 1. *In*: HEIDEGGER, M. **Marcas do caminho**. Tradução E. P. Giachini e E. Stein. Petrópolis: Vozes, 2008 [1967].
- HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. **Functional Discourse Grammar: a typologically-based theory of language structure**. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- KANT, I. **Crítica da razão pura**. Tradução e notas F. C. Mattos. Petrópolis: Vozes, 2012 [1781-1787].
- KARCEVSKI, S. **Sur la phonologie de la phrase**. Travaux du Cercle Linguistique de Prague, 1931.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metáforas da vida cotidiana**. Tradução GRUPO DE ESTUDOS DA INDETERMINAÇÃO E DA METÁFORA (GEIM). Campinas: Mercado de Letras / São Paulo: Educ, 2002 [1980]. (Coleção As faces da Linguística Aplicada.)
- LALLOT, J. Denys le Thrace: Techné Grammatiké: introduction, traduction, notes. *In*: **Archives et documents de la Société d'Histoire et d'Épistémologie des Sciences du Langage**, 6: p. 1-104. Paris: Haroche, 1985. (Collection Histoire / Épistémologie / Langage.)
- MAROUZEAU, J. **Traité de Stylistique appliquée au Latin**. Paris: Les Belles Lettres, 1935. (Collection d'Études Latines.)
- PEREIRA, E. C. **Grammatica Historica**. 2. ed., rev. Secção de Obras d'O Estado de S. Paulo, 1919 [1916].
- SVOROU, S. **The grammar of space**. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 1993.

TALMY, L. **Toward a Cognitive Semantics**. v. II: Typology and Process in Concepts Structuring. Cambridge: MIT Press, 2000.

TORRINHA, F. **Dicionário latino-português**. 3. ed. Porto: Marânus, 1945 [1937].

**Como citar este trabalho:**

ALONSO JÚNIOR, Clóvis Luiz. Contra a ordem: a irrelevância da ordem frasal para uma Sintaxe ontogênica. **Revista do GEL**, v. 21, n. 2, p. 13-56, 2024. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>.

Submetido em: 26/03/2024 | Aceito em: 28/07/2024



# O dizer de sujeitos-leitores presos nas algemas de mecanismos de normalização

**Sandro BRAGA<sup>1</sup>**

**Rossaly Beatriz Chioquetta LORENSET<sup>2</sup>**

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil;  
| sandrocombraga@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0001-5313-2486>

<sup>2</sup> Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), Xanxerê, Santa Catarina, Brasil;  
| professora.rossaly@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-9208-6205>

**DOI:** <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v21i2.3728>

**Resumo:** Neste artigo, buscamos compreender o funcionamento discursivo da leitura dentro do cárcere como dispositivo de remissão de pena com o objetivo de se analisar como se constituem, nesse processo, os sujeitos-leitores presos, engendrados pelas relações de poder e regime(s) de verdade(s) que determinam a ontologia política desses sujeitos que vivem sob uma rede de mecanismos de normalização. Sob a teoria da Análise do Discurso, tomamos como objeto para análise entrevistas efetuadas com apenados do Presídio Regional de Xanxerê/SC. Os resultados desse trabalho apontam que a materialidade discursiva analisada conjuga, no fio do discurso, a tentativa de os presos enunciarem conscientemente que a leitura muda a visão, muda a vida, abre caminhos, mas, sem poder controlar, irrompe o dizer inconsciente e escapa à formulação do caráter normalizador da leitura na prisão.

**Palavras-chave:** Análise do Discurso. Leitura no cárcere. Remissão de pena. Disciplina. Normalização.

---

## **The words of subject-readers trapped in the restraints of normalization mechanisms**

**Abstract:** In this article, we seek to understand the discursive functioning of reading within the prison as a device for remission of sentence with the aim of analyzing how the imprisoned subject-readers are constituted in this process, engendered by the power relations and regime(s) of truth that determine the political ontology of these subjects who live under a network of normalization mechanisms. Under the theory of Discourse Analysis, we used interviews with inmates from the Regional Prison of Xanxerê/SC as our object of analysis. The results of this work show that the discursive materiality analyzed combines, in the discourse thread, the inmates' attempt to consciously enunciate that reading changes their vision, changes their lives, opens up paths, but, without being able to control it, the unconscious saying erupts and the formulation of the normalizing character of reading in prison escapes.

**Keywords:** Discourse Analysis. Reading in prison. Sentence remission. Discipline. Normalization.

## | Considerações iniciais

*Que a prisão [...] ela não está sozinha, mas ligada a toda uma série de outros dispositivos ‘carcerários’, aparentemente bem diversos – pois se destinam a aliviar, a curar, a socorrer –, mas que tendem todos como ela a exercer um poder de normalização.*

(Foucault, 2014 [1975], p. 302).

Nas linhas que seguem, buscamos analisar o funcionamento discursivo da leitura efetivada dentro da prisão como dispositivo de remição de pena. Pautamo-nos pelo objetivo de compreendermos como se constituem, nesse processo, os sujeitos-leitores que vivem em situação de cárcere sob uma rede de mecanismos de normalização. A fundamentação teórica que nos pauta é a decorrente dos estudos da Análise do Discurso (AD) e, metodologicamente, tomamos como objeto entrevistas efetuadas com apenados do Presídio Regional de Xanxerê/SC no âmbito do Projeto de Extensão do curso de graduação em Direito da Universidade do Oeste de Santa Catarina, *Direito e cárcere: remição de pena pela leitura*<sup>3</sup>, em parceria com o Presídio Regional de Xanxerê/SC.

Tendo por base o contexto desse projeto, analisamos discursivamente os gestos de leitura de sujeitos, em posição de leitores em espaço de privação de liberdade, a fim de apontar como se dá a constituição dos processos de subjetivação por esse modo específico de leitura. As sequências discursivas interpretadas são oriundas de entrevistas<sup>4</sup> norteadas por roteiro semiestruturado, realizadas com cinco homens apenados<sup>5</sup>, dessa unidade prisional. Nossa reflexão analítica parte das condições de produção da leitura como dispositivo de remição de pena, sob as regras da Lei, com foco nos dizeres desses leitores com intuito de compreendermos as formas de subjetivação engendradas pelas relações de poder e regime(s) de verdade(s) que determinam a ontologia política do sujeito-leitor preso.

---

3 O Projeto de Extensão Comunitária Direito e Cárcere – Remição da Pena pela Leitura está disponível para consulta da Diretoria de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação da Unoesc Xanxerê (não publicado). Para mais informação acerca deste Projeto de Extensão, ver Lorenset e Oliveira (2020), Projeto de extensão: Direito e cárcere: remição da pena pela leitura. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/apeux/article/view/23876>. Acesso em: 13 abr. 2024.

4 A íntegra das entrevistas – o *corpus* – pode ser acessada no repositório de teses da UFSC (Lorenset, 2021), no endereço: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/229231>. Acesso em: 13 abr. 2024.

5 Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e aprovada pelo parecer consubstanciado nº 3.090.345, em 2018, e, também, aprovada nesse mesmo ano pelo Presídio Regional de Xanxerê e pela Universidade do Oeste de Santa Catarina.

Pela materialidade das entrevistas, emerge certa regularidade nos dizeres dos sujeitos-leitores presos acerca de um “alívio”, de um “socorro” sentido por eles a partir do dispositivo de leitura no cárcere. São discursividades enunciadas pelos entrevistados de que “a leitura acalma”, “diminui de tá conversando alto ali”, “antes de lê eu era revoltado, rebelde”, “respeito os diministra”, “você fica quieto, o fica em silêncio, a leitura me deixa calmo”, “fico quieto, eu posso dizê, assim, que eu mudei através da leitura”. Logo, é plausível pensar que seja a atuação de tecnologias de segurança por meio do dispositivo de leitura como remição de pena, no cárcere, engendrando padrões de normalidade pinçados da sociedade extramuros, da sociedade livre. É *normal* ficar calmo, ficar quieto, respeitar os servidores do Presídio; seria *anormal* revoltar-se, rebelar-se, falar alto, fazer barulho ou algazarra, desrespeitar os administradores do Presídio. Assim, ao enunciado “eu mudei através da leitura”, o gesto analítico deste trabalho mostra o efeito de sentido de que o sujeito-leitor está preso nas algemas de mecanismos de normalização.

## **| O aporte teórico: entendendo o que é normalização**

Nessa confluência, indagamos o que é normalização? O movimento de normalização pode visar a circunscrever determinados lugares sociais? Para iniciar, trazemos o Panóptico de Bentham (2012 [1830]), cuja mecânica benthamiana serviria como uma grade para a percepção e a apreciação; tudo passaria a ser controlado e avaliado por um modelo estrutural que comportasse a sensação de observação permanente, não somente do corpo, mas o tempo seria vigiado e o ócio convertido em produção no cárcere, aplicado para exercer o controle sobre aqueles que estivessem sendo monitorados. Utilitarista, Bentham queria aplicar o poder de maneira estratégica, evitando a desordem e garantindo a dominação ininterrupta. O modelo arquitetônico nunca chegou a ser realizado, contudo o panoptismo como princípio de vigilância permanente se tornou, a partir do século XVIII, uma característica da sociedade contemporânea, nomeada por Michel Foucault como *sociedade disciplinar*, ao que poderíamos conjecturar o panóptico como o embrião de um mecanismo de normalização.

Pelo entendimento foucaultiano, o projeto de Bentham sintetiza uma nova anatomia política, relações de controle dos corpos e das forças dos sujeitos. O arranjo panóptico é um “[...] programa, no nível de um mecanismo elementar e facilmente transferível, o funcionamento de base de uma sociedade toda atravessada e penetrada por mecanismos disciplinares” (Foucault, 2014 [1975], p. 202). Disciplinas, na teoria foucaultiana, são os mecanismos que permitem controle do corpo e da alma, impondo relações de docilidade e de utilidade; as disciplinas são “um tipo específico de poder, uma modalidade para exercê-lo, que

comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos” (Foucault, 2014 [1975], p. 209). Em suma, o poder, na sociedade disciplinar, passa a ser exercido não com o intuito da violência física, mas sim como forma de adestrar os sujeitos.

Foucault (2009 [1976]) propõe pensarmos a biopolítica como uma tecnologia política da vida. Essa política age por meio da disciplina do corpo para a constituição de um corpo bem definido e acabado com vistas à regulamentação da espécie e, por conseguinte, para o funcionamento da *biopolítica* que constitui um poder sobre a massa de indivíduos, ou seja, um poder localizado nas mãos dos Estados-nações de ordem econômica liberal que atua sobre a vida.

Para Foucault, a biopolítica é a força reguladora da grande massa, diferentemente das práticas disciplinares comuns da Antiguidade e da Idade Média que visavam governar apenas o indivíduo. Considerando a noção de biopolítica, Foucault desenvolve a ideia de *biopoder* referindo-o aos dispositivos e às tecnologias de poder que administram e governam por meio de saberes, técnicas, instrumentos e instituições a fim de controlar o modo de vida da população. Quando o bom funcionamento do corpo passa a ser uma visada política, é o biopoder que atua na gestão da saúde naquilo que tange à natalidade, à higiene, à sexualidade, à produtividade e também à mortalidade (Braga; Souza, 2023).

Com Foucault (2008 [1977-1978]), entendemos que a sociedade da normalização pode ser efeito do funcionamento da estratégia biopolítica do poder contemporâneo, pela qual se articulam tanto os mecanismos disciplinares quanto o biopoder na constituição dos sujeitos e objetivam regular a vida dos sujeitos, individualmente, por meio das disciplinas e, coletivamente, mediante a governamentalidade. Embora o sujeito-delinquente e a delinquência situem-se na anormalidade, os mecanismos de poder estabelecem práticas divisoras como função estratégica para a manutenção dos normais e a transformação dos anormais. Foucault (2008 [1977-1978]) estabelece uma diferenciação entre normação e normalização. Normação é o efeito de enquadramento gerado por mecanismos disciplinares ao buscarem adequar sujeitos a modelos previamente estabelecidos, isto é, a uma norma a que os homens devem se submeter. Por sua vez, as tecnologias de segurança atuam por meio de normalizações, identificando padrões na realidade, dos quais resultará uma curva de normalidade. Nesse sentido, “o normal é que é primeiro, e a norma se deduz dele, ou é a partir deste estudo de normalidades que a norma se fixa” (Foucault, 2008 [1977-1978], p. 83).

Um fator decisivo para a operação de normalização é a identificação da população a uma “naturalidade penetrável” (Foucault, 2008 [1977-1978], p. 94), estando ela em íntima relação com seu entorno geográfico, econômico e político. Sobre a população, técnicas e procedimentos vão atuar, com vistas a governá-la. Temos, por conseguinte, “um conjunto de elementos que, de um lado, se inserem no regime geral dos seres vivos e, de outro, apresentam uma superfície de contato para transformações autoritárias, mas refletidas e calculadas” (Foucault, 2008 [1977-1978], p. 98). Trilhando o caminho de Foucault, buscamos entender os mecanismos de normalização na prisão e, pelo dizer da epígrafe que abre este artigo, dispositivos carcerários refletidos e calculados, que “se destinam a aliviar, a curar, a socorrer, mas que tendem todos como ela a exercer um poder de normalização” (Foucault, 2014 [1975], p. 302).

Foucault estudou diferentes modos de objetivação-subjetivação do sujeito, dentre eles as práticas de divisão que fazem do sujeito um objeto divisível no seu interior e em relação aos outros, como é o caso do “*delinquente e do cidadão de bem*” (Foucault, 2013 [1967], p. 273). A penalidade seria uma divisão normativa que constitui o sujeito. Nessa direção, a ordem do discurso é uma regulação que determina o uso e a apropriação do discurso em uma instituição específica, em um momento histórico determinado, visto que “o discurso está na ordem das leis” (Foucault, 2012 [1971], p. 7). A ordem do discurso corporifica, pelas práticas discursivas, a produção de verdades que têm efeitos sobre as formas de subjetivação que produzem o eu. Foucault (2009 [1976]) prefere abordar a noção de formas de subjetivação, ao invés de subjetividade, pois a entende como produzida. Essas formas de subjetivação são gestadas por técnicas que os sujeitos enunciadore e a sociedade elaboram e auxiliam o enunciador a (con)formar-se: são jogos de verdade empregados no movimento de constituição da ficção de si. A partir dessa reflexão, pode ser plausível afirmar que há uma injunção que leva o sujeito-leitor preso a inscrever-se inconscientemente nessas técnicas de gestão de si. Dito de outro modo, o processo da constituição dos sentidos escapa ao controle consciente do sujeito e às suas intenções. É sobre isso que vamos tratar.

## **| Da teoria à prática: o gesto analítico**

Das regularidades do Recorte Discursivo (RD)<sup>6</sup> de nosso *corpus*, num primeiro momento, pensamos que a leitura no cárcere como dispositivo de remição de

---

<sup>6</sup> Organização das sequências discursivas (SD) dos sujeitos entrevistados: apresenta-se a abreviatura INF para Informante entrevistado mais o algarismo numérico do sujeito preso que falou a SD mencionada, conforme a entrevista que se deu em ordem aleatória. Há SDs que trazem INF 1, INF 2, INF 3, INF 4 e INF 5, quando se marca(m) regularidade(s) do/no dizer dos sujeitos entrevistados.

pena poderia mitigar os efeitos da prisionalização sobre o sujeito que lê atrás das grades. A partir da execução do Projeto de Extensão da Unesco Xanxerê Direito e Cárcere: Remição da Pena pela Leitura, os sujeitos-leitores privados de liberdade leem para cumprir um aparato legal que, a princípio, os beneficia, pela redução dessa pena sentenciada pelo Poder Judiciário. Assim, a minimização dos efeitos do aprisionamento poderia ocorrer porque essa leitura é dada numa condição de produção específica no ambiente prisional. Em decorrência, esses sujeitos que estão dentro dos muros da prisão são interpelados pela heterogeneidade de saberes e pela pluralidade de reflexões suscitadas pelos textos lidos, e isso poderia também atuar na constituição de menos hostilidade no processo de cumprimento da pena sentenciada, paradoxalmente, sobretudo pelo fato de essa leitura ser produzida em condições específicas que envolvem o sujeito no cárcere. Contudo, com as reflexões do gesto analítico, consideramos que, exatamente por poder mitigar os efeitos da prisionalização, essa leitura atua como mecanismo de normalização, menos hostilidade, mais docilidade pode ser estratégia da instituição da leitura como dispositivo de remição da pena, para muito além da ressocialização.

No Recorte Discursivo (RD), emergem as regularidades enunciadas nas narrativas dos sujeitos-leitores presos entrevistados sobre a leitura como um dispositivo de controle dos corpos, buscando docilizar corpos. No fragmento a seguir, pelos dizeres dos sujeitos-leitores presos, INF 1, INF 3, INF 4 e INF 5, podemos observar a regularidade do uso de locuções verbais formadas com o verbo “dever” no presente e no futuro do pretérito do modo indicativo e no infinitivo:

(INF 1) [...] você sabe que tem anos pra tirá, aí, então, se você não focá em alguma coisa a tua mente fecha, na verdade, eu acho que isso aí *deve acontecer* cum tudu mundu, na verdade, né...

(INF 3) [...] certas coisa eu fazia mesmo errado na rua, então eu *deveria encontrá* uma maneira de amenizá minha situação, eu poderia estar livre, né, daqui, no momento, mais tentá diminuí esse tempo atraves da leitura...

(INF 4) É! E ele inocente, a família dele sempre trabalhava... tipo, nunca ninguém *deve de tê feito* nada de errado, aí, eles começaram a envolvê ele nas coisas erradas e ele foi, né... É, tipo não querendo ir, mah... foi, entendeu?

(INF 5) [...] então, tem pessoas aqui, eu costume dizê, assim, o representante da Lei ele tem o *dever de cumpri* a Lei. A partir do momento que viola a Lei então ele é tanto criminoso quanto eu. (grifo nosso).

O emprego do verbo “dever” aponta para um caráter normativo a ser seguido, uma determinação: a prisão é uma instituição normatizada e normatizadora, logo, *deve...* Há estudos sobre os sentidos desse verbo que estão cristalizados pelo uso linguístico, obrigação moral, social, legal, e ainda, possibilidade, probabilidade, logo, há muitos sentidos presentes neste verbo. Nesse sentido, os sujeitos-leitores presos obedecem ao poder, ao que “*deve ser feito*”, ao que “*deve acontecer*”, ao que “*deve cumprir*” e, com o verbo marcado no futuro do pretérito, o INF 3 expressa que “*deveria encontrar*” algo para amenizar a situação na prisão, o que intenta fazer com a leitura, pela própria enunciação dele. Não parece ser por acaso que na enunciação do INF 3 o verbo esteja conjugado no futuro do pretérito, indicando a expressão de impossibilidade, incerteza, surpresa e indignação; este emprego verbal aponta para a suspeição daquilo que está sendo enunciado. Em outras palavras, como efeito de sentido, o INF 3 está enunciando que é muito ruim permanecer na prisão, e ele precisa fazer algo para sair dali, mesmo que para isso tenha de se resignar aos mecanismos de normalização do espaço prisional, dentre eles a leitura, no dizer do próprio preso.

Dito de outro modo, por meio dessas marcas verbais no dizer desses presos, emergem sentidos do que eles precisam fazer no sistema prisional. O INF 5 vai um pouco além e enuncia o paradoxo: “*se os presos cumprem a lei, mais ainda ela deve ser cumprida por quem é o representante da Lei*” – leia-se o servidor público que trabalha no Presídio –, pois, ao violá-la, torna-se tão criminoso quanto o INF 5. Esse enunciado do INF 5 provoca o pensar sobre os sentidos instituídos de que só é criminoso quem está atrás das grades. Já o dizer “*o representante da Lei ele tem o dever de cumprir a Lei. A partir do momento que viola a Lei então ele é tanto criminoso quanto eu*” rompe com certos dizeres cristalizados, resultantes de processos históricos. Neste dizer em tela, “dever” aparece como substantivo, mas embora a classe gramatical seja distinta de verbo, a semântica é a mesma. Podemos entender como uma ressignificação do INF 5 que indica a resistência e um desejo de ruptura. Um sentido possível é de que o sujeito-leitor preso está enunciando: *se o sujeito-presos se encontra sob mecanismos de normalização, que isso também se dê com o servidor público que é o representante do Estado que o custodia.*

No recorte a seguir, a enunciação do INF 2 com marcas linguísticas do mecanismo de normalização:

(INF 2) [...] *eu, no começo, era uma pessoa triste, uma pessoa triste, meio revoltada até mesmo com minha família, eles não tinham culpa, né, o culpado era eu, então, a partir do momento que eu comecei me dedicá aos livro, eu parei de sê uma pessoa, assim, sei lá como que*



eu posso explicá pra senhora, *uma pessoa grossa, hoje eu tudo o que vô falá, assim, eu pra mim, vamo supor, assim, eu fico quieto, eu posso dizê, assim, que eu mudei através da leitura, mudei muito, mudei muito, muito... meu jeito como ser humano... [...] eu era uma pessoa seca, assim, bem uma pessoa bem iguinorante, então, isso mudô bastante, muito, muito... (barulho das grades) [...] até mesmo, esses dias, ali embaxo os agente falarum que eu tava bem, que eu tava fazendo tudo certinho,* eles vierum aqui na visita e me perguntarum, eu comentei, né, eu leio os livro [...] Porque eu acredito que o livro muitas pessoas passaram e até hoje *tão passando pela mesma situação que eu tava passando antes de eu começá as leitura, né, sê aquela pessoa grossa, pessoa até mesmo mal educada, assim, pessoa, pessoa que não ouvia muito a família, não escutava o que muitas pessoas falavam* (grifo nosso).

Da materialidade léxico-sintática no dizer do INF 2 “*vamo supor assim, eu fico quieto, eu posso dizê assim que eu mudei através da leitura, mudei muito, mudei muito, muito... meu jeito como ser humano... [...] eu era uma pessoa seca, assim, bem uma pessoa bem iguinorante, então, isso mudô bastante, muito, muito*” e “*os agente falarum que eu tava bem, que eu tava fazendo tudo certinho*” emerge a esse enunciado uma rede de relações associativo-implícitas, uma série heterogênea, funcionando na estabilidade empreendida sob o registro discursivo. A reiteração do comentário “*eu mudei muito*”, enunciado três vezes pelo preso INF 2 e, na sequência, o advérbio de intensidade “*isso mudô bastante, muito, muito*”, e ainda o pronome de primeira pessoa do caso reto, “*eu*”, reiterado e marcado expressamente 17 vezes, investe atestar uma discursividade que se deseja estável, aquilo que deixou de ser, era “*grosso*”, era “*revoltado*”, era “*triste*”, era “*pessoa seca*”, era “*iguinorante*”, adjetivos todos autodeclarados pelo próprio sujeito-leitor preso para descrever como ele era antes de iniciar o processo da leitura; a antítese do que era antes da prática da leitura no cárcere e como ele é agora que lê semantiza uma proposição de estabilidade.

Esse efeito de sentido pode se depreender também da enunciação do preso de que, agora, ele que/porque lê, é outro “*ser humano*”. Tomado pelo ângulo do dizer de que os próprios agentes penitenciários comentaram com familiares do INF 2 sobre a situação dele após as leituras para remição: “*falarum que eu tava bem, que eu tava fazendo tudo certinho*”, aponta a busca pela mesma univocidade lógica. Desse ponto de vista, é possível dizer que a leitura no cárcere como dispositivo de remição de pena muda o sujeito, é tomada como uma proposição verdadeira e ponto final. Entendemos que INF 2 foi interpelado pelos mecanismos da normalização, que deseja o sujeito “normal”, “quieto”, “dócil”, “*que faz tudo certinho*”, que tudo aceita sem contestar. Novamente,

imerge daí em uma rede de relações associativo-implícitas que normaliza porque trabalha o imaginário daqueles que acreditam nisso e daqueles que se resignam ao sistema (im)posto. É a tentação de fazer o enunciado coincidir exatamente com o plano logicamente estabilizado das instituições, ou, como prefere Althusser (1985), dos Aparelhos Ideológicos do Estado. Conforme Braga (2010, p. 136), na ordem do discurso “para cada situação discursiva se produz um dizer diferente e subjetiva-se de uma forma outra. É nesse sentido também que falo em subjetividade sincrônica”.

De modo análogo, pode-se depreender sentidos de aspectos dos mecanismos de normalização no funcionamento léxico-sintático subjacente ao enunciado do sujeito-leitor preso, INF 5, pela SD a seguir elencada: ler “*acalma*”, “*faz resgatá outra pessoa*”, “*tô rastejando, me arrastando, mas com a leitura tô procurando melhorá*”, “*lendo, durmo melhor*”, “*lendo, interajo com colegas de cela, conto a história do livro pra eles*”, “*leitura é antídoto*”, “*leitura faz sair da neurose*”, “*ler tranquiliza*”, “*lê te molda, te lapida, te transforma*”, “*lê me traz sensação de bem-estar*”. Vejamos o fragmento:

(INF 5) [...] *eu tô me arrastando nesses últimos três anos quando comecei participá do Projeto da Leitura, minha mente se abriu mais, eu até comento, às veiz, com alguns agente penitenciário que eu tamém tenho uma certa afinidade, assim, de que eu tô me arrastando, né, eu me arrasto, eu tô rastejando, eu tô procurando melhorá, eu tô procurando voltá, assim, é como se eu fosse outra pessoa, eu tô tentando resgatá aquela pessoa, é isso. [...] porque é cansativo, tamém, né, e tamém uma das coisa que eu, que eu, eu identifiquei isso, nesse processo de leitura, que a leitura fazia com que eu gastasse bastante energia e eu repousava melhor à noite nos dias que eu lia, que eu fazia leitura... [...] eu acho massa que a gente tá ali trocando uma ideia, eu tô lendo o livro, daí eu leio umas dez, quinze página, assim, eu entro, assim, se a rapaziada tá ali conversando, eu começo interaji com eles e começo contá a história pra eles, assim, entendeu? [...] a leitura, tem leitura assim que te, te... dá, parece que te coloca num, num, é como se fosse antídoto de, sabe, pra você caminhá um poco e ir mais, ir um pouquinho mais além... Teve dias assim que eu tava, tava exausto, cansado, eu tinha que fazê alguma coisa pra saí daquela neurose, sabe? Aí eu meti a cara no livro ali, parece que o livro tinha uma ideia que me tranquilizava, [...] acho que molda você, a tua personalidade, vai moldando, vai te lapidando, assim, vai, você vai se transformando, porque, quem fica aqui... isso aqui num, isso aqui não ressocializa ninguém, tipo jogá ali, tá ali fechado dentro do cubiculinho, andando pra lá e pra cá [...] Eu não tinha muita paciência, sabe... As coisa*

tenham que sê meio, meio, meio, meio já, outra coisa assim que é aquela coisa de questioná muito, situações que ela tem uma origem lá mas eu não procurava entendê aquela origem, *então, assim, esse processo de leitura parece que fez que meu cérebro difundisse pra enxergá, por exemplo, todo problema ele tem uma origem, né? [...] eu antes, eu, a minha mente, era mente fechada, sabe, o livro foi como, assim, a leitura abriu, abriu, eu consegui entendê melhor as coisa, assim, tipo me acalma, né, me traiz uma sensação de bem-estar, bem-estar. [...] depois disso aqui, a gente fica cicatrizado... Eu agora tenho dificuldade pra encará assim, às veiz eu fico revoltado, num nego, porque eu olho a sociedade e vejo muita hipocrisia, hipocrisia, assim, [...] É, entrô lá pra dentro lá, ihhh... foi tirando um por um a soco, a chute, agredindo verbalmente, chamando de vagabundo, de lixo, sabe? Essas coisa assim... que não precisa... [...] Eu, eu consegui por meio da leitura olhá pra essa pessoa assim, tipo, assim, ela vê as otras pessoas e fala pra otras pessoas exatamente da forma que ela é por dentro... não sei. Posso tá errado, alguém me... o livro me ensinô isso, assim, quando alguém olhá pra você e te chamá isso o aquilo, ignore, fique tranquilo, ninguém, as pessoa só falum daquilo que lhe é próprio... Você tá falando aquilo é que tem isso dentro dela, então, é o que, ela é assim por dentro, então, um cara que fala, dá revolta, né, revolta, porque fica sendo impotente, né... (grifo nosso).*

Conforme essa narrativa, no dizer do INF 5, se, por um lado, o modo de leitura no cárcere coloca o preso – e ele diz isso – num modo de subjetivação de que ele se modifica pela leitura, que ler acalma, tranquiliza, dá sono, proporciona sensação de bem-estar, por outro lado, discursivamente, podemos entender a leitura no cárcere como dispositivo de remição de pena como uma estratégia de normalização, de conter os corpos, de manter o silêncio... Nesse sentido, a prisão institui traços como determinantes do enunciador, por exemplo, “*ser impaciente*” pode fugir ao padrão, ao “*normal*” da obediência e da resignação. Ao enunciar “*Eu não tinha muita paciência, sabe... As coisa tinham que sê meio, meio meio, meio já*”, o sujeito-leitor preso apresenta traços do que pode não ser aceito na prisão e, nesse embate, precisa normalizar-se.

Como se vê, a construção de “normal” é suscitada por dicotomias: normal/anormal, sadio/doente, preso/livre, delinquente/cidadão de bem, paciente/impaciente, calmo/nervoso, lícito/ilícito, permitido/proibido... Cada um desses pares é a expressão de um grupo de normas que funcionam para regular, controlar, confinar, como preferiu Foucault, normalizar. De acordo com Fonseca (2012), Foucault esboçou uma imagem do Direito como vetor das práticas da norma, um Direito produzido e produtor dos mecanismos de normalização,

considerando que “os mecanismos disciplinares e os mecanismos do biopoder, mecanismos que para Foucault compõem as artes de governar, não podem ser dissociados do direito” (Fonseca, 2012, p. 297). Nessa direção e ainda no dizer do autor, o Direito é o envelope dos mecanismos de normalização. A imagem de um Direito normalizado-normalizador em Foucault, conforme Fonseca (2012), foi encontrada em suas análises sobre a tecnologia disciplinar e sua forma de intervenção sobre os corpos no interior das instituições, e, neste artigo, em específico na instituição prisão e seus mecanismos de regulação da vida no interior dela.

O poder aparece efetivamente porque é resultado do que foi adquirido subliminarmente com o próprio esforço pessoal na prática da leitura, “*que é cansativa*”. Nessa esteira, o sujeito-leitor entra na ordem do discurso, sem resistir, que se sustenta sob um imaginário socialmente construído. O estatuto da discursividade que trabalha no assujeitamento, entrecruzando proposições de aparência logicamente estável, suscetível de resposta unívoca – sim, ler é bom, ler acalma, ler tranquiliza –, faz irromper na enunciação do INF 5 a formulação dessa certeza inequívoca. O discurso do INF 5 troca o trajeto da discursividade e toca na existência da violência física que sofrem os presos dentro da prisão por alguns agentes penitenciários: “É, *entrô lá pra dentro lá, ihhh... foi tirando um por um a soco, a chute, agredindo verbalmente, chamando de vagabundo, de lixo, sabe? Essas coisa assim... que não precisa...*” Mesmo se encontrando regido sob esse poder que violenta, que agride o sujeito-leitor preso – verbal e fisicamente –, o INF 5, pela enunciação, marca no dizer que, “*por meio da leitura, ignora e fica tranquilo*”, uma forma de sublimar a leitura. É nessa sublimação que eleva a leitura à maior altura da dignidade, de grandeza e de honra que o sujeito encontra um lugar para se resignificar como eu.

Da gravação<sup>7</sup> que deu origem a esse recorte, inicialmente, o que nos chamou a atenção foram os intervalos, as pausas que entrecortam o dizer desse sujeito; a presença da repetição de “*eu*”; de “*assim*” e de “*então*”: “*Eu, eu consegui por meio da leitura olhá pra essa pessoa, assim, tipo, assim, ela vê as outras pessoas e fala pra outras pessoas exatamente da forma que ela é por dentro... não sei*”. Os espaços de silêncio e o retorno ao turno de fala marcam o retorno também à própria enunciação para explicitá-la, uma estratégia de organização

---

7 A transcrição do áudio para texto foi efetuada pelo processo de degravação, em que se ouve o material oral e se transcreve cada linha de diálogo do material coletado nas entrevistas. A transcrição efetuada da gravação foi literal, sem adaptação do dizer dos presos à norma culta, sem eliminar equívocos gramaticais, expressões chulas, gírias, etc. Assim, registrou-se tudo exatamente como foi dito na gravação, considerando gírias, erros, pausas, palavras sobrepostas, silêncios e até hesitações. Foi um processo que demandou mais de 30 dias de trabalho contínuo e muito minucioso, feito com confiabilidade e segurança.

do discurso, pois, com esse recurso, ele acredita arranjar seu dizer de modo mais coerente e lógico, além de evidenciar quem está falando o quê. Contudo, o funcionamento se (re)(des)vela com hesitações, com voltas no/sobre o dizer “*assim, tipo, assim*”, de vacilações no dizer “*eu, eu*” que trazem traços de uma deriva do enunciador. Imaginariamente, regido por um sistema prisional em que a obediência e a resignação estão instauradas, quaisquer que sejam as ações “*dos de preto*”, “*nóis semo vigiados por eles*”, dos agentes penitenciários e tudo o mais que representam pelo/no poder da instituição prisão, leva o sujeito-leitor preso a se sentir constrangido e a ser instado a normalizar-se, a inscrever-se na ordem desse discurso, mesmo que, para isso, tenha de apagar os sentimentos de revolta e de impotência que podem constituir o sujeito que se põe a dizer.

No recorte “*quando alguém olhá pra você e te chamá isso o aquilo, ignore, fique tranquilo, ninguém, as pessoa só falum daquilo que lhe é próprio...*”, pesa a normalização que se dá pela injunção “*ignore, fique tranquilo*”, uma vez que o sujeito-leitor preso, mesmo sofrendo agressão física e verbal, como se depreende do dizer “*É, entrô lá pra dentro lá, ihhh..., foi tirando um por um a soco, a chute, agredindo verbalmente, chamando de vagabundo, de lixo, sabe?*”, é levado a abrir mão do sentimento de revolta e de impotência diante de uma agressão daquele que representa a autoridade sob a qual está custodiado. Para ser aceito nessa instituição prisão, esse sujeito submete-se às contingências da normalização.

Avançando um pouco mais, a imagem de “*revolta*” escapa pela denegação no recorte “*às vez eu fico revoltado, num nego, porque eu olho a sociedade e vejo muita hipocrisia*”. A denegação, conforme Roudinesco e Plon (*apud* Stübe, 2008, p. 192), constitui-se em um mecanismo de defesa por meio do qual o sujeito expressa negativamente um desejo cuja presença ou existência ele quer apagar, recalcar. Pela denegação, presentifica-se aquilo que se queira apagar. No recorte, ao enunciar “*fico revoltado, num nego*”, essa afirmação é trazida pelo discurso marcada, linguisticamente, pela dupla negação. A expressão “*num nego*” presentifica a revolta, instaura uma falta, aqui associada à não possibilidade de enunciar o sentimento que pode ser considerado inapropriado para um sujeito preso, pois “*fez, tem que pagá*”. Pela análise desses enunciados se observam processos de discursivização sustentados por mecanismos de normalização em sua relação com os sujeitos-leitores entrevistados, que se sentem, mesmo que, inconscientemente, avaliados, segundo o jogo do “*normal*” e do “*anormal*”. A representação de que “*dá revolta, fica impotente*” e que essa revolta deve ser subsumida pela resignação à hierarquização do sistema prisional, ao qual está submetido a partir de um processo judiciário que culminou em uma sentença judicial. Segundo Foucault (2012 [1971]), a ritualização da palavra fixa papéis

e estabelece identidades para os sujeitos que falam. Tanto quanto as tramas da Lei, as tramas da norma percorrem a vida desses sujeitos-leitores nos intramuros da prisão e o Poder Judiciário “revela o emaranhado dessas tramas: as tramas de um direito normalizado-normalizador” (Fonseca, 2010, p. 310).

É no interior da trama entre a Lei e a norma, para não constituir algo estranho a essa trama, que escapa o sentimento de revolta desse sujeito-leitor que, do lugar em que está, não pode se revoltar, tem de se resignar. Ao menos em parte, esse relato apresenta algo que escapa e produz efeitos que não podem ser reduzidos ao jogo entre norma e Lei. Ele tangencia esse jogo, mas não se confunde com ele. O jogo da Lei e da norma não consegue dar conta de apagar esse sentimento de revolta. A enunciação do sujeito-leitor preso, INF 5, que “*dá revolta, se sente impotente*” pode desempenhar um papel de resistência e de oposição no interior do jogo entre as estruturas da Lei e os mecanismos de normalização. Esse dizer do sujeito-leitor preso em uma trama de relações, parece romper com a sequência lógica dos mecanismos de normalização, uma forma de oposição à malha de saber e de poder que o envolve e procura normalizá-lo, mas que não consegue fazê-lo calar-se indefinidamente. Esse dizer talha uma brecha e encontra um lugar para se manifestar e, nessa manifestação, resiste. Sua força não reside em poder se manifestar em um lugar diferente daquele em que está normalizado. Sua força está em irromper no próprio lugar em que está, na prisão, no interior dos mecanismos de saber e de poder que o prendem, que o submetem. De algum modo, esse dizer exerce uma forma de resistência aos mecanismos da normalização.

Até este ponto ancoramo-nos sobretudo nos estudos foucaultianos para depreendermos as discursividades de nosso gesto de análise. Na sequência, mobilizamos também pressupostos teóricos de Pêcheux, cientes das aproximações e dissensões entre esses dois fundadores francófonos dos estudos do discurso. Seguimos este caminho por entendermos produtoras as formulações de Foucault para se pensar as relações de saber e poder na configuração do sistema carcerário e, do mesmo modo, as articulações pecheuxtianas nos auxiliam nas reflexões que implicam a produção dos efeitos de sentido decorrentes da relação entre ideologia e inconsciente.

Nesse sentido e pensando sobre o dizer desses sujeitos-leitores presos, assujeitados, estratégia de normalização, parece emergir uma tentativa de busca de estabilidade discursiva, uma discursividade outra: “*um cara que fala (vagabundo, lixo – agride) dá revolta né, revolta, porque fica sendo impotente, né...*” Recorremos a Pêcheux (2012 [1983]) para lembrar da incidência do real na linguagem, “*há real, isto é, ponto de impossível determinando aquilo que*

não pode ser ‘assim’. O real é o impossível... que seja de outro modo. Não descobrimos, pois, o real: a gente se depara com ele, dá de encontro com ele, o encontra” (Pêcheux, 2012 [1983], p. 29). O INF 5 deparou-se com o real, o ponto do impossível que não pode ser assim e, mesmo sob o dizer de que *a leitura acalma, tranquiliza*, ao não restar alternativa a não ser sucumbir à violência do agente penitenciário, sente-se *impotente*. Pela marca linguística dos verbos enunciados, percebe-se um apagamento do “eu” e o emprego do verbo em terceira pessoa: é a outrem que “dá revolta”, não é ele que se sente *impotente*, “quando alguém te chamou isso o aquilo, ignore, fique tranquilo”. Na denegação do INF 5 e a consequente afirmação de que quem fica revoltado e impotente é outrem, de forma inconsciente, o jogo se inverte, pois até então marcara os verbos com a forma da primeira pessoa “eu consegui, eu posso” etc., todavia permanece a mesma polarização que denuncia a simetria das relações desiguais.

Nessa confluência, com o dizer do INF 5, de que “*as pessoa só falum daquilo que lhe é próprio... Você tá falando aquilo é que tem isso dentro dela, então é o que, ela é assim por dentro, então, um cara que fala dá revolta né, revolta, porque fica sendo impotente, né...*”, retomamos o pensamento de Pêcheux (2009 [1975]) acerca da revolta e da linguagem, reafirmando que se essas categorias não se (con)fundem, uma vez que há uma inegável relação entre elas, pois ambas apresentam, politicamente, pontos em comum, “porque sua própria possibilidade se sustenta na existência de uma divisão do sujeito, inscrita no simbólico” (Pêcheux, 2009 [1975], p. 279). “Não há dominação sem resistência” (Pêcheux, 2009 [1975], p. 281), afirma o autor no final de sua retificação de *Só há causa daquilo que falha...*, porque todo ritual está sujeito à falha, e é justamente porque há falha no ritual e há a contradição da ordem da ideologia que podemos falar em resistência e em dominação, tomando-as como contemporâneas no sentido de que coexistem sem, no entanto, se (con)fundir.

A tomada de posição do INF 5, de que o outro e não ele se sente revoltado e se sente impotente, não deixa de ser uma identificação com uma forma-sujeito que implica resistência num lugar em que só se pode obedecer e resignar-se, tanto a esse lugar como aos discursos outros que o atravessam, provocando rupturas. É o furo no discurso que se apresenta como caótico, não se deixando capturar por nenhum símbolo, por nenhuma nomeação; representação entre o imaginário, o real e o simbólico interligados, desestabilizando o que antes agia na perspectiva de fazer acomodações, tranquilizar, tentar envolver o real. A partir da tomada de posição do sujeito-leitor preso, do lugar social e das condições de produção enunciativas que mantêm relação com o esquecimento



enunciativo (Pêcheux, 2009 [1975])<sup>8</sup>, a formação discursiva se revela travestida de evidências e se estilhaça quando o sujeito reage sob qualquer disfarce ao teatro da consciência, do “*sou eu*”, revelando os esquecimentos de que é constituída a memória e, pela contradição da história, materializa o furo da ideologia, indo no sentido oposto ao discurso hegemônico dado como único, como o verdadeiro. O que era para ser identificação do INF 5 – ler acalma, normaliza – se firma, se instaura como nova discursividade, se faz dúvida, se dá a captar como questionamento, na *revolta* e no sentimento de *impotência*.

A partir da configuração do lugar do sujeito no entremeio da *linguagem*, da *ideologia* e do *inconsciente*, pode-se pensar que o sujeito-leitor preso INF 5 estaria sendo afetado simultaneamente por essas três ordens e deixando em cada uma delas um furo, como é “próprio da estrutura de um *ser-em-falta*: o furo da *linguagem* representado pelo *equivoco*, o furo da *ideologia*, representado pela *contradição*, e o furo do *inconsciente*, trabalhado na psicanálise” (Ferreira, 2010, p. 24). Inobstante o gesto do INF 5 de manter uma estabilização de sentido de que ler acalma e tranquiliza, irrompe o furo na linguagem de que “*revolta, sente-se impotente*”, por sua vez, o furo da ideologia, a contradição expressa pela antítese “*calma/revolta*” e o furo do inconsciente, marcado linguisticamente pelo verbo em terceira pessoa do singular, *não sou eu que se revolta, é ele, o outro; ignore, fique tranquilo*” como um dizer injuntivo, como um pedido ou uma ordem, mas, inconscientemente, irrompe no discurso “*dá revolta, sente-se impotente*”. É precisamente essa falta, essa incompletude, que “vai tornando-se o lugar do possível para o sujeito desejante e para o sujeito interpelado ideologicamente da análise do discurso” (Ferreira, 2010, p. 24). A linguagem está tão colada nos sujeitos e em seus discursos que se torna impossível dissociá-la da análise da materialidade das entrevistas.

Na sequência, propomos uma articulação entre os anéis de Borromeo e as estratégias de normalização a que são submetidos os sujeitos-leitores do sistema prisional, pois, pela filiação teórica da Análise do Discurso, de inspiração pecheuxtiana, na relação intrínseca entre esses três elementos – está o tripé entre linguagem, ideologia e inconsciente. É “entre anéis” que se pode pensar, no segmento prisional, a relação leitura-sujeito-discurso. Em outros termos, é nos intervalos, nos espaços de “*entre*” em que os elos se (des)encontram. No excerto da SD4, a enunciação do INF 4.

---

<sup>8</sup> Também conhecimento como esquecimento número 2; o sujeito enuncia sob a ilusão de que a formulação do dizer dele apresenta apenas um sentido e de que este sentido será o atribuído por seu interlocutor (Pêcheux, 2009 [1975], p. 173).



(INF 4) [...] *Daí eu lia e esquecia, entendeu? O que eu tava passando ali, no momento, eu esquecia... eh... ihhh... de fato, eu eh... esquece bem bastante... [...] Claro, é cadeia, tá privado de tua liberdade* e isso não tem preço que pague, entendeu? [...] *É, os agentes sabem geralmente. Tipo, às veiz, você vai pedi, tipo, que nem sabonete, eles falam espuma, entendeu? nós falemo... E muitos vão e eles não, não gostam muito de gíria, entendeu? Na verdade, eles tão certo, né, na verdade, apesar de nós tá aqui preso, e sendo tipo vigiado por eles, não tem o porquê nós falá, né... como nós se comunicemos entre nós... (grifo nosso).*

A marca linguística de certo reconhecimento, certa aceitação, certa resignação, certo assujeitamento pode ser depreendida do dizer do INF 4 “os *agentes penitenciários estão certos, os presos são vigiados por eles*”. Também se depreendem sentidos de mecanismos de normalização operando como uma anestesia no dizer do INF 4 “*Daí eu lia e esquecia, entendeu? O que eu tava passando ali, no momento, eu esquecia... eh... ihhh... de fato, eu eh... esquece bem bastante... [...] Claro, é cadeia, tá privado de tua liberdade*”. Para normalizar – para separar, distinguir o “normal” do “anormal” –, ler faz esquecer, contudo, na sequência, o retorno do dizer, fruto do equívoco, no deslize, inconsciente, *de que está sim na cadeia, está sim privado de liberdade e “não há dinheiro nenhum que pague essa liberdade*”. Podemos pensar que é um furo produzido pela ideologia expresso pela contradição, furo na linguagem que tenta estabilizar o sentido de que ler faz esquecer, mas as hesitações “*eh... ihh...de fato, eu eh... eh*” são lacunares e irrompem no discurso do sujeito INF 4 e, pelos anéis de Borromeo, furo no inconsciente, pois o faz lembrar e atestar que, *sim, está preso, está privado da liberdade, lê para remir dias da pena, está na “cadeia*”. Nesse sentido, a regularidade dessa discursividade é encontrada também na enunciação do INF 1, conforme se vê no fragmento:

(INF 1) *A própria literatura, já digo, então, na verdade, ela ajuda muito pra você, tipo, não fechá tua mente, pra você conseguí esse tempo, na verdade, tem que ficá, porque se você ficá só ali, não vô dizê que você fique loco, mais (gritarias, risos externos) mais a mente vai fechando, vai se tornando praticamente, já vô dizê, um um monstro. Porque tem muitos que não, aqui mesmo, na verdade, é uma questão de, ah... eu tenho dez anos, ah..., então, pra mim não me interessa, (barulhos fortes de grades), muitos não têm, na verdade, essa concepção se pegasse um livro, se parasse, na verdade, ele lê, esse tempo que ele tá aqui pra ele aproveitá [...] Mudô a forma de pensá até quando eu cheguei aqui... eu era um pouco rebelde na verdade... É muitos anos na verdade [...] na verdade mudô eu a minha forma de pensá muito sobre a própria vida, na verdade,*

*antes tinha um pouco revoltado, na verdade... bastante revoltado... Hoje eu já tenho uma percepção diferente, eu hoje já consigo me vê diferente, na verdade... Apesar que eu tem muita situação aqui, talvez, fracasse, mas pelo fato de ter existido esse lugar, na verdade, muda tua visão sobre o mundo lá fora, na verdade [...] na verdade de você não vivê só aquele marasmo, você pensá que isso aqui... fica só pensando coisa ruim, na verdade, porque o livro te abre, espontaneamente, totalmente caminho de coisa boa [...] talvez eu seria diferente do que eu sô hoje, na verdade taria, talvez, pior até. Hoje eu já consigo me vê diferente, tipo lá fora, não só saí daqui já diretamente com intuito de i robá, ou traficá, ou coisa assim... Já me vejo pensando de uma forma, tipo, tentá procurá um emprego, uma coisa assim, na verdade, tentá mudá, tentá fazê uma coisa que eu não fiz nesses últimos anos. Eu, pra mim, essa questão do Presídio, essa unidade, cadeia não é bom em circunstância nenhuma, mas a circunstância você fez você tem que pagá... (grifo nosso).*

A enunciação do INF 1 “Cadeia não é bom em circunstância nenhuma, você fez, você tem que pagá” marca a mesma regularidade da SD do INF 4, precedente, “Claro, é cadeia, tá privado de tua liberdade e isso não tem preço que pague, intendeu?” Essas duas sequências discursivas conjugam, no fio do discurso, a tentativa de os presos enunciarem conscientemente que a leitura e a literatura mudam a visão de uma pessoa, mudam a vida, abrem um caminho de outras possibilidades a ser seguido, mas, sem poder controlar, irrompe o dizer inconsciente e escapa a formulação “cadeia não é bom em circunstância nenhuma, fez, tem que pagá”. No dizer do INF 1 há a marca da denegação: “A própria literatura, já digo, então, na verdade, ela ajuda muito pra você, tipo, não fechá tua mente, pra você consegui esse tempo, na verdade, tem que ficá, porque se você ficá só ali, não vô dizê que você fique loco, mais a mente vai fechando, vai se tornando praticamente, já vô dizê, um... um... monstro”. “Não vô dizê que você fique loco”, negação que afirma pelo menos a existência de um problema, ficar preso pode levar à loucura, que lhe trouxe o sentimento de certa rejeição. Nega-se o que não se quer que venha à tona, os sentidos que se deseja excluir, eliminar, obliterar. São recorrentes as hesitações, as pausas para pensar no próprio dizer, para racionalizar, para evitar dizer o que não pode ou que não quer dizer conscientemente, a negação da loucura, de ser um monstro. Também emergiu como regularidade em todos os entrevistados os dizeres “na verdade”, “sinceramente”, entre outros desse campo semântico. Nos quadros, em que são apresentados os recortes discursivos, há uma recorrência de dizeres dos próprios presos de que são estigmatizados e de que carregam um rótulo de que não são confiáveis, por isso parece que eles precisam reafirmar o tempo todo que estão sendo sinceros e verdadeiros.

Outro ponto marcado nas enunciações dos entrevistados que emergiu dos recortes do *corpus* analisado apresenta uma divisão entre o “aqui na prisão”, sublinhando o espaço prisional e o tempo presente, contrapondo o “dentro do cárcere” e o aprisionamento com o “lá fora, quando eu sair daqui”. Há uma divisão espaço-temporal bem marcada nas falas dos sujeitos-leitores presos e a leitura como dispositivo de remição de pena aparece como um marco importante nessa divisão entre o dentro e o fora, entre o antes e o agora e o “quando eu comecei a ler”. O sujeito-leitor preso é colocado em contato com essa leitura, é trazido para uma prática de leitura que parece afetá-lo para além do caráter normalizador.

## **| Algumas ponderações finais**

Ao chegarmos neste ponto do texto, gostaríamos de esclarecer que este trabalho não visou estabelecer uma crítica ao projeto de remição da pena pela leitura, muito pelo contrário. Acreditamos ser imprescindível a mobilização de entidades de saber (como as universidades) para atuarem juntamente nas instâncias de poder (como o sistema judiciário) a fim de problematizarem as condições de produção e de subjetivação nos mais diversos âmbitos de nossa sociedade. Contudo, nosso gesto analítico buscou também desestabilizar a ideia de uma promessa de salvação do sujeito, sem que as condições em que ele se constitui sejam alteradas.

Nesse sentido, a ênfase dada neste artigo sobre o caráter normalizador da leitura em espaço de privação da liberdade não foi uma escolha nossa, emergiu das regularidades com que nos deparamos na construção do dispositivo analítico sobre a materialidade das entrevistas das quais selecionamos as sequências discursivas.

O escopo deste trabalho tematizou a leitura como dispositivo de remição de pena em espaço de privação de liberdade, a partir de uma perspectiva da subjetividade desse sujeito-leitor. Uma leitura produzida dessa forma, praticada a partir do lugar em que o sujeito-leitor preso se encontra, é uma prática de leitura que faz trabalhar efeitos de sentido diversos, resultantes de uma visada subjetiva em que o sujeito é antes de tudo assujeitado a tal prática. Ou seja, ler ou deixar de ler na condição de preso é radicalmente diferente de ler ou deixar de ler fora da prisão.

Como contraponto e, levando em consideração a discussão foucaultiana sobre a disciplina e a normalização, em *Vigiar e Punir* (2014 [1975]), questionamos se o dispositivo de remição de pena pela leitura, resumidamente referido neste

artigo, poderia ser considerado no âmbito da mesma modalidade de disciplina descrita por Foucault.

É sabido que Foucault (2014 [1975]) não centra sua análise nos mecanismos punitivos, pelos seus efeitos repressivos, mas recoloca-os na série completa dos efeitos positivos que eles podem induzir, notadamente em certa economia política do corpo, para torná-lo útil, produtivo e submisso.

Para Foucault (2014 [1975]), na análise da disciplina, o que está em jogo é a relação do corpo com o tempo, os gestos e as atividades de todos os dias, a sujeição a hábitos, a regras, a ordens, ao exercício constante de uma autoridade sobre o indivíduo e em torno dele e que deve deixar funcionar automaticamente nele numa ocupação meticulosa do corpo e do tempo do preso. É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado, porque se torna útil, uma utilidade pensada em dois registros, seja aumentando as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade), seja diminuindo essas mesmas forças (em termos políticos de obediência).

Para alcançar esses resultados, na lógica do olho do poder do panóptico, está o jogo entre a individualidade e a coletividade, porque é preciso, de um lado, a caracterização do indivíduo como indivíduo e, de outro, a colocação desse indivíduo em ordem numa multiplicidade dada; é preciso que cada um se defina pelo lugar que ocupa na série e pela distância que o separa dos outros. Portanto, a posição na fila, o lugar que alguém ocupa numa classificação é determinante na identificação e na diferenciação.

Como consequência, há uma análise do controle da atividade, a questão do tempo, da organização das gêneses, que divide a duração em segmentos para alcançar um termo; da composição das forças. A esse complexo, o panóptico traz a ideia de uma vigilância hierárquica dessa atividade, uma sanção que seria normalizadora relativamente aos modos de relação com o tempo, com a postura, para reduzir os desvios. Compreendemos que a sanção pode ser normalizadora porque responde a essa lógica de Bentham (2012 [1830]) do castigo e da recompensa.

Por fim, do dispositivo de remição da pena pela leitura, cabe uma pergunta inquietante: o que isso quer dizer? Estaríamos diante de uma nova prisão? Haveria uma outra modalidade disciplinar? Foucault (2014 [1975]) foi contundente ao afirmar que a prisão, na lógica disciplinar, não funciona e nem é para funcionar na sua lógica estrita, ela só tem sentido numa perspectiva mais ampla em que se correlaciona com outras disciplinas e modalidades de gestão das ilegalidades.

Pela análise efetuada dos relatos dos sujeitos-leitores presos, eles não apenas podiam ou não participar, como podiam ler na hora que quisessem, no ritmo que quisessem, muito embora inseridos em condições inimagináveis. A atividade é individual, não é coletiva, não visa à produção de um artefato. Pelo dispositivo de remição de pena pela leitura, embora haja um limite de um livro por mês, 12 obras por ano, embora seja o resultado de um processo, ela não segue uma modalidade sequencial. Uma leitura não tem correlação com outra. Não há um programa formativo.

Nesse enredamento, pelo exposto neste estudo, entendemos tratar-se de uma estratégia que vai além da disciplinar, uma tática de governo, o que muda a perspectiva com que se deve olhar a relação do sujeito preso com o sistema, seus modos de resistência e o papel que a leitura pode ter neste contexto. Dito de outro modo, não apenas uma prática disciplinar, mas um modo de governo, sob a égide da “governamentalidade” (Foucault, 2008 [1977-1978]). Para Foucault, o conceito de governamentalidade abrange o que o constitui, ou seja, as artes de governar com seus conjuntos de técnicas, táticas, saberes, dentre outros, possibilita compreender como os sujeitos são engendrados numa dimensão de governo que toma o sujeito da espécie humana e o transforma de sujeito em cidadão governável.

## Referências

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos do Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Tradução Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

BENTHAM, J. **The rationale of reward**. London: Robert Reward [1830], Nabu Press, 2012. Disponível em: [www.bibliolife.com/store](http://www.bibliolife.com/store). Acesso em: 25 ago. 2021.

BRAGA, S. **O travesti e a metáfora da modernidade**. Palhoça: Ed. Unisul, 2010.

BRAGA, S.; SOUZA, T. D. S. O acontecimento do dispositivo de governo de uma necropolítica no Brasil. *In*: BUTURI JR, A.; FERNANDES, C. A.; BRAGA, S. **Cartografias do contemporâneo V**: crises de governamentalidade. Campinas: Pontes, 2023.

FERREIRA, M. C. L. Análise do Discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso. **Organon**, Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. 24, n. 48, p. 17-34, jan./jun. 2010.

FONSECA, M. A. da. **Michel Foucault e o direito**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

FOUCAULT, M. **Segurança, território e população**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008 [1977-1978].

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 19. ed. Tradução. Maria Thereza Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009 [1976].

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012 [1971].

FOUCAULT, M. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: n-1 Edições, 2013 [1967].

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Tradução Raquel Ramalhe. 42 ed. Petrópolis: Vozes, 2014 [1975].

LORENSET, R. B. C.; OLIVEIRA, F. Projeto de Extensão: direito e cárcere: remição da pena pela leitura. *In: Anuário Pesquisa e Extensão Unoesc Xanxerê/Universidade do Oeste de Santa Catarina*. Joaçaba: Editora Unoesc, 2020, v. 5, p. e23876. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/apeux/article/view/23876>. Acesso em: 2 maio 2020.

LORENSET, R. B. C. **Leitura e cárcere**: (entre)linhas e grades, a constituição do sujeito-leitor pelo dispositivo de remição de pena. 2021. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/229231>. Acesso em: 7 jul. 2023.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009 [1975].

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução. Eni Puccinelli Orlandi. 6. ed. Campinas: Pontes Editores, 2012 [1983].

STÜBE, A. D. **Tramas da subjetividade no espaço entre-línguas**: narrativas de professores de língua portuguesa em contexto de imigração. 2008. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

### Como citar este trabalho:

BRAGA, Sandro; LORENSET, Rossaly Beatriz Chioquetta. O dizer de sujeitos-leitores presos nas algemas de mecanismos de normalização. **Revista do GEL**, v. 21, n. 2, p. 57-78, 2024. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>.

Submetido em: 04/05/2024 | Aceito em: 05/08/2024.

# Alternantes minoritárias no plural de nomes terminados em <ão> no português brasileiro: contextos favorecedores

**Pedro Eugênio GAGGIOLA<sup>1</sup>**

**Luiz Carlos SCHWINDT<sup>2</sup>**

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil;  
| pedroe.gaggiola@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-0123-6205>

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil;  
| schwindt@ufrgs.br | <https://orcid.org/0000-0003-0533-589X>

**DOI:** <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v21i2.3752>

**Resumo:** Neste trabalho, aborda-se o fenômeno da flexão de número de nomes terminados pelo ditongo nasal <ão> no português brasileiro. Em especial, problematizam-se os contextos linguísticos que resistem à predominância da alternante de plural <ões>. Os dados que subsidiam a análise advêm de um experimento linguístico proposto para avaliar o juízo de falantes do português brasileiro sobre a melhor alternativa de pluralização de pseudopalavras consideradas as alternantes atestadas no léxico da língua: <ões>, <ãos>, <ães>. O modelo de regressão logística de efeitos mistos gerado para a análise dos resultados aponta para o favorecimento das alternantes minoritárias <ãos> e <ães> para marcar o plural no contexto de pseudopalavras terminadas em <ão> monossilábicas, paroxítonas e portadoras de sufixo gentílico.

**Palavras-chave:** Plurais irregulares. Ditongo nasal. Morfofonologia. Logatomas.

---

## Minority alternants in the plural of nouns ending in <ão> in Brazilian Portuguese: favoring contexts

**Abstract:** This work addresses the phenomenon of number inflection in names ending with the nasal diphthong <ão> in Brazilian Portuguese. In particular, linguistic contexts that resist the predominance of the plural alternant <ões> are discussed. The data supporting the analysis come from a linguistic experiment that evaluates the judgment of Brazilian Portuguese speakers about the best choice for pluralizing pseudowords among the plural alternants attested in the Portuguese lexicon, <ões>, <ãos>, <ães>. The mixed-effects model used for the analysis of the results indicates a preference for number inflection through the plural alternants <ãos> and <ães> in the context of pseudowords ending in <ão> which are monosyllabic, show penultimate stress and carry a demonym suffix.

**Keywords:** Irregular plurals; nasal diphthong; morphophonology; logatomas.

### | Introdução

Neste texto, abordamos o fenômeno da flexão de número de vocábulos terminados pelo ditongo nasal <ão><sup>3</sup> no português brasileiro (PB), que apresenta três alternantes de plural estabelecidas no léxico, como se vê em (1).

---

3 Propostas formais em linguística usualmente atribuem estruturas fonológicas distintas a nomes terminados pelo ditongo [êw̃] a depender de seus comportamentos em contexto de flexão (Camara Jr., 1970; Morales-Front; Holt, 1997; Bisol, 1998; Mateus; d'Andrade, 2000). Contudo, por não ser foco deste estudo, aqui não assumimos compromisso com formas subjacentes específicas para os nomes em análise.



(1) *Alternantes de plural para nomes terminados em <ão>*<sup>4</sup>

- |          |                              |                  |
|----------|------------------------------|------------------|
| a. <ões> | [na.'sẽw̃] → [na.'sõj̃s]     | nação → nações   |
| b. <ãos> | ['grẽw̃] → ['grẽw̃s]         | grão → grãos     |
| c. <ães> | [a.le.'mẽw̃] → [a.le.'mẽj̃s] | alemão → alemães |

A alternante (1a) é reconhecidamente a mais utilizada para realizar o plural de vocábulos terminados pelo ditongo nasal <ão> no PB. Em Schwindt, Gaggiola e Petry (2021), a avaliação de quase 6.000 vocábulos provenientes do Corpus Brasileiro (CBras)<sup>5</sup> permitiu concluir que 92,8% das palavras avaliadas, terminadas por esse ditongo, flexionam-se em número por meio da alternante (1a).

Entretanto, o uso da alternante (1a) para realizar a flexão de número de vocábulos terminados por <ão> não é irrestrito. Vocábulos monossilábicos do léxico do PB realizam seu plural, de forma majoritária, por meio da alternante (1b) (ex. mãos). Nesse contexto linguístico, destacam-se também alguns vocábulos bastante frequentes, em termos de *tokens*, que realizam sua forma de plural por meio da alternante (1c) (ex. cães, pães). O predomínio da alternante (1b) é também observado em vocábulos paroxítonos (ex. sótãos). Esses dois contextos fonológicos, que parecem dar espaço à alternante (1b), e em certa medida à alternante (1c), foram discutidos por diversos autores na literatura sobre o fenômeno (Abaurre, 1983; Bisol, 1998; Huback, 2010; Schwindt; Gaggiola; Petry, 2021, entre outros).

Em Schwindt, Gaggiola e Petry (2021), observa-se ainda que o contexto morfológico de sufixo gentílico (ex. alemão) também modifica a distribuição das alternantes (1a-c). Nesse contexto morfológico, predomina novamente a alternante (1b) (ex. cidadãos) na avaliação dos dados do CBras e a alternante (1c) apresenta considerável aplicação (ex. catalães). Entretanto, é importante destacar que os subgrupos de vocábulos monossilábicos, paroxítonos ou possuidores de sufixo gentílico são pouco numerosos na amostra descrita de palavras terminadas em <ão>: apenas 0,66% dos vocábulos terminados

---

4 Neste texto, muitas vezes nos referimos aos nomes que são objeto da análise utilizando-nos de sua terminação gráfica compartilhada no singular, <ão>, assim apresentada, entre colchetes angulados. Em eventuais transcrições fonéticas, com objetivo de simplificação, representamos a nasalidade dos ditongos entre colchetes simples apenas sobrepondo um til sobre a vogal e o glide, [ẽw̃]. Não ignoramos, contudo, a complexidade articulatória dessa estrutura em português, que, ainda que não apresente um segmento nasal em coda, como se observa em espanhol ou inglês, parece preservar alguma ressonância nasal sobre segmentos vocálicos em vez de assimilá-la plenamente, como se observa em línguas como o francês.

5 O Corpus Brasileiro é uma amostra *on-line* que reúne dados de fala e escrita do PB produzidos entre 2008 e 2010, constituído de 155.842 *types* e 691.758.151 *tokens*, disponível no site Linguateca: <https://www.linguateca.pt/acesso/corpus.php?corpus=CBRAS>.

por esse ditongo correspondem a vocábulos com uma sílaba, por exemplo. Proporções semelhantes são atestadas para vocábulos paroxítonos e afixados pelo sufixo -ão gentílico. Logo, partindo dessas evidências empíricas, os contextos linguísticos que cerceiam a aplicação da alternante de plural (1a) podem ser entendidos como lexicalmente restritos. Em outras palavras, podemos dizer que a mudança de proporções observada na distribuição das alternantes (1a-c) nesses subgrupos é produto de poucos itens lexicalmente memorizados que os compõem. Sob esse entendimento, não se esperaria que a preferência pelas alternantes de plural (1b) e (1c) em determinados contextos morfofonológicos se estendesse a novas formações do PB, o que sugeriria que, além de memória, nenhum conhecimento linguístico específico estaria em jogo para explicar a predominância da alternante (1b) e o destaque da alternante (1c) em determinados grupos de itens presentes no léxico da língua.

Para falsear essa hipótese, portanto, acreditando que os padrões (2a-c), abaixo especificados, seriam estendidos a novas palavras do PB, desenvolvemos um teste contendo pseudopalavras, ou logatomas, aplicado em ambiente virtual. Os participantes foram convidados a escolher a pseudopalavra pluralizada que lhes soasse melhor ou mais natural de maneira intuitiva, considerando as alternantes (1a-c). Os dados levantados foram avaliados tendo em vista as variáveis linguísticas *acento*, *número de sílabas* e *afiliação morfológica de <ão>*, a fim de analisar a extensão dos padrões (2a-c) a novas formações do PB.

(2) *Padrões investigados*

- a. vocábulo monossilábico – alternantes <ãos>/<ães> (ex. grãos, pães)
- b. vocábulo paroxítono – alternante <ãos> (ex. órgãos)
- c. vocábulo com sufixo gentílico – alternantes <ãos>/<ães> (ex. cidadãos, catalães)

Este texto está organizado da seguinte maneira: na próxima seção, discutimos os conceitos de irregularidade morfofonológica e produtividade em relação ao fenômeno sob investigação. Depois, revisitamos propostas teóricas utilizadas na literatura para explicar a distribuição das alternantes de plural (1a-c), bem como para explicar a confluência dessas alternantes para uma só forma de singular, <ão>. Na sequência, explicitamos os procedimentos metodológicos do experimento linguístico proposto e detalhamos e discutimos os resultados desse experimento. Por fim, nas considerações finais, sintetizamos os principais resultados deste estudo, identificando suas limitações e perspectivas.

## | Irregularidade: critérios formais e de produtividade

Neste texto, entendemos como *regular* a marca de plural exponenciada pela alternante (1a), presente em vocábulos como *balões*, opondo-se às realizações desse morfema pelas alternantes (1b) e (1c), presente em vocábulos como *irmãos* ou *aldeães*, as quais tratamos como *irregulares*. Essa classificação tem por base a produtividade da alternante (1a), amplamente atestada na literatura do fenômeno. Huback (2010) observa que falantes do português brasileiro optam por pluralizar por meio da alternante (1a) inclusive vocábulos cuja etimologia prevê a alternante (1c), por exemplo (ex. *escrivão* → *escrivães* ~ *escrivões*). Essa tendência não é observada em mesma proporção no sentido contrário (ex. *limão* → *limões* ~ \**limães*).

Assumimos, com base em Bauer (2001, p. 54), que um processo linguístico pode ser considerado regular à medida que ele é usado para criar a maior parte das formas apropriadas em um determinado contexto linguístico. Ao adotarmos essa definição, chegamos à conclusão de que (1a) é a alternante de plural a ser considerada *regular* no contexto geral dos vocábulos terminados pelo ditongo nasal <ão>. Essa definição de regularidade também justifica o *status* de *irregular* atribuído às alternantes (1b) e (1c), ao levarmos em conta suas aplicações minoritárias no léxico em uso, o qual entendemos ser constituído de formas efetivamente utilizadas na comunicação e presentes em *corpora* linguísticos (Schwindt; Abaurre, 2022).

Por outro lado, podemos igualmente adotar um critério formal de regularidade para avaliar qual alternante de plural pode ser considerada *regular* no fenômeno abordado neste texto. Assim, outra possível noção de regularidade, também considerada em Bauer (2001, p. 54), relaciona-se à ausência de irregularidades morfofonológicas na forma resultante de um processo linguístico. Sob essa noção, o processo regular de flexão de número para vocábulos terminados em <ão> é aquele que resulta em alterações formais mínimas no produto do processo. Por consequência, a alternante <ãos> é considerada resultado de um processo regular de flexão nessa perspectiva, uma vez que nessa formação apenas se acrescenta -s à forma de base da superfície, processo que se observa na flexão da maior parte das palavras do PB (ex. *menino/meninos*) (Cristófarosilva, 2012).

Se compararmos as formas de superfície *lim*[ẽw̃] / *lim*[õjs], atestamos, além do acréscimo de -s, típico morfema marcador de plural, a presença do glide palatal em vez de glide labiovelar na forma plural e a mudança da qualidade da vogal do núcleo da sílaba final do vocábulo, que passa de [ẽ] para [õ] (Abaurre, 1983,

p. 128). Em resumo, a alternante (1a) pode inquestionavelmente ser considerada *regular* em termos de produtividade no subconjunto das palavras terminadas em ditongo nasal <ão> no PB, mas pode ser considerada *irregular* se levarmos em conta as alterações morfofonológicas demandadas pela alternância [ẽw̃] → [õjs], consideradas as formas de superfície envolvidas. Neste trabalho, assumimos a perspectiva da produtividade, entendendo a alternante de plural <ões> como *regular* e as alternantes <ãos> e <ães> como *irregulares*.

## **| Regularidade morfológica, irregularidade fonológica**

A aparente irregularidade morfofonológica na flexão de vocábulos do tipo *nação* (pl. *nações*) é tida como superficial em determinadas propostas de análise linguística em prol da simplificação da morfologia da língua. Ou seja, para que a pluralização [na.'sõjs] possa ser entendida como formada a partir do mesmo processo que forma o plural dos demais nomes do PB (pelo simples acréscimo de -s), diversas propostas de análise desse fenômeno postulam representações linguísticas ao vocábulo *nação*, por exemplo, que não correspondem biunivocamente à estrutura atestada na forma fonética, a saber, [na.'sẽw̃]. Camara Jr. explica as diferenças de forma entre as alternantes (1a), (1b) e (1c) partindo de representações fonêmicas terminadas por uma vogal (/a/ ou /o/) + arqui fonema nasal /N/ não especificado quanto ao ponto de articulação (Camara Jr., 1969, p. 30). As estruturas /oN/ ou /aN/ são acrescidas de vogal temática (VT) /o/ ou /e/, resultando em estruturas fonêmicas do tipo /leoN+e/ ou /irmaN+o/. Dessa forma, a flexão de número desses itens se dá regularmente por meio da adjunção do morfema -s de plural à borda direita desses vocábulos. Regras morfofonológicas são responsáveis por derivar, portanto, as formas observadas na superfície [le.'õjs] e [ir.'mẽw̃s].

Análises gerativas do fenômeno tomam de maneira similar esse princípio de simplicidade morfológica, ainda que fundamentadas em outras bases. Bisol (1998), à luz da Fonologia Lexical (FL) e da Fonologia Autossegmental, assume que a nasalidade do ditongo em *limão*, por exemplo, resulta de um suprasegmento nasal, anteriormente em posição de coda, que não é interpretado foneticamente por não possuir traços articulatorios. A VT integra, portanto, a coda da rima silábica anteriormente ocupada por /N/. A rima é, então, nasalizada pelo suprasegmento nasal. Sob a ótica da FL, a pluralização de vocábulos do tipo *irmão* ocorre por meio do acréscimo de -s pela morfologia do Nível 2, após a inserção da VT e antes da reassociação de /N/ à rima. A alternância [ẽw̃]→[õjs] observada é entendida como resultado da expansão do traço [coronal] do morfema de plural -s que desassocia o traço [labial] da vogal imediatamente anterior. Ainda nessa alternância, o plural ocorre por meio da

mera adjunção de -s a formas subjacentes mais abstratas do tipo /limoN+o/. A vogal [+posterior] e [+arredondada] atestada em [li.'mõ̃s], portanto, é tida como já presente na subjacência e o glide palatal resulta da coronalidade de -s. O processo responsável pelo *output* [li.'mõ̃s] é sintetizado abaixo, simplificado a partir de Bisol (1998):

**Quadro 1.** Plural de nomes terminados por <ão> na FL

<b>Input</b>	[limoN+o] <sub>N pl.</sub>
<b>Nível 1</b>	
Silabificação	[li.moN]
Atribuição do acento	(*)
<b>Nível 2 – Morfologia</b>	
Adjunção da vogal temática	[[li.'moN]o]
Flexão	[[[li.'moN]o]S]
<b>Nível 2 – Fonologia</b>	
Desassociação da nasal	[[[li.'mo]o]S]
Silabação e elevação da VT	li.'mouS
Reassociação da nasal à rima	li.'mouS [N]
Espraiamento da coronalidade	li.'moiS [N]
<b>Output</b>	[li.'mõ̃s]

**Fonte:** Adaptado de Bisol (1998)

Tanto na perspectiva de Camara Jr (1969, 1970) quanto na perspectiva de Bisol (1998), não é necessário falar em irregularidade morfofonológica na alternância presente em, por exemplo, [le.'ẽw̃]→ [le.'õ̃s], uma vez que essa aparente irregularidade está prevista na forma fonológica dos vocábulos envolvidos nesse processo flexional. Assim, a diferença atestada na superfície fonética para a pluralização da palavra *grão*, se comparada à pluralização da palavra *nação*, é explicada partindo de diferentes estruturas subjacentes (ou formas teóricas, no paradigma de Camara Jr.) para cada um dos vocábulos. As propostas revisitadas nesta seção não parecem captar, entretanto, todos os padrões descritos em Schwindt, Gaggiola e Petry (2021). O fato, por exemplo, de vocábulos com uma sílaba flexionarem por meio das alternantes irregulares de plural seria motivado pelo compartilhamento de uma mesma representação subjacente entre esses vocábulos, qual seja, /aN+o/, como em /graN+o/. O contexto linguístico de uma

sílaba, desse modo, não possui papel *per se* nesse processo, e a associação desse contexto linguístico às alternantes irregulares de plural para os vocábulos terminados pelo ditongo em análise é vista como epifenômeno.

Outra possível crítica às propostas gerativas *standard* para a flexão desses vocábulos diz respeito à alta abstração fonológica demandada por uma análise para derivar uma mesma forma fonética ([ẽw̃] no singular) a partir de três formas subjacentes supostamente distintas. Confrontada com esse e outros problemas envolvendo as alternâncias com as quais nos ocupamos neste trabalho, Abaurre (1983) sugere uma análise em Fonologia Gerativa Natural em que atribui certa complexidade à morfologia do PB para explicar a flexão de plural discutida neste trabalho. A autora propõe o emprego de diacríticos que identificam os itens lexicais a serem pluralizados por meio das alternantes minoritárias <ãos> e <ães>. Assim, vocábulos flexionados pela alternante [ẽw̃s] são marcados no léxico pelo diacrítico [I] (de *invariância*) e aqueles flexionados pela alternante [ẽjs] são marcados por [A] (de *alternância*). Os nomes que apresentam os diacríticos propostos seriam, na análise da autora, imunes à sequência de regras que dá origem à alternante [õjs]. Abre-se com a proposta de Abaurre, assim, um espaço para o detalhamento descritivo dos contextos, fonológicos e morfológicos, que favorecem a emergência dessas alternantes *irregulares* de plural, tarefa que assumimos neste estudo.

## **| Procedimentos metodológicos**

Com este trabalho, temos por objetivo responder a duas questões: (i) ao contemplarmos o léxico potencial do PB (cf. Schwindt, 2021; Schwindt; Abaurre, 2022), podemos afirmar que os contextos linguísticos de vocábulos monossilábicos, vocábulos paroxítonos e vocábulos nos quais <ão> corresponde a sufixo gentílico favorecem a flexão de pseudopalavras terminadas em <ão> por meio de alternantes de plural irregulares? (ii) ou seja, os padrões linguísticos (2a-c), retomados por conveniência, *vocábulo monossilábico – alternantes <ãos>/<ães>*, *vocábulo paroxítono – alternante <ãos>* e *vocábulo com sufixo gentílico – alternantes <ãos>/<ães>* são produtivos no léxico potencial da língua ou correspondem a padrões restritos a poucos itens lexicalizados?

Para responder a essas questões, desenvolvemos um experimento linguístico com pseudopalavras — palavras que não existem no léxico em uso, ou seja, nunca foram percebidas ou produzidas por falantes do PB, mas respeitam princípios

combinatoriais da fonotática da língua<sup>6</sup> (Nevins, 2016; Schwindt; Abaurre, 2022). O teste consistiu de 18 pseudopalavras terminadas por <ão> já pluralizadas incluídas em frases-veículo que deveriam ser lidas e ouvidas pelos participantes. O experimento foi submetido para aval ético do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e foi aprovado, sob o número de certificado de apresentação de apreciação ética 62259822.9.0000.5347, em outubro de 2022. O teste foi divulgado nas redes sociais Instagram, Twitter/X e Facebook e ficou disponível por 72 horas, seguindo metodologia empregada em estudos similares (Schwindt, 2021; Schwindt; Abaurre, 2022), nos dias 27, 28 e 29 de março de 2023, sendo respondido integralmente por 126 pessoas.

Partimos da criação de pseudopalavras por meio do *script* em R *Word Generator* (Garcia, 2014). Das 18 pseudopalavras criadas, 6, terminadas pelo padrão *vogal+<l>* ou *vogal+<u>*, exerceram o papel de distratoras no experimento. Utilizamos esse modelo de pseudopalavra distratora para simular palavras do léxico do tipo *papel* e *chapéu* que, na forma de superfície, são ambas comumente pronunciadas com o glide labiovelar [w] em posição final, mas que podem ser entendidas como distintas subjacentemente (Schwindt, 2021). A flexão de número desses vocábulos é, também, tida como não canônica, uma vez que observamos alternâncias do tipo [ɛw] → [ɛjs] na pluralização de vocábulos como *papel*. Com esses itens distratores, não temos por objetivo mascarar o fato de que o experimento investiga formas de plural no PB, uma vez que tal intuito demandaria um modelo de experimento extenso, mas desejávamos atenuar possíveis efeitos de viés resultantes da constante exposição repetitiva ao estímulo de vocábulos terminados pelo ditongo nasal em investigação. Cada uma das 18 frases-veículo contou com três opções de pluralização para os logatomas.

O uso do *script* *Word Generator* para criação de logatomas foi motivado em função da possibilidade de redução da influência do experimentador nos resultados do experimento e para assegurar maior aleatoriedade na amostra. Entretanto, realizamos alterações mínimas nas pseudopalavras geradas quando consideramos que determinados padrões fonotáticos do PB não eram perfeitamente capturados pelo algoritmo utilizado.

---

6 Para assegurar ortogonalidade entre as variáveis linguísticas em análise, o experimento contou com alguns itens que não apresentam correspondente no léxico permanente da língua, nomeadamente vocábulos com uma sílaba afixados pelo sufixo gentílico -ão. O tratamento de tais itens como *pseudopalavras* neste trabalho, portanto, está fundamentado em sua boa formação estrutural, fonológica e morfológica. Aprofundamos esta discussão nas seções de resultados deste trabalho.



Nossos logatomas paroxítonos, por exemplo, possuem como núcleo da sílaba acentuada a vogal [ɔ] exclusivamente, uma vez que a presença de outras vogais na posição tônica de nomes terminados por <ão> paroxítonos é incomum no PB (*benção* parece ser a única exceção frequente). Também, consideramos nessa decisão o processo de Abaixamento Espondáico descrito em Wetzels (1995), que neutraliza vogais médias baixas e altas em detrimento de vogais médias baixas em vocábulos paroxítonos cuja última sílaba seja bimoraica (ex. [ɔ]rgão, s[ɔ]tão). Ao julgar esse processo como ativo na língua (Wetzels, 1997), privamos nossos logatomas paroxítonos de portarem vogais médias altas no núcleo da sílaba tônica para que essas pseudopalavras atendessem de forma equilibrada às combinações licenciadas pelas restrições fonológicas do sistema do PB.

Quanto às variáveis linguísticas em investigação, amalgamamos *acento e número de sílabas* em uma única variável por questões de ortogonalidade, uma vez que, por razões evidentes, não é possível categorizar um logatoma como monossilábico e ao mesmo tempo como paroxítono. Dessa forma, classificamos nossas pseudopalavras em duas variáveis linguísticas: *acento e número de sílabas* e *afiliação morfológica de <ão>*. A primeira variável diferencia pseudopalavras oxítonas de uma sílaba (ex. [ˈtrẽw̃])<sup>7</sup>, pseudopalavras oxítonas de mais de uma sílaba (ex. [do.ˈbẽw̃]) e pseudopalavras paroxítonas (ex. [ˈfo.zẽw̃])<sup>8</sup>. Pseudopalavras oxítonas de mais de uma sílaba bem como pseudopalavras paroxítonas correspondiam a logatomas de duas ou três sílabas, ainda que essa diferença não tenha sido computada na análise estatística. Ou seja, quanto ao número de sílabas, diferenciamos apenas vocábulos com uma sílaba de vocábulos com mais de uma sílaba. A segunda variável, por fim, diferencia pseudopalavras nas quais <ão> corresponde a sufixo gentílico de pseudopalavras nas quais <ão> integra o radical do logatoma, informações morfológicas veiculadas pela semântica e sintaxe das frases do experimento, conforme o exemplo que segue.

(3) *Exemplo de frase na qual o ditongo nasal corresponde a sufixo gentílico*

Zícra era um país pacato no leste da Europa, até que seus habitantes, os ZICRÃOS | ZICRÕES | ZICRÃES, resolveram se rebelar.

(4) *Exemplo de frase na qual o ditongo nasal integra o radical da pseudopalavra*

Na quarta gaveta do móvel da sala era onde ficavam os POVINÃOS | POVINÕES | POVINÃES da casa.

---

7 Monossílabos tônicos são tratados aqui como oxítonos sob a hipótese de que a atribuição de acento sobre a única sílaba de uma palavra, numa língua em que o acento se distribui da direita para a esquerda, equivale à atribuição de acento sobre a última sílaba de um vocábulo com mais sílabas.

8 Neste trabalho não investigamos palavras proparoxítonas terminadas pelo ditongo nasal <ão> uma vez que esse padrão não foi atestado no léxico em uso pelo estudo norteador do nosso experimento. A questão a respeito da razão da ausência desse padrão (se por inércia ou agramaticalidade) foge ao escopo deste trabalho.



Definimos o sufixo gentílico -ão com base em Cardeira e Villalva (2020), considerando-o como integrante de um grupo de sufixos do português formadores de adjetivos que associam suas derivações a uma nação, local ou região. A alta frequência de *tokens* de alguns itens derivados por esse sufixo atestada no CBras em Schwindt, Gaggiola e Petry (2021) (ex. alemães = 15.512 *tokens*) e a presença de *hapax legomena*<sup>9</sup> nesse *corpus* (ex. percherões, barroões) podem ser entendidas como indícios de que o sufixo gentílico -ão integra o conhecimento morfológico dos falantes do PB.

É importante atentar para o fato de que os participantes possuíam acesso à grafia das frases-veículo bem como a áudios contendo a leitura dessas frases. O participante tinha a tarefa de ler e escutar três versões de uma mesma frase, modificadas apenas pela alternante de plural aplicada à flexão do logatoma, e julgá-las partindo de um critério de naturalidade, elegendo a frase que continha a pseudopalavra a qual lhes soasse intuitivamente melhor.

Para garantir ortogonalidade, geramos dois logatomas-alvo representantes de cada possível subgrupo formado pela combinação dos níveis de nossas duas variáveis. Utilizamos, assim, a plataforma *SurveyMonkey*<sup>10</sup> para organizar nosso experimento e coletar nossos dados. A plataforma *Soundcloud*<sup>11</sup> foi usada para disponibilização dos arquivos de áudio, que foram embutidos ao html da plataforma *SurveyMonkey*. As frases foram lidas por uma participante de nosso grupo de pesquisa e gravadas com o uso do microfone Zoom H4n. Posteriormente, tratamos minimamente os áudios a fim de otimizar sua qualidade com o auxílio da plataforma *Audacity* (versão 3.2). Os participantes foram instruídos a utilizar fones de ouvido durante a execução do experimento. Além disso, uma tarefa inicial demandava que os participantes escutassem e realizassem uma instrução informada por meio de um áudio disponibilizado de forma igual àquela utilizada ao longo do experimento. A instrução solicitava que o participante escrevesse a palavra *escutar*. Esses expedientes garantiram algum controle acerca do cumprimento da instrução básica do experimento, adequadamente atendida por todos os participantes.

---

9 Entendemos, com base em Baayen (1992), que a presença de *hapax legomena* (vocábulos que apresentam frequência de *tokens* igual a 1 em um *corpus*) criados a partir de determinado padrão morfológico pode ser entendida como correlato da produtividade desse padrão. O índice de produtividade resulta, a rigor, da divisão do número de ocorrências isoladas de dado processo pelo total de palavras formadas por esse mesmo processo.

10 [surveymonkey.com](https://www.surveymonkey.com)

11 [soundcloud.com](https://www.soundcloud.com)

Coletamos juntamente dados de ordem social: faixa etária, gênero, escolarização, nacionalidade e região/local de residência dos participantes. Os que não se declararam falantes nativos do português brasileiro ou se declararam menores de 18 anos não puderam prosseguir com o experimento. A questão acerca da escolarização dos participantes levava em conta se o participante possuía ensino superior e se cursava Letras. A questão a respeito da região na qual reside o participante considerava se o participante habitava uma região com forte influência italiana ou alemã<sup>12</sup>, se habitava uma região metropolitana de seu estado, ou se nenhuma dessas descrições contemplava seu local de residência. Coletamos também informação a respeito do tempo que cada participante demorou para concluir o experimento linguístico, em minutos. Os resultados foram tabulados e submetidos à análise estatística descritiva e inferencial na Plataforma R (R Core Team, 2023).

## | Resultados

Atestamos grande variabilidade no tempo de conclusão do teste pelos 126 participantes: de 4 a 145 min. Em média, os participantes levaram 17,05 minutos para realizar o teste e apresentaram um desvio padrão de 17,15. A mediana, medida ideal diante da variabilidade constatada, correspondeu a 13. Tomando por base a amplitude interquartílica de nossa distribuição de tempo, excluimos 10 participantes que demoraram mais de 30 minutos para concluir o experimento, por se comportarem estatisticamente como *outliers*. Contamos, assim, com 1.392 respostas de 116 participantes na análise a seguir.

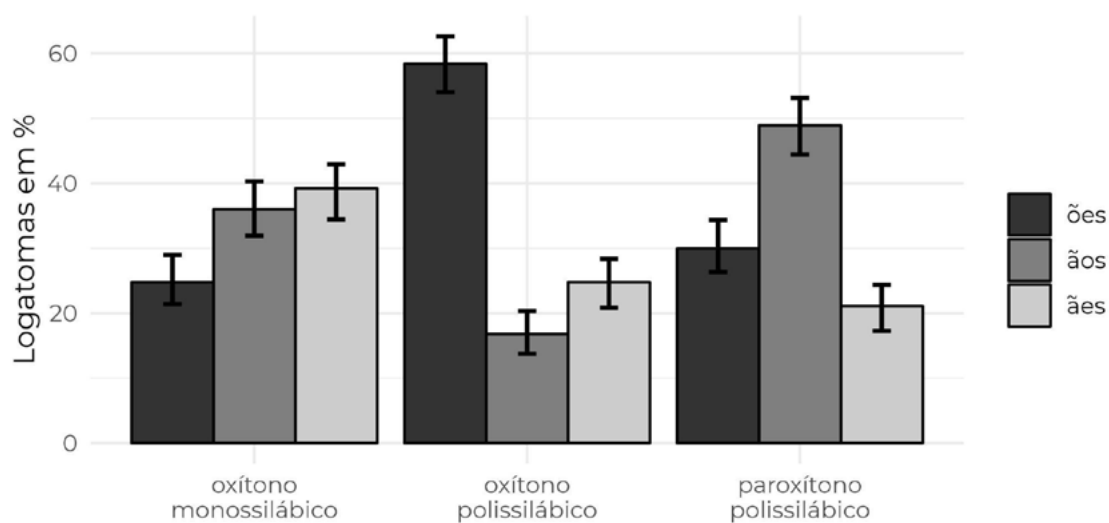
## | Acento e número de sílabas

A figura que segue representa as escolhas de nossos participantes quanto às alternantes de plural para logatomas correspondentes aos contextos fonológicos de vocábulo *oxítono monossilábico*, *oxítono polissilábico* e *paroxítono polissilábico*, proporcionalmente distribuídos em nosso experimento. Reiteramos, por conveniência, que as alternantes (1a), (1b) e (1c) correspondem às alternantes <ões>, <ãos> e <ães>, respectivamente.

---

12 Decidimos avaliar se os participantes residiam em regiões fortemente influenciadas pela cultura italiana ou alemã porque esperávamos participação considerável de falantes dessas regiões no experimento. Essa influência cultural poderia interferir em nossos resultados, uma vez que falantes dessas regiões, em especial os mais velhos, costumam pronunciar o ditongo nasal investigado neste trabalho como [õw̃].

**Figura 1.** Distribuição das alternantes de plural em função do acento e do número de sílabas



**Fonte:** Elaboração própria

Primeiramente, observamos, como esperado, a clara preferência da alternante (1a) em logatomas oxítonos de mais de uma sílaba (ex. povinões / [po.vi.'nõjs]). Esse resultado contribui para concluirmos que as respostas de nossos participantes não foram aleatórias. A ausência de sobreposição entre as barras de erro nas proporções de escolha das alternantes no contexto de logatomas oxítonos polissilábicos valida, com 95% de confiança, a maior aplicação da alternante (1a) nesse contexto e a menor aplicação da alternante (1b). A alternante considerada mais regular do ponto de vista da forma é a que possui menor índice de aplicação no contexto de polissílabos oxítonos, portanto.

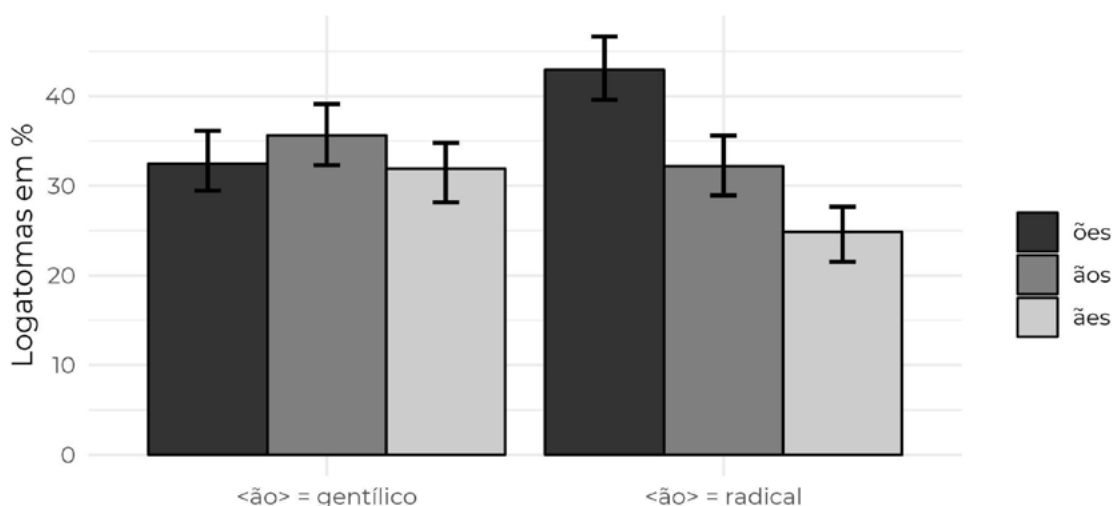
Atentando às três primeiras barras da figura, que correspondem ao contexto de pseudopalavras de uma sílaba, percebemos uma distribuição que diverge daquela observada no contexto discutido anteriormente. A alternante (1a) é, agora, a alternante com menor recorrência, e as alternantes denominadas *irregulares* predominam (ex. brãos, brães / ['brẽws], ['brẽjs]). Em termos descritivos, portanto, o contexto linguístico de vocábulos com uma sílaba parece dar espaço às alternantes (1b) e (1c). Uma disposição semelhante é atestada no contexto linguístico de pseudopalavras paroxítonas. Ao apreciarmos as três últimas barras da figura, observamos maior aplicação da alternante (1b) (ex. veródãos / [ve.'rõ.dẽws]), seguida em ordem pelas alternantes (1a) e (1c).

Contrastamos a distribuição das alternantes de plural (1a-c) em função da variável *acento e número de sílabas* no subgrupo de participantes que declararam ter cursado ou estar cursando Letras com o subgrupo dos demais participantes. A alternante (1a) predominou em logatomas oxítonos polissilábicos seguida, nesta ordem, pelas alternantes (1c) e (1b) em ambos os subgrupos. Nos demais contextos linguísticos dessa variável, tampouco observamos diferenças na ordem das alternantes que mais se aplicaram na comparação entre esses dois subgrupos. Resultados similares foram encontrados na comparação das distribuições entre o subgrupo de participantes que declararam residir em regiões com influência italiana ou alemã e o subgrupo dos demais participantes.

### | Afiliação morfológica de <ão>

A distribuição das alternantes de plural em análise em função do *status* morfológico de <ão> apresenta menor disparidade nas proporções observadas em cada um dos contextos linguísticos analisados. A alternante (1a) predomina, do ponto de vista descritivo, em logatomas nos quais o ditongo nasal integra o radical da pseudopalavra. As alternantes (1b) e (1c) possuem considerável percentual de aplicação para flexão de número das pseudopalavras nesse contexto, uma vez que nossa amostra de logatomas atribui boa representatividade a monossílabos e palavras paroxítonas. Ou seja, as proporções de pseudopalavras que correspondem a esses dois contextos linguísticos, em nosso experimento, não refletem as proporções desses mesmos contextos no léxico em uso, o que justifica a predominância tímida da alternante (1a) no contexto morfológico no qual o ditongo integra o radical do logatoma.

**Figura 2.** Distribuição das alternantes de plural em função da afiliação morfológica de <ão>



Fonte: Elaboração própria

Ao observarmos a distribuição das alternantes em análise no contexto de pseudopalavras nas quais o ditongo nasal corresponde a sufixo gentílico, podemos verificar que as alternantes de plural investigadas se encontram distribuídas em igual proporção, se considerarmos a sobreposição dos intervalos de confiança das três primeiras barras da figura 2. Ainda que não seja clara a predominância de nenhuma das três alternantes nesse contexto, podemos ao menos atestar a ausência de protagonismo da alternante (1a), que se destaca no contexto morfológico no qual <ão> não possui *status* de afixo. Esse resultado pode indicar uma possível influência da condição morfológica de <ão> como sufixo gentílico na atribuição do plural dos logatomas, a ser corroborada pela análise inferencial reportada na próxima seção.

Contrastamos a distribuição das alternantes de plural (1a-c) também em função da variável *afiliação morfológica* no subgrupo de participantes que declararam ter cursado ou estar cursando Letras com o subgrupo dos demais participantes. A alternante (1a) apresenta maior aplicação no contexto no qual o ditongo integra o radical do logatoma e é seguida, nessa ordem, pelas alternantes (1b) e (1c) em ambos os subgrupos, de maneira semelhante àquela observada na figura 2 para esse contexto. No contexto de sufixo gentílico, entretanto, participantes que declararam vínculo com o curso de Letras apresentaram proporções de aplicação empatadas para as alternantes (1a) e (1b), predominantes nesse contexto. O subgrupo dos demais participantes exibiu (1c) como alternante mais recorrente, seguida por (1b) e (1a). Esse resultado é interessante porque contraria a hipótese de que estudantes de Letras apresentariam respostas mais alinhadas a nossas hipóteses de pesquisa em função de maior habilidade metalinguística se comparados aos demais participantes. De modo geral, o comportamento dos participantes que não cursam ou cursaram Letras vai ao encontro de nossa hipótese, uma vez que priorizam as alternantes irregulares de plural. Todavia, o comportamento dos participantes que cursam ou cursaram Letras também dá destaque à alternante regular de plural, <ões>, que possui igual proporção de aplicação à alternante (1b) nesse contexto.

Não observamos diferenças no ordenamento das alternantes de plural quanto às suas proporções nos contextos da variável *afiliação morfológica* ao compararmos participantes que declararam residir em regiões com influência italiana ou alemã com os demais participantes.

## **| Análise inferencial e discussão dos resultados**

Realizamos, partindo dos resultados de nosso experimento, um modelo de regressão logística binário de efeitos mistos que relacionou as variáveis

linguísticas em análise com a exponenciação fonológica do plural de pseudopalavras terminadas em <ão>, verificando especificamente se a flexão de número se exponencia por meio da alternante regular de plural <ões> ou pelas alternantes irregulares de plural <ãos> e <ães>. O modelo considera também uma interação entre as variáveis linguísticas analisadas. A tabela abaixo apresenta os resultados desse modelo tomando como nível de referência as alternantes irregulares de plural.

**Tabela 1.** Modelo que avalia preditores linguísticos de alternantes irregulares de plural

Preditores	Log Odds	Erro Padrão	Valor z	Valor p
Intercepto	-1.1650	0.3890	-2.995	0.003
Monossílabo	2.4455	0.5479	4.464	<0.001*
Paroxítono	2.0925	0.5450	3.839	<0.001*
Sufixo gentílico	1.5079	0.5409	2.788	0.005*
Interações				
Monossílabo x sufixo gentílico	-1.4888	0.7728	-1.927	0.054
Paroxítono x sufixo gentílico	-1.4855	0.7656	-1.940	0.052
Índice C: 0.8	R <sup>2</sup> marginal: 0.15	R <sup>2</sup> condicional: 0.28	Observações: 1392	α: 0,05
plural ~ acento e número de sílabas * afiliação morfológica de <ão> + (1 part) + (1 word)				

**Fonte:** Elaboração própria

Iniciamos a análise estatística partindo de um modelo que considerava as variáveis linguísticas descritas nas subseções anteriores, um termo de interação entre essas variáveis, bem como as variáveis sociais *escolaridade*, *região*, *idade* e *gênero*. Esse modelo foi calculado a partir da função *glm* por meio da plataforma R. A fim de validar a inclusão de todas essas variáveis fixas em nossa análise, utilizamos as funções *step* () e *validate* (), que apontaram para a manutenção em nosso modelo apenas das variáveis linguísticas e do termo de interação entre elas. Essa etapa de validação aponta para a ausência de influência das variáveis extralinguísticas em nossos dados e, conseqüentemente, corrobora a uniformidade dos resultados em função das variáveis sociais consideradas. O modelo final reportado na tabela 1 com as variáveis linguísticas *acento* e *número de sílabas \* afiliação morfológica de <ão>* e com as variáveis randômicas *participante* e *palavra* foi calculado com a função *glmer* do pacote *lme4*. Não atestamos multicolinearidade nesse modelo. Ainda, a inclusão das variáveis aleatórias foi justificada por meio de uma comparação entre modelos com a função *anova* () .

Quanto ao termo de interação entre as variáveis linguísticas analisadas, além da validação estatística atribuída pelas funções *step* ( ) e *validate* ( ), justificamos sua inclusão em função de o experimento desenvolvido apresentar padrões linguísticos com interações entre diferentes níveis de nossas variáveis que não são atestadas no léxico em uso. Decidimos incluir no experimento todas as possíveis combinações entre os níveis das duas variáveis linguísticas em análise para nos preservarmos de possíveis problemas de ortogonalidade que pudessem comprometer a análise inferencial de nossos dados, ainda que esse juízo tenha resultado em padrões morfofonológicos ausentes no léxico em uso. Possuímos, portanto, logatomas de uma sílaba afixados pelo sufixo gentílico -ão, assim como possuímos vocábulos paroxítonos fechados por sufixo gentílico. Ambos os padrões não são atestados no léxico do PB na descrição baseada nos dados do CBras oferecida por Schwindt, Gaggiola e Petry (2021), por exemplo. Ao incluirmos um termo de interação em nosso modelo, o tornamos sensível a possíveis influências que essas combinações entre padrões linguísticos não atestadas no léxico podem exercer em nossos resultados.

O modelo logístico binário de efeitos mistos realizado apontou para o favorecimento da flexão de número dos logatomas em análise por meio das alternantes *irregulares* de plural em pseudopalavras monossilábicas, pseudopalavras paroxítonas e pseudopalavras nas quais o ditongo nasal corresponde a sufixo gentílico. Os contextos de favorecimento estatisticamente significativos são aqueles destacados com um asterisco (\*) na última coluna da tabela 1. Esse resultado vai ao encontro da nossa hipótese de pesquisa apresentada na seção de introdução deste trabalho.

No que concerne à questão (i), delimitada na seção de procedimentos metodológicos, nossos resultados confirmam que os contextos linguísticos de vocábulos monossilábicos, vocábulos paroxítonos e vocábulos nos quais <ão> corresponde a sufixo gentílico favorecem a flexão de vocábulos terminados pelo ditongo nasal <ão> por meio das alternantes *irregulares* de plural <ãos> e <ães>.

A questão (ii) possui respostas menos objetivas, uma vez que, para respondê-la, necessitamos de uma compreensão razoavelmente definida de gramática e léxico, bem como a respeito do que entendemos como léxico potencial. Para definir o último termo, ao qual nos limitaremos, tomamos como base Bauer (1988), Spencer (1991), Aronoff e Anshen (1998), Schwindt (2021) e Schwindt e Abaurre (2022), assumindo que o léxico potencial corresponde a estruturas fonológica e morfológicamente bem-formadas, mas não efetivamente atestadas na língua em função de mecanismos de bloqueio ou inércia linguística. Essa

concepção de léxico potencial exige que assumamos um mecanismo gerador de palavras porque trata de vocábulos não atestados no léxico em uso de uma determinada língua. Portanto, assumimos minimamente que algum tipo de conhecimento linguístico é responsável pela possibilidade de interpretação formal dos logatomas utilizados em nosso experimento, permitindo associá-los às alternantes de plural (1a-c) com base em características morfofonológicas de maneira não randômica como sugerido pelo modelo estatístico em análise.

A predominância no léxico em uso (ou léxico permanente) das alternantes de plural <ãos> e <ães> em vocábulos com uma sílaba e a constatação de que monossílabos favorecem essas alternantes também no léxico potencial, como atestamos, são fatos que podem ser explicados por um modelo de gramática que, ao apresentar sensibilidade à extensão fonológica de determinadas estruturas em processos de alternância, tenda à proteção de monossílabos, como sugerido em Becker, Nevins e Levine (2012). Por outro lado, a análise de proporções das alternantes de plural em monossílabos apresentada na figura 1 mostra que a alternante <ães> é representativa, estando empatada com a alternante <ãos>. Acreditamos que essa distribuição resulta do impacto de vocábulos com uma sílaba do léxico em uso do PB bastante frequentes que se pluralizam por essa alternante (cães, pães). Desse modo, ainda que possamos falar em mecanismos gramaticais até mesmo universais (cf. Becker; Nevins; Levine, 2012, p. 260) que atuam na proteção de monossílabos com base em nossos resultados, a expressiva aplicação das alternantes <ãos> e <ães> parece ser também motivada pelo uso frequente de vocábulos como *mãos* e *cães*, o que sinaliza a influência da frequência de uso de padrões morfofonológicos no conhecimento internalizado dos participantes de nosso experimento.

De igual maneira, o favorecimento das alternantes *irregulares* de plural por meio de vocábulos paroxítonos e vocábulos nos quais o ditongo nasal possui *status* de sufixo gentílico apontado pela análise inferencial realizada contribui para a discussão a respeito do papel de padrões observados no léxico na interpretação formal de logatomas. Vocábulos paroxítonos terminados em <ão>, portanto, apesar de serem tratados como exceção na literatura do fenômeno (cf. Bisol, 1998, 2016), parecem relevantes o suficiente para que a alternante de plural comumente associada a essas palavras no léxico, <ãos>, seja preferida também no julgamento de pseudopalavras. O resultado obtido para pseudopalavras sufixadas por -ão gentílico também parece prover evidências da influência de padrões linguísticos lexicalmente atestados na geração e interpretação formal de logatomas. A dicotomia estabelecida pela questão (ii) entre a possibilidade de atuação dos padrões (2a-c) no léxico potencial e o entendimento de que esses padrões são restritos lexicalmente parece ser atenuada se considerarmos



nossos resultados experimentais. Se, por um lado, esses padrões são de fato transferidos a pseudopalavras do PB, dando margem para interpretarmos esse fenômeno como mediado por conhecimento de regras ou restrições abstratas mais do que por mera memorização de formas do uso, por outro lado o papel da frequência dos padrões (2a-c) parece, em certa medida, alimentar esse conhecimento.

Por fim, é interessante examinar os valores de pseudo  $R^2$  marginal e condicional do modelo reportado, que indicam que nosso modelo não explica a variância observada em sua variável resposta de maneira robusta. Cerca de 16% dessa variância é explicada pelas variáveis linguísticas em análise e 28% dessa variância é explicada pelo modelo com a inclusão das variáveis aleatórias *participante* e *palavra*. Essa medida de qualidade do ajuste do modelo não é isenta de críticas ao tratarmos de análises com variáveis respostas dicotômicas (Baayen, 2008, p. 204), razão pela qual optamos reportar, também, o Índice C de concordância do modelo, estatística comumente relatada em regressões logísticas (Oushiro, 2023, p. 330). Sob essa perspectiva, obtivemos  $C = 0.800$ , indicando bom poder de discriminação de resultado (Levshina, 2015, p. 259), apontando para o fato de que nosso modelo possui real poder preditor acerca da realização *regular* ou *irregular* do plural das palavras em análise.

Cabe comentar a respeito da ausência de significância estatística para os coeficientes angulares da interação entre as variáveis linguísticas avaliadas pelo modelo reportado na tabela 1. Quando os fatores linguísticos são considerados sem interação pode-se afirmar que monossilabidade, acento paroxítono e afixação pelo sufixo gentílico *-ão* favorecem a flexão de número dos logatomas por meio de alternantes irregulares de plural. Ao considerarmos os coeficientes angulares das interações *monossílabo x sufixo gentílico* e *paroxítono x sufixo gentílico*, atestamos ausência de significância estatística para o favorecimento ou desfavorecimento da pluralização dos logatomas por meio das alternantes irregulares de plural. A partir dessa ausência de significância, pode-se pensar a respeito do papel, em nossos resultados, da inexistência dos padrões morfofonológicos *monossílabo afixado por sufixo gentílico -ão* e *paroxítono afixado por sufixo gentílico -ão* no léxico do PB. Ou seja, parece que os participantes do experimento avaliam diferentemente a flexão de número de pseudopalavras do tipo ['brẽw̃] (considerando o ditongo nasal como portador da informação morfológica de sufixo gentílico) quando as comparam a pseudopalavras como [zi.'krẽw̃] (considerando-a uma pseudopalavra dissilábica afixada por sufixo gentílico, padrão atestado no léxico do PB). Isso pode sugerir um efeito de potencialidade licenciada pelo léxico se sobrepondo a potencialidades estritamente estruturais (fonológicas e morfológicas). Uma

conclusão desse tipo, contudo, fica na dependência de testes mais específicos que permitam avaliar o efeito de cada um desses conjuntos de variáveis.

## | Considerações finais

Neste trabalho apresentamos e discutimos resultados de um experimento psicolinguístico envolvendo pseudopalavras terminadas pelo ditongo nasal <ão> respondido por 116 participantes. Avaliamos o papel do acento, do número de sílabas e da afiliação morfológica do ditongo nasal em análise por meio das variáveis *acento* e *número de sílabas* e *afiliação morfológica de <ão>* sob a hipótese de que vocábulos monossilábicos, vocábulos paroxítonos e vocábulos nos quais o ditongo corresponde a sufixo gentílico favoreceriam a aplicação das alternantes de plural por nós entendidas como *irregulares*, <ãos> e <ães>. O modelo de regressão logística hierárquico que resultou de nossos dados experimentais apontou para o favorecimento de alternantes *irregulares* de plural em pseudopalavras monossilábicas, paroxítonas e portadoras do sufixo gentílico -ão, indo ao encontro de nossas hipóteses iniciais. Esse resultado, portanto, corrobora propostas que assumem a flexão de número de nomes terminados por <ão> no PB como sensível a vocábulos monossilábicos e a vocábulos paroxítonos, como já sugerido por trabalhos anteriores (Abaurre, 1983; Bisol, 1998, 2016; Huback, 2010).

Os dados experimentais analisados também apontam para uma influência do sufixo gentílico -ão na realização do plural de palavras terminadas pelo ditongo <ão>. Esses resultados motivam discussões a respeito do papel de padrões morfológicos e fonológicos atestados no uso na produtividade das alternantes de plural analisadas neste trabalho. Em outras palavras, podem indicar que determinados padrões morfofonológicos encontrados no léxico são transpostos a novas formações terminadas pelo ditongo nasal em análise quando emergem marcas de número. Essa constatação sugere que a exponência fonológica da marca de plural de nomes terminados por <ão> no PB reflete um conhecimento linguístico internalizado que faz referência a propriedades formais mais abstratas do vocábulo combinadas a informações de frequência de uso.

## | Agradecimentos

Este texto reporta os resultados de recorte de projeto desenvolvido pelo primeiro autor em atividade de Iniciação Científica (processos PIBIC/CNPq 152206/2021 e PROBIC/FAPERGS 20/2551-0000315-9 e 22/2551-0000763-5), sob a coordenação do segundo autor (processos PQ CNPq 310921/2018-0 e 309576/2022-9), tendo resultado em Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, em que figuram,

respectivamente, como autor e orientador. Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) pelo fomento em forma de bolsas. Agradecemos também à colega Isabela Prisco Petry.

## | Referências

ABAURRE, M. B. Alguns casos de formação de plural em português: uma abordagem natural. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 5, p. 127-156, 1983. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636631/4350>. Acesso em: 19 ago. 2024.

ARONOFF, M.; ANSHEN, F. Morphology and the Lexicon: Lexicalization and Productivity. *In*: SPENCER, A.; ZWICKY, A (ed.). **The handbook of morphology**. Oxford: Blackwell Publishers, 1998. p. 237-247.

BAAYEN, R. H. On frequency, transparency and productivity. *In*: BOOIJ, G.; VAN MARLE, J. (ed.). **Yearbook of morphology** 1992. Dordrecht: Kluwer, 1993. p. 181-208.

BAAYEN, H. **Analysing linguistic data: a practical introduction to Statistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

BAUER, L. **Morphological Productivity**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

BAUER, L. **Introducing linguistic morphology**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1988.

BECKER, M.; NEVINS, A.; LEVINE, J. Asymmetries in generalizing alternations to and from initial syllables. **Language**, v. 88, n. 2, p. 231-268, 2012.

BISOL, L. A nasalidade fonológica no português e suas restrições. **Diadorim**, v. especial, p. 116-126, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/diadorim/article/view/4050>. Acesso em: 19 ago. 2024.

BISOL, L. A Nasalidade, um Velho Tema. **DELTA**, v. 14, p. 27-46, 1998.

CAMARA JR., J. M. **Estrutura da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1970.

CAMARA JR., J. M. **Problemas de Linguística Descritiva**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1969.

CARDEIRA, E.; VILLALVA, A. Gentílicos e topónimos portugueses: algumas questões. **Revista GTLex**, v. 6, n. 1, p. 192–213, 2020. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/GTLex/article/view/57353>. Acesso em: 19 ago. 2024.

CRISTÓFARO SILVA, T. Organização fonológica de marcas de plural no português brasileiro: uma abordagem multirrepresentacional. **Revista da Abralin**, v. 11, p. 273-306, 2012. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1141>. Acesso em: 19 ago. 2024.

GARCIA, G. D. **Word Generator**: an R script for generating pseudo-random words. GitHub Repository, 2014. Disponível em: [https://github.com/guilhermegarcia/r/blob/master/word\\_generator.md](https://github.com/guilhermegarcia/r/blob/master/word_generator.md). Acesso em: 19 ago. 2024.

HUBACK, A. P. Plurais em -ão do português brasileiro: efeitos de frequência. **Revista Linguística**, v. 6, p. 9-28, 2010.

LEVSHINA, N. **How to do linguistics with R**: data exploration and statistical analysis. Amsterdam: John Benjamins Publishing Co., 2015.

MATEUS, M. H.; D'ANDRADE, E. **The Phonology of Portuguese**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

MORALES-FRONT, A.; HOLT, E. The interplay of morphology, prosody, and faithfulness in Portuguese pluralization. *In*: MARTÍNEZ-GIL, F.; MORALES-FRONT, A. **Issues in the Phonology and Morphology of the Major Iberian languages**. Washington, D. C: Georgetown University Press, 1997. p. 392-437.

NEVINS, A. A utilidade de logatomas e línguas inventadas na fonologia experimental. **Caderno de Squibs**, v. 2, p. 67-78, 2016.

OUSHIRO, L. **Introdução à estatística para linguistas**. Editora da Abralin, 2023. Disponível em: <https://editora.abralin.org/publicacoes/introducao-a-estatistica-para-linguistas/>. Acesso em: 19 ago. 2024.

R CORE TEAM. **R**: A language and environment for statistical computing. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria, 2023. Disponível em: <https://www.R-project.org/>. Acesso em: 19 ago. 2024.

SCHWINDT, L. C.; ABAURRE, M. B. On the emergence of [n] in the derivation of nasal-final words in Brazilian Portuguese. **Journal of Speech Sciences**, v. 11, 2022. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/joss/article/view/16537>. Acesso em: 19 ago. 2024.

SCHWINDT, L. C. Underlying representation of [w]-final words in Brazilian Portuguese: Evidence from morphological derivation. **Acta Linguística Acadêmica**, v. 68, p. 139-157, 2021. Disponível em: <https://akjournals.com/view/journals/2062/68/1-2/article-p139.xml>. Acesso em: 19 ago. 2024.

SCHWINDT, L. C.; GAGGIOLA, P. E.; PETRY, I. P. Frequência e distribuição de plurais irregulares no Corpus Brasileiro. **Revista Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 29, n. 2, p. 1-35, 2021. Disponível em: <http://www.periodicos.lettras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/17466>. Acesso em: 19 ago. 2024.

SPENCER, A. **Morphological theory**: an introduction to word structure in generative grammar. Malden, Massachusetts: Blackwell, 1991.

WETZELS, L. Mid vowel alternations in the Brazilian Portuguese verb. **Phonology**, v. 12, p. 281-304, 1995.

WETZELS, L. The Lexical representation of Nasality in Brazilian Portuguese. **Probus**, v. 9, n. 2, p. 203-232, 1997.

#### **Como citar este trabalho:**

GAGGIOLA, Pedro Eugênio; SCHWINDT, Luiz Carlos. Alternantes minoritárias no plural de nomes terminados em <ão> no português brasileiro: contextos favorecedores. **Revista do GEL**, v. 21, n. 2, p. 79-101, 2024. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>.

Submetido em: 22/08/2024 | Aceito em: 07/09/2024.

# Mimese e écfrase no *De Signis* de Cícero

Luciana Mourão MAIO<sup>1</sup>

Paulo MARTINS<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil  
| [luciana.maio@usp.br](mailto:luciana.maio@usp.br) | <https://orcid.org/0000-0002-2553-0126>

<sup>2</sup> Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil;  
| [paulomar@usp.br](mailto:paulomar@usp.br) | <https://orcid.org/0000-0002-2321-1033>

**DOI:** <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v21i2.3763>

**Resumo:** É objeto de estudo do presente artigo o *simulacrum* da deusa Diana de Segesta no *De Signis* de Cícero, parte da *In Verrem oratio secunda*. Busca-se analisar especificamente o papel argumentativo da écfrase do simulacro de Diana à luz dos conceitos de mimese (ou, *μίμησις*, *imitativo*, imitação) – neste caso, considerando-se como produto da referida operação linguística uma espécie de imitação/representação imagética mental da peça escultórica que o orador elabora a fim de evidenciar a gravidade do crime cometido por Verres – e de enargia (ou *ἐνάργεια*, *euidentia*, vividez), causando um efeito de presentificação. Ou seja, serão enfocados o modo como o orador busca fazer presente aos olhos da audiência, ou do leitor, o bem alegadamente roubado, por meio de uma descrição vívida e minuciosa (écfrase), exprimindo sua importância sociocultural e qual o efeito argumentativo dessa écfrase para o *De Signis*.

**Palavras-chave:** Mimese. Écfrase. Argumentação. *De Signis*.

---

## Mimesis and ekphrasis in Cicero's *De Signis*

**Abstract:** The object of study of this article is the simulacrum of the goddess Diana of Segesta in Cicero's *De Signis*, part of the *In Verrem oratio secunda*. We will specifically analyze the argumentative role of the *ekphrasis* of the *simulacrum* of Diana in light of the concepts of mimesis (or, *μίμησις*, *imitative*, imitation) – in this case, considering as a product of the aforementioned linguistic operation a kind of imitation/mental imagery representation of the sculptural piece that the orator elaborates in order to highlight the gravity of the crime committed by Verres – and enargia (or *ἐνάργεια*, *euidentia*, vividness), causing an effect of presentification. In other words, the focus will be on how the speaker seeks to make the allegedly stolen property present to the eyes of the audience, or the reader, through a vivid and detailed description (*ekphrasis*), expressing its sociocultural importance and what the argumentative effect of this *ekphrasis* is for *De Signis*.

**Keywords:** Mimesis. Ekphrasis. Argumentation. *De Signis*.

Após o fim de seu tempo de governo na Sicília, em 70 a.C., Caio Verres foi oficialmente processado pela referida província romana e, consoante Greenwood (1989, p. ix), sob a jurisdição da *quaestio de pecuniis repetundis* (para crimes cometidos por representantes do estado), acusado tecnicamente de extorsão. Marco Túlio Cícero assumiu o papel de acusador da causa e, para tal empresa,

compôs duas *orationes*, *actio prima* e *actio secunda*, das quais apenas a primeira teria sido pronunciada (Greenwood, 1989, p. xix).

No *De Signis* – quarta parte da *actio secunda* do discurso *In Verrem* – Cícero trata das obras de arte roubadas por Verres durante o tempo em que este governou a Sicília. O orador faz menção a inúmeras dessas peças, na maior parte das vezes, superficialmente.

Frazel (2005, p. 368), ao analisar o *De Signis* sob o viés do tipo de causa em questão, anota que, no que se refere aos objetos levados por Verres, a descrição apresentada por Cícero se limita ao básico para a identificação das peças e argumenta que as descrições de praticamente todos os objetos mencionados no discurso em pauta, sendo elas *res privatae* (objetos de particulares) ou *res sacrae* (objetos sagrados), apresentam semelhanças com o padrão legal para o grau e tipo de descrição usada em uma acusação de furto (*furtum*). O estudioso ainda observa que, em uma petição de *furtum*,

[...] os juristas não demandam uma descrição extensa do objeto. Há duas exigências básicas: (1) um objeto determinado deve ser descrito de forma que possa ser identificado, e (2) deve ser declarada a quantidade dos supostos objetos roubados. Ulpiano, no *Ad Sabinum*, estabelece o primeiro padrão: “Na ação por *furtum*, o item roubado precisa ser descrito apenas o suficiente para ser identificado”. Ulpiano também nota que o material do objeto deve ser especificado, pois conhecer o material é naturalmente crucial para a identificação [...]. É importante notar que Cícero, ao longo do quarto livro do segundo discurso contra Verres, descreve os objetos levados por Verres apenas o bastante para serem identificados. Ele também segue padrão semelhante ao de Ulpiano: material e quantidade de objetos roubados (Frazel, 2005, p. 368, tradução Luciana Maio<sup>3</sup>).

---

3 No original: “Cicero’s descriptions of nearly all the objects in this speech – both those actually stolen and those not, both *res privatae* and *res sacrae* – bear striking similarities to the legal standard for the degree and type of description used in an accusation of theft. In a theft pleading, the jurists do not demand an extensive description of the object. There are two basic requirements: (1) some definite object must be described to the degree that it may be identified, and (2) the number of objects alleged stolen must be stated. Ulpian, in his commentary on Sabinus, sets forth the first standard: ‘In the action for *furtum* the thing stolen need only be so far described as to be identified’. Ulpian here also notes that the material of the object should be specified, because knowledge of the material is naturally crucial for identification. [...] It should be noted that Cicero, throughout *In Verrem* 2.4, describes the objects that Verres carried off only enough for them to be identified. He parallels Ulpian’s concern for the material and number of stolen objects as well”.



O posicionamento de Frazel, no que tange ao tipo de descrição empregada por Cícero, pode ser corroborado por diversas passagens do *De Signis*. Destacam-se algumas a seguir, as quais seguem os critérios de material e quantidade: “Um *signum* de Cupido feito em mármore” (Cic., *Verr.*, 2.4.5, tradução Luciana Maio, grifo nosso<sup>4</sup>); “Um Hércules perfeitamente feito de bronze” (Cic., *Verr.*, 2.4.5, tradução Luciana Maio, grifo nosso<sup>5</sup>); “Um pequeníssimo *signum* de bronze” (Cic., *Verr.*, 2.4.96, tradução Luciana Maio, grifo nosso<sup>6</sup>); “Um simulacro de Ceres feito em mármore” (Cic., *Verr.*, 2.4.109, tradução Luciana Maio, grifo nosso<sup>7</sup>).

Entretanto, no elenco das obras de arte alegadamente roubadas pelo ex-governador da Sicília, destaca-se, entre outras, a descrição pormenorizada do simulacro da deusa Diana, objeto de estudo do presente artigo. Busca-se analisar, especificamente, o papel argumentativo da écfrase do *simulacrum* de Diana à luz do conceito de mimese (*imitatio*). O produto da referida operação linguística, a écfrase, produz como efeito uma representação imagética mental da peça escultórica que Cícero elabora a fim de evidenciar e amplificar a gravidade do crime cometido pelo acusado. A descrição pormenorizada e plena de enargia (ἐνάργεια, *evidentia*, vividez) causa um efeito de presentificação, isto é, põe a peça à vista dos olhos da mente. Ou seja, serão enfocados o modo como o orador busca fazer presente aos olhos da audiência, ou do leitor, o bem roubado, por meio de uma descrição vívida e minuciosa (écfrase), exprimindo sua importância sociocultural e qual o efeito argumentativo dessa écfrase para o *De Signis*.

Convém, em primeiro lugar, tecer algumas considerações sobre o conceito de mimese (μίμησις/*imitatio*). É importante ressaltar que a mimese era “um pressuposto básico compartilhado por *auctoritates* na Antiguidade Clássica”<sup>8</sup>, que não constitui um processo de mera imitação ou reprodução. Longino, no *Do Sublime*, elenca a mimese dos grandes escritores e poetas do passado entre as formas de alcançar o sublime.

[...] da natural grandeza dos antigos, tal como das aberturas sagradas, chega às almas dos que os imitam uma espécie de emanações e até os que não são particularmente inclinados aos dons de Febo ficam inspirados por elas e se entusiasma com a grandeza dos outros. Será que foi

---

4 No original: “*Signum erat hoc quid dico Cupidinis e marmore*”.

5 No original: “*Hercules egregie factus ex aere*”.

6 No original: “*Unum perpauulum signum ex aere*”.

7 No original: “*Simulacrum Cereris e marmore*”.

8 Martins e Amato (2012, p. 126).

apenas Heródoto quem mais imitou Homero? Antes dele já Estesícoro e Arquíloco o haviam feito; e acima de todos está Platão que, da fonte de Homero, desviou para si inúmeros riachos. Seria necessário apresentar exemplos se Amónio não os tivesse já escrito e selecionado por tipos. E não se trata de plágio, mas é como que extrair um molde dos belos caracteres das esculturas ou outras obras de arte. E parece-me que ele não teria chegado a um nível tão alto nas doutrinas filosóficas nem teria entrado tantas vezes em matérias e expressões poéticas se não disputasse com Homero o primeiro lugar com todas as suas forças, tal como um jovem perante um adversário já consagrado disputa a primazia com demasiado amor à vitória, porventura, e quase como se estivesse a terçar armas, mas ainda assim não inutilmente (Longin, *Subl.*, XIII, 2-4, tradução de Marta Isabel de Oliveira Várzeas<sup>9</sup>).

A própria arte pode ser objeto de imitação. De acordo com Martins e Amato (2012, p. 126), na Antiguidade Clássica, atividades artísticas como pintura, escultura, dança, teatro, poesia, e música resultavam de *μίμησις* (mímesis, mimese) e, sendo assim, eram *μimήματα* (mimêmata). A própria doutrina da mimese é uma teoria concernente à apreensão e à representação pictórica, e à qual subjaz a distinção entre *μimήματα* e coisas reais (Martins; Amato, 2012, p. 127). Note-se que a *écfrase* (*ἔκφρασις*) é mimética e, por essa razão,

[...] pressupõe os modos retóricos da imitação de *topoi* oratórios (*endoxa*) e poéticos (*eikona*). Os modos são aplicáveis em artes distintas, como a oratória, a poesia e a pintura, observando-se a continuidade ou homologia do procedimento mimético entre as artes e, simultaneamente, a competição delas (Hansen, 2006, p. 88).

---

9 No original: “[2] Ἐνδείκνυται δὲ ἡμῖν οὗτος ἀνὴρ, εἰ βουλοίμεθα μὴ κατολιγωρεῖν, ὡς καὶ ἄλλη τις παρὰ τὰ εἰρημένα ὁδὸς ἐπὶ τὰ ὑψηλὰ τείνει. ποία δὲ καὶ τίς αὕτη; ἢ τῶν ἐμπροσθεν μεγάλων συγγραφέων καὶ ποιητῶν μίμησις τε καὶ ζήλωσις. καὶ γε τούτου, φίλτατε, ἀπρίξ ἐχώμεθα τοῦ σκοποῦ: πολλοὶ γὰρ ἄλλοτρίῳ θεοφοροῦνται πνεύματι τὸν αὐτὸν τρόπον, ὃν καὶ τὴν Πυθίαν λόγος ἔχει τρίποδι πλησιάζουσιν, ἔνθα ῥήγμά ἐστι γῆς ἀναπνεῖν ὡς φασιν ἀτμὸν ἔνθεον, αὐτόθεν ἐγκύμονα τῆς δαιμονίου καθισταμένην δυνάμεως παραυτίκα χρησιμδεῖν κατ’ ἐπίπνοιαν. οὕτως ἀπὸ τῆς τῶν ἀρχαίων μεγαλοφυΐας εἰς τὰς τῶν ζηλούντων ἐκείνους ψυχὰς ὡς ἀπὸ ἱερῶν στομιῶν ἀπόρροιαί τινες φέρονται, ὑφ’ ὧν ἐπιπνεόμενοι καὶ οἱ μὴ λίαν φοιβαστικοὶ τῷ ἐτέρων συνενθουσιῶσι μεγέθει. [3] μόνος Ἡρόδοτος Ὀμηρικώτατος ἐγένετο; Στησίχορος ἐτι πρότερον ὃ τε Ἀρχίλοχος, πάντων δὲ τούτων μάλιστα ὁ Πλάτων ἀπὸ τοῦ Ὀμηρικοῦ κείνου νόματος εἰς αὐτὸν μυρίας ὄσας παρατροπὰς ἀποχετευσάμενος. καὶ ἴσως ἡμῖν ἀποδειξεῶν ἔδει, εἰ μὴ τὰ ἐπ’ εἰδούς καὶ οἱ περὶ Ἀμμώνιον ἐκλέξαντες ἀνέγραψαν. [4] ἔστι δ’ οὐ κλοπὴ τὸ πρᾶγμα, ἀλλ’ ὡς ἀπὸ καλῶν εἰδῶν ἢ πλασμάτων ἢ δημιουργημάτων ἀποτύπωσις. καὶ οὐδ’ ἂν ἐπακμάσαι μοι δοκεῖ τηλικαῦτά τινα τοῖς τῆς φιλοσοφίας δόγμασι, καὶ εἰς ποιητικὰς ὕλας πολλαχοῦ συνεμβῆναι καὶ φράσεις εἰ μὴ περὶ πρωτείων νῆ Δία παντὶ θυμῷ πρὸς Ὀμηρον, ὡς ἀνταγωνιστὴς νέος πρὸς ἤδη τεθραυμασμένον, ἴσως μὲν φιλονεικότερον καὶ οἰονεὶ διαδορατιζόμενος, οὐκ ἀνωφελῶς δ’ ὅμως διηριστεύετο: ἀγαθὴ γὰρ κατὰ τὸν Ἡσίοδον ἔρις ἦδε βροτοῖσι· καὶ τῷ ὄντι καλὸς οὗτος καὶ ἀξιονικότατος εὐκλείας ἀγῶν τε καὶ στέφανος, ἐν ᾧ καὶ τὸ ἠττάσθαι τῶν προγενεστέρων οὐκ ἄδοξον”.

Ademais, a habilidade de imitar os mais célebres autores do passado, isto é, de tomá-los como fonte de emulação, era considerada fundamental na formação de um bom orador (Várzeas, 2014, p. 60), haja vista as considerações de Cícero no *Sobre a Invenção* no início do segundo livro, quando diz que seu tratado está decalcado naquilo que melhor fizeram seus antecessores, já que é impossível uma única pessoa produzir um todo excelente (Cic., *Inv. rhet.* II.1-5).

Notadamente, a mimese se subordina à intenção e ao ponto de vista daquele que a formula, e é preciso que o “observador” – aquele que visualiza a imagem descrita em sua mente – reconheça a intenção do realizador da imitação (Martins; Amato, 2012, p. 129).

Filóstrato ainda afirma que os *μίμηματα* são produtos de uma faculdade mimética que é dupla: a capacidade de formar imagens mentais que podem ser impressões de elementos observáveis, memórias, e produtos da imaginação (*φαντασία*) e a técnica (*τέχνη*). Dessa maneira, a imagem formada na mente do artista (pintor, escultor) é traduzida em matéria modelada pela arte, e essa matéria assim transformada imprime sua forma na mente do observador (Martins; Amato, 2012, p. 129).

No *De Signis*, Cícero, na condição de espectador, elabora uma espécie de mimese verbal do simulacro de Diana, a matéria modelada pela arte, a fim de que os presentes/leitores possam produzir uma imagem mental da peça furtada, tornando-se, assim, seus observadores próximos e ativos, ainda que indiretamente. Para tal empresa, o orador emprega o procedimento retórico-poético denominado *écfrase*<sup>10</sup>.

A *écfrase*, na Antiguidade, pode ser considerada um conceito retórico-poético que se situa entre as categorias de descrição (representação de objetos estáticos) e narração (representação de ações ou eventos), geralmente uma narração vívida e detalhada (Cf. Martins, 2016, p. 170; Webb, 1999, p. 64), e poderia designar, com base no autor de *Progymnasmata* Élio Teão, exposição ou descrição de personagens, ações, lugares, tempo, modo<sup>11</sup>. Os autores de *progymnasmata*, em geral, seguem a categorização de Élio Teão, com poucas modificações. Teão (§ 118) estabelece as categorias de pessoas e animais

---

10 Martins (2016, p. 164) anota que o primeiro emprego conhecido do termo “écfrase”, enquanto mecanismo ou procedimento retórico-poético, remonta possivelmente ao professor de Retórica Élio Teão, autor de *progymnasmata* (livros contendo exercícios de retórica) redigidos inicialmente entre o início da era imperial e a Segunda Sofística se prolongando pelo menos até o século V da nossa era com Nicolau rétor.

11 Cf. Almeida (2020, p. 155).

(*prosopa*)<sup>12</sup>, lugares (*topoi*)<sup>13</sup>, tempos (*chronoi*)<sup>14</sup>, ações (*pragmata*)<sup>15</sup> e objetos<sup>16</sup>/modos<sup>17</sup> (*tropoi*)<sup>18</sup>. Aftônio adiciona as categorias de plantas (*phyta*) e animais (*zoa*), e Nicolau, a de festivais (*panegyreis* – originalmente contemplada na categoria *chronoi*, de Teão) (Cf. Webb, 1999, p. 11)<sup>19</sup>.

É importante ressaltar que o termo técnico *ekphrasis* passou a ser empregado nas escolas de Retórica somente entre os séculos I e II d.C.; contudo, o procedimento denominado “écfrase” já era empregado de forma pragmática, reproduzido no conhecimento doutrinário (Cf. Martins, 2016, p. 164), tendo como expoentes autores como Homero, Heródoto, Tucídides que, embora “[...] não tenham tido acesso à écfrase, como aparato técnico-doutrinário, certamente a entendiam como um elemento de estilo a serviço da διήγησις [narração] e nela contido, em primeira instância” (Cf. Martins, 2016, p. 165, acréscimos nossos).

Portanto, sua aplicação anterior à definição de um conceito estava baseada “na emulação entre autoridades poético-retóricas” (Cf. Martins, 2016, p. 168). É importante notar que o conceito de écfrase apresenta definições diversas, cujas traduções Martins (2016, p. 180-181) apresenta: de acordo com Teão, “Écfrase é um discurso vividamente percursorio [ou periegemático] que traz o que é revelado diante dos olhos”<sup>20</sup>. Aftônio a define como “um discurso percursorio [ou periegemático] que traz vividamente o que é revelado diante dos olhos”<sup>21</sup>. Para Nicolau, “Écfrase é o discurso condutivo [dirigido ou afegemático] que traz vividamente o que é exibido diante dos olhos”<sup>22</sup>. Ps.-Hermógenes apresenta

---

12 Élio Teão cita como exemplos de écfrases de pessoas, dentre outras, a écfrase de Euríbatos (*Od.* 19.246) e do aparecimento de hipopótamos em Heródoto (2.71).

13 Élio Teão cita como exemplos campinas, cidades e desertos etc.

14 São exemplos a primavera, os festivais etc.

15 São exemplos, dentre outros, descrições de guerra, paz, tempestade.

16 Kennedy (2003, p. 46) traduz a palavra grega por “objects”.

17 Rodolpho (2014, p. 46) traduz a palavra grega por “modos”.

18 De acordo com Teão, ferramentas, armas, armas de cerco, descrevendo como cada um foi feito. Ex.: a confecção das armas de Aquiles em Homero (*Il.* 18.478-614).

19 Note-se que Hansen (2006, p. 89), ao tratar sobre os gêneros da écfrase, apresenta a seguinte lista: *pragmatografia* (descrição de coisas), *prosopografia* (descrição de pessoas), *etopeia* (descrição de paixões e caracteres), *topografia* (descrição de lugares reais), *topotesia* (descrição de lugares imaginários) e *chronografia* (descrição de tempo).

20 No original: “Ἐκφρασις ἐστὶ λόγος περιηγηματικὸς ἐναργῶς ὑπ’ ὄψιν ἄγων τὸ δηλούμενον”.

21 No original: “Ἐκφρασις ἐστὶ λόγος περιηγηματικὸς ὑπ’ ὄψιν ἄγων ἐναργῶς τὸ δηλούμενον”.

22 No original: “Ἐκφρασις ἐστὶ λόγος ἀφηγηματικὸς ὑπ’ ὄψιν ἄγων ἐναργῶς τὸ δηλούμενον”.

a seguinte definição: “A éfrase é um discurso percursorio [ou periegemático], como dizem, palpável [ou visível] que traz o que é revelado diante dos olhos”<sup>23</sup>.

Apesar de serem várias as definições do referido conceito, pode-se afirmar, em primeiro lugar, que, em todas elas, há a referência aos olhos e à visão. Note-se que essa referência tem caráter conotativo, visto que a apresentação aos olhos é antes discursiva que física. O “colocar diante dos olhos” alude a olhos incorpóreos, presentes tão somente na imaginação do público/leitor, e resulta do alto grau de precisão com que se apresenta o objeto aos leitores/ouvintes (Almeida, 2020, p. 155). E essa imaginação (*φαντασία*/ fantasia) é produto do processo elaborado pelo hermeneuta, pelo sofista, pelo rétor, ou pelo poeta que conduz pelo *λόγος* (Martins, 2016, p. 177). Cumpre acrescentar que o procedimento de visualização é adquirido através de um trabalho minucioso com a linguagem, resultante de apurada técnica (*τέχνη*) do orador.

Em segundo lugar, é importante ressaltar que o conceito de enargia (*ἐνάργεια*/ *euidentia*) é imprescindível à éfrase clássica. Trata-se do efeito de vividez pictórica, capaz de “gerar impacto emocional e visual na mente dos ouvintes ou leitores”, referida por Soares (2011, p. 1-2 *apud* Martins, 2016, p. 174) como “a alma da éfrase”, frequente nas obras de historiadores, de poetas e de oradores. O autor resalta que a enargia inclusive “[...] contribuía para aumentar a credibilidade do relato, na medida em que aproximava a observação indireta do leitor da observação direta (*autopsia*) do historiador ou da testemunha” (Soares, 2011, p. 1-2 *apud* Martins, 2016, p. 174).

Por fim, é notório que o procedimento efrástico está completamente sujeito ao ponto de vista do enunciador e não tem como objetivo dar um relato completo e preciso de um objeto particular, mas busca:

[...] transmitir o efeito da percepção do objeto incidente sobre o espectador, o leitor. Nesse sentido, primeiramente, o enunciador apela para a imaginação do enunciatário, muita vez, por intermédio do uso de imagens generalizadas e generalizantes que provavelmente correspondem a uma experiência prévia da audiência, ou seja, o que Hansen aponta como “os τόποι da memória partilhada”, como vimos. Assim, o discurso vívido evoca a percepção do efeito sobre o ouvinte, fazendo-lhe sentir “como se” na presença da cena (Martins, 2016, p. 182).

---

23 No original: “Ἐκφρασις ἐστὶ λόγος περιηγηματικὸς, ὡς φάσιν, ἐνάργης καὶ ὑπ’ ὄψιν ἄγων τὸ δηλούμενον”.

São notáveis algumas passagens do *De Signis* em que o orador não segue exclusivamente o padrão legal para descrição de obras em uma acusação de furto (*furtum*) – quantidade e material –, em especial, as passagens que contemplam a estátua da deusa Diana. Cícero confere destaque a essa peça roubada por Verres não só por meio de écfrases, mas também por exaltar seu valor cultural e religioso e, assim, dar dimensão aos crimes cometidos pelo ex-governador da Sicília, província romana. A seguir, serão analisados os excertos referentes à deusa Diana.

- (1) [...] Havia, no território dos segestanos, *um simulacro de Diana em bronze*, de culto muito antigo e importante, e, além disso, uma obra de arte de extrema qualidade (Cic., *Verr.*, 2.4.72, tradução Luciana Maio, grifo nosso<sup>24</sup>).

A primeira menção à peça furtada é protocolar: *ex aere Dianae simulacrum*. O orador anuncia do que se trata (*Dianae simulacrum*) e enfatiza o material de que é feita (*ex aere*). É digno de nota o emprego do substantivo *simulacrum*: trata-se de uma “imagem, representação”, mas não de qualquer imagem ou de qualquer representação. No *Lewis and Short’s Latin-English Lexicon*<sup>25</sup>, lê-se que o termo *simulacrum* apresenta uma definição bastante abrangente: a princípio, poderia ser traduzido por imagem, forma, representação, semelhança, aparência, retrato, estátua, efígie<sup>26</sup>. Como obra de arte, está relacionado a estátuas de deuses. De acordo com Martins e Amato (2012, p. 149), ainda que o uso do nome *simulacrum* seja abrangente, por ocupar o campo semântico de *imago*, ele se associa de forma sistemática à imagem de deuses e/ou à imagem que não possui ἥθος. Ademais, destaca-se, no *simulacrum*, a característica do antropomorfismo. Martins e Amato (2012, p. 149-150) anotam que o *simulacrum*, além de se associar ao divino, também está associado ao humano, em virtude de ter aparência humana e de ser semelhante ao ser humano. Porém, ressalva que “o cerne da imitação aqui não é a semelhança específica da modelação, como a *figura* ou a *effigies*, antes a semelhança geral, genérica”.

Logo, o emprego do termo *simulacrum* denota que a peça de arte representa um ideal divino, um conceito de divindade. No caso específico desse simulacro de

---

24 No original: “[...] Fuit apud Segestanos *ex aere Dianae simulacrum*, cum summa atque antiquissima praeditum religione tum *singulari opere artificioque perfectum*.”

25 *Sīmūlācrum*, i, n. [simulo], an image formed in the likeness of a thing, a **likeness, image, form, representation, semblance** (class.; syn.: *imago*, *effigies*, *signum*).

1. Lit., of images formed by art, reflected in a mirror, or seen in a dream; of apparitions, visions, etc. (the latter mostly poet. and in post-Aug. prose).

2. **A** Of images formed by art, esp. of statues of the gods, **an image, figure, portrait, effigy, statue**, etc.

26 Sobre o conceito de *simulacrum* e sua tradução, ver Martins e Amato (2012) e Stewart (2003).

Diana, trata-se de uma estátua de culto, objeto de muita devoção em Segesta, conforme será abordado adiante.

Em sequência, o orador dá início à descrição pormenorizada da obra, o que se observa na passagem *singulari opere artificioque perfectum* (uma obra de arte de extrema qualidade). Exaltam-se a perfeição com que teria sido esculpida, a habilidade do escultor, e o efeito visual que essa peça causa: é definitivamente algo digno de apreciação.

No excerto a seguir, será abordada a primeira écfrase referente ao simulacro da deusa. Trata-se de uma écfrase hipotática ou interventiva, isto é, um tipo de écfrase que não configura um gênero autônomo (écfrase paratática/autônoma), mas que está a serviço de um texto continente, que se subordina argumentativa ou figurativamente ao gênero em que está contida, compreendida como um elemento de estilo a serviço da διήγησις (narração) e nela contido<sup>27</sup>.

- (2) Foi naquela época que, com máximo cuidado, foi devolvida aos segestanos a própria Diana de que falo; foi trazida de volta para Segesta e estabelecida mais uma vez em sua antiga casa, em meio às grandes expressões de alegria e de agradecimento dos cidadãos. Lá foi erguida em um pedestal bastante alto, no qual estava inscrito, em letras grandes, o nome de Públio Africano, e a declaração de como ele a restituiu após a captura de Cartago. Era adorada pelos habitantes da cidade, e todos os visitantes iam vê-la; quando eu era questor, nada por eles me foi mostrado primeiro. O *signum*, envolto em uma longa túnica, era de grande tamanho e altura; mas, apesar de suas dimensões, sugeria bem a graça juvenil de uma donzela, com a aljava pendurada em um ombro, o arco na mão esquerda e a direita segurando uma tocha acesa. (Cic., *Verr.*, 2.4.74, tradução Luciana Maio, grifo próprio<sup>28</sup>).

Como consequência do sincretismo entre as religiões grega e romana, a deusa grega Ártemis passou a ser referida em Roma como Diana, preservando, analogamente, as mesmas características de sua homóloga Ártemis. Essa prática, denominada *interpretatio romana*, é referida por Tácito na *Germania*:

---

27 Sobre o conceito de écfrase hipotática ou interventiva, cf. Martins (2016).

28 No original: “Illo tempore Segestanis maxima cum cura haec ipsa Diana, de qua dicimus, redditur; reportatur Segestam; in suis antiquis sedibus summa cum gratulatione civium et laetitia reponitur. Haec erat posita Segestae sane excelsa in basi, in qua grandibus litteris P. Africani nomen erat incisum eumque Carthagine capta restituisse perscriptum. Colebatur a civibus, ab omnibus advenis visebatur; cum quaestor essem, nihil mihi ab illis est demonstratum prius. Erat admodum amplum et excelsum signum cum stola; verum tamen inerat in illa magnitudine aetas atque habitus virginalis; sagittae pendebant ab umero, sinistra manu retinebat arcum, dextra ardentem facem praeferebat.”



Entre os naarvalos, um bosque relacionado a uma primitiva religião se revela: preside [o ritual] um sacerdote em traje de mulher. Entretanto, de acordo com a *interpretação romana*, os deuses correspondem a Castor e Pólux. Essa é a essência da divindade cujo nome é Alcos (Tacitus, *Germ.*, 43, tradução Luciana Maio, grifo próprio<sup>29</sup>).

Note-se que, ao tratar o objeto furtado por *ipsa Diana* – empregando o pronome demonstrativo *ipsa* –, o orador personifica o simulacro da deusa e lhe dá vida, referindo-se a ela como a própria divindade, possivelmente uma alusão ao modo como os segestanos a consideravam. Sendo assim, Verres não teria roubado uma simples estátua, mas a própria deusa, objeto de culto e de devoção, conforme exprime a forma verbal *colebatur* (era adorada/cultuada). E essa personificação confere vividez (energia) à descrição.

Ademais, uma vez que Diana era cultuada tanto por romanos quanto por segestanos, povo de origem grega, ao escolher essa peça furtada para destacar, Cícero parece procurar estabelecer, logo de início, uma espécie de conexão cultural entre ambos os povos. Existiam, na Itália, ao menos dois templos dedicados à deusa Diana, ambos bastante antigos: um, o mais importante, estava situado no Aventino, e havia sido fundado como o santuário da Liga Latina (*foedus latinum*) (Cf. Diana. *In*: Peck, 1898), e o outro, conhecido como *Nemus Dianae*, encontrava-se em Aricia, uma das mais importantes cidades da antiga Liga Latina (cf. Aricia. *In*: Stillwell, 1976 e Aricia. *In*: Smith, 1854).

(2.1) [...] quando eu era questor, *nada por eles me foi mostrado primeiro*. (Cic., *Verr.*, 2.4.74, tradução Luciana Maio, grifo próprio<sup>30</sup>).

Observe-se inicialmente, na supracitada passagem, a menção de Cícero ao cargo público (*quaestor*) que ele próprio havia exercido na região onde Verres cometeu seus *furta*. O fato de conhecer o local lhe confere *auctoritas* para o que será afirmado adiante: o antigo *quaestor* confere ênfase ao fato de que os segestanos lhe mostraram *prius* o *simulacrum* da deusa Diana, isto é, por meio do emprego do advérbio *prius* (primeiro) é destacada, na passagem em pauta, a relevância cultural desse objeto para eles.

É importante analisar, em seguida, a afirmação de que Cícero *viu* o simulacro da deusa, expressa nos termos *mihi est demonstratum*, com a forma verbal conjugada no pretérito perfeito passivo do indicativo, a qual indica que o orador

---

29 No original: “[...] apud Nahanarvalos antiquae religionis lucus ostenditur. praesidet sacerdos muliebri ornatu, sed deos *interpretatione Romana* Castorem Pollucemque memorant. ea vis numini, nomen Alcis.”

30 No original: “[...] cum quaestor essem, nihil *mihi ab illis est demonstratum prius*”.



se coloca inicialmente numa posição de passividade em reação à estátua da deusa. Entretanto, por meio do verbo *demonstro*, o acusador de Verres também destaca sua posição como espectador daquela obra, como alguém que realizou uma observação direta (*autopsia*) dela. A éfrase clássica, enquanto procedimento retórico-poético, é geralmente formalmente precedida desse tipo de afirmação, conforme anota Hansen:

Na *ekphrasis*, o narrador se define como intérprete (*exegetés*) da interpretação que o pintor fez de sua matéria. Assim, geralmente antecipa a exposição das imagens fictícias com a declaração de que as viu diretamente ou que viu uma cópia delas. Esse “como se” é fundamental na ficcionalização da *enárgeia* (2006, p. 86 *apud* Martins, 2016, p. 177).

O teórico se refere aqui à arte da pintura, mas, por um viés homológico, seria possível aplicar suas afirmações também à escultura. A seguir, Cícero apresenta mais características da obra em pauta:

(2.2) O *signum*, envolto em uma longa túnica, era de grande tamanho e altura. (Cic., *Verr.*, 2.4.74, tradução Luciana Maio, grifo próprio<sup>31</sup>).

Primeiramente é importante observar que aqui o orador emprega o termo *signum* em vez de *simulacrum* para referir-se ao seu objeto de descrição. Em *Lewis and Short's Latin-English Lexicon*, lê-se que o substantivo *signum* pode ser empregado para tratar de uma imagem, enquanto obra de arte, mas também pode referir-se a uma estátua, mais especificamente. Os substantivos *imago* e *simulacrum* são elencados como seus sinônimos<sup>32</sup>. Stewart, por sua vez, apresenta uma definição mais abrangente:

Um *signum* é um símbolo de qualquer tipo e frequentemente se refere a um símbolo militar. Por vezes, essa palavra parece ser aplicada, em geral, para referir-se a estátuas, particularmente a obras de arte com especial mérito estético envolvido, mas não é normalmente empregada para referir-se a estátuas honoríficas, e, quando se refere a esculturas em geral, geralmente se refere a estátuas de deuses (Stewart, 2003, p. 22, tradução Luciana Maio<sup>33</sup>).

---

31 No original: “Erat admodum amplum et excelsum *signum* cum stola”.

32 *signum*, i, n.

**C An image**, as a work of art; **a figure, statue, picture**, etc. (syn.: effigies, imago, simulacrum).

33 No original: “A *signum* is a sign of any sort, very often a military standard. The word sometimes seems to be applied generally to statues, particularly art-works whose special aesthetic merit is implied, but not normally to honorific statues, and when it refers to sculpture in the round it usually means statues of gods”.

De acordo com o pesquisador, o termo *signum* teria relação com o mérito artístico do objeto referido (geralmente estátuas) e pode aludir a estátuas de deuses. Este é o caso de Diana.

No concernente à diferença entre *simulacrum* e *signum*, Stewart pontua que o substantivo *simulacrum* é geralmente associado a imagens cultuadas, estátuas que são objeto de devoção, em vez de meras representações de deuses. O termo *simulacrum*, quando significa “estátua”, não se aplicaria, então, a representações não consagradas de deuses e não claramente veneradas: para estas, é empregado o termo *signum* (Stewart, 2003). Entretanto, o autor acrescenta que *signum* pode ser usado como sinônimo de *simulacrum*, por razões de *variatio* (variação retórica) (Stewart, 2003). Parece ser este o caso do emprego do termo *signum* no contexto em pauta, uma vez que, num primeiro momento, o orador faz menção à estátua de Diana como *simulacrum*, para só posteriormente se referir a ela como *signum*<sup>34</sup>.

Em seguida, Cícero descreve a representação da divindade como um *signum* de grande tamanho e altura, ou seja, uma obra imponente, “vestindo” uma grande túnica (*stola*). O uso lexical de *stola* é bastante pertinente ao contexto, conforme se observa com base nas definições apresentadas no *Lewis and Short’s Latin-English Lexicon*<sup>35</sup> e no *Dictionnaire étymologique de la langue latine*<sup>36</sup> para o termo: trata-se de um substantivo de origem grega posteriormente latinizado. A estátua é grega, portanto, logicamente, a deusa Diana (Ártemis) está caracterizada à moda grega. Já no contexto romano, *stola* refere-se a uma vestimenta usada pelas matronas romanas.

Ora, por um lado, o acusador parece enfatizar o caráter de respeitabilidade que aquela representação imagética da deusa transmite — em virtude de sua vestimenta —, enquanto estaria explicitando um ponto comum entre romanos e segestanos, povo siciliano de origem grega. Por outro lado, é importante observar que, justamente por ser uma peça vinculada ao universo helênico,

---

34 Tendo em vista o exposto, fez-se a opção de manter, nas referências, o termo latino *signum* em vez de traduzi-lo.

35 *stōla*, ae, f., = *στολή*, **a long upper garment**.

1. I Orig., as with the Greeks, worn by any one: *squalidā saeptus stolā*, Enn. ap. NON. 537, 27 (Trag. v. 373 Vahl.); OV. *F.* 6, 654: *saeptus mendici stolā*, Enn. ap. NON. 537, 28 (Trag. v. 372 Vahl.); *lugubri stolā succincta*, ID. ib. 198, 4 (Trag. v. 134 id.); so, *muliebris*, VARR. ib. 537, 29 sq.—

2. III Later, with the Romans, in partic.,

3. ALit., **a long female upper garment, worn by the Roman matrons**, and reaching from the neck to the ankles, **a robe, gown, stole** (cf. *palla*).

36 *Stola*, -ae.: *longue robe de Femme*. Emprunt au gr. *Στολή*, latinisé; de là *stōlātus*. Celt.: irl. *stoil*, britt. *ystol*. Cf. DELL – A. Ernout, A. Meillet (1951). *Dictionnaire étymologique de la langue latine. Histoire des mots*, p. 1156.

haja um problema envolvido no que se refere ao juízo de valor atribuído pelos romanos a esse tipo de objeto, uma vez que os juízes da causa em questão eram senadores romanos.

Levando em consideração que se trata de um tribunal romano, em que a maioria dos presentes é romana, e que os representados eram um povo de origem grega, Cícero parece buscar um equilíbrio entre destacar a importância sociocultural da peça roubada – daí, possivelmente, a escolha de uma deusa de culto comum entre as duas culturas – e enfatizar os próprios valores romanos, elaborando, para si, um *êthos* de cidadão exemplar, o que inclui se distanciar de tudo aquilo que se refere à cultura grega, como se pode comprovar pela seguinte passagem do próprio *De Signis*:

- (3) E até aquela Safo que foi levada, com pesar se pode dizer: “Quanta saudade deixou!”; pois tanto foi executada com distinção como possui, gravado em seu pedestal, *um epigrama grego muito célebre*, o qual este *homem versado e greguinho*, que com sutileza aprecia essas coisas, que é o único entendido, se tivesse aprendido uma letra grega sequer, certamente teria levado. Atualmente, então, a inscrição no pedestal vazio revela o que houve, e indica o que de lá foi arrancado (Cic., *Verr.*, 2.4.127, tradução Luciana Maio, grifo próprio<sup>37</sup>).

Na referida passagem, ao empregar o termo pejorativo *graeculus*, que o dicionário da Porto Editora traduz como: grego, leviano e fútil, o orador destaca, discursivamente, perante os juízes e à audiência/aos leitores, seu desprezo ao que é grego. Pode-se acrescentar que, ao atribuir o adjetivo *graeculus* ao réu, o acusador também acusa Verres de ser, mais do que um ladrão de obras de arte gregas, um grego, entendedor (*eruditus*) de arte grega, o que o aparta dos costumes romanos.

Por outro lado, em meio ao delicado jogo discursivo a que o orador se propõe, o termo *epigramma Graecum pernobile* permite à audiência/aos leitores entrever que Cícero não é totalmente indiferente à cultura helenística. De fato, em suas obras teóricas e em sua correspondência, fica evidente que Cícero, como parte de sua formação retórica, não só é um exímio conhecedor e admirador das *artes* em geral, mas também da pintura, da escultura e da filosofia gregas, incluindo diversas peças de arte na decoração de sua própria *villa*, conforme se lê em correspondência destinada a Ático.

---

37 No original: “Atque haec Sappho sublata quantum desiderium sui reliquerit, dici vix potest. Nam cum ipsa fuit egregie facta, tum *epigramma Graecum pernobile* incisum est in basi, quod iste *eruditus homo et Graeculus*, qui haec subtiliter iudicat, qui solus intellegit, si unam litteram Graecam scisset, certe non sustulisset. Nunc enim quod scriptum est inani in basi declarat quid fuerit, et id ablatum indicat. Quid? signum Paeanis ex aede Aesculapi praeclare factum, sacrum ac religiosum, non sustulisti? quod omnes propter pulchritudinem visere, propter religionem colere solebant”.

Entretanto, é notório que, no contexto da sociedade romana, a aquisição e a exposição de obras de arte deveriam ser feitas para fins decorativos e servir aos princípios de *decorum* e *utilitas*: era considerado impróprio demonstrar, em público, excessivo interesse por peças de arte, uma vez que se trata de trabalhos manuais, o que, aos olhos dos romanos, as desvalorizava<sup>38</sup>. Nesse caso, a personificação da deusa poderia ser interpretada como uma forma de manter o *decorum* e de demonstrar a *utilitas* da obra roubada por Verres.

A seguir, o acusador de Verres procede a um maior detalhamento do objeto roubado:

(2.3) [...] O “signum”, envolto em uma longa túnica, era de grande tamanho e altura; mas, apesar de suas dimensões, sugeria bem a *graça juvenil de uma donzela, com a aljava pendurada em um ombro, o arco na mão esquerda, e a direita segurando uma tocha acesa*. (Cic., *Verr.*, 2.4.74, tradução Luciana Maio, grifo nosso).

A minuciosa descrição da deusa Diana e a própria escolha dessa divindade trazem em si bastante significado. Cícero, no *De Natura Deorum*, assim a descreve:

Por sua vez, o nome de Apolo é grego, e os gregos afirmam ser ele o sol; a Diana, por outro lado, julgam ser a própria lua. O sol foi assim nomeado ou porque “só” (*solus*) ele, dentre todos os astros, é tamanho ou porque, quando nasce, obscurecidas todas as coisas, “só” (*solus*) ele aparece. A Lua foi assim denominada a partir de “luzindo” (*lucendo*); certamente é aquela mesma Lucina. E, assim como, entre os gregos, invoca-se Diana, e a própria Lucífera, entre nós, romanos, invoca-se Juno Lucina no parto. Ela também é chamada de Diana onívaga, não por sua atividade de caça, mas porque é incluída entre os sete vagantes (planetas), por assim dizer. É dita Diana porque, durante a noite, fazia quase ser dia (Cícero, *Nat. De.*, II, 68-69, tradução Luciana Maio, grifo próprio<sup>39</sup>).

Já de acordo com o *Harpers Latin Dictionary*, Diana é uma antiga divindade italiana cujo nome é a contraparte de *Ianus*. É também deusa da lua, da caça

---

38 Cf. Leen (1991, p. 231).

39 No original: “Iam Apollinis nomen est Graecum, quem solem esse volunt, Dianam autem et lunam eandem esse putant, cum sol dictus sit vel quia solus ex omnibus sideribus est tantus vel quia cum est exortus obscuratis omnibus solus apparet, Luna a lucendo nominata sit; eadem est enim Lucina, itaque, ut apud Graecos Dianam eamque Luciferam, sic apud nostros lunonem Lucinam in pariendo invocant. Quae eadem Diana Omnivaga dicitur non a venando sed quod in septem numeratur tamquam vagantibus. Diana dicta quia noctu quasi diem efficeret”.

e do parto, sendo seus atributos similares aos da deusa grega Ártemis. No *Lewis and Short's Latin-English Lexicon*, Diana é definida como a virgem deusa da lua (*Luna*), a patrona da virgindade e aquela que preside o parto (*Lucina*). Spalding (1961, p. 75), por sua vez, anota que Diana é considerada, dentre outras denominações, deusa dos caçadores e da castidade, e é sob esta ótica que o orador a descreve. A aljava e o arco são uma referência à caçadora; a aparência virginal se refere à castidade, à pureza. Essa última imagem é diretamente contrastada com o ἦθος (*êthos*) que o orador projeta para Verres, conforme será abordado mais adiante.

Nessa passagem caracteristicamente ecfrástica, evidencia-se a enargia (ἐνάργεια, *euidentia*, vividez), considerada “a alma da *ekphrasis*” (Soares, 2011, p. 1-2 *apud* Martins, 2016, p. 174) na Antiguidade Clássica, e que confere à descrição um aspecto vívido e dinâmico, consequentemente apresentando o objeto descrito como a própria realidade (Almeida, 2020, p. 164).

A partir desse momento da narrativa, o objeto da descrição não é mais um simulacro, uma estátua de culto representando uma deusa: o orador, ao operar uma personificação, provoca, no receptor, por meio de suas palavras minuciosamente selecionadas, a criação da imagem mental de um ser vivo, de feição humana e que realiza ações analogamente humanas. Diana está vestida com uma longa túnica (*stola*), possui a graça juvenil de uma donzela, tem uma aljava com flechas pendurada (*sagittae pendebant ab umero*) em um dos ombros – ou seja, ela é uma caçadora, e, portanto, realiza a ação de caçar –, também realiza as ações de segurar (*retinebat*) um arco na mão esquerda e, por fim, de segurar (*praeferibat*) uma tocha acesa (*ardentem facem*): aqui Cícero explora não apenas os sentidos da visão (mediante o sentido da audição), mas também o do tato. Tudo isso imprime enargia à descrição, tornando-a uma écfrase. O rétor do *De Oratore* assinala a importância de explorar o uso dos sentidos para os fins de deleite e de persuasão (Cic. *De or.* 3.25), embora dê destaque à visão como sendo o sentido mais aguçado (Cic. *De or.* 3.160).

É como se Cícero, na qualidade de testemunha, esculpisse Diana com suas palavras, diante dos receptores, realizando uma mimese (ou *imitatio*) da peça, de modo que a obra final, imbuída de vividez (enargia, ou *euidentia*), resulta numa espécie de *imitatio* verbal do objeto apreciado pelo orador, conferindo *auctoritas* ao discurso. Consoante Almeida (2020, p. 164),

[...] as impressões, opiniões a respeito do elemento descrito, afirmam a presença do descritor diante daquilo que ele descreve. Esta presença coloca este narrador como uma espécie de testemunha desta obra de

arte e lhe garante a autoridade perante os receptores desta descrição, visto que estes não testemunharam com seus próprios olhos – agora me refiro aos olhos físicos, e não os olhos incorpóreos – a obra que a écfrase encerra.

A seguir será analisada outra passagem:

(2.4) [...] foi *trazida de volta* para Segesta e *colocada*, mais uma vez, *em sua antiga casa*, em meio às grandes expressões de alegria e de agradecimento dos cidadãos. *Lá foi erguida em um pedestal bastante alto, no qual estava inscrito, em letras grandes, o nome de Públio Africano*, e a declaração de como ele a restituiu após a captura de Cartago. Era *adorada* pelos habitantes da cidade e todos os visitantes iam vê-la. (Cic., *Verr.*, 2.4.74, tradução Luciana Maio, grifo próprio).

Nessa parte do discurso, ainda constante no capítulo 74 do *De Signis*, porém anterior à écfrase empreendida pelo orador, é importante ressaltar que Cícero, então *quaestor*, evoca os valores romanos como parte de sua estratégia de acusação, a fim de dar suporte à referida écfrase. Ao evocar um *topos* da memória partilhada, ou seja, ao ativar, na memória do público/dos leitores, a ação de Públio Africano de devolver Diana aos segestanos, Cícero não só traz verossimilhança à écfrase (Almeida, 2020, p. 161-162), como também evoca o *mos maiorum* e ressalta a importância desse *simulacrum* para Segesta, estabelecendo uma conexão entre romanos e segestanos pelo viés do sagrado. Nesse caso, a própria devolução do simulacro exalta a *fides* romana.

No que tange à *fides*, Rocha Pereira (1989, p. 324) afirma: “Os romanos consideravam-se – e eram considerados, segundo o testemunho de Políbio – como povo que ‘respeita o seu dever, pela própria fidelidade decorrente do seu juramento’” e acrescenta que “era na *fides* romana que estava uma parte da explicação da espantosa capacidade de congregar os povos sob a sua égide” (Rocha Pereira, 1989, p. 325). Por fim, a pesquisadora cita Cícero, no *Dos Deveres*: “O Senado era o porto de abrigo de reis, povos e nações, e os nossos magistrados e generais ansiavam por obter um único título de glória, o de terem defendido as províncias e os aliados com justiça e com *fides*” (Rocha Pereira, 1989, p. 326).

*A priori*, toda a ação movida por Cícero contra Verres deveria figurar como prova da *fides* do orador. Ao rememorar o ilustre ato de Públio Africano, de devolver Diana a Segesta, o acusador de Verres imediatamente estabelece associação com a própria empresa. Ademais, a opção por conferir destaque ao simulacro da deusa poderia também estar ligada ao fato de o mais importante templo

dedicado à deusa em Roma, situado no Aventino, ter sido construído por iniciativa do sexto rei de Roma, *Servius Tullius*, um membro da *gens Tullia*, do qual o orador possivelmente descenderia. Dessa forma, Cícero estaria colocando a própria *gens* como tradicional defensora de Diana, evocando também para si o *mos maiorum*.

A passagem a seguir trata sobre o momento dramático em que o simulacro da deusa teria sido levado de Segesta:

- (4) O que é mais célebre, em toda a Sicília, do que todas as matronas e virgens segestanas terem se reunido quando *Diana* seria transportada para fora da cidade, terem-lhe ungido com perfumes, cobrido com coroas e flores, queimando incenso e essências e terem-na acompanhado até os limites do território? (Cic., *Verr.*, 2.4.77, tradução Luciana Maio, grifo próprio).

O arpinate novamente presentifica o simulacro, referindo-se à imagem da deusa como a própria divindade. Assim, Verres não teria roubado uma simples estátua, mas a própria deusa que romanos e segestanos cultuavam. Note-se ainda que o orador emprega novamente os termos *matronas* e *virgines*, características previamente associadas à Diana, que, desta vez, estão relacionadas às mulheres que acompanharam em procissão o simulacro: a deusa Diana era principalmente cultuada por mulheres, que rezavam por boa sorte no casamento e no parto (Peck, 1898). Logo, Verres não teria profanado apenas Diana, mas, por vias da *amplificatio*, todas aquelas mulheres piedosas. Ademais, a descrição dos atos realizados pelas mulheres segestanas durante a procissão reforça novamente a profunda identificação dos segestanos para com o culto da deusa, evidenciando-lhes a *pietas* e a relevância sociocultural da deusa e de seu culto.

Convém analisar que a imagem de pureza associada a Diana é contrastada à imagem de impureza atribuída a Verres, conforme se observa no seguinte excerto, o qual apresenta uma ἠθοποιία (*etopeia*), uma écfrase relacionada ao ἦθος (*êthos*) de Verres, réu da causa em questão:

- (5) Assim que esse inimigo e saqueador de todas as religiões e de todas as coisas sagradas a viu, como inflamado por aquela mesma tocha, começa a arder de desejo e loucura; ordena que os magistrados a retirem e a entreguem a ele [...].(Cic., *Verr.*, 2.4.75, tradução Luciana Maio, grifo próprio).

Na passagem em questão, o querelante procura, de modo hiperbólico, estabelecer um ἦθος (*êthos*) para Verres, o de indivíduo desprovido de *pietas* – evidentemente em contraste com o ἦθος que Cícero busca estabelecer para si próprio ao longo do discurso – e, nesse sentido, os substantivos *hostis* (inimigo)



e *praedo* (saqueador) são centrais. Estes nominativos estão sintaticamente vinculados aos genitivos plurais *sacrorum* (de todas as coisas sagradas) e *religiorum* (de todas as religiões), inseridos no campo do culto aos deuses, o qual, notadamente, engloba Diana.

A referência à tocha (*face*) segurada por Diana imprime energia à narração, suscitando o *páthos* por meio de uma impactante *φαντασία* (*phantasia*, *imaginatio*) que evoca os *sensus* (sentidos): a visão da tocha acesa na mão de Diana atinge/afeta Verres diretamente, o que se verifica pelo significado do infinitivo *flagrare* (arder), vinculado ao tato. Por sua vez, no âmbito do *mouere*, os substantivos *cupiditate* (desejo) e *amentia* (loucura), em ablativo, enfocam o descontrole bestial e a impetuosidade Verres, como desejasse o réu macular a própria deusa-donzela.

O emprego de formas verbais no presente (*coepit; imperat demoliantur e dent*) confere ainda mais vividez à narração, e o efeito de visualização garante à écfrase um grande poder persuasivo:

No procedimento ecfástico clássico, a descrição funciona como uma forma de amplificação, a qual contribui para a comoção e para reforçar a credibilidade do que se transmite por permitir a ilustração de discurso verbal: aquilo que, através da linguagem, se torna visível é capaz de comover com maior intensidade e de operar a favor da argumentação (Almeida, 2020, p. 166).

Com suas atitudes, Verres estaria rompendo com valores basilares da Roma republicana, enquanto Cícero se coloca como exímio defensor desses mesmos valores. O querelante, então, promove uma exaltação da obra de arte furtada sob a roupagem da tópica cultural e religiosa.

O autor do *Rhetorica ad Herennium* (*Rhet. Her.* I,7) cita que falar sobre matéria relacionada ao culto dos deuses imortais (*ad deorum immortalium religionem*) tornará os ouvintes atentos. Cícero, no *De Inventione* (*Cic. Inv. rhet.*, I,8.), trata sobre a controvérsia que envolve o nome a ser dado à ação *sub iudice*, e informa que deverá haver, entre as partes, uma disputa relacionada a esse termo. Evidencia-se, desde as primeiras linhas do *De Signis*, a existência da discussão acerca do nome a ser imputado ao réu pelos crimes cometidos:

Passo, então, a falar sobre a “paixão” desse homem, modo como ele próprio denomina isso, o mesmo que seus amigos chamam de patologia e loucura, e os Sicilianos, de pilhagem. Eu mesmo não sei qual nome



daria a isso: apresentarei a vocês a questão, ponderem-na por sua gravidade, não pelo nome que a ela se atribui. De que gênero de coisa se trata, ó juízes, primeiramente tomem conhecimento; então talvez não busquem com grandes esforços *por qual nome julgariam que isso deve ser chamado* (Cic., *Verr.*, 2.4.1, tradução Luciana Maio, grifo próprio<sup>40</sup>).

Ao buscar um termo para referir-se às ações do ex-governador, Cícero, enfim, adentra o *locus communis* do *fur* ou *sacrilegus*, mencionado no *De Inventione*:

[...] se um indivíduo houver subtraído um objeto sagrado de um lugar privado, deveria ser julgado como ladrão ou sacrílego? Com efeito, quando se faz essa indagação, será necessário não apenas definir ambos os conceitos, isto é, o que seria um ladrão e o que seria um sacrílego, mas também expor, mediante a própria descrição, ser preciso chamar a matéria pela qual advoga com nome diverso daquele empregado pelos adversários (Cic., *Inv. rhet.*, I, 8, tradução Luciana Maio<sup>41</sup>).

Mais adiante, o orador, ao imputar ao réu a alcunha de “inimigo e saqueador de todas as religiões e de todas as coisas sagradas” (Cic., *Verr.*, 2.4.75, tradução Luciana Maio<sup>42</sup>), procura fechar a questão da disputa entre os termos *fur* e *sacrilegus*: Verres, responsável pelo furto de *res sacrae*, tanto públicas quanto privadas, seria muito mais do que um ladrão, seria um sacrílego e teria, portanto, cometido *sacrilegium*. Sobre essa questão, Beltrão (2017, p. 95) afirma:

Há muito se chama atenção, com razão, para os efeitos retóricos da tópica da ‘autoridade dos deuses’ na oratória ciceroniana, e esta tópica é mesmo apresentada como o primeiro dos *loci communis* da *amplificatio*, para transformar um caso individual em uma questão de interesse geral e estimular aspectos emocionais.

No *De Legibus* (Cic., *Leg.*, II,16.), Cícero anota que o sacrilégio é passível de punição, entendendo-se este crime pelo ato de levar à força não somente algo sagrado, mas também qualquer coisa dedicada ao sagrado. Dessa forma,

---

40 No original: “Venio nunc ad istius, quem ad modum ipse appellat, studium, ut amici eius, morbum et insaniam, ut Siculi, latrocinium; ego quo nomine appellem nescio; rem vobis proponam, vos eam suo non nominis pondere penditote. Genus ipsum prius cognoscite, iudices; deinde fortasse non magno opere quaeritis *quo id nomine appellandum putetis*”.

41 No original: “[...] si quis sacrum ex privato subriperit, utrum fur an sacrilegus sit iudicandus; nam id cum quaeritur, necesse erit definire utrumque, quid sit fur, quid sacrilegus, et sua descriptione ostendere alio nomine illam rem, de qua agitur, appellare oportere atque adversarii dicunt”.

42 No original: “sacrorum omnium et religionum hostis praedoque”.

o orador busca elevar o nível de gravidade da causa em questão, que já não constitui o simples *furtum* de uma obra de arte pertencente a um povo de origem grega, arquitetado por uma autoridade romana em território romano (na província da Sicília), mas um grave crime contra os próprios deuses romanos.

Pode-se concluir que, em geral, no *De Signis*, as descrições que Cícero faz dos objetos roubados por Verres são protocolares, fornecendo o bastante para serem identificados, incluindo os critérios de material e quantidade, conforme sustenta Frazel. Entretanto, em algumas passagens, o orador se atém a descrições mais pormenorizadas das peças roubadas – como no caso das referências ao simulacro de Diana/Ártemis –, em virtude da necessidade de evidenciar os crimes cometidos por Verres, e essas descrições apresentam tal vividez que podem ser consideradas écfrases.

No *De Signis*, as écfrases do simulacro da deusa Diana e do próprio réu em questão não só cumprem as funções retóricas de *mouere* — suscitando o πάθος (*páthos*) — e *delectare*, mas também operam como argumentos de acusação, já que é mediante esse procedimento retórico-poético que Cícero busca evidenciar a magnitude dos crimes cometidos pelo ex-governador da Sicília, uma vez que provavelmente a maior parte de sua audiência jamais estivera em Segesta, tampouco pudera ver o simulacro da deusa.

Ao elaborar, na mente do público, pelo viés linguístico, uma imagem da peça roubada que pudesse proporcionar sua visualização, uma espécie de *imitatio* verbal da obra de arte, o orador explora os sentidos, em especial o da visão. O efeito persuasivo do “colocar diante dos olhos” proporcionado pela enargia é capaz de causar impacto visual e emocional, conforme destaca Soares, podendo aumentar a credibilidade do relato, uma vez que pretende oferecer ao público uma espécie de *autopsia* daquilo que está sendo objeto de descrição.

A fim de elevar a gravidade da causa em pauta, o querelante se baseia no *locus communis* do *fur* ou *sacrilegus*, e conclui que o réu havia cometido *sacrilegium*. Notadamente, um crime contra os próprios deuses seria passível de punição, conforme se lê no *De Legibus*. Ademais, a própria presença da tópica religiosa se justificaria com base no potencial de relevante impacto causado na audiência/nos leitores, como preceitua o *Rhetorica ad Herennium*, constituindo, consoante Beltrão, o “primeiro dos *loci communis* da *amplificatio*”.

A constante evocação aos valores romanos busca desqualificar Caio Verres enquanto cidadão de Roma, evidenciando o fato de o réu não compartilhar de valores basilares romanos, tais como a *fides*, a *pietas* e o *mos maiorum*. Tendo

em vista o caráter multifacetado dos povos sob a égide do Império Romano, a *fides* era central, pois corroborava para promover a própria estruturação sociocultural do império, em virtude de sua capacidade de congregação dos povos, conforme anota Rocha Pereira. A ação movida por Cícero seria, em si, uma forma de exaltar sua *fides*. Acrescente-se que o próprio interesse do ex-governador por peças de origem grega, ainda mais sendo elas obras de arte, constituiria um traço que, marcadamente, o apartaria ainda mais do modo romano de ser.

Cícero apresenta Verres como um governante corrupto, um ladrão, um sacrílego e um *graeculus*, um romano que, em vez de cumprir seus deveres políticos, se porta como um grego e tem verdadeiro fervor por peças de origem grega, e, como consequência disso, comete crimes que atentam contra os deuses romanos, um réu que indubitavelmente mereceria a condenação.

## | Agradecimentos

À CAPES, pelo financiamento desta pesquisa, e ao professor Marcos Martinho, pelas importantes contribuições.

## | Referências

ALMEIDA, L. N. Écfrase e presentificação de imagens: o episódio de Aracne nas Metamorfoses de Ovídio (VI, 1-145). **CODEX – Revista de Estudos Clássicos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 154-168, 2020. DOI: <https://doi.org/10.25187/codex.v8i1.32875>.

ALMEIDA, O. V. B. **O Brutus de Marco Túlio Cícero**: estudo e tradução. 2014. Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BARONE, A. C. A visão de arte em *De Signis*, de Cícero: uma reflexão tradutológica. **Coleção Estudos Clássicos**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 46-61, 2011.

BELTRÃO, C. A. A mais antiga Ceres: Cícero, “De signis” (IN VERREM 2.4.105-115). **Phoïnix**, v. 23, n. 2, p. 94-111, 2017. DOI: <https://doi.org/10.26770/phoinix.v23.2.n6> .

[CICERO]. Retórica a Herênio. Tradução, introdução e notas de Adriana Seabra e Ana Paula Celestino Faria. Araçoiaba da Serra: Mnêma, 2024.

CICERO. **De L’Orateur**. Texto estabelecido e traduzido por Edmond Courbaud. Paris: Les Belles Lettres, 2009. Tomos I e II.

CICERO. **De L’Orateur**. Texto estabelecido e traduzido por Edmond Courbaud e Henri Bornecque. Paris: Les Belles Lettres, 2009. Tomo III.

CICERO. **Il Processo di Verre**. Tradução e notas de Laura Fiocchi e Nino Marinone. Milão: BUR, 1992. 2 v.

CICERO. **Verrinas**. Tradução e notas de José María Requejo Prieto. Madri: Editorial Gredos, 1990. (Discursos, v. II).

CICERO. **The Verrine Orations**. Editado e traduzido por L. H. G. Greenwood. Cambridge: Harvard University Press, 1989. v. I.

CICERO. **The Verrine Orations**. Editado e traduzido por L. H. G. Greenwood. Cambridge: Harvard University Press, 1989. v. II.

CICERO. **De Natura Deorum, Academica**. Editado por E. H. Warmington. Cambridge, MA: Harvard university press, 1967. (Loeb Classical Library).

CICERO. **Correspondance**. Texto estabelecido e traduzido por L.- A. Constans. Paris: Les Belles Lettres, 1962. Tomo I.

CICERO. **On the Republic. On the Laws**. Tradução e notas de Clinton W. Keyes. Cambridge, MA: Harvard university press, 1928. (Loeb Classical Library).

CICERO. **Seconde action contre Verrès**: les oeuvres d’art – livro IV. Texto estabelecido por Henri Bornecque, e traduzido por Gaston Rabaud. Paris: Les Belles Lettres, 1927. Tomo V.

ERNOUT, A. **Syntaxe latine**. Paris: Klincksieck, 2002.

ERNOUT, A. **Morphologie Historique du Latin**. Paris: Klincksieck, 1974.

ERNOUT, A.; MEILLET, A. **Dictionnaire étymologique de la langue latine**. Histoire des mots. Paris: Klincksieck, 1951.

FARIA, E. **Gramática Superior da Língua Latina**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958.

FRAZEL, T. D. “Furtum” and the Description of Stolen Objects in Cicero “In Verrem” 2.4. **The American Journal of Philology**, Baltimore, v. 126, n. 3, p. 363-376, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1353/ajp.2005.0042> .

GLARE, P. G. W. (org.). **Oxford Latin dictionary**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

HANSEN, J. A. Categorias Epidíticas da Ekphrasis. **Revista da USP**, São Paulo, v. 71, p. 85-105, 2006. DOI: <https://doi.org/10.24277/classica.v29i2.425> .

KENNEDY, G. A. **Progymnasmata**: Greek Textbooks of Prose Composition and Rhetoric. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2003.

LEEN, A. Cicero and the rhetoric of art. **The American Journal of Philology**, Baltimore, v. 112, n. 2, p. 229-245, 1991. DOI: <https://doi.org/10.2307/294719> .

LEWIS, C. T.; SHORT, C. **A Latin Dictionary**. Oxford: At Clarendon Press, 1879.

LONGINO. **Do Sublime**. Tradução do grego, introdução e comentário de Marta Isabel de Oliveira Várzeas. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015. (Série Autores Gregos e Latinos).

MARTINS, P. **A Representação e seus limites**: Pictura Loquens, Poesis Tacens.

MARTINS, P. Uma visão periegemática sobre a écfrase. **Clássica – Revista Brasileira de Estudos Clássicos**, n. 29, v. 2, p. 163-204, 2016.

MARTINS, P. Constructing Cicero. **Nuntius Antiquus**, v. 9, n. 2, p. 221-237, 2013. DOI: <https://doi.org/10.17851/1983-3636.9.2.221-237>.

MARTINS, P. **Imagem e Poder**: considerações sobre a representação de Otávio Augusto. São Paulo: EDUSP, 2011.

MARTINS, P.; AMATO, R. S. S. Imagens antigas retoricamente referenciadas. *In*: MUHANA, A.; LAUDANNA, M.; BAGOLIN, L. A. (org.). **Retórica**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2012. p. 125-145. v. 1.

MONTEIL, P. **Elementos de Fonética Y Morfología del Latín**. Tradução e atualização Concepción Fernandez Martinez. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2003.

PECK, H. T. **Harpers Dictionary of Classical Antiquities**. Harper and Brothers: Nova York, 1898.

ROCHA PEREIRA, M. H. **Estudos de História da Cultura Clássica**. 2. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1990. v. II.

RODOLPHO, M. Écfrase e evidência. **Revista de Estudos Clássicos – PPG/USP**, São Paulo, v. 18, p. 94-113, 2014. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2358-3150.v18i1p94-113>.

SARAIVA, F. R. dos S. **Dicionário latino-português**. Rio de Janeiro: Garnier, 1993.

SCATOLIN, A. **A invenção no Do Orador de Cícero**: um estudo à luz de “Ad Familiares” I, 9, 23. 2009. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SMITH, W. (ed.). **Dictionary of Greek and Roman Geography**. Londres: Walter and Maberly: John Murray, 1854.

SPALDING, T. O. **A mitologia grego-latina**. São Paulo: Cultrix, 1961.

STEWART, P. **Statues in Roman society**: Representation and response. Oxford: Oxford University Press, 2003.

STILLWELL, R. (ed.). **The Princeton encyclopedia of classical sites**. Princeton: Princeton University Press, 1976.

TACITUS. **Dialogus, Agricola, Germania**. Editado por T. E. Page e W. H. D. Rouse. Londres: William Heinemann, 1914. (Loeb Classical Library).

TOVAR, A. **Sintaxis**. Madrid: S. Aguirre, 1946.

VIEIRA, Trajano A. Ricca. **Ilíada**. São Paulo: Editora 34, 2020.

VIEIRA, Trajano A. Ricca. **Odisseia**. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2011. v. 1.

### Como citar este trabalho:

MAIO, Luciana Mourão; MARTINS, Paulo. Mimese e écfrase no *De Signis* de Cícero. **Revista do GEL**, v. 1, n. 2, p. 102-126, ago. 2024. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>.

Submetido em: 17/09/2024 | Aceito em: 14/10/2024.

# Observações sobre as transformações lexicais na Libras em decorrência dos avanços tecnológicos

**Janice Gonçalves TEMOTEO-MARQUES<sup>1</sup>**

**Antionielle Cantarelli MARTINS<sup>2</sup>**

**Fernanda de Oliveira GUIRELLI<sup>3</sup>**

---

1 Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil;  
| janicetm@unicamp.br | <https://orcid.org/0000-0001-7601-8387>

2 Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil;  
| an.cantarellim@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0003-3057-9386>

3 Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil;  
| ferguirelli@gmail.com | <https://orcid.org/0009-0007-8066-6337>

**DOI:** <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v21i2.3744>

**Resumo:** A tecnologia trouxe grandes contribuições para a acessibilidade linguística da comunidade surda, impactando diretamente o léxico das línguas de sinais. Dessa forma, enquanto neologismos surgem para o vocabulário específico, outros sinais se transformam ou caem em desuso. As transformações lexicais fazem parte de um processo histórico que ocorre nas línguas naturais. Este trabalho objetiva ilustrar os processos de lexicalização, deslexicalização e neologismos na Língua de Sinais Brasileira – Libras, contribuindo para compreensão desses fenômenos linguísticos relacionados aos avanços tecnológicos. O *Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: a Libras em suas mãos* (Capovilla et al., 2017) foi utilizado como *corpus* de análise. Após aplicação de critérios de exclusão, dos 13 mil sinais do dicionário, 80 se enquadram na categoria de “Tecnologia e Comunicação”. Os sinais selecionados foram registrados em vídeos e apresentados individualmente a quatro surdos sinalizadores. Eles apontaram os sinais que conheciam, os que desconheciam, os que caíram em desuso e os novos sinais criados. Dos 80 sinais, 10 foram considerados em desuso, por se referirem a tecnologias obsoletas, e 2 (Inteligência Artificial (IA) e Bluetooth) foram apontados como possuindo um sinal novo por dois participantes. Os resultados refletem a adaptação contínua da Libras aos avanços tecnológicos.

**Palavras-chave:** Lexicalização. Deslexicalização. Línguas de Sinais. Libras. Neologismo. Tecnologia. Comunicação.

---

## Observations on lexical transformations in Brazilian Sign Language (Libras) due to technological advances

**Abstract:** Technology has brought significant contributions to the linguistic accessibility of the Deaf community, directly impacting the lexicon of sign languages. Thus, while neologisms emerge for specific vocabulary, other signs undergo transformation or fall into disuse. Lexical transformations are part of a historical process that occurs in natural languages. This study aims to illustrate processes of lexicalization, delexicalization, and neologisms in Brazilian Sign Language (Libras), contributing to the understanding of these linguistic phenomena related to technological advancements. The *Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: A Libras em suas mãos* (Capovilla et al., 2017) was used as the corpus for analysis. After applying exclusion criteria, of the 13,000 signs in the dictionary, 80 were classified under the category of “Technology and



Communication”. The selected signs were recorded in videos and individually presented to four Deaf signers. They identified the signs they recognized, those they did not, those that had fallen into disuse, and the newly created signs. Of the 80 signs, 10 were considered obsolete due to their reference to outdated technologies, and 2 (Artificial Intelligence (AI) and Bluetooth) were identified as having new signs by two participants. The results reflect the continuous adaptation of Libras to technological advancements.

**Keywords:** Lexicalization. Delexicalization. Sign Languages. Libras. Neologism. Technology. Communication.

## **| Introdução**

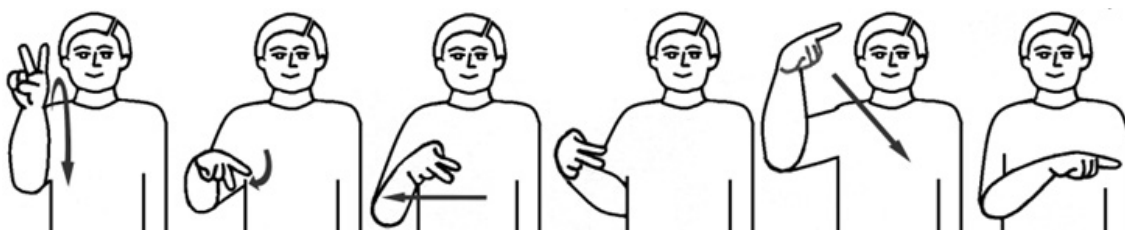
A Língua de Sinais Brasileira – Libras é uma língua de modalidade visuoespacial utilizada pelas Comunidades Surdas no Brasil. Assim como as línguas orais, ela é gramaticalmente estruturada por um conjunto de regras linguísticas e adquirida de forma natural por pessoas surdas. Os estudos linguísticos das línguas de sinais são relativamente recentes, se iniciaram na década de 60 com a descrição fonológica da Língua de Sinais Americana – ASL por William Stokoe (1960). No Brasil, os primeiros trabalhos sobre Libras são de Ferreira-Brito (1995) e, posteriormente, Quadros e Karnopp (2004). De fato, as pesquisas linguísticas das línguas de sinais estão em expansão, no entanto, estudos sistemáticos do léxico da Libras ainda são incipientes. Existem aspectos ainda pouco estudados, como as transformações lexicais derivadas dos processos de lexicalização, deslexicalização e atribuição de novos significados.

No português brasileiro, um exemplo notável de transformação lexical é o símbolo de *cerquilha* ( # ), conhecido anteriormente como *jogo da velha* e atualmente como *hashtag* devido uma mudança de função. Inicialmente, o símbolo era amplamente utilizado em sistemas telefônicos, senhas, sistemas de computação e até como uma brincadeira infantil. No entanto, com o advento das redes sociais e da internet, esse símbolo ganhou uma nova função de categorizar e agrupar mensagens em tópicos específicos. Esse uso foi popularizado permitindo aos usuários marcar suas postagens com ( # ) para facilitar a busca e organização de conteúdos. Gradualmente, o símbolo de *cerquilha* ( # ) passou a ser chamado de *hashtag* ( # ), termo que denota a função específica de categorização e organização de informações em redes sociais e na internet em geral. Atualmente, o termo *hashtag* é amplamente reconhecido e incorporado ao vocabulário cotidiano, demonstrando como a evolução da tecnologia e da comunicação pode influenciar significativamente a linguagem e a cultura. Esse fenômeno exemplifica um processo linguístico

no qual um símbolo específico adquire uma nova interpretação dentro de um contexto cultural diferente. Além disso, palavras podem cair em desuso, como por exemplo *radiola*, um aparelho antigo que possui rádio e vitrola, e outras podem surgir, como *ciberataque*, termo que define um conjunto de ações dirigidas contra sistemas de informação. As transformações lexicais que levaram o símbolo ( # ) a receber uma nova designação no português, passando de *cerquilha* e *jogo da velha* para *hashtag*, assim como o desuso de *radiola* e surgimento de *ciberataque*, não se limitam às línguas orais-auditivas, mas também são observadas nas línguas visuoespaciais.

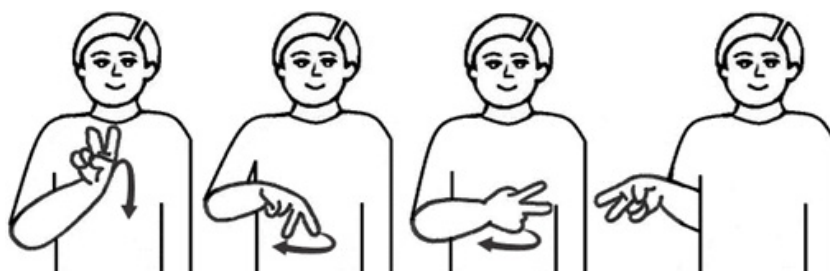
Apesar de não haver um registro cronológico dos sinais no *Dicionário*, o conceito de *jogo da velha* é anterior ao conceito de *hashtag*. Portanto, comparando a Figura 1 e Figura 2, observa-se um processo de transformação lexical, no qual a segunda parte do sinal composto JOGO DA VELHA (Figura 1), que representa o movimento típico do jogo, é omitido na Figura 2, denotando um novo sentido e configurando o sinal de HASHTAG (Figura 2).

**Figura 1.** Sinal JOGO DA VELHA ( # ) (*brincadeira infantil*) (sinal usado em: RS)



**Fonte:** Capovilla, Raphael, Temoteo e Martins (2017, p. 1602)

**Figura 2.** Sinal HASHTAG ( # ) (*símbolo matemático usado nas redes sociais e aplicativos*) (sinal usado em: RS)



**Fonte:** Capovilla, Raphael, Temoteo e Martins (2017, p. 1446)

Transformações como a apontada acima, especificamente na Libras, tendem a ser bastante intensas. A luta pela Educação Bilíngue de Surdos (Campello; Rezende, 2014), o acesso de pessoas surdas ao ensino superior nas mais diversas

áreas, as disciplinas de Libras nos currículos das licenciaturas das Instituições de Ensino Superior (IES) e a expansão dos serviços de intérpretes nas esferas públicas de educação, saúde e jurídica têm imposto grande demanda pela língua (Brasil, 2005). Esses fatores reforçam como a evolução das línguas é um fenômeno dinâmico, frequentemente moldado e influenciado por demandas socioculturais específicas, operando em níveis linguísticos complexos, como a fonologia, morfologia, sintaxe, semântica e pragmática.

A Libras, como qualquer outra língua natural humana, está sujeita aos processos sociolinguísticos que refletem as transformações nas esferas política, sanitária, econômica, identitária, educacional, científica, entre outras (Sandler; Lillo-Martin, 2006). As tecnologias digitais, como um produto dessas transformações, têm impactado de forma significativa a comunicação das pessoas surdas e a língua de sinais em si. O léxico da Libras, por exemplo, está em constante evolução, sinais novos surgem, outros se alteram ou entram em desuso. Considerando a atual disseminação da Libras, a crescente demanda pela língua e as transformações na comunicação e interação proporcionadas pela evolução tecnológica na comunidade surda, esta pesquisa tem como objetivo ilustrar os processos de lexicalização, deslexicalização e neologismos na Libras, contribuindo para os estudos sobre as transformações lexicais da língua. O foco está na categoria semântica “Tecnologia e Comunicação”, analisando sinais em desuso, a criação de novos sinais, a substituição de termos antigos e a ampliação de seus significados, que podem gerar polissemias e expandir as possibilidades comunicativas.

## **| Transformações lexicais nas línguas de sinais e os avanços tecnológicos**

Os avanços tecnológicos têm um impacto significativo nas línguas de sinais provocando a criação de novos sinais, desuso de outros e a adaptação de sinais existentes para descrever tecnologias emergentes, dispositivos e conceitos digitais. Com o surgimento de novas ferramentas, as comunidades surdas frequentemente desenvolvem neologismos e adaptam o vocabulário para manter a comunicação eficaz e abrangente. Essas transformações refletem a capacidade das línguas de sinais de se adaptarem diante de novas demandas.

Estudos apontam três processos básicos que ocorrem no léxico de uma língua: (i) lexicalização, processo em que novos itens lexicais são incorporados à língua; (ii) deslexicalização, processo que um item lexical entra em desuso; e (iii) atribuição de novos significados a itens existentes (Antunes, 2012). Esses processos fazem parte de um fenômeno maior chamado de gramaticalização

conforme Blühdorn e Costa (1999), que descrevem a transição de flexibilidade à formalização de elementos linguísticos, como a perda da liberdade sintática, semântica e pragmática ao longo do tempo. Portanto, lexias usadas livremente em diferentes contextos passam a seguir regras mais rígidas a partir de formas gramaticais fixas.

A lexicalização refere-se ao processo em que uma expressão ou construção inicialmente complexa se torna um item lexical fixo na língua e incorporada ao léxico, adquire uma forma padronizada (Johnston; Schembri, 1999). Segundo Brentari e Padden (2001), a lexicalização em línguas de sinais frequentemente acontece com classificadores e sinais icônicos, que, com o tempo, passam a ser usados de forma mais convencional e menos dependente do contexto.

A lexicalização é fundamental para o enriquecimento do vocabulário das línguas de sinais, pois viabiliza a representação de novos conceitos e objetos de maneira eficiente e amplamente compreendida pela comunidade surda. Wilcox (1992) aponta que sinais com alta iconicidade, como aqueles que representam ações cotidianas, frequentemente passam por esse processo, tornando-se menos dependentes de contextos específicos e adquirindo formas mais abstratas e convencionais. A lexicalização, assim, contribui para a padronização dos sinais, favorecendo a comunicação e a compreensão mútua entre os usuários. Esse processo também pode ser observado nas línguas de sinais em decorrência da incorporação de novos conceitos, especialmente aqueles relacionados à tecnologia. Novos itens tecnológicos, como *smartphones*, *tablets* e *drones*, muitas vezes, começam como descrições ou combinações de sinais. Com o tempo, essas descrições podem se condensar em um único sinal lexicalizado. Dessa forma, a introdução de novos conceitos para novos dispositivos e ferramentas digitais demanda que as línguas de sinais desenvolvam vocabulário para termos como *smartphone*, *internet*, *rede social* e *aplicativo*. Nas línguas de sinais, a iconicidade é uma estratégia comum para representar novos objetos, especialmente aqueles com características físicas definidas, como o formato de um celular ou de um computador. Isso permite que o novo sinal seja facilmente reconhecido e compreendido pelos usuários da língua. Com o tempo, essas representações se tornam mais padronizadas e convencionais, passando por um processo de lexicalização. Quando essa representação se torna um sinal fixo e amplamente compreendido, ela se torna um neologismo incorporado ao vocabulário da língua. Por exemplo, o sinal para *computador* em várias línguas de sinais inicialmente foi criado a partir de movimentos e configurações de mão que imitavam o uso de um teclado, mouse ou tela. Com o uso frequente e a necessidade de comunicação mais rápida, esse sinal passa pelo processo de lexicalização tornando-se um neologismo, com uma forma padrão que

representa *computador* de maneira fixa e reconhecível (Brentari; Padden, 2001; Wilcox, 2000).

Neologismos nas línguas de sinais são novos sinais criados ou adaptados para designar conceitos, objetos ou fenômenos que ainda não possuem representação estabelecida na língua. Os neologismos surgem em resposta a necessidades comunicativas, frequentemente associadas a mudanças culturais, avanços tecnológicos ou empréstimos linguísticos. Liddell (2003) sugere que, ao criar novos sinais para conceitos emergentes, as comunidades surdas exercem autonomia linguística, moldando suas línguas para se adaptarem às transformações do mundo ao seu redor.

Os neologismos nas línguas de sinais podem ser classificados de acordo com sua origem e processo de formação. Segundo Wilcox (2000), há três categorias principais: tecnológicos e científicos, culturais e sociais, e acadêmicos e educacionais. Neologismos tecnológicos e científicos geralmente são criados a partir de processos icônicos ou adaptações de gestos que imitam o uso do objeto, permitindo a discussão de novos tópicos de forma acessível. Já os neologismos culturais e sociais refletem mudanças na sociedade, introduzindo sinais para conceitos como globalização ou diversidade, essenciais para debates contemporâneos. Por fim, no contexto educacional, surgem novos sinais para representar conceitos acadêmicos complexos, especialmente em disciplinas como Matemática e Ciências, facilitando o acesso à educação para a comunidade surda (Wilcox, 2000). Portanto, neologismos surgem frequentemente por meio de representações icônicas, empréstimos lexicais ou adaptações de sinais existentes. Além disso, o surgimento de palavras como *e-mail* ou *upload* pode ser difícil de representar de forma visual. Nesses casos, os sinais para esses termos podem ser construídos com base em movimentos que imitam as funções dos objetos ou adaptados por meio de configurações de mão específicas que simulam a ação. Esse processo de criação de neologismos por meio da iconicidade e da adaptação é fundamental para a evolução lexical nas línguas de sinais.

Os avanços tecnológicos também impulsionam a transformação de sinais já existentes, ampliando seus significados para incorporar novos conceitos relacionados. Por exemplo, o sinal original para *telefone* em várias línguas de sinais foi adaptado para representar *smartphone* ou *ligação por vídeo*, com pequenas alterações no movimento ou na configuração de mão para capturar a diferença entre os dispositivos. Brentari e Padden (2001) sugerem que esse tipo de adaptação de sinais é uma forma de lexicalização progressiva, no qual o sinal se transforma para refletir novos aspectos, se mantendo relevante e atualizado.

Johnston (2010) destaca que o uso das mídias sociais desempenha um papel importante na popularização de neologismos e na manutenção da consistência entre regiões. Com a expansão das mídias sociais, as comunidades surdas têm mais oportunidades de compartilhar novos sinais e discutir a padronização de terminologias tecnológicas. Plataformas como YouTube, Instagram e TikTok, com criadores de conteúdo da comunidade surda, facilitam a disseminação de novos sinais tecnológicos, contribuindo para a padronização e para o aumento da compreensão entre diferentes regiões.

A documentação de neologismos tecnológicos em línguas de sinais é crucial para a preservação e a continuidade da língua, especialmente em um momento de rápidas mudanças tecnológicas. A relação entre a lexicalização e os neologismos em línguas de sinais é essencial para entender como essas línguas incorporam novos conceitos e adaptam seu vocabulário às mudanças culturais e tecnológicas. A lexicalização é uma das principais formas de criação de neologismos em línguas de sinais, pois permite que novos conceitos sejam incorporados ao léxico e utilizados de maneira consistente na comunicação.

Quando novas palavras são lexicalizadas, a comunidade de sinalizantes tende a adotar uma forma consistente que facilita a compreensão e evita ambiguidade. Johnston (2010) explica que a padronização dos neologismos por meio da lexicalização é particularmente importante em contextos educacionais e formais, onde o uso de vocabulário consistente é essencial. Dessa forma, a lexicalização ajuda a estabelecer uma linguagem padrão, especialmente para conceitos técnicos, científicos ou culturais que surgem com o tempo.

A deslexicalização, por outro lado, refere-se ao processo em que sinais formalizados começam a perder sua estrutura lexical e se tornam mais dependentes do contexto, podendo, em alguns casos, cair em desuso. A deslexicalização pode ocorrer devido a mudanças culturais, tecnológicas ou sociais, que fazem com que certos sinais percam relevância ou se tornem menos precisos para descrever realidades contemporâneas. Por exemplo, sinais que antes eram amplamente usados para representar tecnologias obsoletas podem cair em desuso à medida que esses conceitos se tornam menos presentes no cotidiano, ou sua forma pode ser simplificada para se adaptar a novos contextos de uso. A deslexicalização é, portanto, um fenômeno complementar à lexicalização, demonstrando a dinâmica das línguas de sinais e sua capacidade de se ajustar às mudanças nas necessidades comunicativas da comunidade de usuários.

Os processos de lexicalização e deslexicalização são influenciados por diversos fatores, como frequência de uso, iconicidade, contexto sociocultural e a necessidade de precisão. A frequência de uso, por exemplo, pode facilitar a lexicalização quando um sinal icônico é amplamente aceito e utilizado, mas, também, pode levar à deslexicalização quando a frequência reduz sua precisão.

A compreensão dos processos de lexicalização e deslexicalização é essencial para a documentação e a análise das línguas de sinais. Os autores Crasborn e Zwitserlood (2008) e Johnston (2010) ressaltam que a observação desses processos é crucial para entender as mudanças linguísticas em línguas de sinais e capturar a evolução natural de seu vocabulário. A identificação de sinais que passaram pela lexicalização ou deslexicalização ajuda a criar registros linguísticos mais representativos e completos, promovendo a preservação e o estudo contínuo das línguas de sinais. Esses processos mostram como as línguas de sinais são dinâmicas e se adaptam às necessidades dos usuários.

## **| Metodologia**

Este estudo é de natureza qualitativa, de abordagem exploratória, e foi conduzido com quatro pessoas surdas que utilizam Libras no estado de São Paulo. A pesquisa recebeu aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, sob o número do CAAE: 67215923.6.0000.5404 e é um recorte de um projeto maior “Análise de sinais relacionados a Tecnologia e Comunicação: o processo de deslexicalização na Libras” (Temoteo-Marques; Martins, 2023). Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), fornecido tanto em formato escrito quanto sinalizado em Libras, conforme preferência linguística do participante no momento da apresentação do estudo.

Os critérios para inclusão dos participantes foram a idade (maiores de 18 anos), uso da Libras como primeira língua e Ensino Médio completo. Foram excluídos da pesquisa os participantes que não tivessem acesso à internet em casa e/ou em pelo menos um dispositivo tecnológico, como celular, computador, *notebook* ou *tablet*, e aqueles que trabalhassem na área de informática, a fim de evitar um viés linguístico, dado o conhecimento de terminologias técnicas que pode não ser representativo da comunidade surda como um todo. As quatro pessoas surdas que atenderam aos critérios de inclusão estabelecidos foram selecionadas para participar.

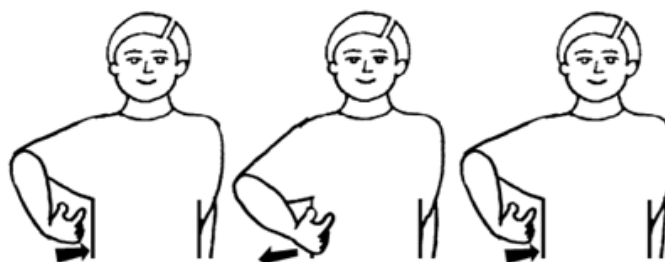
A pesquisa foi composta por duas etapas principais: *Entrevista Estruturada* e *Entrevista Semiestruturada*. A *Entrevista Estruturada* teve como objetivo



caracterizar os participantes por meio de perguntas relacionadas a aspectos pessoais, familiares, aquisição da Libras e a relação do informante com “Tecnologia e Comunicação”. A *Entrevista Semiestruturada* consistiu na apresentação de um *corpus* de sinais relacionados a “Tecnologia e Comunicação” aos participantes, a fim de documentar os sinais que permanecem sendo usados, aqueles que entraram em desuso, os novos sinais e os que passaram por alguma outra transformação lexical.

Para a construção do *corpus* com sinais da Libras, as pesquisadoras realizaram uma inspeção visual do *Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: a Libras em suas mãos* (Capovilla *et al.*, 2017), composto por aproximadamente 13 mil sinais. Esse processo teve como objetivo identificar os sinais pertencentes à categoria semântica “Tecnologia e Comunicação”, o que resultou em uma primeira triagem com 390 sinais relacionados à categoria semântica. A partir desta primeira seleção, os sinais foram refinados seguindo critérios de exclusão, tais como sinais que fossem o mesmo sinal na Libras ou sinônimos em Português, como por exemplo “BIP” (Figura 3) e “PAGER” (Figura 4). Nesses casos, apenas uma entrada foi incluída. Também foram excluídos sinais terminológicos que não fazem parte do léxico geral, isto é, que não são recorrentes, como “PLACA DE REDE” (Figura 5). Por fim, sinais com baixa representatividade geográfica como “INFORMÁTICA (2)”<sup>4</sup> (Figura 6) utilizado apenas no Ceará (CE) e “INFORMÁTICA (3)” (Figura 7) utilizado apenas na Bahia (BA) também não permaneceram na triagem final. No total, foram selecionados 80 sinais relacionados à categoria semântica de “Tecnologia e Comunicação”. Os sinais foram arrolados de A a Z em uma planilha e gravados em vídeo.

**Figura 3.** Sinal BIP (1) (pager) (CL) (sinal usado em: SP, RS)

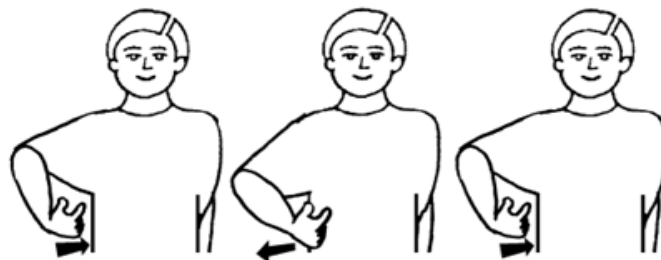


**Fonte:** Capovilla, Raphael, Temoteo e Martins (2017, p. 418)

4 O número entre parênteses, neste caso, faz referência às variações linguísticas registradas no dicionário.



**Figura 4.** Sinal PAGER (1) (bip) (CL) (sinal usado em: SP, RS)



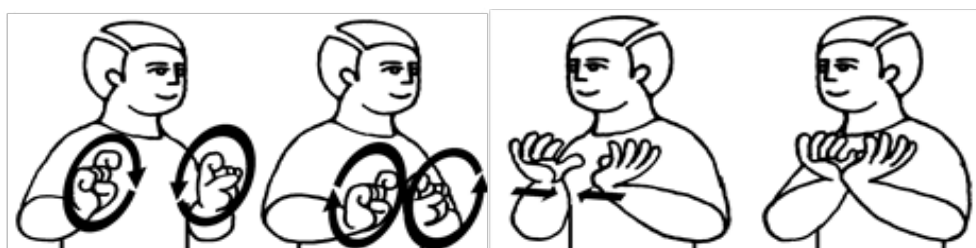
**Fonte:** Capovilla, Raphael, Temoteo e Martins (2017, p. 2068)

**Figura 5.** Sinal PLACA DE REDE (informática) (sinal usado em: MS)



**Fonte:** Capovilla, Raphael, Temoteo e Martins (2017, p. 2202)

**Figura 6.** Sinal INFORMÁTICA (2) (sinal usado em: CE)



**Fonte:** Capovilla, Raphael, Temoteo e Martins (2017, p. 1528)

**Figura 7.** Sinal INFORMÁTICA 3 (sinal usado em: BA)



**Fonte:** Capovilla, Raphael, Temoteo e Martins (2017, p. 1528)

Na *Entrevista Semiestruturada*, os sinais foram apresentados aos participantes individualmente, em vídeo, e para cada sinal foram feitas as seguintes perguntas: 1. *Você reconhece esse sinal?* Caso o participante não o reconhecesse, o próximo sinal era apresentado. Do contrário, seguia-se com a pergunta: 2. *Você usa esse sinal no seu vocabulário quando sinaliza?* Caso o participante afirmasse utilizá-lo, outro sinal era apresentado. Entretanto, se a resposta fosse negativa, indicando que, embora o participante reconhecesse o sinal, ele não o utilizava, a próxima pergunta era feita: 3. *Por que você não usa mais esse sinal?* Apenas se o participante justificasse que não utilizava o sinal porque passou a usar um novo, fazia-se a última pergunta: 4. *Você poderia sinalizar o sinal que usa atualmente?* Ressalta-se que a justificativa de não mais utilizar um determinado sinal devido à existência de um sinal novo caracterizava a indicação de um neologismo. Todas as respostas foram classificadas em uma das seguintes categorias: *Conhece/Usa este sinal*, *Não conhece este sinal*, *Sinal em desuso*, *Varição do sinal*, *Sinal soletrado*, *Sinal novo* e *Outras respostas*.

A análise dos dados dos participantes indicou: (i) os sinais que desconheciam; (ii) os sinais que consideravam em desuso; (iii) os motivos pelos quais esses sinais deixaram de ser utilizados; e (iv) os sinais utilizados como substitutos, caso houvesse. No último caso, os participantes foram solicitados a sinalizar o novo sinal, que foi, então, registrado em vídeo pelas pesquisadoras. A análise dos dados envolveu tanto um levantamento das respostas dos participantes acerca dos sinais apresentados quanto uma análise de suas respostas abertas ao justificarem suas percepções sobre esses sinais.

Com relação ao perfil dos participantes, a idade média foi de 50 anos, compartilhando uma origem geográfica comum, surdez profunda e bilateral, fluência em Libras e forte conexão com a comunidade surda. Todos os participantes afirmaram enfrentar desafios significativos em relação à educação. Enquanto três participantes frequentaram escolas regulares sem intérpretes, um participante teve uma experiência inicial em uma escola de educação especial antes de migrar para o ensino regular.

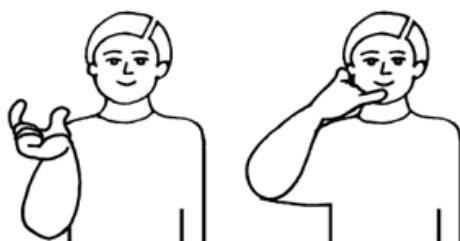
## **| Resultados**

O acesso a diferentes tecnologias foi universal entre os participantes, refletido pelo uso diário de uma variedade de dispositivos eletrônicos e aplicativos. Ao discutir as mudanças na comunicação antes e depois da era da internet, os participantes destacaram uma transformação significativa na forma como os surdos interagem e se conectam. Enquanto as interações anteriores dependiam de encontros presenciais em locais específicos, como praças e associações,

a introdução da internet permitiu uma comunicação mais rápida e eficiente, além de proporcionar acesso a uma variedade de recursos e oportunidades educacionais. Embora algumas preferências por interações presenciais tenham sido mencionadas, todos os participantes reconheceram o papel vital da tecnologia na promoção da inclusão e na melhoria da qualidade de vida dos surdos na sociedade contemporânea.

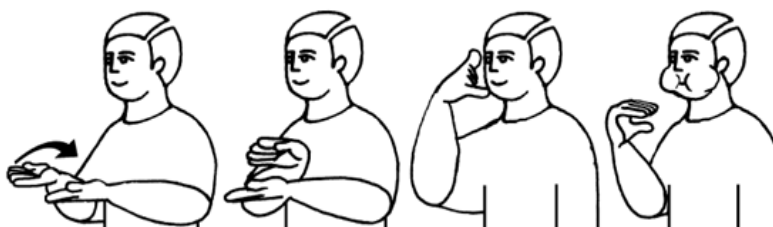
Em relação ao total de 80 sinais, 15% (12 sinais) foram comumente identificados como *Sinal em desuso* pelos quatro participantes, são eles: “BIP (1) (pager)” (Figura 3), “CARTÃO TELEFÔNICO” (Figura 8), “CATÁLOGO TELEFÔNICO” (Figura 9), “DISQUETE (1)” (Figura 10), “FAX (2)” (Figura 11), “ICQ ® (informática)” (Figura 12), “LAN HOUSE” (Figura 13), “MÁQUINA DE ESCREVER” (Figura 14), “TELEFONE PÚBLICO (1) (orelhão)” (Figura 15), “TELEGRAMA” (Figura 16), “VÍABLE BRAZIL™ (VIÁVEL BRASIL ®)” (Figura 17), e “VIDEOCASSETE (aparelho)” (Figura 18).

**Figura 8.** Sinal CARTÃO TELEFÔNICO (sinal usado em: CE, SP, SC, RS)



**Fonte:** Capovilla, Raphael, Temoteo e Martins (2017, p. 582)

**Figura 9.** Sinal CATÁLOGO TELEFÔNICO (sinal usado em: CE, SP, SC, RS)



**Fonte:** Capovilla, Raphael, Temoteo e Martins (2017, p. 600)

**Figura 10.** Sinal DISQUETE (1) (sinal usado em: SP, RJ, RS)



**Fonte:** Capovilla, Raphael, Temoteo e Martins (2017, p. 980)

**Figura 11.** Sinal FAX (2) (sinal usado em: SP, SC)



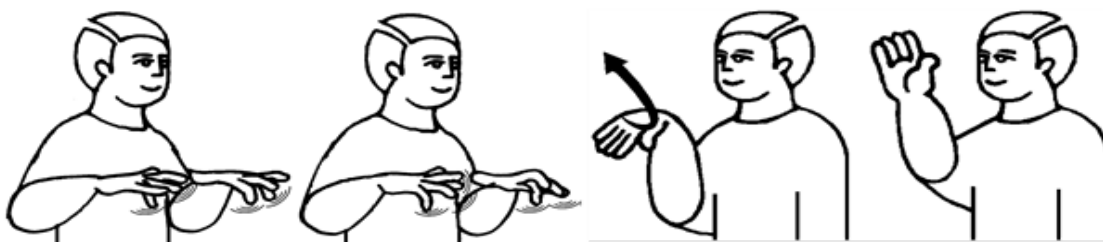
**Fonte:** Capovilla, Raphael, Temoteo e Martins (2017, p. 1262)

**Figura 12.** Sinal ICQ @ (informática) (sinal usado em: MS, RS)



**Fonte:** Capovilla, Raphael, Temoteo e Martins (2017, p. 1483)

**Figura 13.** Sinal LAN HOUSE (sinal usado em: CE)



**Fonte:** Capovilla, Raphael, Temoteo e Martins (2017, p. 1638)

**Figura 14.** Sinal MÁQUINA DE ESCREVER (sinal usado em: CE, SP, MS, SC, RJ, RS)



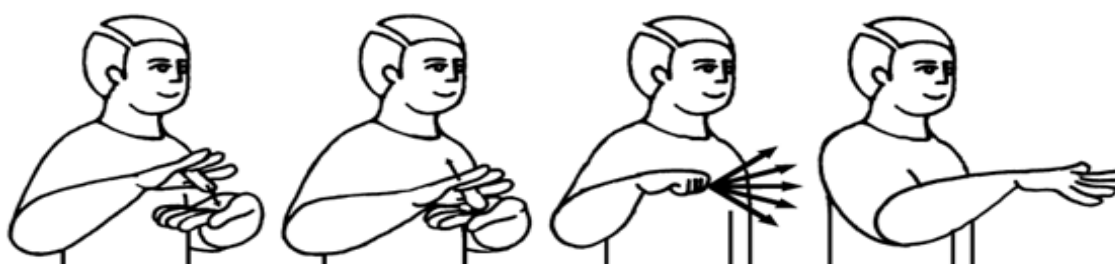
**Fonte:** Capovilla, Raphael, Temoteo e Martins (2017, p. 1768)

**Figura 15.** Sinal TELEFONE PÚBLICO (1) (orelhão) (sinal usado em: SP, RS)



**Fonte:** Capovilla, Raphael, Temoteo e Martins (2017, p. 2678)

**Figura 16.** Sinal TELEGRAMA (sinal usado em: SP, MS, MG, PR, SC)



**Fonte:** Capovilla, Raphael, Temoteo e Martins (2017, p. 2679)

**Figura 17.** Sinal VIABLE BRAZIL™ © (sinal usado em: SP)



**Fonte:** Capovilla, Raphael, Temoteo e Martins (2017, p. 2859)

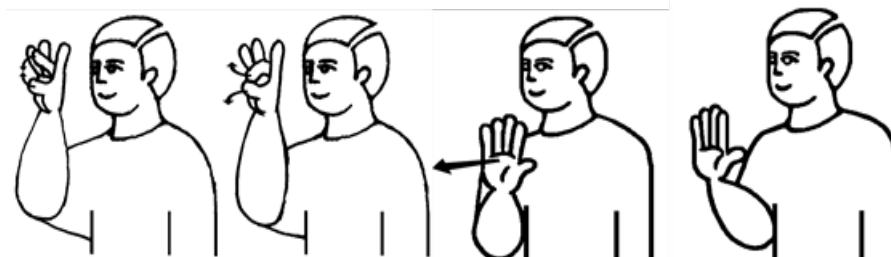
**Figura 18.** Sinal VIDEOCASSETE (aparelho) (sinal usado em: SP, RJ, MS, CE, PR, MG, SC, RS)



**Fonte:** Capovilla, Raphael, Temoteo e Martins (2017, p. 2863)

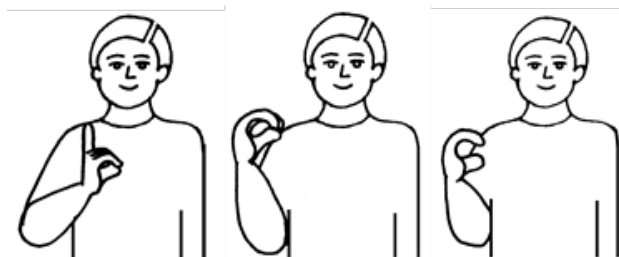
Dos sinais apontados como comumente utilizados por todos os participantes, tem-se: “COLAR (2) (informática)” (Figura 19), “DOC (informática, Documento em *Word*)” (Figura 20), “E-MAIL (correio eletrônico)” (Figura 21), “MÁQUINA FOTOGRAFICA” (Figura 22), “NOTEBOOK (informática)” (Figura 23), “TABLET” (Figura 24), “TELEFONE (1)” (Figura 25), “TELEJORNAL” (Figura 26), “TELEVISÃO” (Figura 27) e “XEROCAR (1)” (Figura 28).

**Figura 19.** Sinal COLAR (2) (informática) (sinal usado em: MS)



**Fonte:** Capovilla, Raphael, Temoteo e Martins (2017, p. 703)

**Figura 20.** Sinal DOC (informática, Documento em *Word*) (sinal usado em: MS)



**Fonte:** Capovilla, Raphael, Temoteo e Martins (2017, p. 991)

**Figura 21.** Sinal E-MAIL (correio eletrônico) (sinal usado em: SP, CE, PI, SC, RS)



**Fonte:** Capovilla, Raphael, Temoteo e Martins (2017, p. 1062)

**Figura 22.** Sinal MÁQUINA FOTOGRÁFICA (sinal usado em: CE, BA, RS)



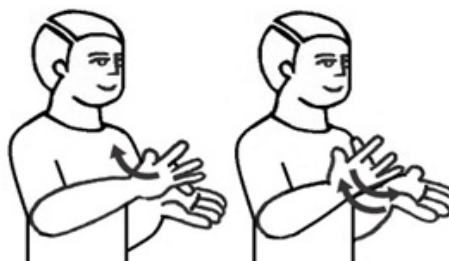
**Fonte:** Capovilla, Raphael, Temoteo e Martins (2017, p. 1769)

**Figura 23.** Sinal NOTEBOOK (informática) (sinal usado em: CE, SP, SC, RS)



**Fonte:** Capovilla, Raphael, Temoteo e Martins (2017, p. 1972)

**Figura 24.** Sinal TABLET (sinal usado em: CE, RS)



**Fonte:** Capovilla, Raphael, Temoteo e Martins (2017, p. 2652)

**Figura 25.** Sinal TELEFONE (1) (sinal usado em: SP, RJ, MA, MS, MG, PB, PE, PI, PR, SE, SC, CE, AL, BA, RN, RS, DF)



**Fonte:** Capovilla, Raphael, Temoteo e Martins (2017, p. 2677)



**Figura 26.** Sinal TELEJORNAL (sinal usado em: SP, RS, PI)



**Fonte:** Capovilla, Raphael, Temoteo e Martins (2017, p. 2679)

**Figura 27.** Sinal TELEVISÃO (sinal usado em: SP, RJ, MS, MG, DF, PR, SC, AL, CE, PB, PE, RN, SE, BA, RS, PI)



**Fonte:** Capovilla, Raphael, Temoteo e Martins (2017, p. 2680)

**Figura 28.** Sinal XEROCAR (1) (sinal usado em: SP, RJ, MS, MA, MG, SC, AL, BA, RS, CE, PI)



**Fonte:** Capovilla, Raphael, Temoteo e Martins (2017, p. 2904)

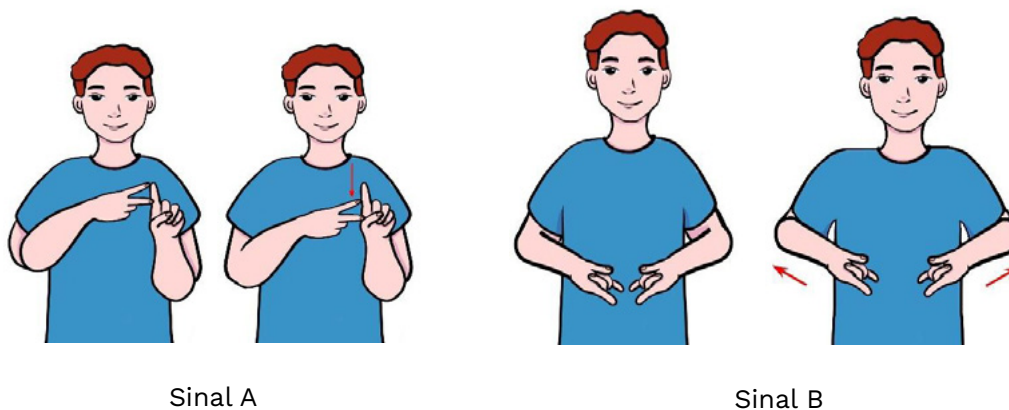
Dois participantes, ao serem apresentados ao sinal “INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA)” (Figura 30A), apontaram este sinal, feito por meio da soletração manual, como sinal antigo, isto é, um sinal que caiu em desuso. Em seguida, ambos apresentaram a utilização de um sinal novo ao referido conceito, como representado pela Figura 30B, mencionando que este passou a ser empregado a partir da combinação de “CÉREBRO + INTELIGÊNCIA”.

Um destes mesmos participantes, ao ser apresentado ao sinal “BLUETOOTH” (Figura 29A), apontou este também como sinal antigo, mostrando um sinal



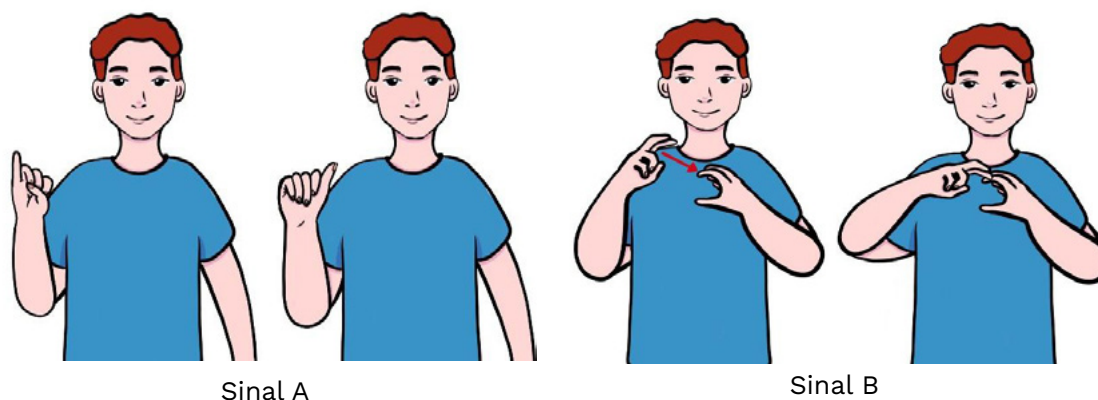
novo “BLUETOOTH” (Figura 29B), explicando que, anteriormente, o sinal fazia referência ao seu ícone, mas atualmente passou a ser associado à sua função.

**Figura 29.** Sinal antigo para BLUETOOTH e sinal novo para BLUETOOTH



**Fonte:** Elaboração própria

**Figura 30.** Sinal antigo e novo para INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL



**Fonte:** Elaboração própria

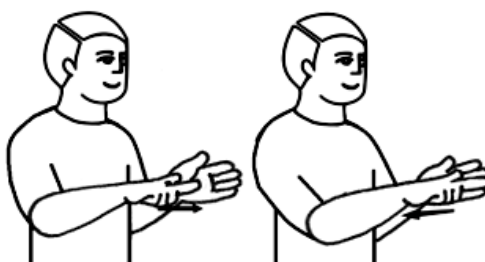
Enquanto categoria *Varição do sinal*, todos os participantes relataram utilizar sinais diferentes daqueles apresentados para “ESCÂNER (1) (informática)” (Figura 31), “GOOGLE (1)” (Figura 32) e “HACKER (informática)” (Figura 34). Os demais 53 sinais não tiveram uma classificação unânime entre os participantes e as categorias.

**Figura 31.** Sinal ESCÂNER (1) (informática) (sinal usado em: MS)



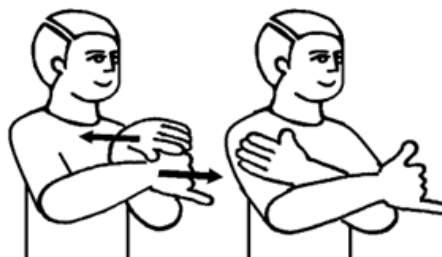
**Fonte:** Capovilla, Raphael, Temoteo e Martins (2017, p. 1119)

**Figura 32.** Sinal GOOGLE (1) (sinal usado em: CE)



**Fonte:** Capovilla, Raphael, Temoteo e Martins (2017, p. 1406)

**Figura 33.** Sinal HACKER (informática) (sinal usado em: RS)



**Fonte:** Capovilla, Raphael, Temoteo e Martins (2017, p. 1443)

**Figura 34.** Sinal HOTMAIL ® (1) (sinal usado em: RS)



**Fonte:** Capovilla, Raphael, Temoteo e Martins (2017, p. 1478)

Todos os participantes reconheceram os sinais apontados como em desuso, e afirmaram que não mais os utilizavam por as tecnologias terem se tornado obsoletas, indicando uma transformação lexical devido à evolução tecnológica. Entretanto, um dos participantes observou que, apesar da obsolescência de alguns sinais na atualidade, os “surdos antigos” ainda os utilizam. Essa observação está em consonância com o fato de que o sinal para “MÁQUINA FOTOGRÁFICA” (Figura 22) foi classificado como *conhece/usa este sinal* por todos os participantes, mesmo considerando que atualmente a câmera do celular é amplamente utilizada para tirar fotos.

## **| Considerações finais**

As transformações lexicais na Libras seguem padrões semelhantes aos observados em línguas orais-auditivas com peculiaridades relacionadas à modalidade visuoespacial da língua. Em primeiro lugar, novos sinais podem ser criados para representar conceitos emergentes, resultando na expansão do vocabulário da língua. Isso pode ser exemplificado pela transição do sinal soletrado de “INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA)” (Figura 30A) para um novo sinal que combina os elementos “CÉREBRO” e “INTELIGÊNCIA” (Figura 30B), oferecendo uma representação visual mais precisa e direta do conceito, que é um processo típico de lexicalização nas línguas de sinais: a substituição da soletração manual, por um sinal propriamente dito.

Além disso, novos sinais na Libras também podem surgir por meio da substituição de sinais antigos. No caso do sinal de “*BLUETOOTH*” (Figura 29A), por exemplo, que houve uma mudança significativa: anteriormente, o sinal fazia referência ao ícone ou símbolo associado à tecnologia; no entanto, com o tempo, o sinal foi adaptado para representar diretamente a funcionalidade da conexão, refletindo uma mudança na iconicidade para uma representação mais funcional e contextualizada, caracterizado na Figura 29B.

Essas mudanças nos sinais da língua refletem não apenas a evolução em si, mas, também, as transformações na sociedade e na tecnologia. À medida que novos conceitos e artefatos surgem e a tecnologia avança, a linguagem precisa se adaptar para comunicar esses conceitos de forma clara e eficaz. Nesse contexto, as atualizações nos sinais da Libras, como os exemplos de “INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL” e “*BLUETOOTH*”, estão diretamente relacionadas à evolução tecnológica e às necessidades comunicativas da comunidade surda. Essa adaptação constante da linguagem reflete a natureza dinâmica e em constante evolução das línguas.

Espera-se que os resultados desta pesquisa contribuam para a compreensão das transformações lexicais na Libras, oferecendo perspectivas relevantes para a área. Ressalta-se a necessidade de investigações futuras para o enriquecimento do tema. Estudos adicionais podem aprofundar a análise dos parâmetros nos processos de lexicalização, deslexicalização e neologismos, considerando o papel da soletração manual, da iconicidade dos sinais, explorando outras variáveis ainda não consideradas. Os processos que levam os sinais parcialmente lexicais, como os classificadores, e os sinais não-nativos provenientes de soletração manual, a se transformarem em direção à nativização, isto é, os processos que levam os sinais a serem lexicalizados e integrarem o núcleo lexical, podem ser analisados de forma detalhada. Portanto, a pesquisa terá continuidade incluindo uma quantidade maior de participantes, especialmente de surdos mais jovens, uma vez que as tecnologias impactam significativamente o léxico utilizado pelas novas gerações. Dessa forma, será possível verificar a frequência de neologismos e sinais em desuso entre os jovens e como esse fenômeno linguístico se apresenta.

## | Agradecimentos

Agradecemos aos surdos que participaram, voluntariamente, da pesquisa.

Ilustrações dos sinais para esse artigo: Eduarda Esporta Vieira. Direitos das imagens reservados aos autores.

## | Referências

ANTUNES, I. **Território das palavras**: estudo do léxico em sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

BLÜHDORN, H.; COSTA, A. C. da. Lexicalização e deslexicalização: observações sobre a erosão da língua exemplificadas no alemão e no português do Brasil. **Pandaemonium Germanicum**, São Paulo, n. 3, p. 273-300, 1999. DOI: 10.11606/1982-8837.pg.1999.63984. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/pg/article/view/63984>. Acesso em: 25 mar. 2024.

BRASIL. Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acesso em: 25 mar. 2024.

BRENTARI, D.; PADDEN, C. Native and foreign vocabulary in American Sign Language: A lexical content analysis. *In*: MEIER, R.; COHN, A.; MULLER, C. (ed.). **Modality and Structure in Signed and Spoken Languages**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 22-61.

CAMPELLO, A. R.; REZENDE, P. L. F. Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história do movimento surdo brasileiro. **Educar em revista**, Curitiba: Editora UFPR, ed. esp., n. 2, p. 71-92, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/nspe-2/06.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2024.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D.; TEMOTEO, J. G.; MARTINS, A. C. **Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: a Libras em suas mãos**. São Paulo: EDUSP, 2017.

CRASBORN, O.; ZWITSERLOOD, I. The annotation and exploitation of a corpus of Dutch sign language. **Linguistics in the Netherlands**, v. 25, n. 1, p. 37-49, 2008.

FERREIRA-BRITO, L. **Por uma Gramática de Língua de Sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/UFRJ, 1995.

JOHNSTON, T. From archive to corpus: Transcription and annotation in the creation of signed language corpora. **International Journal of Corpus Linguistics**, v. 15, n. 1, p. 106-131, 2010.

JOHNSTON, T.; SCHEMBRI, A. On defining lexeme in a signed language. **Sign Language and Linguistics**, v. 2, n. 2, p. 115-185, 1999.

LIDDELL, S. K. **Grammar, Gesture, and Meaning in American Sign Language**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

QUADROS, R. M.; KARNOPP L. B. **Língua de sinais brasileira – Estudos Linguísticos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

SANDLER, W.; LILLO-MARTIN, D. **Sign Language and Linguistic Universal**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

STOKOE, W. Sign Language Structure: An outline of the visual communication systems of the american deaf. **Studies in Linguistics**, University of Buffalo, n. 8, 1960.

TEMOTEO-MARQUES, J. G.; MARTINS, A. C. (Pesquisa em andamento). **Análise de sinais relacionados à Tecnologia e Comunicação: transformações lexicais na Libras**. Campinas, 2023.

WILCOX, P. **The phonetics of fingerspelling**. John Benjamins Publishing, 1992.

WILCOX, S. **The Phonetics of Fingerspelling**. John Benjamins Publishing, 2000.

**Como citar este trabalho:**

TEMOTEO-MARQUES, Janice Gonçalves; MARTINS, Antonielle Cantarelli; GUIRELLI, Fernanda de Oliveira. Observações sobre as transformações lexicais na Libras em decorrência dos avanços tecnológicos. **Revista do GEL**, v. 21, n. 2, p. 127-150, 2024. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>.

Submetido em: 26/07/2024 | Aceito em: 20/11/2024.

# Entre a Lei e o Dogma: posições-sujeito do Papa Francisco sobre a homossexualidade

**Daniel Santos OLIVEIRA<sup>1</sup>**

**Maria do Socorro Aguiar de Oliveira CAVALCANTE<sup>2</sup>**

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió, Alagoas, Brasil;  
oliveira.dan@outlook.com | <https://orcid.org/0000-0003-4414-6389>

<sup>2</sup> Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió, Alagoas, Brasil;  
mdosaoc@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-9612-8375>

**DOI:** <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v21i2.3733>

**Resumo:** Este estudo investiga as condições de produção, dando ênfase aos modos de funcionamento da ideologia, de afirmações do Papa Francisco, datadas de janeiro de 2023, que tocam na questão da homossexualidade. O dispositivo teórico foi constituído por obras e autores marxistas empenhados nos estudos do/sobre o discurso: Costa (2009), Florêncio (2009), Magalhães e Moraes (2017), Magalhães e Sobrinho (2013), Pêcheux (2014) e Zandwais (2016). O dispositivo analítico procura responder as seguintes perguntas: como o sentido da homossexualidade está sendo reproduzido no/pelo discurso do Papa Francisco? Como o Papa Francisco discursiviza o sujeito homossexual e a homossexualidade? O *corpus* foi elaborado a partir de *prints* extraídos do Portal de Notícias G1. As interpretações nos deram a ver que as declarações papais selecionadas e a base do discurso religioso católico apresentam pontos de deslizamento que realçam posições-sujeito contraditórias.

**Palavras-chave:** Ideologia religiosa cristã. Papa Francisco. Homossexualidade. Posições-sujeito.

---

## **Between the Law and the Dogma: Pope Francis' subject-positions about the homosexuality**

**Abstract:** This study investigates the conditions of production, emphasizing the ways in which the ideology works, of statements by Pope Francis, dated from January 2023, which touch on the issue of homosexuality. The theoretical device was constituted by marxist works and authors committed to studies of/about discourse: Costa (2009), Florêncio (2009), Magalhães and Moraes (2017), Magalhães and Sobrinho (2013), Pêcheux (2014) and Zandwais (2016). The analytical device seeks to answer the following questions: how is the meaning of homosexuality being reproduced in/through Pope Francis' speech? How does Pope Francis discuss the homosexual subject and homosexuality? The *corpus* was created using *screenshots* extracted from the G1 News Portal. The interpretations showed us that the selected papal statements and the basis of Catholic religious discourse present points of slippage that highlight contradictory subject-positions.

**Keywords:** Christian religious ideology. Pope Francis. Homosexuality. Subject-positions.



## **| Introdução**

Para guiarmos o leitor por meio dessas nossas primeiras palavras, destacamos o interesse desta pesquisa em desenvolver reflexões no campo do materialismo histórico que, mobilizando algumas questões que tocam na (complexa) relação linguagem/mundo, investiguem as posições assumidas pelo Papa Francisco no discurso sobre a homossexualidade, atribuindo (especial) ênfase aos modos de funcionamento da ideologia. Prenunciamos que as análises elaboradas estão amparadas por leituras marxistas e compreendem que “o gesto de interpretação, fora da história, não é formulação (é fórmula), não é re-significação (é rearranjo). [...] A interpretação é o vestígio do possível” (Orlandi, 1996, p. 17).

Assim, nossa escrita visa recuperar as condições de produção de algumas declarações do Papa Francisco, durante seu pontificado (janeiro de 2023), que tratam da questão da/sobre a homossexualidade. Considerando o objetivo de analisar tais discursos com ênfase nos modos de funcionamento da ideologia, temos duas perguntas orientadoras: 1 - como o sentido da homossexualidade está sendo (re)produzido no/pelo discurso do Papa Francisco? 2 - como o Papa Francisco discursiviza o sujeito homossexual e a homossexualidade?

Filiados à perspectiva de estudos discursivos de base marxista, tendo como embasamento teórico, especialmente, a articulação entre Pêcheux, Orlandi e Lukács, buscamos as obras de Magalhães e Sobrinho (2013) e Pêcheux (2014), para compreendermos a noção de discurso. Para tratar das noções de sujeito e condições de produção, nos alicerçamos em Florêncio *et al.* (2009), Magalhães e Moraes (2017) e Zandwais (2016). No que se refere aos pressupostos *luckácsianos*, especificamente a noção de ideologia e os modos de (re)produção dos sentidos na/pela sociedade, fundamentamo-nos em Costa (2006) e Vaisman (2010).

## **| Contribuições de alguns teóricos marxistas para os estudos da/sobre a linguagem: discurso, língua e sujeito**

Para investigar o funcionamento das materialidades discursivas produzidas pelo Papa Francisco, trilharemos um caminho que considera a “complexa relação contraditória entre Sujeito, Língua e História” (Sobrinho, 2015, p. 38). Logo, atentos às leituras materialistas (marxistas), iniciamos a exploração a respeito da singularidade que constitui a noção de/sobre o discurso, observando que este “não é uma construção independente das relações sociais” (Magalhães; Sobrinho, 2013, p. 107).

O discurso, enquanto objeto teórico da Análise de Discurso (AD), não pode ser concebido como “uma transmissão de informação entre A e B, mas, de modo mais geral, como ‘efeito de sentidos’ entre os pontos A e B” (Pêcheux, 2014, p. 81, grifo do autor).

Os referidos pontos A e B, no que propõe o autor, precisam ser entendidos como sujeitos que estão, concomitantemente, participando dos processos discursivos e representando posições que devem ser ocupadas no/pelo funcionamento dos discursos. Na investigação aqui pretendida, partimos do entendimento de que o sujeito “discursivo é pensado como uma ‘posição’ entre outras. Não é uma forma de subjetividade, mas um ‘lugar’ que ocupa para ser sujeito do que diz” (Orlandi, 2020, p. 47, grifo da autora)<sup>3</sup>.

Para entendermos essa noção de posição-sujeito, propomos a seguinte sequência. Primeiro, em nível de constituição da (sua) subjetividade, é necessário observar que “ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas” (Orlandi, 2020, p. 46); segundo, os processos discursivos são diretamente afetados pelos modos com que os sujeitos (constituídos na/pela língua e história) ocupam e fazem funcionar essas posições reveladas no/pelo discurso, sob um movimento (um jogo) que é permanente, intercambiável e, principalmente, político-ideologicamente determinado.

É importante sinalizar que, como Magalhães e Sobrinho (2013, p. 107), também<sup>4</sup> entendemos o discurso como “uma práxis humana que só pode ser compreendida a partir do entendimento das contradições sociais que possibilitaram sua objetivação e do como cada indivíduo processa, no aparelho psíquico, essas determinações”. De acordo com os autores, percebemos que interpretações marxistas (no campo linguístico) mobilizam, simultaneamente, fatores referentes à história e aos sujeitos, como dito, em relação às posições que são ocupadas no/pelo discurso, almejando, através de análises que gerem um batimento entre teoria e objeto, ultrapassar a superficialidade (efeito de evidência e totalidade) dos sentidos.

---

3 Voltaremos à noção a respeito do sujeito mais adiante.

4 Julgamos significativo salientar que, dada a filiação discursiva marxista/materialista da presente pesquisa, utilizamos os pressupostos *pecheutianos* como noções-fonte das investigações por nós pretendidas. Porém, no/pelo interesse de inserirmos outras produções teóricas na construção da consistência analítico-metodológica deste estudo, também tomamos algumas contribuições de outros(as) pesquisadores(as) imbricados no estudo materialista do/sobre o discurso.

Utilizar o discurso como espaço de observação do funcionamento das relações sociais (dentre outras questões, como veremos a seguir), a partir do materialismo histórico, nos coloca diante da impreterível compreensão de que os gestos analíticos precisam surgir de uma “prática teórica e metodológica de descrição- interpretação. Esta, a partir da relação sujeito-objeto, como sempre uma relação determinada historicamente, implica, de modo incontornável, o fazer ciência e o fazer política” (Sobrinho, 2015, p. 38). Enquanto analistas, interessados, ancorados na teoria e acionando criticamente a história, explicar aspectos da/sobre a realidade, a partir da própria realidade, indo além do aparente efeito de completude do fenômeno discursivo que está sendo estudado: um posicionamento do Papa Francisco que toca na questão da homossexualidade.

Na trilha do materialismo histórico, tanto o processo de produção de sentidos, como seus modos de (re)produção na/pela sociedade, ocorrem no/pelo funcionamento dos discursos; ou seja, “se produzem nas práticas de sujeitos, como decorrência de seus envolvimento sociais, históricos e ideológicos” (Sobrinho; Cavalcante, 2012, p. 86). Segundo os referidos autores, existe aí uma relação que é complexa e mútua: os sujeitos se constituem, como vimos, na/pela história, à medida em que “produzem” (fazem) essa mesma história no decorrer das suas práticas e lutas sociais.

Essa reflexão nos direciona à seguinte pergunta: como podemos analisar, discursivamente, as posições assumidas pelo Papa Francisco quando se refere à homossexualidade? A (possível) resposta a essa questão será diferente, a depender do método utilizado para o desvelamento da realidade que terá como mediação o método de investigação, pois “o método de uma pesquisa não surge a partir do sujeito que conhece. [...] Sua determinação é dada pela ancoragem ao campo metodológico ao qual se vincula o investigador” (Florêncio *et al.*, 2009, p. 43).

Isso porque qualquer analista que se proponha a analisar o discurso como prática social, só atingirá seu objetivo, mediante a adoção dos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso filiada ao materialismo histórico/dialético. Essa perspectiva considera o real da história em articulação com o real da língua, constituindo uma atividade tão complexa que, para produzirmos um “conhecimento objetivo e crítico sobre qualquer discurso, faz-se necessário direcionar o olhar aos embates, agitações, conflitos históricos e ideológicos das classes sociais na atualidade” (Sobrinho; Cavalcante, 2012, p. 86).

A partir dessa ótica, observar a existência de um real da língua e retomando a noção *pecheutiana* do/sobre o discurso (anteriormente apresentada), somos

levados à compreensão de que “estando os processos discursivos na fonte da produção dos efeitos de sentido, a língua constitui o *lugar material* onde se realizam estes efeitos de sentido” (Pêcheux, 2014, p. 171, grifo do autor). A materialidade, então, conforme o referido autor, apresenta-se pela (e funciona na) língua por meio de uma complexa articulação que envolve efeitos da inscrição da história, da ideologia e do modo como os sujeitos submissos aos códigos linguísticos os praticam em suas ocorrências reais de uso.

Logo, estamos dizendo que “é insuficiente conceber a língua como a base de um léxico e de sistemas fonológicos, morfológicos e sintáticos” (Pêcheux, 2014, p. 171), pois, sendo opaca, inacabada e passiva de equívoco, a língua se manifesta materializando o pulsar dos sentidos que advêm de toda a história da humanidade. Se explorarmos os complexos (e contraditórios) efeitos das articulações entre a base linguística (corpo material) e as relações sociais (o real da história), constatamos que “é pela inscrição da língua na história que o sentido acontece, como relação do sujeito, perpassado pela língua e pela história” (Florêncio, 2007, p. 38).

Então, os estudos interessados pelos modos de funcionamento dos discursos, sob a perspectiva materialista, precisam investigar, no *corpus* selecionado, os efeitos das diferentes (e historicamente determinadas) manifestações tanto do ser social (em seus aspectos subjetivos) quanto desse mesmo ser imerso em uma coletividade (o ser social no mundo). Isso porque “é a consciência real, prática, que existe para os outros homens, que existe, portanto, também primeiro para mim mesmo; [...] a linguagem aparece com a carência, com a necessidade dos intercâmbios com outros homens” (Marx; Engels, 1998, p. 24).

Essa discussão a respeito da consciência é muito relevante para que consigamos melhor observar como os homens são capazes de (re)produzir sentidos através da linguagem, considerando aspectos históricos que revelam profundos efeitos e determinações ideológicas do/sobre o ser social. Nesse sentido, se recorrermos a partes da obra de Marx, podemos constatar que “não há atividade humana sem consciência, sem subjetividade. Não há ato humano sem consciência [...] o homem não é meramente um ser racional ou um ser dotado de alma ou um ser a quem se atribui algum princípio, mas o homem é atividade” (Chasin, 1999, p. 109-110).

Por exemplo, defender que “ser homossexual não é crime” parece surgir da consciência de que nas específicas condições de produção (histórico-ideologicamente afetadas) em que esse sujeito (o Papa) está incluído, a homossexualidade foi/está sendo fortemente discursivizada como negativa:

um pecado e/ou um crime. Desse modo, nossa prática analítica, diante de tal sequência discursiva, precisa interrogar tanto o funcionamento dessa posição (social/ideológica) papal de não-criminalização da homossexualidade, como os sentidos com os quais se identifica, se filia e (re)produz no/pelo (seu) discurso.

Assim, levantamos a hipótese de que “ser homossexual não é crime” se mostra como um modo possível – uma escolha (uma tomada de posição) que partiu da consciência – desse sujeito a fim de intervir/contribuir com a (sua) realidade que é configurada pela doutrina (memória institucional) da Igreja Católica. Estamos interpretando dessa maneira tais tomadas de posição desse sujeito por notarmos indícios de uma relativa consciência sobre os processos discursivos que podem ser mobilizados nas/pelas suas declarações, que têm configurado o modo peculiar com o qual está conduzindo seu pontificado, por exemplo, quando aborda, sem condenar, sujeitos envolvidos em algumas das questões delicadas para a Igreja, como é o caso da homossexualidade.

Dentro dessa reflexão, podemos entender que, a partir do materialismo histórico e dialético, chega-se ao real da história e ao real do objeto sobre o qual estamos debruçados: o objeto da AD, que é o discurso (Magalhães, 2020). Para tanto, é necessário irmos além da superfície da materialidade linguística e buscarmos as condições sócio-políticas-ideológicas que possibilitaram a irrupção desse discurso, ou seja, as condições de produção do discurso que compreendem, nessas circunstâncias, os sujeitos em suas relações sociais.

Temos, com base na AD, categorias teóricas imprescindíveis na análise de qualquer materialidade discursiva: 1 – as condições de produção (dos discursos); 2 – as posições-sujeito (que ocorrem no/pelo discurso); 3 – as formações ideológicas; 4 – as formações discursivas; e 5 – a memória discursiva. Neste trabalho, priorizamos as duas primeiras categorias e passaremos, a partir deste ponto, a estudar as mencionadas condições de produção dos discursos entendendo-as, inicialmente, como “as determinações que caracterizam um processo discursivo” (Pêcheux, 2014, p. 182).

Em nossos gestos analíticos, concebemos a categoria condições de produção em seus dois sentidos: amplo e estrito. “O primeiro expressa as relações de produção, com sua carga sócio-histórico-ideológica; o segundo diz respeito às condições imediatas que engendram sua formulação” (Florêncio *et al*, 2009, p. 67)<sup>5</sup>. Considerando o foco do nosso interesse, que é analisar o funcionamento do discurso do Papa Francisco, ao abordar a questão da homossexualidade,

---

<sup>5</sup> Aprofundaremos essa questão na análise do *corpus*.

buscaremos as condições de produção que possibilitaram esse posicionamento e, entendendo que tais condições compreendem o sujeito em suas relações sociais, será necessário também considerar as posições (sociais, ideológicas) assumidas/atribuídas aos sujeitos e os modos como esses sujeitos se posicionam no/pelo discurso.

Isso porque, já entendemos que a posição-sujeito é dinâmica e constituída pela identificação do sujeito com uma formação ideológica, definida por Haroche *et al.* (1971, p. 1022) como “um conjunto complexo de atitudes e representações que nem são individuais, nem universais, mas dizem respeito às posições de classe”. São, pois, representadas nas/pelas práticas sociais concretas no interior das classes em conflito, possibilitando a produção de discursos que põem à mostra (algumas das) posições assumidas por sujeitos marcados pelas relações sociais, determinadas pelas relações de classe do seu tempo. Nessa perspectiva, não há discurso sem sujeito, nem sujeito e discurso sem ideologia.

Já o sentido estrito das condições de produção diz respeito ao contexto imediato que engendra a formulação do discurso e nos leva a interrogar aspectos do aqui-e-agora do “ser homossexual não é crime”. O que motivou tal afirmação? Quais sujeitos estavam ali envolvidos? Quais as circunstâncias temporais (momento e local) que possibilitaram o surgimento desse discurso?

Por essa via de teorização, relembramos ao leitor que defendemos um sujeito constituído nas/pelas práticas sociais concretas e desejamos analisá-lo, discursivamente, acionando a criticidade e a metodologia que nos são oferecidas pelo materialismo histórico/dialético que criam condições de trabalharmos com a noção de um sujeito que é constituído “por uma objetividade que introduz as marcas das relações sociais, através da ideologia” (Magalhães; Moraes, 2017, p. 131-132).

## **| Ideologia e sentido em uma perspectiva ontológica marxiana**

Julgamos necessário esclarecer que nossa prática analítica se faz na/pela “articulação da AD com a perspectiva ontológica marxiana, retomando Marx e seguindo os passos de Lukács para intervir com questões fundantes no que diz respeito à produção do discurso e ao movimento/desdobramento dos efeitos de sentidos” (Sobrinho; Cavalcante, 2012, p. 85). Assim, nos empenharemos em estudar o fenômeno da ideologia sob o fundamento ontológico-prático e isso significa, conforme Vaisman (2010, p. 51), “analisar este fenômeno

essencialmente pela função social que desempenha, ou seja, enquanto veículo de conscientização e prévia-ideação da prática social dos homens”.

Tal embasamento encontra respaldo em Lukács (2013, p. 465) que afirma: “[...] a ideologia é, sobretudo, a forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir [...]. Tem sua origem imediata no *ic. et. nunc.* social dos homens que agem socialmente em sociedade”. Essa afirmação nos leva ao entendimento de que o homem (ser social) é um ser prático que reage às demandas postas pela realidade objetiva; um ser que dá respostas a necessidades determinadas; um ser dotado de consciência e ativo diante de sua realidade. O único ser “capaz de pré-estabelecer um fim para seus atos e antever algumas consequências destes” (Cavalcante; Machado, 2017, p. 41).

Essa capacidade de antecipar (imaginando) alguns efeitos e/ou consequências que têm grandes chances de acontecer é denominada, na perspectiva de Lukács, de prévia-ideação, acrescentando que “a produção e a reprodução da existência dos homens em sociedade é um processo que se dá a partir de posições teleológicas, que são uma especificidade do ser social” (Lukács, 1978, p. 465). A teleologia, nesse caso, é concebida como uma prática elaborada previamente no/pelo pensamento ocorrendo, por exemplo, quando o homem seleciona um determinado objeto na natureza e o submete, por meio de ferramentas, a transformações que vão agregar a esse mesmo objeto, valor de uso ou de troca.

Ou seja, “as posições teleológicas, de um modo geral, expressam o modo particular da reprodução do ser social em relação aos complexos da natureza” (Costa, 2006, p. 3). A referida autora nos explica (baseada na teoria *luckasiana*) que essa teleologia pode ser exercida em dois aspectos: a primária – quando o homem estabelece fins (se planeja), tendo em vista o atendimento de suas vitais necessidades (comer, se abrigar, por exemplo). Em suma, a teleologia primária refere-se ao trabalho e às ações que o ser social desenvolve para se manter vivo.

Já a secundária orienta as ações dos homens entre si, “induzindo-os a assumirem posições (de mando; de subordinação; de resistência), frente a situações postas por uma formação social” (Cavalcante; Machado, 2017, p. 41). É dessas posições nas quais se realiza “a prévia-ideação da prática social dos homens”, no sentido de influenciar outros homens a assumirem posições, que surge a ideologia. Desse modo, na teoria *lukácsiana*, o homem é “um ser ativo, capaz de agir sobre a natureza para satisfazer suas necessidades e também de

agir sobre os outros homens no sentido de conduzi-los a atingir determinada finalidade” (Costa, 2006, p. 3).

Com relação à produção de sentidos, encontramos em Lukács (1997, p. 64) a seguinte assertiva: “[...] o sentido é socialmente construído pelo homem para o homem, para si e para os seus semelhantes; na natureza é uma categoria que não existe de modo algum, portanto, nem mesmo como sua negação”. Assim como a ideologia, o sentido também possui sua gênese nos modos de funcionamento das relações sociais e, do ponto de vista discursivo, carrega aspectos históricos diretamente conectados com a realidade, ou seja, com as condições de produção em sentido amplo e estrito.

O sentido materializado no/pelo discurso se constitui nas/pelas “relações entre os sujeitos em suas práticas sociais. Portanto, na natureza ele não existe, já que é apenas nas relações entre os seres sociais que se configura e se complexifica o processo dinâmico e contraditório da produção de sentidos” (Sobrinho; Cavalcante, 2012, p. 91). De acordo com os autores, consideramos que dos aspectos histórico-ideológicos advêm os fatores que constituem o homem (em ser social), o sentido e o discurso.

Ainda conforme os referidos autores (*idem, ibidem*), todo discurso está, impreterivelmente, “entrelaçado na complexa processualidade histórica; sem ela, a produção de sentido seria estável e fechada, ou mesmo não existiria”. Nas análises subsequentes, investigaremos o modo como o Papa Francisco se vale dos meios que lhe são possíveis para intervir, tanto no funcionamento institucional católico do qual é líder, como na emergência das lutas de classes que estão presentificadas nas relações do seu tempo.

Direcionaremos nossa escrita, então, para a observação do funcionamento do processo discursivo mobilizado no/pelo posicionamento do Papa Francisco que selecionamos, atendo-nos, especificamente, a seus modos de discursivizar a homossexualidade, para que assim possamos ter como ponto de partida a exploração das condições de produção desse nosso espaço de observação da teoria: o *corpus* discursivo.

## **| Procedimento de seleção do *corpus* e análise**

Reconhecendo que “o discurso é um modo de se pôr formas específicas de ideologia, uma vez que toda prática social implica o desenvolvimento de um conjunto de ideias, valores, crenças e representações acerca de nossa existência histórica” (Sobrinho; Cavalcante, 2012, p. 86), buscaremos, a partir



desta subseção, fixar nosso foco nas análises das posições-sujeito assumidas pelo Papa Francisco que tocam na questão da homossexualidade, para que possamos compreender “as condições de produção e o processo discursivo que ali são postos em funcionamento” (Massmann, 2021, p. 347).

Para estudarmos as particularidades do aqui-e-agora do dizer (condições de produção em sentido *amplo* e *estrito*) que impulsionaram a declaração papal “homossexualidade não é crime”, optamos, guiados por uma sequência disposta em calendário, por acionar aspectos geográficos e políticos que nos ajudarão a analisar o que está para além da superficialidade do título dessa notícia. Isso posto, convém salientar que nosso *corpus* é constituído por *prints* retirados do portal brasileiro de notícia – G1 – que publicizou uma entrevista concedida pelo Santo Padre no interior do Vaticano, à agência *Associated Press*, em 24 de janeiro de 2023. O referido portal (G1) publicou a entrevista no dia seguinte: 25 de janeiro de 2023.

É muito importante considerar que esse enunciado, “homossexualidade não é crime”, constituinte do *corpus* deste estudo, corresponde a um recorte, um destacamento forte, feito por um portal noticioso brasileiro que é bastante implicado nas questões identitárias nacionais. Esse destacamento, que podemos considerar como um gesto de edição, se deu a partir de um outro destacamento anterior, realizado pela agência italiana de notícias, *Associated Press*, efetivamente autora da entrevista, que estabeleceu (antes do G1) gestos editoriais de ênfase, apagamentos e/ou sínteses.

Nesse caso, as nossas análises, quando ancoradas na teoria *pecheutiana*, a respeito do funcionamento do discurso jornalístico, demandam que consideremos os efeitos dessa seleção, filtragens e todas as estratégias (tipo) gráficas relativas aos modos de circulação de uma entrevista. Então, se falamos em posições-sujeito do Papa, levantamos a (inicial) hipótese de que a condição de Papa está sendo confrontada pelos modos de acesso jornalístico à base institucional católica, configurando, dada a discursivização da *Associated Press* e do G1, uma posição (uma declaração) pública e “indeszafível”.

Refletimos aí que a noção de posição, nesse modo como estamos trabalhando, não se define sem as linhas desenhadas nos/pelos imaginários constitutivos, constituídos e institucionalmente firmados no que se refere à atribuição de um Papa nesse momento histórico. Nossa coleta do *corpus* se deu, portanto, a partir de recortes de terceiros (do G1) sobre o evento entrevista, já reproduzido sob cortes (da *Associated Press*). Ou seja, estamos utilizando como espaço de observação da teoria uma filtragem (resultante dos gestos editoriais brasileiros).

# Papa Francisco: 'Homossexualidade não é crime'

Para o pontífice, as leis que descriminam as relações entre pessoas do mesmo gênero são injustas.



Por Associated Press

25/01/2023 08h43 · Atualizado há um mês



O **Papa Francisco** criticou as leis que criminalizam a homossexualidade como “injustas”, dizendo que Deus ama todos os seus filhos assim como eles são e pediu aos bispos católicos que apoiam as leis contrárias a isso que recebam pessoas LGBTQ na igreja.

**Fonte:** <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/01/25/papa-francisco-homossexualidade-nao-e-crime.ghtml>. Acesso em: 13 mar. 2024.

Nosso percurso visa realçar que os “[...] objetivos, em consonância com o método e os procedimentos, não visam a demonstrar, mas a mostrar como um discurso funciona produzindo (efeitos de sentidos)” (Orlandi, 2020, p. 61). Logo, como vimos nas seções anteriores, nos procedimentos de constituição dos sujeitos e dos sentidos, tanto a história quanto a ideologia aparecem como fundamentos imprescindíveis para que, dadas as condições de produção, os discursos consigam funcionar, (re)produzindo efeitos de sentido.

Na perspectiva das condições amplas que possibilitaram a descriminalização da homossexualidade, há que se considerar a luta/resistência do movimento LGBTQ+ que, desde a segunda década do século XX, vem lutando e ganhando força pelo reconhecimento, inclusão e respeito das pessoas homoafetivas, buscando obter também aquilo que (desde) sempre é destinado a pessoas heteroafetivas. Como consequência dessa luta incansável, o referido movimento tem conseguido alguns avanços, no processo de desconstrução de sentidos sedimentados na/pela sociedade patriarcal e binária, que produzem um imaginário do homossexual como pervertido, imoral, que precisa ser excluído porque não se encaixa na designação binária: masculino x feminino.

Dentre algumas das conquistas obtidas pelo referido movimento, podemos citar: a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo; o direito de adoção de crianças; a criminalização da homofobia. Na Constituição Brasileira,

por exemplo, a homofobia é crime inafiançável. Entretanto, há, segundo relatório da ONU, 67 países que ainda criminalizam as relações homoafetivas e, dentre esses, 13 adotam a pena de morte para as pessoas do mesmo sexo que mantenham relações amorosas.

Já que estamos analisando uma declaração papal, convém entender que “formado oficialmente pelas diretrizes do Tratado de Latrão, o Vaticano [onde residem oficialmente os Papas católicos] é um minúsculo Estado encravado na cidade de Roma/Itália, possuindo 44 hectares e uma população estimada de 1.000 (mil) pessoas” (Andrade, 2018, p. 55). Contudo, mesmo nessa condição de Cidade-Estado de pequeno porte, o referido autor nos indica que “possui as mesmas diretrizes e reconhecimento que os demais países, sendo signatário das Nações Unidas desde o ano de 1964, como Estado Observador e da Comunidade Europeia, através da Itália (país do qual é um enclave), desde 1957” (*idem, ibidem*).

Entendida essa circum-adjacência italiana, julgamos relevante trazer aqui a informação de que “as eleições parlamentares de 25 de Setembro de 2022 deram a maioria à coligação de extrema-direita italiana, liderada pelo partido político Irmãos da Itália<sup>6</sup>, chefiado pela primeira-ministra [...] Giorgia Meloni<sup>7</sup>” (Mata, 2022, p. 213). Retomando alguns aspectos histórico-biográficos da mencionada política, encontramos que Giorgia Meloni “aderiu, na sua tenra juventude, ao partido neo-fascista MSI (Movimento Social Italiano). Mais tarde, tornou-se líder do grupo de extrema-direita Aliança Nacional [...]. É contra o casamento homossexual e a adoção de crianças por casais *gays*” (*idem, ibidem*).

A seguir, trazemos um *print* que ilustra como a referida autoridade lida com as questões da/sobre a diversidade de sexualidades, a fim de que seja possível levantarmos algumas hipóteses sobre o que teria motivado a aparente “absolvição” do Papa em “homossexualidade não é crime”.

---

6 *Fratelli d'Italia*.

7 Sugerimos leitura da notícia em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/crgdkl42311o>. Acesso em: 28 nov. 2023.

## **Imagem 2.** Discursivização de declarações da Primeira-Ministra

Desde que chegou ao poder em outubro de 2022, a primeira-ministra italiana, Giorgia Meloni, tem acentuado o discurso em defesa dos valores familiares tradicionais. “Sim às famílias naturais, não ao ‘lobby’ LGBT!”, afirmou antes de ser eleita primeira-ministra.

**Fonte:** <https://observador.pt/2023/03/31/parlamento-europeu-condena-decisao-de-governo-italiano-de-impedir-o-registo-de-filhos-de-casais-homossexuais/>. Acesso em: 23 nov. 2023.

Buscando respaldo na história, encontramos que a união civil entre casais homoafetivos, na Itália, foi aprovada em 11 de maio de 2016 (pela Lei nº 76 – “*Regolamentazione delle unioni civili tra persone dello stesso sesso e disciplina delle convivenze*”<sup>8</sup>). Contrapondo-se à legislação em vigor, a supracitada Primeira Ministra procura revogar a liberação parlamentar do casamento homoafetivo italiano, acionando uma memória mussolinista-fascista que criminalizou a homossexualidade.

O Fascismo de Benito Mussolini (1883 - 1945) pregou o que chamou de ‘higiene moral’ da juventude, particularmente em relação à sexualidade. [...] condenou a pornografia, a maioria das formas de controle da natalidade, homossexualidade e prostituição como um comportamento sexual desviante (Antunes, 2016, p. 73).

Consideramos essas referências necessárias, pois o discurso só pode ser compreendido a partir das contradições sociais e do modo com que cada sujeito lida com as determinações que lhe são impostas nas/pelas condições de produção. Então, quando confrontamos as discursividades: “homossexualidade não é crime” (Papa Francisco – chefe do Estado do Vaticano) x “sim às famílias naturais, não ao ‘lobby’ LGBT!” (Giorgia Meloni – Primeira Ministra da Itália), constatamos diferentes posições-sujeito, constituídas a partir de formações ideológicas e discursivas conflitantes que, pela intenção de persuasão, realçam os diferentes modos como esses sujeitos se empenham para intervir no funcionamento da sua realidade.

---

<sup>8</sup> Tradução: “Regulamentação de uniões civis entre pessoas do mesmo sexo e disciplina de convivências”. Para mais detalhes, sugerimos leitura da notícia em: <https://www.cidadaniaitaliana1948.com/cidadania-italiana-por-casamento-homoafetivo-como-funciona/>. Acesso em: 24 nov. 2023.

Através da AD, de acordo com Pêcheux (2014, p. 164), aprendemos que a noção de formação discursiva diz respeito àquilo “que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura”. Eis aí uma possibilidade de interpretação proposta por Lukács (1978) a respeito do modo como esses sujeitos estão interagindo socialmente, atualizando sentidos, ou tentando impedir essa atualização.

Notemos que ao criticar as leis que criminalizam a homossexualidade declarando: “homossexualidade não é crime”, o Papa Francisco assume a posição-sujeito do discurso progressista que, em vários países, no âmbito da legislação, descriminaliza a homossexualidade. Essa posição contrapõe-se frontalmente à posição da Primeira-Ministra, ao assumir a “defesa dos valores familiares tradicionais”, tornando-se porta-voz do discurso conservador de uma família patriarcal e binária que retoma a memória fascista-mussolinista que “declarou a homossexualidade como uma doença social” (Antunes, 2016, p. 73).

Vale lembrar que o Sumo-Pontífice exerce, ao mesmo tempo, a função de Chefe de Estado do Vaticano e Chefe da Igreja Católica. Doravante, nossa tarefa é analisar a posição assumida pelo Papa nas materialidades a seguir.

### **Imagem 3.** Homossexualidade para o Papa Francisco

Francisco citou o Catecismo da Igreja Católica ao dizer que os gays devem ser bem-vindos e respeitados, e não devem ser marginalizados ou discriminados.

**“Somos todos filhos de Deus, e Deus nos ama como somos e pela força que cada um de nós luta pela nossa dignidade”, disse Francisco, falando à AP no hotel do Vaticano onde mora.**

**Fonte:** <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/01/25/papa-francisco-homossexualidade-nao-e-crime.ghml>. Acesso em: 20 out. 2023

Citar o catecismo é acionar um conjunto de ensinamentos da doutrina cristã católica. O que há no Catecismo com relação a essa temática? Dentre as inúmeras prescrições, interessa-nos, especificamente, o Artigo 6, capítulo 2,

intitulado: “Castidade e Homossexualidade”. Vejamos o que consta no *site* oficial do Vaticano<sup>9</sup>:

Apoiando-se na Sagrada Escritura, que os apresenta como depravações graves a Tradição sempre declarou que os atos de homossexualidade são intrinsecamente desordenados. São contrários à lei natural, fecham o ato sexual ao dom da vida, não procedem duma verdadeira complementaridade afetiva sexual, não podem, em caso algum, serem aprovados [...]. Estas pessoas são chamadas a realizar na sua vida a vontade de Deus e, se forem cristãs, a unir ao sacrifício da cruz do Senhor as dificuldades que podem encontrar devido à sua condição<sup>10</sup> (Vaticano, 1992<sup>11</sup>).

O que fez/faz Francisco diante de tal intransigência? Declara que “somos todos filhos de Deus, e Deus nos ama como somos” o que, por meio dessa via de significação, damos a ver que “as pessoas LGBT também são Igreja, na medida em que todos são povo de Deus” (Fachin, 2015, p. 78). No entanto, explicitamente, o Santo Padre não assume uma posição contrária à doutrina vigente da Igreja Católica; assume o lugar de porta-voz do discurso divino – o discurso da misericórdia – “Deus nos ama como somos e pela força como cada um luta por sua dignidade”. Ou seja, como Deus é misericordioso, ele ama também os que necessitam de sua misericórdia – os pecadores (homossexuais).

Vamos seguir com a cronologia: durante os meses finais de 2022, aquela que goza de exclusivas prerrogativas institucionais de “fazer falar” a voz do Parlamento Italiano, retoma (relembra), por meio do (seu) discurso, “sim às famílias naturais, não ao ‘lobby’ LGBT!”, alguns dos sentidos da/sobre a homossexualidade, que foram convidados pela Lei nº 76 a adormecerem na memória. Estamos vendo aí uma espécie de alarido do real da história (ilustrado na Imagem 2), manifestando o funcionamento da noção de paráfrase que “representa o retorno aos mesmos espaços do dizer” (Orlandi, 2020, p. 34). Aprofundando mais, a história narra que:

---

9 Disponível em: [https://www.vatican.va/archive/cathechism\\_po/index\\_new/p3s2cap2\\_2196-2557\\_po.html](https://www.vatican.va/archive/cathechism_po/index_new/p3s2cap2_2196-2557_po.html). Acesso em: 28 nov. 2023.

10 Precisamos sinalizar para o leitor que não integra os objetivos do presente estudo analisar as minúcias do funcionamento discursivo do Catecismo católico. Inserimos aqui tais recortes, dadas as limitações desta escrita, para fins exclusivos de ilustração.

11 A fonte consultada não é paginada.

Mussolini, em 1944, deportou centenas de homossexuais para Ilha de Tremite, Mar Adriático, costa leste italiana. Nenhuma lei proibia a homossexualidade na época. Porém Mussolini negou sua existência, dizendo que, na Itália, havia apenas homens de verdade. Suspeita-se que homossexuais foram presos e deportados. As condições na ilha foram muito difíceis, e alguns morreram. Essa ilha teve a distinção de ser o único campo de confinamento em que a maioria dos prisioneiros eram homossexuais (Antunes, 2016, p. 73).

Zandwais (2016) nos ensina que uma pesquisa de base marxista/materialista precisa trabalhar o discurso como resultado do que é praticado por sujeitos sociais e históricos; então, o fato é que o fascismo mussolinista perseguiu e deportou homossexuais. Essa atenção dedicada ao que germina da realidade, para que se tente explicar a própria realidade, nos leva a compreender que nos processos de formulação e circulação dos discursos “existem fatores envolvidos nas chamadas relações de sentido. Tais relações indicam que, para que um discurso faça sentido, necessariamente precisa apontar e estabelecer elos com outros discursos que o antecedem” (Oliveira, 2022, p. 43).

Retomando o que nos diz a Imagem 1, observa-se que as condições de produção em sentido estrito nos levam a observar que, em 24 de janeiro de 2023, o Papa Francisco, chefe de Estado do Vaticano, absolve o sujeito homoafetivo de um eventual delito: a “homossexualidade não é crime”. Porém, em relação às atribuições de um Papa, chefe da Igreja Católica, a posição-sujeito assumida produz discursividades sobre a homossexualidade que se opõem a “homossexualidade não é crime”. Em nossa interpretação, passaremos a afirmar, apoiando-nos nos pressupostos luckásianos sobre a teleologia secundária (Costa, 2006), que o Papa Francisco, um ser social, participa ativamente da sua realidade, utilizando o seu discurso como um recurso para (tentar) influenciar outras pessoas (os católicos e/ou filiados ao discurso religioso cristão) a deixarem de criminalizar a homossexualidade.

Refletindo que “na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação” (Orlandi, 2020, p. 34), podemos observar em “homossexualidade não é crime” sinais de um tipo de enfrentamento aos efeitos de uma complexa processualidade histórica que, de forma renitente e cíclica, empurra/deporta o sujeito homossexual para o lugar de criminoso-culpado. A polissemia, sendo uma fissura na discursividade por onde penetra o sentido novo está, nessas circunstâncias, constituindo no discurso do Santo Padre uma função social de conscientização que pretere a excludente monossemia do “sim às famílias



naturais” e oferece à sociedade a hipótese de que “Deus ama todos os seus filhos assim como eles são”.

Vimos que as análises das condições de produção de um discurso em sentido amplo precisam, de acordo com Florêncio *et al.* (2009), questionar as cargas sócio-histórico-ideológicas que estão ali funcionando. Logo, os sentidos dispostos na Imagem 3 parecem flertar com espaços do dizer que remontam (trazem de volta) as memórias fascistas-mussolinistas que apreendemos por meio de Antunes (2016). Essa memória, que é discursiva, funciona por meio de um cadente movimento de ir (passado) e vir (presente) que afeta a constituição dos discursos que circulam livremente na/pela sociedade.

Percebemos, então, que reunir esforços para agir sobre uma realidade com vistas a transformá-la não garante o aparecimento de resultados puramente exitosos. Mesmo considerando a posição de um sujeito que habita, ao mesmo tempo, a posição de Chefe do Vaticano e Chefe da Igreja Católica e que produz a discursividade: “leis que criminalizam a homossexualidade [são] injustas”, não logrou, até o momento<sup>12</sup>, registros oficiais de países que tenham acolhido essa (nova) discursividade (re)produzida por Francisco, retificando documentos oficiais.

Essa não-atualização da jurisdição de alguns países que parecem não dar ouvidos aos enunciados papais nos dá notícias de um delicado fenômeno que tem acontecido no interior do Vaticano. Para que o leitor nos entenda, é crucial identificar que, na especificidade do que estamos pesquisando, esse trabalho de investigar o funcionamento dos discursos significa “colocar-se na encruzilhada de um duplo jogo da memória: o da memória institucional que estabiliza, cristaliza e, ao mesmo tempo, o da memória constituída pelo esquecimento que é o que torna possível o diferente, a ruptura, o outro” (Orlandi, 2020, p. 8).

No caso da Igreja Católica, essa memória institucional funciona de modo permanente e estável porque tem como amparo (validação) aquilo que está na sua base, regulando o seu funcionamento institucional: as doutrinas; os dogmas; o Catecismo, a Bíblia, etc. Não adentraremos em tal discussão para respeitar o foco analítico a que nos propomos neste estudo. Contudo, entendemos o Catecismo citado anteriormente, como uma “memória de arquivo, sendo esta a memória institucional, a que não esquece e alimenta a ilusão da ‘literalidade’, [...] sustentada pelas instituições, lugares por onde circula o discurso documental” (Orlandi, 2013, p. 4, grifo da autora).

---

<sup>12</sup> Finalizamos a escrita do presente estudo em maio de 2024.



Nesses termos, o que estamos dizendo é que esse Sumo-Pontífice (ainda) não reúne condições suficientes para instalar na Igreja Católica procedimentos oficiais de reelaboração dos inúmeros dogmas/doutrinas vigentes. No entanto, naquilo que lhe é possível, atua na (tentativa de) transformação da sua realidade. A esse respeito, vejamos o que nos mostram teólogos progressistas, em entrevista concedida à revista IHU.

Por meio de palavras e ações, Francisco tem demonstrado uma inclusão e aceitação muito maior de membros da comunidade LGBT. De sua declaração sobre fiéis *gays* (“quem sou eu para julgar...”) às suas reuniões e acolhidas com um homem trans, suas declarações e ações indicam uma Igreja inclusiva que acolhe todas as pessoas, especialmente aquelas que foram marginalizadas. Estes gestos fornecem uma perspectiva positiva e bem-vinda que pode transformar as perspectivas de muitos dentro da comunidade LGBT [...] (Todd; Michael, 2015, p. 65).

Pois bem, sob semelhante via de significação que se inclina à absolvição do sujeito homossexual, “não é crime”, podemos notar, com base na citação anterior, a existência de, em “quem sou eu para julgar”, indicativos que, acionando o discurso da misericórdia, funcionam como atenuantes dentro de um veredito não realizado por Francisco: “quem sou eu [um sujeito também pecador] para julgar [outros sujeitos criminosos e/ou culpados]?”. Essa nossa hipótese se constrói considerando também o fragmento, em *print* abaixo, no qual o Papa distingue um crime de um pecado, ressaltando que “também é pecado faltar à caridade uns com os outros”.

**Imagem 4.** Reprodução do sentido da/sobre a homossexualidade em respostas papais

“Ser homossexual não é crime”, disse ele.  
“Não é crime. Sim, mas é pecado. Tudo bem,  
mas primeiro vamos distinguir entre um  
pecado e um crime.”

“Também é pecado faltar à caridade uns com os outros”, acrescentou.

**Fonte:** <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/01/25/papa-francisco-homossexualidade-nao-e-crime.ghtml>. Acesso em: 13 mar. 2024.

Através da observação da Imagem 4, vemos que o Papa Francisco parece minimizar até mesmo a questão da homossexualidade como um pecado, no sentido de que faltar à caridade – ou seja, não amar o próximo como a si mesmo – também é um pecado. Portanto, um possível efeito de sentido aí produzido é o seguinte: “não critiquem os homossexuais pela prática da homossexualidade [o pecado deles], se vocês não estão amando o próximo [o pecado de vocês]”. Remetemos aqui outra citação bíblica – tomando-a como um exemplo material da memória institucional católica – que diz: “aquele que não tiver pecado, que atire a primeira pedra<sup>13</sup>”, pois nos parece que na declaração papal (da Imagem 4) existem gestos mais de aproximação da comunidade LGBT+ do que de crítica e/ou julgamento.

Percebemos em “mas é pecado” uma comedida posição do Papa em não se desvencilhar completamente dos sentidos reproduzidos no/pelo Catecismo: “não é crime. Sim, mas é pecado”. Nesse caso, a escolha do conector “mas” demarca uma posição-sujeito contrária à anterior: “ser homossexual não é crime”. Então, ser homossexual “é pecado” é a posição assumida pelo chefe da Igreja Católica e vislumbramos aí uma relutância, que poderíamos chamar também de oscilação entre diferentes posições-sujeito: uma que descriminaliza aquele/a que é homossexual: “não é crime”; e outra que, como representante maior da ideologia religiosa cristã católica, é compelida pelo discurso doutrinário vigente a emprestar a sua voz à monossemia afirmando que a homossexualidade “é pecado”.

Seguindo, o Sumo-Pontífice afirma: “tudo bem, mas primeiro vamos distinguir entre um crime e um pecado [...]. Também é pecado faltar à caridade uns com os outros”. O que é faltar à caridade? Qual a amplitude desse ato? Estamos diante de um conceito amplo que vai desde uma brincadeira de mal gosto a uma calúnia que pode “matar” moralmente uma pessoa, desmoralizando-a. Faltar à caridade, pois, além de pecado, é também crime. Com isso não estamos negando avanços (embora tímidos) da Igreja Católica com relação às pessoas LGBT+.

O Papa Francisco tem dado passos nessa direção. Entretanto, é necessário fazer mudanças na doutrina da Igreja porque enquanto isso não ocorrer, os sujeitos homoafetivos continuarão sendo considerados cidadãos de segunda classe, desrespeitados pela Igreja institucional.

---

13 Bíblia. Evangelho segundo São João. In: **Bíblia Sagrada**: mensagem de Deus. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

## | Considerações finais

A partir desse ponto, o que faremos é, realçando o tema, a teoria e o *corpus* que escolhemos, bem como atentando aos efeitos da relação indissociável entre o sujeito, a história e a ideologia, tentar esboçar um efeito de fechamento que respeite as expectativas do leitor, os requisitos metodológicos para escrita de um artigo, e também nos permita desdobramentos em estudos futuros.

Comprometemo-nos em levantar hipóteses para duas questões: 1 – como o sentido de homossexualidade está sendo reproduzido no/pelo discurso do Papa Francisco? Vamos por partes: aprendemos que a história e a ideologia constituem tanto os sentidos como os sujeitos que (re)produzem, discursivamente, tais sentidos. No específico caso da homossexualidade, percebemos a existência de duas poderosas esferas que, de forma renitente, afetam os modos sociais de discursivização desse sentido e alimentam, sem inibição, movimentos de perseguições e condenações aos “filhos de Deus” não padronizados pelo esquema da Sagrada Família.

Alguns aspectos político-históricos italianos nos deram a ver a existência de atuais filiações partidárias de extrema-direita que, além de receberem muitos votos (essa massiva adesão nos causou curiosidade), imortalizam memórias fascistas-mussolinistas que contribuem para a (re)produção de um sentido perverso e “fazem esquecer” que todos são (ou pelo menos deveriam ser) iguais perante a Lei. Do outro lado, pela esfera religiosa, alguns documentos oficiais católicos (o Catecismo) continuam discursivizando a homossexualidade por meio de escolhas lexicais como “intrinsecamente desordenada” e “depravação grave” que colocam o discurso religioso cristão católico à disposição da discriminação.

Através de nossa escrita, tentamos movimentar um exercício de questionar/criticar tanto a gênese dos discursos que têm circulado na contemporaneidade, como também as tomadas de posição dos sujeitos que formulam e/ou atualizam esses discursos dando-lhes sustentação. A Francisco atribuímos o mérito de conduzir um pontificado peculiar diante da (sua) própria doutrina, por entendermos, como nos casos por nós destacados, que se trata de um Papa “fora da curva” desde sua nomeação, em uma conjuntura de estrangulamento da cristandade católica no que tange a sua intervenção política no mundo ocidentalizado, ponto de viragem na correlação de forças religiosas e políticas planetárias.

Contudo, sendo inviável, como vimos, se desvencilhar dos efeitos do real, parece-nos que o Papa Francisco reproduz o sentido da/sobre a homossexualidade

com uma importante prudência. Não o faz a partir de (desejosos) ineditismos que amparariam, no/pelo discurso documental cristão católico, o sujeito homossexual, mas, pela via da conciliação. Sutilmente, se inclina a lançar luzes a algo que, mesmo sendo óbvio, é (quase sempre) silenciado: ser homossexual não é crime. Por fim, acreditamos que o Papa Francisco discursiviza o sujeito homossexual e a homossexualidade (pergunta 2), a partir de um modo que, sob restritas condições de produção, (ainda) não consegue instalar mudanças na base do discurso religioso católico, mas, pelo menos, coloca no horizonte algumas perspectivas de avanço.

## | Referências

ANDRADE, G. B. de. **“Com jeitinho”, uma análise retórica do discurso do Papa Francisco e seu multiethos**. 2018. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem) – Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre, 2018.

ANTUNES, P. P. S. **Homofobia internalizada**: o preconceito do homossexual contra si mesmo. 2016. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

BÍBLIA. Evangelho segundo São João. *In*: **Bíblia Sagrada**: mensagem de Deus. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

CATECISMO da Igreja Católica. **Vaticano**, 1992. Disponível em: [https://www.vatican.va/archive/catechism\\_po/index\\_new/prima-pagina-cic\\_po.html](https://www.vatican.va/archive/catechism_po/index_new/prima-pagina-cic_po.html). Acesso em: 28 nov. 2023.

CAVALCANTE, M. do S. A. de O.; MACHADO, F. D. A ideologia em Lukács: contribuições para os estudos do discurso. *In*: CAVALCANTE, M. do S. A. de O. (org.). **Linguagem, discurso e ideologia**: a materialidade dos sentidos. Maceió: EDUFAL, 2017.

CHASIN, J. **Crítica ao Liberalismo**. Maceió, 1999. Mímeo.

COSTA, G. M. da. Lukács e a ideologia como categoria ontológica da vida social. **Revista Urutágua** – revista acadêmica multidisciplinar, v. 9, n. 9, 2006.

FACHIN, P. Avanços simpáticos, mas não suficientes. **IHU em Revista**, São Leopoldo, 2015.

FLORÊNCIO, A. M. G. **A voz do poder no jogo dos sentidos**: um estudo sobre a escola. Maceió: EDUFAL, 2007.

- FLORÊNCIO, A. M. G. *et al.* **Análise do discurso: fundamentos e prática.** Maceió: EDUFAL, 2009.
- HAROCHE, C. *et al.* La semantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours. **Langage**, Paris: Didier/Larousse, n. 24, 1971.
- LUKÁCS, G. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem.** Temas de Ciências Humanas. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.
- LUKÁCS, G. **O Trabalho.** Tradução Ivo Tonet. Maceió, 1997.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II.** São Paulo: Boitempo, 2013.
- MAGALHÃES, B.; SOBRINHO, H. F. S. Materialidades discursivas e o funcionamento da ideologia e do inconsciente na produção de sentidos. **Gragoatá**, Niterói, v. 18, n. 34, 2013.
- MAGALHÃES, B.; MORAES, A. Sujeito: trabalho, linguagem e discurso. *In*: CAVALCANTE, M. do S. A. de O. (org.) **Linguagem, discurso e ideologia: a materialidade dos sentidos.** Maceió: EDUFAL, 2017.
- MAGALHÃES, B. **Materialismo Histórico, Dialético e Discurso - BELMIRA MAGALHÃES (UFAL).** [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (4 min). Publicado pelo canal ENCIDIS – UFF. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Pl6dpFWiLgQ>. Acesso em: 17 out. 2023.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** Tradução Luís Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MASSMANN, D. *et al.* Ativismo de gênero: discursos de/sobre a mulher no “feminejo”. **Leitura**, Maceió, n. 69, dossiê especial “Discurso, Gênero, Resistência”, p. 343-355, maio/ago. 2021.
- MATA, J. S. F. As eleições de 2022, na Itália: prelúdio e um percurso para a extrema-direita europeia? **Polis**, Lisboa, v. 2, n. 6, p. 211-215, 2022.
- OLIVEIRA, D. S. **O discurso do Papa Francisco: entre redes de memória e processos de atualização de sentidos.** 2022. Dissertação (Mestrado em Linguística e Literatura) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022.
- ORLANDI, E. P. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico.** Petrópolis: Vozes, 1996.

ORLANDI, E. P. A materialidade do gesto de interpretação e o discurso eletrônico. *In*: DIAS, C. **Formas de mobilidade no espaço e-urbano: sentido e materialidade digital** [online]. Série e-urbano. Vol. 2, 2013.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 13. ed. Campinas: Editora Pontes, 2020.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). *In*: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução Bethânia Mariani *et al.* 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

SOBRINHO, H. F. da S.; CAVALCANTE, M. do S. A. de O. Das questões fundantes do discurso à instância da política: uma síntese de múltiplas determinações. **Leitura**, [S. l.], v. 2, n. 50, 2012.

SOBRINHO, H. F. da S. O analista de discurso e a práxis sócio-histórica: um gesto de interpretação materialista e dialético. **Revista Conexão Letras**, [S. l.], v. 9, n. 12, 2015.

TODD, A. S.; MICHAEL, G. Os ares de um Papa que oxigena a Igreja. **IHU em Revista, São Leopoldo**, 2015.

VAISMAN, E. A ideologia e sua determinação ontológica. **Verinotio** – Revista Online de Educação e Ciências Humanas, n. 12, ano VI, 2010.

ZANDWAIS, A. O sistema da língua, o diálogo e o discurso. **Revista Conexão Letras**, v. 11, n. 16, 2016.

### **Como citar este trabalho:**

OLIVEIRA, Daniel Santos; CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira. Entre a Lei e o Dogma: posições-sujeito do Papa Francisco sobre a homossexualidade. **Revista do GEL**, v. 21, n. 2, p. 151-174, 2024. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>.

Submetido em: 26/05/2024 | Aceito em: 08/08/2024.

# Análise de Jogos de Linguagem (AJL): uma técnica para analisar materiais audiovisuais no estudo ecocognitivo da linguagem em uso

**Marcos Victor Pires RODRIGUES<sup>1</sup>**

**Paulo Henrique DUQUE<sup>2</sup>**

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte (URFN), Natal, Rio Grande do Norte, Brasil;  
| marcos.rodrigues.700@ufrn.edu.br | <https://orcid.org/0000-0002-5369-4435>

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte (URFN), Natal, Rio Grande do Norte, Brasil;  
| paulo.henrique.duque@ufrn.br | <https://orcid.org/0000-0002-7100-0556>

**DOI:** <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v21i2.3745>

**Resumo:** Neste artigo, temos o objetivo de caracterizar a Análise de Jogos de Linguagem (AJL). Trata-se de uma contribuição metodológica à abordagem ecocognitiva da linguagem, vertente teórica que investiga os processos de construção de sentido em situações concretas de interação, tendo atenção à composição de elementos verbais e não verbais da qual emerge o comportamento linguístico. Tal proposta demanda estudos qualitativos de materiais de natureza audiovisual. Nesse cenário, apresentamos a AJL, uma técnica de análise a ser adotada nos estudos ecocognitivos para a coleta e o tratamento de dados qualitativos advindos de materiais audiovisuais. A sua implementação envolve a descrição pormenorizada, em termos de jogos de linguagem (Wittgenstein, 1979; Steels, 2015; Duque, 2022a), de interações linguísticas registradas em um determinado vídeo. Para demonstrar os procedimentos por meio dos quais a AJL pode ser implementada na prática, lançamos mão de um estudo de caso. Recorreremos, desse modo, ao caso de utilização dessa técnica na pesquisa desenvolvida por Rodrigues (2023), trazendo e elucidando exemplos retirados de seus resultados. Como conclusão, apontamos que a AJL é uma técnica de análise que atende apropriadamente à demanda metodológica da abordagem ecocognitiva da linguagem e fornece meios para a operacionalização dos estudos desenvolvidos nesse âmbito.

**Palavras-chave:** Análise de jogos de linguagem. Material audiovisual. Técnica de análise. Ecocognição e linguagem. Metodologia de pesquisa.

---

## **Language Game Analysis: a method for analyzing audiovisual material in the ecocognitive studies of language in use**

**Abstract:** In this paper, we aim to characterize Language Game Analysis (LGA), a methodological contribution to the ecocognitive approach to language. This approach investigates the processes of construction of meaning in concrete interactions, considering the composition of verbal and non-verbal elements from which linguistic behavior emerges. The ecocognitive research program requires qualitative studies of audiovisual materials. Therefore, we present LGA as a suitable analysis technique for collecting and treating qualitative data from audiovisual materials. The implementation of LGA involves the refined description of the linguistic interactions recorded in a video in terms of language games (Wittgenstein, 1979; Steels, 2015; Duque, 2022a). In order to demonstrate the procedures by which LGA can be implemented in practice, we make use of



a case study. Thus, we take the case of how LGA has been used in the research work of Rodrigues (2023), bringing examples from its results. We conclude that LGA is an analysis technique that adequately aligns with the methodological demands of the ecocognitive approach to language and provides means for the operationalization of its studies.

**Keywords:** Language game analysis. Audiovisual material. Analysis method. Ecocognition and language. Research methodology.

## **| Introdução**

Com base nas formulações e nas descobertas de Gibson (e.g., 1979), no campo da psicologia da percepção, funda-se a Ecocognição, tendência despontante na Ciência Cognitiva. Os proponentes da Ecocognição buscam explicar os comportamentos cognitivos por meio da descrição cuidadosa e sistemática das situações em que tais comportamentos emergem. Contrapondo-se rigorosamente à concepção cognitivista tradicional, a Ecocognição rejeita a centralidade do cérebro na cognição. Por isso, antes de apelar a explicações que envolvem primariamente representações simbólicas, propõe que sejam averiguados como os recursos disponíveis aos organismos para a resolução de tarefas são concretamente utilizados na emergência de comportamentos cognitivos (Golonka; Wilson, 2013). Esses recursos se distribuem ajustadamente na relação recíproca entre corpo e ambiente.

Encarregando-se do programa esboçado por Golonka e Wilson (2013), trabalhos realizados por pesquisadores brasileiros (e.g., Duque, 2015, 2018, 2022a; Tavares, 2018; Rodrigues *et al.*, 2020; Gadelha, 2020; Rodrigues; Duque, 2023; Batista, 2023; Rodrigues, 2023) têm desenvolvido a abordagem ecocognitiva da linguagem, como uma vertente teórica possível para o campo dos estudos em Linguística Cognitiva, desde, pelo menos, a publicação de Duque (2015). Ao ser fundado no ano de 2012, o grupo de pesquisa Ecocognição e Linguagem passa a ser o polo de desenvolvimento dos estudos ecocognitivos da linguagem. Esses estudos buscam explicar o comportamento linguístico por meio da descrição cuidadosa e sistemática das situações concretas em que esse comportamento emerge. Há, nessa proposta científica, a defesa de que a linguagem e os outros comportamentos cognitivos (desde correr e interceptar bolas no ar até produzir ferramentas e jogar xadrez) foram igualmente forjados pela evolução e, como tais, devem ser investigados segundo os mesmos princípios ecológicos, em conformidade com os fundamentos da Ecocognição (*cf.*, e.g., Golonka; Wilson, 2013).

Um linguista comprometido com a abordagem ecocognitiva, ao buscar respaldo em computações mentais e simbólicas, deve explicar como os indivíduos, ao interagirem linguisticamente, exploram recursos ecológicos para a resolução de tarefas comunicativas em situações concretas. Uma situação concreta de interação linguística, nessa abordagem, é concebida teórico-metodologicamente como um jogo de linguagem (Duque, 2018, 2022a). Assim, o jogo de linguagem consiste na unidade de análise por excelência dos estudos ecocognitivos da linguagem.

A proposta investigativa em questão tem apresentado significativos desafios de caráter metodológico. Para realizar um estudo ecocognitivo, é necessário coletar uma amostra de interações concretas (jogos de linguagem) com base nas quais os processos e mecanismos de construção de sentidos podem ser investigados. Nesse empreendimento, é preciso ter em conta que as interações se constituem de uma composição de elementos que se distribuem na relação recíproca dos organismos com o seu ambiente. Essa composição contempla desde o cenário em que ocorre uma interação até os recursos gestuais usados por quem interage. Demanda-se daí uma maneira de coletar e tratar dados que supere o exame de elementos puramente verbais.

Nesse cenário, torna-se indispensável delimitar como objeto materiais de natureza audiovisual, que incluam tanto dados de imagem quanto dados de áudio. Desse modo, uma técnica de análise, para ser adotada em um estudo ecocognitivo, deve possibilitar o trabalho com materiais audiovisuais. Há, por trás desse princípio, a consideração de que é possível obter uma coleção de interações por meio da análise de materiais audiovisuais que contenham registro de interações. A obtenção de uma coleção das interações gravadas em um vídeo é garantida pela descrição dessas interações em termos de jogos de linguagem.

Trabalhos anteriores (Silva, 2019; Gadelha, 2020; Rodrigues; Duque, 2023; Batista, 2023) já haviam buscado dar conta do problema metodológico em questão, recorrendo a adaptações de técnicas conhecidas pela comunidade científica, quando se trata do exame sistemático de materiais advindos de situações de comunicação, tais como Análise de Conteúdo (Bardin, 2011) e Teoria Fundamentada em Dados (Glaser; Strauss, 1967), tendo os jogos de linguagem como constructo teórico que descreve as interações. Sendo tais técnicas, porém, mais focadas nos trabalhos com documentos escritos, revelam-se dificuldades e problemas no trato com dados de vídeos.

Interessantemente, Gadelha (2020) e Batista (2023) apresentaram a possibilidade de utilização de uma técnica, desenvolvida por Lima (2015), para a descrição de vídeos na coleta dos dados. No entanto, uma vez sendo voltada à descrição dos acontecimentos registrados em vídeo à luz de eventos críticos, tal técnica não responde à preocupação com a descrição refinada de interações em termos de jogos de linguagem. Além disso, as incontornáveis adaptações dessa técnica para empreender uma análise baseada em jogos de linguagem provocam um significativo distanciamento do modelo sugerido por Lima (2015), o que acaba por desfigurá-lo.

Diante disso, neste artigo, nosso objetivo consiste em caracterizar a técnica de Análise de Jogos de Linguagem (AJL), desenvolvida precisamente para atender às demandas dos estudos ecocognitivos na coleta e no tratamento de dados advindos de materiais audiovisuais, com base na descrição de interações como jogos de linguagem.

Ao ser desenvolvida no âmbito da abordagem ecocognitiva, a AJL se distingue de outras propostas relevantes na análise de interações. Tomemos o exemplo da Análise da Conversação (*cf.*, *e.g.*, Negreiros; Dias, 2023), vertente dos estudos do texto dedicada às interações orais autênticas, em que se aborda com robustez a estruturação da fala e a organização da sequência conversacional. Tendo um foco predominantemente verbal, tal proposta apresenta uma tendência a desconsiderar ou a limitar a participação de elementos não verbais, cujo exame é substancial para que a AJL trate da interação como um todo complexo, desde as falas e os gestos até o entorno físico.

Consideremos também o exemplo da Análise Multimodal da Interação (*cf.*, *e.g.*, Norris, 2011), importante enquadre metodológico para investigar as interações face a face registradas em vídeo em tempo real e de maneira autêntica (não planejada). Seu interesse nos diferentes modos comunicacionais possibilita a consideração de elementos não verbais, tais como o olhar e a movimentação corporal. Entretanto, observamos, em tal proposta, uma propensão a isolar esses diferentes modos e a não integrar os aspectos dinâmicos e situacionais das interações. Diferentemente, na AJL, as interações devem ser descritas como uma composição de elementos verbais e não verbais.

A Semiótica Social Multimodal (*cf.*, *e.g.*, Van Leeuwen, 2005; Kress, 2010), por sua vez, propõe a investigação dos diferentes modos semióticos, destacando as escolhas do falante, desde a modulação da voz até o uso de ferramentas visuais, na produção de significado. E a Análise do Discurso Multimodal (O'Halloran, 2004), importante proposta de análise multimodal, enfatiza acertadamente a

inter-relação dos diferentes modos na criação de significados. Observamos, nessas duas propostas, uma inclinação a priorizar o exame de artefatos semióticos produzidos ou produções realizadas (textos, imagens, vídeos). Por um outro caminho, a AJL focaliza o processo dinâmico e (eco)cognitivo de execução das interações, sendo o material audiovisual um meio para observar como as interações são executadas.

Tendo esclarecido nosso objetivo e apontado breves considerações sobre importantes propostas metodológicas similares, tratamos de caracterizar a AJL ao longo das seções a seguir, apresentando desde os seus fundamentos teóricos até os passos por meio dos quais podemos implementá-la na prática.

## **| Ecocognição e linguagem: princípios teóricos**

A seguir, tratamos de mencionar brevemente quatro importantes princípios teóricos adotados nos estudos ecocognitivos da linguagem.

- i. Hipótese da Substituição* (cf. Shapiro, 2010) – a pressuposição de que a cognição se restringe ao processamento abstrato de símbolos deve ser substituída pela descrição dos recursos ecológicos que estão disponíveis aos organismos para a realização satisfatória de um dado comportamento cognitivo. Esta noção basilar foi introduzida na seção precedente.
- ii. Cognição distribuída e situada* (cf. Golonka; Wilson, 2013) – não estando restrita ao cérebro, a cognição se distribui ajustadamente por corpo e ambiente, emergindo nas interações contínuas e dinâmicas entre organismo e ambiente.
- iii. Integração organismo-ambiente* (cf. Gibson, 1979; Golonka; Wilson, 2013) – ao explorarem dinamicamente as possibilidades de interação no e com o seu entorno (ou *affordances*; Gibson, 1979), os organismos têm acesso a informações ricas e estruturadas sobre propriedades desse entorno. Dessa relação recíproca e imbricada entre organismo e ambiente emerge desde a percepção até os comportamentos cognitivos de complexidade elevada.
- iv. Aterramento do significado em jogos de linguagem* (Steels, 2015; Duque, 2022a) – Não sendo símbolos abstratos e sem ligação com a realidade material, os significados das expressões linguísticas se estabelecem convencionalmente conforme as interações (jogos de linguagem) são executadas. Trata-se de conceitos ancorados nas interações, tanto de maneira situada quanto histórica, que podem ser acessados cognitivamente mediante pistas materiais verbais e não verbais.

Os princípios aqui apresentados estão estreitamente interligados, de modo que cada um implica todos os outros.

## **| Jogos de linguagem e seus elementos constitutivos**

Os jogos de linguagem podem ser entendidos, conforme a elaboração original de Wittgenstein (1979), na filosofia da linguagem, como os usos linguísticos realizados em situações concretas. Correspondem aos processos de uso das palavras ou, ainda, ao conjunto de atividades ligadas à linguagem (Wittgenstein, 1979). Por meio desse constructo teórico, Wittgenstein (1979) rejeita a noção de que as palavras contêm em si significados, defendendo que as palavras ganham sentido por meio da e na execução de jogos de linguagem. Esses jogos incluem: cumprimentar alguém, relatar um acontecimento, agir segundo comandos, pedir uma informação na rua, dentre outros inúmeros exemplos.

Esse constructo teórico tem sido empregado por pesquisas desenvolvidas no campo da Inteligência Artificial (doravante IA), desde, pelo menos, a segunda metade dos anos 1990 (cf. Steels, 2015). Tais pesquisas buscam resolver a questão de como a linguagem e a cognição surgiram e se desenvolveram evolutivamente. Para tanto, têm implementado sistemas inteligentes em populações de agentes robóticos que executam jogos de linguagem simples, tais como nomear e adivinhar figuras geométricas, cores e posturas corporais. Ao executarem esses jogos, as populações de agentes robóticos organizam, por si só, uma espécie de língua própria para conversar entre si, construindo e associando formas linguísticas a categorias conceituais advindas de sua experiência, ancoradas em, por exemplo, figuras e cores presentes no ambiente e posturas corporais que os robôs podem realizar (Steels, 2015).

Rompendo com a orientação puramente pragmática, comumente associada à formulação wittgensteiniana original, as pesquisas em IA têm apresentado uma forma de empregar os jogos de linguagem de um ponto de vista cognitivo. Além disso, tais pesquisas demonstraram ser possível implementar a linguagem por sistemas inteligentes que não estão restritos ao processamento abstrato de algoritmos, mas se distribuem ajustadamente por corpo e ambiente – no caso dos robôs, o corpo consiste de atuadores, sensores e controladores. Levando essas contribuições em consideração, a abordagem ecocognitiva da linguagem reivindica os jogos de linguagem como um constructo teórico por meio do qual podemos descrever as interações linguísticas concretas.

De modo a compreendermos como uma interação pode ser descrita, devemos partir da premissa de que a realização de qualquer interação linguística implica

a presença da seguinte composição: determinados indivíduos se encontram em um local particular, interagem sobre um assunto específico, realizam certas atividades e, para tanto, colocam em uso certos recursos ecológicos (tais como palavras, gestos, ferramentas e objetos). Um jogo de linguagem pode, então, ser entendido como uma composição de elementos constitutivos, de tal sorte que a descrição de um jogo concreto, ou seja, de uma interação linguística real, compreende a identificação e a descrição de seus elementos constitutivos. Com base em Duque (2022a) e em Steels (2012, 2015), Rodrigues (2023) aponta como os elementos constitutivos de qualquer jogo de linguagem os dispostos adiante:

- a) *cenário* – o espaço em que um jogo de linguagem é executado, compreendendo todos os segmentos do ambiente físico que possuem relevância para a execução do jogo. O cenário de uma aula, por exemplo, corresponde à sala de aula.
- b) *participantes jogadores* – indivíduos que interagem, cumprindo determinados papéis na execução de um jogo. Podem também ser referidos como, simplesmente, jogadores. Um pedido de informação, por exemplo, conta geralmente com dois jogadores, sendo um que pede e outro que concede uma informação.
- c) *participantes objetos-acessórios* – objetos físicos que são utilizados por jogadores à medida que um jogo é executado. A sua utilização confere a extensão das possibilidades de ação e de interação dos jogadores. Podem também ser referidos como, simplesmente, objetos-acessórios, ou ainda, objetos. Uma compra no supermercado, por exemplo, envolve a utilização de objetos tais como o papel moeda e o cartão de débito ou de crédito.
- d) *dinâmica de interação* – ações e interações realizadas à medida que um jogo é executado, envolvendo o modo como os jogadores interagem, movimentam-se no espaço e modificam posições ou propriedades de objetos. Esse elemento pode ser capturado pela identificação das transições que ocorrem em um jogo. Uma transição pode ser entendida da seguinte forma: dá-se uma alteração, em termos de propriedades ou de posicionamento, na disposição dos jogadores ou dos objetos presentes no cenário, sendo possível demarcar um estado prévio e um estado final. Uma das transições possíveis, por exemplo, em uma compra de supermercado inclui a mudança de posição de um papel moeda, que, em um estado prévio, está sob posse do comprador e, em um estado final, está sob posse do vendedor (ou, ainda, do atendente do caixa).

- e) *pistas verbais da construção de sentido* – ao se comunicarem, os jogadores constroem sentidos e fornecem pistas uns aos outros de como o fazem (Steels, 2015, Rodrigues; Duque, 2023; Rodrigues, 2023). Pela detecção de um conjunto de pistas produzido por um jogador, outros jogadores acabam enquadrando fatos/cenas/questões do mundo de uma maneira particular, por meio do acesso a conceitos (*frames*; Duque, 2018) associados às pistas em questão. Quando verbais, as pistas correspondem a realizações de formas linguísticas, ou seja, a enunciados. Por exemplo: em uma conversa descontraída, um jogador produz as pistas “aquele mão de vaca”, como forma de identificar alguém ausente. Mediante tais pistas, os demais jogadores deverão acessar o conceito correspondente MÃO\_DE\_VACA, que enquadra, por um ponto de vista consideravelmente negativo, o fato de que o indivíduo ausente não realiza gastos copiosos de dinheiro.
- f) *pistas não verbais da construção de sentido* – quando não verbais, as pistas correspondem a realizações de gestos, pantomimas e uso de objetos-acessórios. Tomemos uma situação em que um jogador pede uma informação a outro, para determinar a direção que deve levá-lo a um destino almejado. Ao produzir o gesto de apontar para um determinado local, por exemplo, o segundo jogador pode enquadrar o local em questão como o ponto em direção ao qual o primeiro jogador deve se deslocar para chegar ao seu alvo.
- g) *tópico* – o foco da atenção conjunta (cf. Tomasello, 2008) dos jogadores. Quando se engajam em um jogo, os jogadores falam sobre e agem em relação ao tópico. Podem ser apontados como tópicos: segmentos do ambiente, objetos, eventos, pessoas, animais, plantas ou, ainda, conceitos (Duque, 2022a).
- h) *tarefa comunicativa* – o modo como os jogadores conjuntamente orientam o seu comportamento em relação ao tópico (Steels, 2015), isto é, aquilo que os jogadores fazem com o tópico. Trata-se de uma atividade cooperativa e comunicativa. Os resultados do trabalho de pesquisa de Rodrigues (2023) apontam algumas possibilidades de tarefas, dentre as quais trazemos, como exemplos, as seguintes: perguntar e responder questões sobre o tópico; descrever o tópico; discriminar o tópico no cenário; e mudar a localização do tópico.

Ao concebermos uma interação real como um jogo de linguagem, passamos a entendê-la, conformemente, como uma composição de elementos constitutivos. Por seu turno, esses elementos, desde o cenário (a) até a tarefa (h), podem ser identificados e descritos por meio do exame de materiais de gravações em

vídeo. Temos, pois, nos jogos de linguagem e nos elementos constitutivos, os fundamentos da técnica de AJL.

## **| Procedimentos da Análise de Jogos de Linguagem (AJL)**

O propósito da técnica de AJL é garantir a obtenção de uma amostra (coleção/recorte) de exemplares de interações concretas (jogos de linguagem) com base nos quais podemos estudar os processos e mecanismos de construção de sentido. Ao aplicarmos essa técnica para um material audiovisual particular (um vídeo completo ou um trecho), devemos, pois, apurar uma coleção de interações descritas em termos de jogos de linguagem, em que cada intervalo de minutagem do vídeo analisado compreenda um jogo de linguagem particular.

Conforme delineamos na seção precedente, os elementos constitutivos de um jogo de linguagem servem para descrever uma interação em sua totalidade. Assim, para apurar os jogos presentes em um determinado material de vídeo, devemos basicamente identificar, descrever e agrupar os elementos constitutivos de cada um desses jogos. Em tal processo analítico, os dados brutos de imagem e áudio provenientes do material servem como indexadores dos elementos dos jogos. Uma vez que compõem registros de interações reais, esses dados permitem que o pesquisador tenha acesso aos elementos dos jogos que foram capturados em imagem e/ou em áudio, por meio da observação direta ou indireta. Por esse entendimento, os dados de imagem e áudio indexam os elementos de jogos de linguagem específicos. Em outros termos, esses dados dão indícios ao pesquisador de quais são os elementos constitutivos de jogos específicos. Por essa razão, podemos nos referir a tais dados como indexadores dos elementos.

À luz da noção de que os elementos dos jogos são indexados, podemos compreender os procedimentos de implementação da AJL. O cerne desses procedimentos consiste em apurar os jogos de linguagem em um material investigado por meio da identificação dos indexadores (dados de imagem e áudio) dos elementos desses jogos. Levando em consideração que os indexadores disponíveis em um material podem garantir a observação direta ou indireta dos elementos de um jogo, Rodrigues (2023) divide esses elementos em dois grupos: o primeiro, formado pelos elementos diretamente identificáveis; e o segundo, formado pelos indiretamente identificáveis.

São diretamente identificáveis os seguintes elementos: (a) o cenário; (b) os participantes jogadores; (c) os participantes objetos-acessórios; (d) a dinâmica de interação; (e) as pistas verbais da construção de sentido; e



(f) as pistas não verbais da construção de sentido. Esses elementos podem ser diretamente identificados por meio da observação do material investigado. Nesse entendimento, há indexadores verbais e não verbais que correspondem objetiva e diretamente a esses elementos. Por exemplo, um cenário pode ser diretamente identificado pelas imagens gravadas desse cenário (indexadores não verbais). Semelhantemente, os enunciados dos jogadores podem ser diretamente identificados pelas faixas de áudio que registraram os enunciados em questão (indexadores verbais).

E são indiretamente identificáveis os elementos (g) o tópico e (h) a tarefa, pois somente podem ser identificados por inferências. No lugar de serem indexados por um indexador ou por uma fração de indexadores em específico, esses dois elementos são indexados por todo o agrupamento de indexadores presente em um fragmento correspondente a um jogo particular (Rodrigues, 2023). Tal agrupamento não revela prontamente qual é o tópico e qual é a tarefa de um jogo, mas serve de ponto de partida. É preciso, então, para detectar tais elementos, construir inferências fundamentadas nos indexadores disponíveis e nos elementos que já tenham sido diretamente apurados. Em tal processo, Rodrigues (2023) sugere uma estratégia simples, qual seja: dispondo de um trecho correspondente a um jogo de linguagem, procurar responder às seguintes perguntas: sobre o que os jogadores estão falando/agindo? E o que os jogadores estão fazendo em relação àquilo sobre o que eles falam/agem? A primeira resposta deve suscitar a identificação do tópico do jogo em questão. E a segunda resposta deve levar à identificação da tarefa do mesmo jogo.

Tendo esclarecido os fundamentos da AJL, passamos a esclarecer, nos itens enumerados a seguir, o seu passo a passo, ou seja, o conjunto de procedimentos específicos por meio dos quais podemos implementar essa técnica:

- 1) *Delimitação do material*: escolher um material adequado à análise;
- 2) *Pré-análise*: assistir ao material, tantas vezes quanto for necessário;
- 3) *Identificação dos jogos de linguagem*: identificar e salvar cada fragmento do material que pode ser descrito como um jogo de linguagem distinto, registrando o seu intervalo de minutagem correspondente;
- 4) *Descrição dos jogos de linguagem*: descrever, de uma maneira sistemática e homogênea, cada fragmento salvo como um jogo de linguagem, especificando seus elementos constitutivos com base nos indexadores verbais e não verbais à disposição – para isso, convém a confecção de blocos de descrição (ver seção intitulada “Procedimento (4): Descrição dos jogos de linguagem”);

- 5) *Triagem de fragmentos problemáticos*: identificar, descartar e registrar os fragmentos do material que não podem ser descritos como jogos de linguagem, devido a problemas técnicos, tais como cortes abruptos e/ou excessivos e falta de correspondência entre imagem e áudio.

Ao caracterizarmos a AJL, devemos demonstrar como esses procedimentos podem ser levados a cabo na prática. Para tanto, incluímos, neste artigo, um estudo de caso da utilização dessa técnica na pesquisa de mestrado de Rodrigues (2023). Situando-se na abordagem ecocognitiva, tal pesquisa selecionou as interações registradas em um trecho de dez minutos e dois segundos da série documental *The Beatles: Get Back (Part 2..., 2021)*, de modo a caracterizar a construção de sentido que ocorre nas interações espontâneas. Aplicando a AJL, Rodrigues (2023) obteve uma amostra de 41 exemplares de interações, isto é, 41 jogos de linguagem. Cada um desses jogos corresponde a um fragmento específico do material analisado, tendo alguns jogos menos de 10 segundos de duração e outros, mais de um minuto. Ao submeter esses resultados a uma interpretação teórica, à luz da Ecocognição, Rodrigues (2023) chega à conclusão de que a construção de sentidos pode ser caracterizada como um processo cognitivo cumulativo de (re)modelagem de conceitos, em que condições históricas e situacionais específicas cumprem um papel distintivo.

Nas seções a seguir, ilustramos mais detidamente os procedimentos específicos da AJL, recorrendo, para isso, a exemplos retirados dos resultados de Rodrigues (2023).

## **| Procedimentos (1) e (2): Delimitação do material e pré-análise**

Em pesquisas científicas, as elaborações teóricas devem se sustentar firmemente em fatos concretos e observáveis da realidade material. Por isso, a escolha/delimitação de um objeto do estudo é fundamental para o planejamento de uma pesquisa. Tradicionalmente, os estudos linguísticos elegem como objeto materiais advindos de situações comunicativas, tais como documentos escritos (livros, jornais etc.), gravações de áudios e transcrições de conversas. Conforme a sugestão de critérios de Rodrigues (2023), o material de um estudo ecocognitivo precisa: (i) conter registros de situações autênticas de comunicação linguística; (ii) possuir natureza audiovisual e apresentar boa qualidade, em termos de nítidas faixas de imagem e de áudio; (iii) constituir uma unidade contextual; e (iv) estar facilmente acessível para outros pesquisadores.

O critério (i) responde à necessidade de dispor de dados de registro de interações reais e espontâneas para que seja acessível ao pesquisador a coleta de exemplares de tais interações. O critério (ii), por sua vez, atende a uma demanda operacional crucial: para descrever interações em termos de jogos de linguagem, deve ser possível identificar os seus elementos constitutivos (cenário, jogadores, objetos-acessórios, dinâmica de interação e as pistas verbais e não-verbais) – e isso só pode ser garantido pela análise de materiais audiovisuais (vídeos). Com o critério (iii), sustentamos a importância de que o material sob análise possua uma unidade espaço-temporal e temática, no lugar de consistir de fragmentos desconexos. São exemplos de materiais com unidade contextual: uma sequência de vídeos de registro do cotidiano de uma determinada família; uma partida de RPG filmada; vídeos de apresentações de *stand-up comedy*. E, trazendo o critério (iv), procuramos contemplar princípios de cientificidade e de solidariedade acadêmica, de modo que seja possível, a pesquisadores, até de outras vertentes teóricas, e ao público, verificar os resultados de um estudo ecocognitivo e reproduzir o percurso que o levou a tais resultados.

O material escolhido no trabalho de Rodrigues (2023) foi um trecho de dez minutos e dois segundos da série documental *The Beatles: Get Back* (Part 2..., 2021). A série consiste de situações espontâneas (conversas, discussões, brincadeiras etc.), registradas durante os ensaios do projeto *Get Back*, da banda *The Beatles*, em janeiro de 1969. O trecho selecionado como material compreende os registros filmados no dia 13 de janeiro de 1969, em que dois membros dos *Beatles* (Paul McCartney e Richard Starkey) se encontram com colegas e amigos nos estúdios Twickenham, logo após um grave conflito que quase pôs um fim à banda no meio da produção do projeto *Get Back*.

Vale citar mais exemplos de materiais adequados a uma investigação ecocognitiva. Silva (2019), ao conduzir uma pesquisa com foco na integração conceitual, elegeu como material vídeos de partidas de RPG disponibilizados na plataforma YouTube. Por seu turno, Gadelha (2020) selecionou quatro esquetes do canal Porta dos Fundos no YouTube, com vistas a investigar as perturbações na execução de jogos de linguagem que causam, dentre outros comportamentos, o riso. Mais recentemente, Batista (2023) delimitou como material vídeos que acompanham o cotidiano de dois irmãos gêmeos, gravados por membros da família e disponibilizados no canal do YouTube Gemeos Ale Nanda, de modo a estudar a execução de jogos de linguagem por crianças no período de aquisição da linguagem. Revela-se, portanto, uma multiplicidade de possíveis materiais para serem analisados em um estudo ecocognitivo.

Tendo escolhido um material, cumprindo, assim, o procedimento (1), podemos partir à pré-análise, procedimento (2), em que devemos assistir ao material escolhido tantas vezes quanto for necessário para nos familiarizarmos com o seu conteúdo e levantarmos possíveis questões de interesse para a pesquisa. Conhecer o material com o qual trabalhamos é fundamental para termos mais segurança e facilidade no escrutínio dos dados. E, para montarmos o delineamento de uma pesquisa de forma mais efetiva, é indispensável que façamos a pré-análise do material em mãos, de modo a formular objetivos que possam ser satisfatoriamente cumpridos. Para realizar um estudo com o objetivo de, por exemplo, descrever metáforas sobre ciência, como fazem Rodrigues e Duque (2023), é preciso que o material analisado contenha interações em que metáforas sobre ciência são empregadas.

### **| Procedimento (3): Identificação dos jogos de linguagem**

Tendo passado pela delimitação do material (1) e pela pré-análise (2), devemos seguir aos procedimentos de identificação dos jogos de linguagem (3), de descrição dos jogos de linguagem (4) e de triagem dos fragmentos problemáticos (5), cujo empreendimento não deve se dar de maneira linear, mas, no lugar disso, iterativa. Isso quer dizer que devemos efetuar os procedimentos repetidas vezes, conforme novos jogos de linguagem forem sendo apurados.

No procedimento (3), de identificação dos jogos, devemos identificar e salvar os fragmentos do material analisado que podem ser descritos como jogos particulares. Nessa segmentação do material em unidades correspondentes aos jogos, devemos registrar o intervalo de minutagem de cada fragmento. Para assim proceder, podemos recorrer à seguinte convenção: minuto' segundos" – em que, por exemplo, 1' 38" indica um minuto e trinta e oito segundos de duração no vídeo sob análise. Digamos, pois, que identificamos um fragmento particular que se situa no intervalo entre um minuto e trinta e oito segundos e um minuto e quarenta e um segundos. Podemos registrar esse intervalo de minutagem por meio da seguinte notação: [01'38" - 01'41"].

É preciso também adotar um sistema de identificação para cada fragmento salvo, de modo que possamos recuperá-lo e referenciá-lo sem grandes dificuldades. Um sistema de enumeração que respeita uma ordem cronológica parece ser o mais conveniente. Em tal sistema, atribuímos diferentes números aos fragmentos salvos como jogos distintos, em que "jogo #01", por exemplo, identifica o primeiro fragmento, considerando o tempo de duração do material. Do mesmo modo, "jogo #02" deve referenciar o segundo fragmento, e assim por diante. No trabalho de Rodrigues (2023), os jogos #01 e #02, por exemplo,

podem ser observados, respectivamente, em [01'33" - 01'37"] e [01'38"- 01'41"], em que o segundo ocorre imediatamente após o primeiro.

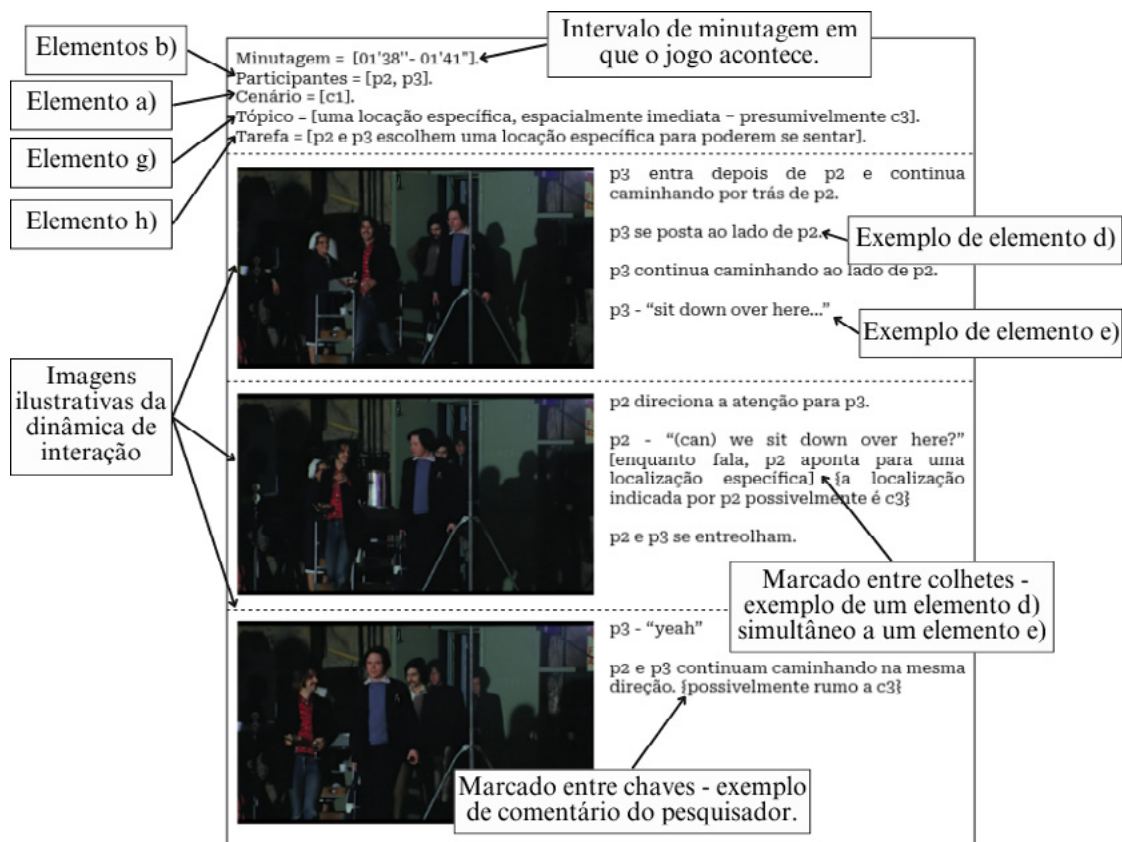
O trabalho substancial de identificar os jogos de linguagem consiste exatamente em apurar seus elementos constitutivos com base nos indexadores verbais e não verbais disponíveis. Deve ser possível, portanto, levantar os elementos diretamente identificáveis por meio da observação dos dados de imagem e de áudio. O compromisso com os indexadores se mantém para os elementos indiretamente identificáveis. Ainda que os dados disponíveis de imagem e áudio não indexem diretamente o tópico e a tarefa, é preciso ancorar-se nesses dados e nos elementos diretamente identificáveis já apurados para inferir qual é o tópico e a tarefa de um determinado jogo de linguagem. Uma análise que não se sustenta nos indexadores, ou seja, nos dados concretos ao dispor da observação, não pode ser considerada cientificamente séria.

#### **| Procedimento (4): Descrição dos jogos de linguagem**

Cada fragmento salvo como correspondente a um jogo de linguagem particular deve ser devidamente descrito como tal. Para tanto, sugerimos a confecção de blocos de descrição tais como o demonstrado na Figura 1, que corresponde ao bloco de descrição do jogo #02, retirado dos resultados de Rodrigues (2023). Cada bloco deve ser entendido como uma maneira de representar o jogo identificado em um fragmento selecionado, de sorte que a sua confecção compreende tanto a coleta quanto o tratamento dos dados, devendo ser empreendida, portanto, em conjunto à identificação dos jogos. A descrição a ser implementada por tais blocos deve ser de tal modo homogênea e sistemática que, em cada bloco elaborado, devem ser descritos, exatamente da mesma maneira, os mesmos tipos de dados, quais sejam, os elementos constitutivos do jogo correspondente ao bloco em questão. Descrever tais elementos implica naturalmente descrever seus indexadores.

Verificamos, na Figura 1, que há duas partes básicas a serem preenchidas em um bloco de descrição. Na primeira parte, acima da primeira linha pontilhada, há uma espécie de ficha básica, em que devemos listar, além do intervalo de minutagem, os seguintes elementos: os participantes jogadores (b), o cenário (a), o tópico (g) e a tarefa (h). Tratemos, então, dessa primeira parte.

**Figura 1.** Primeiro exemplo de bloco de descrição, jogo #02



**Fonte:** Rodrigues (2023, p. 97)

Vale notar que recorreremos a uma notação particular para identificar os cenários, em que esses elementos devem ser marcados pela letra c seguida de uma numeração que respeita uma ordem cronológica. Nessa notação, c1 referencia o primeiro cenário evidenciado durante o vídeo sob análise, enquanto c2 denota o segundo e assim por diante. O jogo #02 ocorre no cenário c1, por exemplo (ver Figura 1), o primeiro cenário em que ocorrem os jogos apurados por Rodrigues (2023). Mais de um jogo pode ser executado em um mesmo cenário, o que torna tal sistema de notação bastante conveniente.

Devemos lembrar, ainda, que os cenários dos jogos encontrados devem ser descritos em quadros informativos, a serem confeccionados em conjunto com os blocos de descrição dos jogos. Nesses quadros, devemos dispor todos os cenários encontrados em uma determinada análise, ou seja, todos os cenários referenciados nos blocos. Como exemplo, trazemos o Quadro 1, em que há a descrição dos cenários c1 e c2, dois dos quatro cenários em que são executados os jogos apurados no trabalho de Rodrigues (2023). Assim, o cenário c1, descrito

no Quadro 1, é o cenário em que se desenrolam não só o jogo #02, conforme está registrado no bloco na Figura 1, mas também outros jogos coletados.

Reiteramos que descrever um elemento diretamente identificável como o cenário implica descrever os seus indexadores. Por essa razão, na segunda coluna do Quadro 1, é possível atestar a descrição dos indexadores dos cenários, que correspondem basicamente a dados de imagem. Tomemos o cenário c1 como exemplo: são exatamente os dados de imagem do material estudado por Rodrigues (2023) que evidenciam que, no cenário c1, há um carrinho de lanches, uma vez que, dentre os dados de imagem disponíveis desse cenário, encontram-se imagens do próprio carrinho.

**Quadro 1.** Descrição dos Cenários c1 e c2

<b>Notação</b>	<b>Descrição</b>
c1	Uma das entradas de acesso para os estúdios Twickenham. Há um carrinho de lanches próximo às portas. Perto do carrinho, há uma senhora servindo uma espécie de bebida quente – muito provavelmente chá.
c2	Um lugar no interior dos estúdios Twickenham, em que há equipamentos de filmagem montados ao redor.

**Fonte:** Adaptado de Rodrigues (2023, p. 89)


Conforme podemos conferir, ainda na primeira parte do bloco (ver Figura 1), os jogadores também devem ser referenciados por meio de uma notação, qual seja: letra *p* seguida de uma numeração que respeita um ordenamento cronológico. Desse modo, *p2* e *p3*, que interagem no jogo #02, foram, respectivamente, o segundo jogador e o terceiro jogador identificados na análise de Rodrigues (2023). Essa notação é operacionalmente profícua, uma vez que, ao utilizá-la, podemos facilmente registrar e averiguar quais jogadores participam de mais de um dos jogos apurados em uma análise. Por exemplo, os jogadores *p2* e *p3*, participantes do jogo #02, participam também de outro jogo apurado por Rodrigues (2023), o jogo #14 (ver Figura 2).

Cumpramos ressaltar que os participantes jogadores compreendem apenas o comportamento linguístico dos indivíduos. Assim, devem ser considerados como jogadores somente aqueles indivíduos que participam da dinâmica de interação do jogo, cumprindo papéis e produzindo pistas verbais e não verbais. Exemplificamos: podemos observar, pelos dados de imagem, que há um outro indivíduo presente no mesmo ambiente físico em que se encontram os



jogadores do jogo #02 (ver Figura 1) – uma senhora que parece servir chá em um carrinho de lanches. No entanto, esse indivíduo, no jogo de linguagem em questão, não participa da interação, não sendo, portanto, descrito como um jogador desse jogo.

**Figura 2.** Segundo exemplo de bloco de descrição, jogo #14

Minutagem = [03'24" - 03'27"] Participantes = [p2, p3, p6, o2, o3]. Cenário = [c3]. Tópico = [o2]. Tarefa = [Atendendo a uma presumível solicitação de p2, p6 leva o2 para um local diferente de c3].	← elementos c)	
	p2, p3 e p6 estão sentados lado a lado. p2 tem o3 em suas mãos e o2 em seu colo. p2 entrega o2 e, logo em seguida, o3 para p6. p3 foca o olhar em o2.	← Exemplos de elementos f)
	p6 se retira de c3, levando o2 e o3 em seus braços. [o olhar de p3 acompanha o movimento de p6].	

**Fonte:** Rodrigues (2023, p. 77)

Se, em um jogo apurado, houver a participação de participantes objetos-acessórios (elemento c), é preciso que tais elementos sejam devidamente registrados nos blocos de descrição, conforme pode ser verificado na figura 2. Reparemos também que os objetos são referenciados por meio da seguinte notação: letra o seguida de uma numeração concernente a um ordenamento cronológico. Isso denota que, por exemplo, o objeto o2 aparece em um jogo anterior ao jogo em que aparece o objeto o3.

Lembremos, ainda, que os objetos devem ser devidamente descritos, para além dos blocos, em quadros informativos tais como o Quadro 2, em que dispomos a descrição dos objetos o2 e o3, presentes no jogo #14 (ver Figura 2). Interessa reiterar que empreender tal descrição requer embasamento nos indexadores à disposição.



**Quadro 2.** Descrição dos objetos o2 e o3

Notação	Descrição
o2	Buquê de flores trazido por um entregador, sendo destinado a George Harrison. Presumivelmente, havia sido enviado pelos amigos de Harrison que compõem o movimento religioso Hare Krishna.
o3	Pequeno envelope anexado ao buquê (o2). Contém uma carta.

**Fonte:** Adaptado de Rodrigues (2023, p. 93)

Tratemos, doravante, da segunda parte dos blocos de descrição, situada abaixo da primeira linha pontilhada (ver Figuras 1 e 2). Nessa parte, devemos dispor a descrição dos seguintes elementos: a dinâmica de interação (d), e as pistas verbais (e) e não verbais (f) produzidas pelos jogadores. É nessa parte que descrevemos aquilo que, digamos, acontece no jogo. Por exemplo, na dinâmica do jogo #02 (ver Figura 1), os jogadores escolhem um local em direção ao qual devem ir: o jogador p3 sugere um determinado local; o jogador p2, então, aponta para o local sugerido e pergunta se o local apontado corresponde ao sugerido, o que é, em seguida, confirmado por p3; e, por fim, os dois jogadores seguem em direção ao local em questão. E, na dinâmica do jogo #14 (ver Figura 2), por sua vez, um jogador atende uma solicitação feita por outro: p2 solicita que p6 leve o objeto o2 para um outro local, o que é atendido, então, por p6.

Além da descrição textual da dinâmica da interação, é pertinente dispor imagens na segunda parte dos blocos de descrição (ver Figuras 1 e 2), que podem ser obtidas por meio de capturas de tela. A disposição dessas imagens cumpre o propósito de ilustrar a dinâmica de interação já descrita em texto. Para tal, procedemos de modo a escolher e utilizar, em cada bloco de descrição, imagens de quadros do vídeo que ilustrem transições, ou seja, mudanças de estados. Para que possamos compreender como transições podem ser representadas, tomemos, como exemplo, o jogo #14 (ver Figura 2) – na perspectiva do jogador p6, as imagens ilustram a seguinte transição: em um estado inicial, p6 está sentado; e, em um estado final, tendo recebido um buquê (objeto o2) e estando de pé, p6 se movimenta de maneira a levar esse objeto para um outro lugar.

Para descrever os enunciados produzidos pelos jogadores, ou seja, as pistas verbais (elemento e), podemos adotar a seguinte convenção: *pn* (correspondente a um determinado jogador) seguido de um traço e do enunciado entre aspas. Por exemplo (ver Figura 1): p3 - “sit down over here...”. De acordo com esse exemplo, o jogador p3 produziu as pistas verbais “sit down over here...”. A transcrição

dos enunciados pode ser facilmente realizada com base nas normas do Projeto da Norma Urbana Culta – NURC (cf., e.g., Preti, 2009), que, além de serem amplamente conhecidas pelos linguistas brasileiros, dão conta de questões próprias da oralidade. Em Rodrigues (2023), essas normas são adotadas com algumas adaptações, visto que o seu material contém registros de enunciados produzidos por falantes da língua inglesa.

As pistas não verbais (elemento f) também precisam ser descritas. Tomemos, como exemplo, a seguinte pista não verbal explícita: no jogo #14 (ver Figura 2), o gesto de estender os braços parece significar uma solicitação – o jogador p2, por meio desse gesto, solicita que o jogador p6 leve o objeto o2 para uma outra localidade.

Conforme interagem, os jogadores podem executar ações e, ao mesmo tempo, produzir enunciados. Para descrever ações (elemento d) que ocorrem de forma simultânea a enunciados (elemento e), podemos recorrer à seguinte convenção: as ações se dispõem, entre colchetes, imediatamente adjacentes aos enunciados (ver Figuras 1 e 2). A depender do jogo sendo descrito, interessa ao pesquisador inserir comentários, de modo a contextualizar as interações e fornecer informações complementares envolvendo, por exemplo, questões históricas ou o próprio processo descritivo. Tais comentários são marcados entre chaves (ver bloco do jogo #02, na Figura 1).

## **| Critérios para a delimitação das fronteiras dos jogos de linguagem**

Na prática de identificação e de descrição dos jogos de linguagem, um problema incontornável precisa ser resolvido: como saber quando começa e quando termina uma interação? Ou, ainda, como determinar se, em um trecho do vídeo analisado, há dois jogos, e não apenas um? Ou, em outros termos, o que devemos descrever em cada bloco e quanto blocos precisamos para um determinado intervalo de minutagem de um vídeo? Trata-se do problema da delimitação das fronteiras de um jogo de linguagem.

Reconhecendo que é necessário se servir de critérios suficientemente claros e objetivos para delimitar e reconhecer as fronteiras de um jogo de linguagem, sugerimos, como solução para o referido problema, os critérios a seguir:

1. *Critério da coerência de transições*: por compor uma unidade coesa, a dinâmica de interação de um jogo precisa ser plenamente descrita em um bloco próprio. A dinâmica de interação compreende transições (mudanças

de estado). À vista disso, cada bloco deve conter, pelo menos, a descrição de uma transição completa. Como consequência disso, as ações e os enunciados descritos em um bloco têm de estar diretamente conectados. Se, por exemplo, um jogador responde a uma pergunta feita anteriormente por um outro jogador, então precisamos descrever tanto a pergunta quanto a resposta em um mesmo bloco, pois fazem parte do mesmo jogo, dado que constituem uma dinâmica coesa.

- II. *Critério da preservação dos tópicos*: um novo tópico implica um novo jogo. No desenrolar de uma interação, os jogadores orientam o seu comportamento em relação a um tópico particular. Portanto, tópicos diferentes revelam jogos diferentes, que devem ser descritos em blocos diferentes. Um novo jogo começa quando, por exemplo, jogadores param de conversar sobre filmes e passam a conversar sobre receitas de bolo.
- III. *Critério da prevalência das tarefas*: Se a tarefa muda, o jogo também muda, ainda que o tópico permaneça o mesmo. Descrever a tarefa de um jogo equivale a descrever como os jogadores orientam o seu comportamento em relação ao tópico. Trata-se de precisar o que os jogadores fazem e/ou falam sobre o tópico. É possível, pois, que jogadores realizem diferentes tarefas com um mesmo tópico. Por exemplo, uma conversa sobre o futebol brasileiro não é o mesmo que uma discussão acalorada sobre o futebol brasileiro. Assim, tarefas diferentes, ainda que envolvam o mesmo tópico, têm de ser descritas em blocos diferentes.

Aplicando os critérios (I), (II) e (III), Rodrigues (2023) conseguiu depreender que, no decorrer dos dez minutos e dois segundos do trecho selecionado de *The Beatles: Get Back*, havia 41 jogos de linguagem distintos, que deveriam ser, portanto, descritos em 41 blocos de descrição distintos. Tais critérios já se demonstraram, portanto, suficientes para fundamentar a delimitação das fronteiras dos jogos de linguagem.

## **| Procedimento (5): Triagem de fragmentos problemáticos**

À medida que analisamos um determinado material e apuramos jogos de linguagem, podemos nos deparar com trechos que impõem fragilidades ao processo descritivo, tais como a falta de correspondência entre faixas de imagem e áudio e cortes de edição abruptos. Ou, ainda, podemos encontrar trechos que simplesmente devem ser descartados por inviabilizarem a identificação e a descrição de jogos, devido à impossibilidade de se ouvir a faixa de áudio e/ou de se ver a faixa de imagem, por exemplo. É imperativo que os trechos que impõem

fragilidades ao processo descritivo e os trechos descartados em um estudo sejam registrados e explicitamente apontados nas eventuais publicações de tal estudo, com a indicação de seus correspondentes intervalos de minutagem no material audiovisual analisado.

Uma vez tendo abordado, nesta seção, o quinto e último procedimento da AJL, arrematamos a descrição de como essa técnica pode ser implementada na prática, cumprindo, assim, a sua caracterização.

## **| Considerações finais**

Neste artigo, buscamos caracterizar a técnica de Análise de Jogos de Linguagem (AJL), desenvolvida para servir aos estudos ecocognitivos no cumprimento da coleta e do tratamento de dados advindos de materiais audiovisuais. Como uma contribuição metodológica, a AJL responde à necessidade do trabalho com materiais audiovisuais na abordagem ecocognitiva da linguagem, em um cenário em que técnicas convencionais (ou suas imoderadas adaptações) não se mostraram satisfatórias.

Ao lançar mão da AJL, é possível obter um recorte de exemplares de interações linguísticas concretas, jogos de linguagem, com base nos quais podemos investigar os processos e mecanismos de construção de sentidos. Tomemos o processo de enquadramento conceptual (*framing*; Fillmore, 1982; Duque, 2018), que consiste no acesso a redes de conceitos (*frames*), por meio de pistas linguísticas, que orientam a nossa compreensão de cenas/fatos/situações do mundo sob pontos de vista particulares. No jogo #02 (ver Figura 1), conforme interação (movimentando-se conjuntamente e direcionando a atenção reciprocamente), os jogadores produzem e detectam pistas verbais (e.g., “sit down over here...”) e não verbais (gesto de apontar para o tópico do jogo), que funcionam como pontos de acesso para conceitos tais como SENTAR-SE, TRAJETÓRIA e LOCAL. Assim, da execução desse jogo e da produção/detecção das pistas, emerge a conceptualização que enquadra o tópico do jogo como um alvo para o qual os jogadores devem se direcionar, de modo a se acomodar em assentos, cumprindo satisfatoriamente, portanto, a tarefa do jogo em questão.

No decorrer deste texto, ao caracterizar AJL, procuramos explorar os seus fundamentos teóricos, articulando-os de maneira direta aos procedimentos por meio dos quais podemos implementá-la. E, de modo a demonstrar mais propriamente o passo a passo desses procedimentos na prática, recorreremos a um estudo de caso, trazendo a pesquisa de mestrado de Rodrigues (2023) como subsídio empírico. Uma vez que os jogos de linguagem possuem as

mesmas características substanciais, a implementação bem-sucedida da AJL na investigação de Rodrigues (2023) evidencia o potencial de aproveitamento dessa técnica em qualquer estudo ecocognitivo. Em vista disso, concluímos que a AJL é uma técnica de análise que atende apropriadamente à demanda metodológica da abordagem ecocognitiva da linguagem e fornece meios para a operacionalização dos estudos desenvolvidos nesse âmbito.

## | Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reta e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BATISTA, T. de S. **O desenvolvimento de jogos de linguagem em crianças pequenas: uma análise dos vlogs do canal Gemeos Ale Nanda, no YouTube**. 2023. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/53018>. Acesso em: 17 maio 2024.

DUQUE, P. H. Categorização em jogos de linguagem: uma abordagem cognitivo-ecológica. *In*: ALMEIDA, A. A. D. (org.). **A categorização em linguística cognitiva: organizando conhecimentos**. Salvador: EDUFBA, 2022a. p. 17-47.

DUQUE, P. H. Percepção, linguagem e construção de sentidos: por uma abordagem ecológica da cognição. *In*: TENUTA, A. M.; COELHO, S. M. (org.). **Uma abordagem cognitiva da linguagem: perspectivas teóricas e descritivas**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2018. p. 31-46.

DUQUE, P. H. Por uma abordagem ecológica da linguagem. **Pontos de Interrogação**, Revista de Crítica Cultural, Alagoinhas-BA: Laboratório de Edição Fábrica de Letras – UNEB, v. 5, n. 1, p. 55-78, jan./jul. 2015. DOI: <https://doi.org/10.30620/p.i.v5i1.2688>. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/pontosdeint/article/view/2688/0>. Acesso em: 17 mai. 2024.

FILLMORE, C. J. Frame semantics. *In*: LINGUISTIC SOCIETY OF KOREA. (ed.). **Linguistics in the morning calm**. Seoul: Hanshin, 1982. p.111-137. Disponível em: [https://brenocon.com/Fillmore%201982\\_2up.pdf](https://brenocon.com/Fillmore%201982_2up.pdf). Acesso em: 20 out. 2023.

GADELHA, A. P. da M. B. **Porta dos Fundos: um estudo ecológico-cognitivo do humor à beira do caos**. 2020. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/29418>. Acesso em: 17 maio 2024.

GIBSON, J. J. **The ecological approach to visual perception**. New York: Houghton Mifflin, 1979.

GLASER, B.; STRAUSS, A. L. **The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research**. London: Aldine Transaction, 1967.

GOLONKA, S.; WILSON, A. Embodied cognition is not what you think it is. **Frontiers in Psychology**, Swiss Federal Institute of Technology Lausanne, v. 4, n. 58, p. 1-13, fev. 2013. DOI: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2013.00058>. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2013.00058/full>. Acesso em: 17 maio 2024.

KRESS, G. **Multimodality: A social semiotic approach to contemporary communication**. London: Routledge, 2010.

LIMA, F. H. de. Um método de transcrições e análise de vídeos: a evolução de uma estratégia. Comunicação individual. **VII EMEM – Encontro Mineiro de Educação Matemática**, São João Del-Rei, 2015. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/373632106\\_Um\\_metodo\\_de\\_transcricoes\\_e\\_analise\\_de\\_videos\\_a\\_evolucao\\_de\\_uma\\_estrategia](https://www.researchgate.net/publication/373632106_Um_metodo_de_transcricoes_e_analise_de_videos_a_evolucao_de_uma_estrategia). Acesso em: 19 jul. 2024.

NEGREIROS, G. R. C.; DIAS, A. R. F. (org.). **O que é e o que faz a análise da conversação**. O que é e o que faz... V. 4. Natal: EDUFRN, 2023. Disponível em: [https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/54871/3/\\_Cole%C3%A7%C3%A3o%20que%20%C3%A9%20e%20o%20que%20faz%20-%20Volume%204%20-%20An%C3%A1lise%20da%20Conversa%C3%A7%C3%A3o.pdf](https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/54871/3/_Cole%C3%A7%C3%A3o%20que%20%C3%A9%20e%20o%20que%20faz%20-%20Volume%204%20-%20An%C3%A1lise%20da%20Conversa%C3%A7%C3%A3o.pdf). Acesso em: 8 out. 2024.

NORRIS, S. **Analyzing Multimodal Interaction: A Methodological Framework**. Routledge, 2011.

O'HALLORAN, K. L. Introduction. In: O'HALLORAN, K. L. (ed.). **Multimodal Discourse Analysis: Systemic-Functional Perspectives**. New York: Continuum, 2004. p. 1-7.

PART 2: Days 8–16 (Temporada única, ep.2). **The Beatles: Get Back** [Série Documental]. Direção Peter Jackson. Produção Paul McCartney, Ringo Starr, Yoko Ono Lennon, Olivia Harrison, Peter Jackson, Clare Olssen e Jonathan Clyde. United Kingdom, New Zealand e United States. Produtoras Apple Corps Ltd. e WingNut Films, 2021. Distribuição Walt Disney Studios Home Entertainment. 2021. 2 Blu-ray (173 min.), son., color.

PRETI, D. (org.). **Oralidade em textos escritos**. Projetos paralelos – NURC/SP. V.10. São Paulo: Humanitas Publicações – FFLCH/USP, 2009.

RODRIGUES, M. V. P. **A construção de sentido em interações linguísticas**: um estudo ecocognitivo. 2023. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/58369>. Acesso em: 7 jul. 2024.

RODRIGUES, M. V. P. DUQUE, Paulo H. “A minha fé é na ciência”: um estudo ecocognitivo das metáforas de ciência em um discurso negacionista. **Signo**, v. 48, n. 91, p. 69-82, jan./abr. 2023. DOI: <https://doi.org/10.17058/signo.v48i91.17885>. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/signo/article/view/17885>. Acesso em: 17 maio 2024.

RODRIGUES, M. V. P.; DUQUE, P. H.; MEDEIROS, I. S. Esquematicidade e emulação: refinando os conceitos de esquema de imagem e de metáfora primária a partir da abordagem ecológica de cognição e linguagem. **Revista (Con)Textos Linguísticos**, Vitória, v. 14, n. 29, p. 188-207, dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.47456/cl.v14i29.32329>. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/32329>. Acesso em: 17 maio 2024.

SHAPIRO, L. A. **Embodied cognition**: New Problems of Philosophy. New York: Routledge, 2010.

SILVA, E. A. da. **Integração Conceptual sob a ótica da cognição ecológica em jogos de RPG**. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Disponível em: [https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/28398?locale=pt\\_BR](https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/28398?locale=pt_BR). Acesso: 19 jul. 2024.

STEELS, L. Grounding language through evolutionary language games. *In*: STEELS, L.; HILD, M. (ed.). **Language grounding in robots**. New York: Springer, 2012.

STEELS, L. **The talking heads experiment**: origins of words and meanings. Computational Models of Language Evolution. V. 1. Berlin: Language Science Press, 2015.

TAVARES, G. da C. **Mecanismos de compreensão linguística em cegos congênitos**: uma abordagem cognitiva da construção de sentidos. 2018. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/26922>. Acesso em: 17 maio 2024.

TOMASELLO, M. **Origins of human communication**. London: The MIT Press, 2008.

VAN LEEUWEN, T. **Introducing Social Semiotics**. London: Routledge, 2005.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações filosóficas**. 2. ed. Os Pensadores. Tradução José Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

### **Como citar este trabalho:**

RODRIGUES, Marcos Victor Pires; DUQUE, Paulo Henrique. Análise de Jogos de Linguagem (AJL): uma técnica para analisar materiais audiovisuais no estudo ecocognitivo da linguagem em uso. **Revista do GEL**, v. 21, n. 2, p. 175-200, 2024. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>.

Submetido em: 26/07/2024 | Aceito em: 11/10/2024.



# ***Estou tentando sobreviver: constituição de imaginários sobre gays afegãos pela mídia jornalística no Brasil***

**Carlos Eduardo de Paula SANTOS<sup>1</sup>**

**Maraísa LOPES<sup>2</sup>**

**José Ribamar Lopes BATISTA JÚNIOR<sup>3</sup>**

---

1 Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, Piauí, Brasil;

| carloseduardodepaulasantos@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-7028-9570>

2 Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, Piauí, Brasil;

| maraisa\_lopes@uol.com.br | <https://orcid.org/0000-0001-8408-3103>

3 Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, Piauí, Brasil;

| ribas@labproducaotextual.com | <https://orcid.org/0000-0002-4777-3305>

**DOI:** <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v21i2.3702>

**Resumo:** Este estudo objetiva compreender como é constituído o imaginário sobre a população de homens *gays* afegãos pela mídia no Brasil em reportagens publicadas por diferentes agências de notícias após a tomada do Afeganistão pelo Talibã em 2021. Tendo como aporte teórico a Análise de Discurso Materialista, defendida por Pêcheux (1969) e Orlandi (2006, 2007, 2009), foram analisadas três reportagens que tiveram como tema central a condição de vida dos *gays* afegãos pós Talibã. Os resultados apontam para posições-sujeito silenciadas, mas, ainda sim, (r)existentes, que transitam entre práticas culturais ocultas e que necessitam de análises que toquem formações discursivas e imaginárias.

**Palavras-chave:** Gay afegão. Mídia no Brasil. Imaginário.

---

## ***I'm trying to survive: the construction of the imaginary about afghan gays by the brazilian journalistic media***

**Abstract:** This study aims to understand how the imaginary about the Afghan gay men population is constituted by the media in Brazil in reports published by different news agencies after the Taliban takeover of Afghanistan in 2021. Having as a theoretical contribution the Materialist Discourse Analysis, defended by Pêcheux (1969) and Orlandi (2006, 2007, 2009), three reports that had as their central theme the living conditions of gay Afghans post-Taliban were analyzed. The results point to silenced but still (r)existing subject-positions that move between hidden cultural practices and that require analyses that touch discursive and imaginary formations.

**Keywords:** Afghan gay. Media in Brazil. Imaginary.

### **| Introdução**

Este artigo tem como objetivo geral compreender como é constituído o imaginário sobre a população de homens *gays* afegãos pela mídia no Brasil em reportagens publicadas por diferentes agências de notícias após a tomada do Afeganistão pelo Talibã em 2021. Este período histórico se torna relevante, pois marca a saída dos Estados Unidos do Afeganistão e a retomada do poder pelo Talibã. Dois regimes diferentes, o primeiro mais liberal em relação à pauta de costumes e o segundo declaradamente mais rígido, o que implica duras consequências para a comunidade LGBTQIAPN+.

A sigla LGBTQIAPN+ é uma atualização do termo LGBT que vinha sendo utilizado desde 1980 e incorpora uma comunidade de pessoas que não se enquadram na chamada *heterocisnormatividade*, quais sejam: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, *Queer*, Intersexo, Assexual, Pansexual, não-binários e outros (+), e empreendem uma análise complexa, tendo em vista sua diversidade constitutiva. Levando em consideração a parte da comunidade que mais foi citada nas reportagens, este estudo se centra no imaginário sobre os homens *gays* afegãos, grupo diretamente afetado e pouco assistido.

Com base teórica na Análise de Discurso (AD), defendida por Pêcheux (2014 [1969]) e Orlandi (2006, 2007, 2009), este artigo tem por objetivos específicos: 1. Identificar as formações discursivas (FD) e o imaginário sobre a população de homens *gays* afegãos constituídos pela mídia no Brasil; 2. Analisar as condições de produção (CP) e a interdiscursividade em discursos da mídia no Brasil sobre os *gays* afegãos e 3. Observar as formas de silêncio na representação dos sujeitos *gays* afegãos pela mídia no Brasil.

O *corpus* deste estudo, em continuidade, é composto por sequências discursivas (SD) de três (3) reportagens publicadas por agências de notícias, tendo como critérios de seleção: ter sede no Brasil; ser em Língua Portuguesa e ter como temática a condição de vida da população *gay* afegã, após a tomada do poder pelo Talibã, em 2021. Nesse sentido, as reportagens selecionadas foram: 1. *Bacha Bazi: a prática do abuso sexual de meninos no Afeganistão*; 2. *Afegão gay relata terror sob regime do Talibã: “Estou tentando sobreviver”* e 3. *Prazer entre homens é prática comum entre os Talibãs*.

É importante evidenciar que a construção do *corpus* e da análise estão intimamente ligados, decidir o que faz parte do *corpus* já é decidir acerca de propriedades discursivas (Orlandi, 2009). Desse modo, as reportagens delimitaram quais as noções relevantes para a construção da análise, em um movimento de vai-e-vem entre teoria e prática analítica. É profícuo sublinhar que a mídia abordou o tema a partir de diferentes posições-sujeito que, por vezes, se unificam e se reduzem. Neste estudo, nos atemos apenas à posição-sujeito do homem *gay* afegão. Ao utilizar a preposição “no” (e não “do”) em referência ao Brasil, estamos nos referindo à mídia que tem sede no país, não necessariamente aquela que nasceu em território brasileiro.

Entendendo que o contexto de tomada de poder pelo Talibã – conhecidamente um grupo de interpretação fundamentalista do Alcorão, livro base do islamismo –, implica maiores repressões para as populações não-heteronormativas, este estudo analisou o imaginário sobre essa população, que se criam através

de posições-sujeito silenciadas, entrecruzadas por discursos de resistência, no entremeio de diferentes formações discursivas e produtoras de efeitos de sentidos díspares sobre modos alternativos de existência. Organizando essas discussões, apresentamos a seguir: os pressupostos teóricos, o contexto, as formações discursivas, as condições de produção do discurso, a análise das reportagens, as considerações finais e as referências.

## **| Nosso dispositivo teórico**

Esta pesquisa se alicerça na Análise de Discurso Materialista de base Pecheuxtiana, que nasceu nos anos 60, com a Análise Automática do Discurso (AAD). No percurso histórico da AD, diferentes noções teóricas foram desenvolvidas, como a de formações discursivas, que define “o que pode e o que deve ser dito a partir de uma posição dada numa conjuntura dada” (Haroche; Henry; Pêcheux, 2007, p. 26). As formações discursivas são a materialização na língua das formações ideológicas, que são compreendidas por Pêcheux (1995) como um conjunto complexo de elementos (da ordem ideológica) capazes de intervir como uma força em confronto com outras na conjuntura ideológica de uma determinada formação social.

Nesta pesquisa, vemos funcionar duas formações discursivas que se destacam: a islâmica e a não islâmica, o que implica entender que os discursos produzidos por islâmicos fabricarão efeitos de sentido desiguais entre os não islâmicos. É preciso assinalar também que, ao selecionar a temática, a mídia jornalística indica pautas que interessam ser apresentadas, retirando-as do silêncio e indicando a pluralidade de formações discursivas destes grupos.

As FD estão estritamente ligadas às condições de produção do discurso (CP) que podemos considerar “em sentido estrito e temos as circunstâncias de enunciação: é o contexto imediato. E se as considerarmos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico” (Orlandi, 2009, p. 30).

Courtine (2009) aponta que a origem da noção de CP é de três ordens: primeiramente, a *análise de conteúdo* praticada em psicologia social que assume explicitamente como objeto de análise as “condições de produção dos textos”; uma segunda origem seria a *sociolinguística* e tratar-se-ia de uma origem indireta, pois visa a colocar em evidência o caráter sistemático da covariância de estruturas linguísticas e sociais e, eventualmente, a estabelecer uma relação de causa e efeito, admitindo como variáveis sociológicas o estado social do emissor, o estado social do destinatário, as condições sociais da

situação de comunicação e os objetivos do pesquisador; e no texto de Z. Harris (1952), *Discourse Analysis*, se situa a terceira origem dessa noção, uma origem implícita, uma vez que o termo não aparece *ipsis litteris* no artigo, mas se encontra o termo *situação*, posto em correlação com o de discurso.

Orlandi (2009, p. 30) esclarece que as CP “empreendem fundamentalmente os sujeitos e situações. Também a memória faz parte da produção do discurso”. A memória é definida “como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente” (Orlandi, 2009, p. 31). Estas noções, em AD, nos indicam a possibilidade de análise do imaginário de diferentes populações e de como essas populações produzem sentidos sobre ser e existir, a partir de um efeito de evidência, uma ilusão referencial capaz de determinar transformações sociais e de constituir práticas (Orlandi, 1994). O imaginário é o fator histórico e ideológico, que resulta nas formas de significar, assim:

[...] embora a condição do significar seja o imaginário – do sujeito e do sentido – para a análise de discurso há real [...]. É nessa relação do imaginário com o real que podemos apreender a especificidade da materialidade do silêncio, sua opacidade, seu trabalho no processo de significação (Orlandi, 2007, p. 16).

A autora afirma ainda que está localizada neste lugar a grande contribuição da AD, de observar os modos de construção do imaginário necessário na produção dos sentidos (Orlandi, 2007). “Por não negar a eficácia material do imaginário, ela torna visíveis os processos da construção desse um que, ainda que imaginário, é necessário e nos indica os modos de existência e de relação com o múltiplo” (Orlandi, 2007, p. 18). Isso indica que os jornalistas autores das reportagens ocupam uma posição-sujeito, compreendida como a relação de identificação dada a partir de um processo de interpelação ideológica (Pêcheux, 1995), e produzem discursos e sentidos coletivos a partir de uma posição-sujeito jornalista.

Entendendo que “o analista de discurso relaciona a linguagem com sua exterioridade” (Orlandi, 2009, p. 16), eleva-se o fator histórico, o ideológico, os discursos que se atravessam e formam diferentes ordens discursivas. Essa historicidade e relação entre diferentes FD nos levam à noção de interdiscurso, que é definido como “o conjunto, o todo, à dominante, das formações discursivas. O interdiscurso é o conjunto do dizível, histórica e linguisticamente definido. [...] Pêcheux nos indica que sempre já há discurso, ou seja, que o enunciável (o dizível) já está aí e é exterior ao sujeito enunciator” (Orlandi, 2007, p. 87).

Para mais, “o interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em sua situação discursiva dada” (Orlandi, 2009, p. 24). Mas além do que pode ser dito, existe a não possibilidade de dizer, o silêncio, que também significa, “pensar o silêncio [nesse sentido] é pensar a solidão do sujeito em face dos sentidos, ou melhor, é pensar a história solitária do sujeito em face dos sentidos [...]. Todo dizer é uma relação fundamental com o não-dizer” (Orlandi, 2007, p. 48).

Orlandi (2007) organiza as diferentes formas de silêncio que se apresentam como noções à AD. A primeira forma de silêncio é o fundante, aquele que já existe nas palavras como condição de significar, a segunda forma é a política do silêncio (quando se diz ‘x’, para não se dizer ‘y’), que se divide em outras duas: o silêncio constitutivo (para dizer é preciso não dizer) e o silêncio local (quando existe uma censura de dizeres em determinados locais).

Interessa pensar, além disso, a noção de mídia, que se configura como um conjunto de diversos meios de comunicação. A mídia jornalística se desenvolve, neste contexto, com a ideia de imprensa (ocidental) institucionalizada que é engendrada por sujeitos e FD que se afetam por memórias e ideologias (Mariani, 1999). Nesse sentido, “comunicar/informar/noticiar (na imprensa) são atos resultantes de um controle exterior, vindo do Estado e do sistema jurídico por um lado, e, por outro, de um controle internalizado na própria atividade jornalística” (Mariani, 1999, p. 53). Assim, imprensa/jornalismo profissional é constituída por instituições, sujeitos e discursos.

“É mister ressaltar que os meios de comunicação, como o radiojornalismo, telejornalismo, jornalismo impresso ou jornalismo de internet (portal) exigem estratégias discursivas e abordagens distintas para persuadir e despertar sentidos no interlocutor/leitor” (Sousa, 2012, p. 929). Salienta-se, nesse sentido, que as reportagens selecionadas para esta pesquisa se organizam através de portais de internet gratuitos e de amplo alcance nacional e que podem representar o imaginário sobre os *gays* afegãos. Desse modo, expostas as noções que constituem nosso dispositivo teórico, nos lançamos à análise de nosso material.

## **| Afeganistão: religião, lei, homossexualidade e (con)tradições**

O Afeganistão é um país do Oriente Médio e juntamente com outros países, como Paquistão, Irã e Iraque, concentra a maior parte da comunidade islâmica do mundo. O Islamismo é a mais moderna das religiões abraâmicas – quando a origem é reconhecidamente em Abraão, o primeiro monoteísta –, sendo

antecedida pelo Judaísmo e pelo Cristianismo. Religiões estas que nascem do mesmo berço geográfico, cultural e teológico, que têm em comum a regência da conduta ética e moral de seus fiéis, mas seguem linhas interpretativas diferentes sobre textos sagrados (Torá, Bíblia e Alcorão).

A religião islâmica, conforme Santos (2011), nasce entre 620 e 622 d.C., com o profeta Mohammed (Maomé) e, após sua morte em 632, vai ganhando força com o fulcro do Corão, livro composto por 114 capítulos chamados de *suratas*, que foram escritos durante 23 anos tendo como esteio as falas do profeta, que foi o escolhido por Alá (Deus) para receber os ensinamentos divinos, dispendo do intermédio do anjo Gabriel – o mesmo da bíblia cristã. São chamados de muçulmanos todos aqueles que se convertem ao islamismo, que adoram somente a Alá e que têm como seu principal mensageiro o profeta Mohammed.

No que tange à organização das relações afetivas e sexuais, o Islã, de maneira geral, compreende a prática heterossexual como a natural e a homossexual como a não-natural ou o pecado. No sétimo capítulo do Alcorão, intitulado de *AL'ARAF*, existe uma referência a relações que não se caracterizam como heterossexuais, que transita pelo relato da passagem do profeta Lot pela cidade de Sodoma: “E (enviamos) Lot, que disse ao seu povo: cometeis abominação como ninguém no mundo jamais cometeu antes de vós, acercando-vos licenciosamente dos homens, em vez das mulheres. Realmente sois um povo transgressor” (Alcorão, 7:80/81).

O Talibã, nesse contexto, é um grupo tradicionalmente mais rigoroso quanto ao cumprimento da *Sharia*, que é o instrumento responsável para indicar o caminho para a verdade e a justiça, através do Corão e da *Suna*, correspondendo à própria lei islâmica, ao local que se fornece a jurisprudência, estando nos textos sagrados a legislação. O grupo, em seu discurso oficial, encara a posição-sujeito *gay*, a partir de uma leitura extrema do Corão, sendo esse o principal impacto do Talibã sobre essa minoria no Afeganistão. Freitas (2009, p. 9) faz um resumo da ascensão dos Talibãs e do que eles representam e diz:

[...] em outubro de 1994, os Talibãs tomaram Kandahar quase sem resistência. [...] Anunciaram que a missão deles era libertar o Afeganistão da liderança corrupta e criar uma sociedade conforme o islão. Simultaneamente emitiram decretos pelos quais era exigido aos homens que usassem barba, cabelo curto e turbante e às mulheres que usassem burcas. As mulheres foram igualmente proibidas de trabalhar dado que “[...] a sua responsabilidade era a de criar a próxima geração de muçulmanos.” (Marsden, 2002, p. 68). Alguns decretos baniram a música, os jogos e qualquer representação da forma humana.

Além dessa posição dos Talibãs, interessa perceber como os sujeitos se filiam a esses discursos, mas como algo escapa, e é nesse momento que há a filiação às práticas homossexuais/afetivas relatadas por autores que se inserem em diferentes posições-sujeito, inclusive dentro do Talibã. Santos (2022, p. 69) salienta que “o fato de as pessoas LGBTQ+ não se enquadrarem no padrão da heteronormatividade e cisonormatividade promove a reprovação social e a violência”, colocando-os no lugar de banimento.

Asexualidade é compreendida por Foucault (1988) como um dispositivo discursivo de poder estruturado mediante dispositivos de aliança que dizem o que é comum ou incomum, natural ou antinatural. Assim, o discurso religioso e o discurso sobre a sexualidade se imbricam. Tudo que foge à *heterocisonormatividade* e ao que é socialmente esperado deve ser perseguido, escondido e/ou eliminado. Discursos sobre o sexo como reprodução se ancoram na religião e ganham lugar no imaginário que circula a partir do discurso público e, assim, controlam e disciplinam corpos via biopoder<sup>4</sup>.

Mediante essa análise, falar de sexualidade desviante é falar também de discurso religioso como aquele que regula os comportamentos sexuais. Quando um grupo religioso ganha uma posição de governança estatal há, ainda, uma “polícia do sexo: isto é, necessidade de regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor de uma proibição” (Foucault, 1988, p. 27). Aqui os discursos de líderes religiosos-estatais em consonância com discursos públicos moldam o imaginário.

A sexualidade hierarquiza sujeitos à medida que o homem não heteronormativo passa a ser significado pelos sentidos de indecência, imoralidade, libertinagem, repugnância, do funesto etc. Este homem é considerado menor, tecnicamente inútil, descartável, sob o qual a perversidade pode incidir. Butler (2006) nos direciona às performances de masculino e feminino e dos comportamentos esperados para ambos os gêneros que, desde criança, devem performar conforme o imaginário sobre o que é ser homem ou mulher. No caso do homem islâmico afegão: casar e ter filhos.

Piazza (1991) explica que os fundamentos da fé islâmica são a crença em um único Deus (Alá) e no Corão como livro sagrado. Os cinco pilares do islamismo que orientam a prática religiosa dos muçulmanos são: a fé (*Shahada*), a oração (*Salat*), o jejum (*Sawm*), a caridade (*Zakat*) e a peregrinação à Meca (*Hajj*). O

---

<sup>4</sup> O biopoder, em relação ao que diz Foucault (1988), é uma maneira de regular a vida através de políticas, normas e práticas que influenciam aspectos como saúde, reprodução, sexualidade, mortalidade, migração, entre outros.



discurso religioso é importante, pois aponta para a análise de uma conjuntura complexa, entre sujeitos, instituições e entidades superiores. Além disso, o discurso religioso é aquele que faz ouvir a voz de Deus ou de seus enviados (profeta, pastor, padre) e que toma um ar de autoritarismo e irreversibilidade não dialógica tendo em vista que se professa em nome de Deus, sendo inquestionável (Orlandi, 1996).

A cientista da religião Keila Matos (2010) sustenta que a sociedade islâmica é complexa e que, por isso, precisa ser analisada pelo olhar de diferentes disciplinas. Entre cultura<sup>5</sup>, religião e sexualidade, a sociedade afegã é, certamente, muito mais diversa do que poderíamos descrever neste curto espaço que se apresenta apenas como índice de contextualização para que possamos conseguir entender as CP do discurso islâmico sobre a posição-sujeito do homem *gay* afegão.

## **| As formações discursivas e as condições de produção de quem noticia e de quem é a notícia**

Ao entender que “as formações discursivas são a projeção, na linguagem, das formações ideológicas” (Orlandi, 2006, p. 15), é preciso pensar que os veículos de comunicação no Brasil também se inscrevem em FD diversas. Com a insurgência de políticas de (extrema) direita no Brasil, por exemplo, as agências de notícia foram fortemente divididas entre as que se posicionam em favor de discursos defendidos pelo antigo governo Bolsonaro, e as que se mantiveram em uma posição crítica, o que corrobora o ponto de que uma pretensa neutralidade na imprensa inexistente.

Um fato interessante e que pode demonstrar essa realidade é que nenhuma reportagem sobre a comunidade *gay* afegã foi veiculada por um importante *site* de notícias do Brasil, o portal R7, da Rede Record, que pertence ao Bispo Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). O grupo Record já recebeu críticas<sup>6</sup> por silenciar temáticas LGBTQIAPN+, o que pode indicar a

---

5 Geertz (1989) entende cultura como um padrão de significados que são transmitidos historicamente, ao serem alicerçados em sistemas de ideias e símbolos, criam um *Ethos* coletivo mediante o compartilhamento de saberes.

6 Santos (2013) faz uma análise de uma reportagem que foi veiculada inicialmente no programa Domingo Espetacular da Rede Record criticando a exibição da série “O canto da Sereia” produzida pela Rede Globo com argumentos de que a série faz ‘apologia’ ao Candomblé, à bissexualidade e a preceitos não cristãos. Em referência ao campo jornalístico da emissora, Santos (2013, p. 71) afirma que “o artigo 6º do [Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros] diz que é dever do jornalista ‘combater a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, econômicos, políticos, religiosos, de gênero, raciais, de orientação sexual, condição física ou mental, ou de qualquer outra natureza’. O que a matéria da Record faz é exatamente o contrário”. O trecho referido serve para indicar como a FD religiosa atravessa a grupo midiático enquanto instituição jornalística.

filiação a uma FD dita conservadora, já institucionalizadas. Mariani (1999, p. 49) afirma que “uma instituição, ao constituir-se, encontra-se regulada por uma formação discursiva dominante, na qual se configuram as fronteiras sempre móveis da produção de sentidos”.

Fatima e Mariani (2017), no artigo intitulado “Corpos inatingíveis: uma análise do discurso da mídia religiosa sobre os corpos não-heterossexuais”, fazem uma análise sobre como o *Jornal Folha Universal* – da IURD – representa os *corpos desviados*, ou não-heterossexuais. No estudo, afirma-se: “o lugar da homossexualidade, por exemplo, nessa narrativa, é um não-lugar. As sexualidades desviantes não fazem sentido nessa discursividade, pois através delas não há procriação” (Fatima; Mariani, 2017, p. 5).

Conforme Orlandi (2009, p. 43), a leitura não é transparente, “as palavras não têm sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem. As formações discursivas, por sua vez, representam, no discurso as formações ideológicas”, assim, o discurso é socio-histórico, é efeito de sentido entre locutores.

Ao veicular reportagens sobre *gays* afegãos, as agências de notícias selecionadas, compostas por jornalistas profissionais, tiram do silêncio essa posição-sujeito. Isso significa que as agências se filiam a formações ideológicas que assumem a relevância dos direitos humanos, mas, também, que selecionam pautas com base naquilo que os leitores consomem, numa relação direta com os nichos de mercado. Entendendo que as FD limitam o que pode e o que não pode ser dito, ambas as instâncias significam, tanto os discursos quanto os silêncios por eles atravessados.

Além disso, é importante dizer que “o sentido não está (alocado) em lugar nenhum, mas se produz nas relações: dos sujeitos, dos sentidos, e isso só é possível, já que sujeito e sentido se constituem mutuamente, pela sua inscrição no jogo de múltiplas formações discursivas” (Orlandi, 2007, p. 20). Isso significa apontar que não somente no Brasil existem formações discursivas diferentes, no Afeganistão também. Os sunitas e os xiitas, por exemplo, compõem duas comunidades que apresentam interpretações diferentes do Alcorão e que, portanto, se localizam em FI que se materializam em FD diferentes.

É preciso considerar o momento histórico que a publicação se realiza, marcadamente após a tomada de poder pelo Talibã no Afeganistão. O Talibã ficou famoso em 1996, quando expulsou definitivamente os soviéticos do Afeganistão, por uma questão predominantemente religiosa e, posteriormente,

entrou em conflito com os Estados Unidos, envolvendo-se no atentado de 11 de setembro de 2001, em que foram mortos mais de três mil civis nas torres gêmeas em *New York*. No mesmo ano, os Estados Unidos declararam guerra ao Afeganistão e os Talibãs foram mortos ou ficaram refugiados nas montanhas.

Após 20 anos, em 2021, os americanos saíram do país e os Talibãs colocaram-se como líderes, conquistando novamente o Afeganistão. Conforme análise, no Afeganistão não existe a possibilidade de significação de uma existência fora do padrão estabelecido pela lei islâmica. Assim, existe pouca brecha para a existência do *gay* afeminado assumido que tem uma relação homoafetiva e que decide não se casar com uma mulher e ter filhos.

Dessa maneira, o limite da existência do *gay* afegão é o limite do silêncio. Não se diz que homens são *gays* abertamente, diz-se que eles “brincam entre meninos” ou que “tem prazer entre homens”. Há uma ordem de apagamento da palavra “*gay*” porque a FD não permite essa expressão. Proíbem-se certas palavras para que sentidos sejam proibidos, para que uma posição-sujeito seja ocultada e invalidada. O silêncio produz a marginalização, mas não a inexistência de homens *gays* afegãos, assim “o sujeito e o sentido se constituem ao mesmo tempo, ao se proceder desse modo se proíbe ao sujeito ocupar certos ‘lugares’, ou melhor, proíbem-se certas ‘posições’ do sujeito” (Orlandi, 2007, p. 76).

Ao afirmar que “o sujeito na análise de discurso não é o sujeito empírico, mas a posição-sujeito projetada no discurso” (Orlandi, 2006, p. 15), a autora destaca a necessidade de análise das diferentes posições-sujeito envolvidas nas reportagens. A primeira posição-sujeito é a de quem produz a notícia (autor). A segunda posição-sujeito é a de quem recebe a mensagem (leitor), sendo importante sublinhar que, por ser de âmbito nacional, existe uma enorme heterogeneidade nesse leitor. O que os une é, sobretudo, a nacionalidade, a língua, as condições de recepção desse discurso.

Uma questão que precisa ser referida é que o Brasil, como boa parte do mundo, dispõe de uma comunidade islâmica, de brasileiros que se converteram ao islamismo e muçulmanos imigrantes, inclusive parte da comunidade *gay*. Para analisar as CP da notícia é preciso pensar no contexto imediato correspondente ao sujeito autor da notícia e em seu interlocutor imediato, ou seja, para quem se produz a notícia: o leitor.

Nesse sentido, os *sites* em que as reportagens estão veiculadas têm sede no Brasil e estas foram publicadas (ou traduzidas) por jornalistas brasileiros, para o público brasileiro. Nesse contexto, importa entender que, embora laico, o Brasil

é um país hegemonicamente cristão e, nesse sentido, produz um imaginário sobre ser *gay* e coloca em funcionamento esse imaginário.

Estatisticamente, o Brasil é o país que mais mata a população *gay* em todo o mundo. Todavia, na contramão desta violência, grupos militantes vêm combatendo o discurso homofóbico em diversos movimentos políticos e sociais de resistência, que resultaram em avanços para esta comunidade no país, como a legalização do casamento *gay*. Isso indica que esta sociedade dispõe de CP, FD e FI específicas, que produzem memórias, discursos e o imaginário. Todos estes fatores acarretam memórias e formas de significar diferentes sobre a existência da comunidade *gay*.

Na seção *Entendendo o Afeganistão: religião, lei, homossexualidade e (con) tradições*, já foi realizada uma análise breve sobre as CP de ser um homem *gay* no Afeganistão. Para mais, importa reforçar que não existe uma unidade no discurso sobre ser homoafetivo/sexual, ao contrário, percebem-se contradições e interpretações diversas sobre o tema, por isso, nos ativemos às interpretações que se vinculam ao Talibã em 2021. Essa análise se faz necessária para entender a conjuntura na qual os discursos de *gays* afegãos foram construídos e como eles se engendram aos relatos sobre práticas homossexuais e/ou homoafetivas entre os Talibãs.

## **| Análise da reportagem um (1): “*Bacha Bazi*: a prática do abuso sexual de meninos no Afeganistão”**

A primeira reportagem analisada neste estudo foi publicada no dia 22 de agosto de 2021, logo após a evasão americana do Afeganistão. A agência de notícias de veiculação se intitula Metrôpoles, um jornal *online* brasileiro fundado em 8 de setembro de 2015, de acesso gratuito e com equipe de quase 200 profissionais baseados em Brasília, o veículo tornou-se a fonte de informação mais acessada do Distrito Federal, estando entre os 10 maiores *sites* de notícia do país.

A seção em que foi veiculada a reportagem intitula-se *Guia Gay* e está destinada a fornecer “sugestões de turismo, entretenimento, moda e cultura de todos os gostos para o público *gay*” (Metrôpoles, 2021). As condições de distribuição da mensagem são muito importantes por revelarem a qual público estão destinadas essas reportagens. Este é o contexto imediato das CP de quem dá a notícia. O que nos dá base para analisar a primeira sequência discursiva, que diz:

SD1: “Famílias pobres vendem jovens para serem vestidos de mulher e estuprados por homens poderosos. Há uma semana o grupo extremista

Tabilã retomou o controle do Afeganistão e a violência com que *gays* são tratados por lá voltou a ser notícia no mundo. O fato deu visibilidade inclusive à prática desumana do “Bacha Bazi” (ou “brincadeira com garotos”). Trata-se o sequestro, estupro e escravização de crianças e adolescentes *gays* e héteros por homens, sobretudo, ricos ou de alta patente militar” (Metrópolis, 2021).

O primeiro fator a ser observado é de que “todo dizer é ideologicamente marcado. É na língua que a ideologia se materializa. Nas palavras dos sujeitos [...] o discurso é o lugar do trabalho da língua e da ideologia” (Orlandi, 2009, p. 38). Na FD a partir da qual se produz o discurso do *Bacha Bazi*, existem modos de viver que são diferentes dos praticados no Ocidente e que produzem sentidos díspares. Ao nomear o *Bacha Bazi* como “sequestro”, “estupro”, “escravização”, os jornalistas produzem sentidos diferentes<sup>7</sup> dos originalmente propostos pelos afegãos e que manifestam ideologias contrárias à prática.

Em seguida, para reforçar sua posição contrária, a reportagem cita o documentário *The Dancing Boys of Afghanistan* (2010), que mostra a chamada “dança de garotos”, em que crianças e adolescentes são postos para se exibirem, vestidos de mulher e maquiados, para grupos de homens. Essa prática é relativamente comum e costuma reunir dezenas de homens ao redor de uma criança ou adolescente para aliciamento. Apesar de essa ser uma atividade ilegal no país desde 2017, é pouco punida, pois existe uma cultura de silêncio que se justifica pela necessidade de prazer masculino (Essar, 2021). Essar (2021, p. 119, tradução própria) indica que conforme dados da Afghanistan Independent Human Rights Committee (AIHRC), até 2014, “25% dos perpetradores de Bacha Bazi tinham entre idades de 21-30 anos, 28% entre 31 e 40 anos e outros 28% entre 41 e 40 anos. 50 anos (AIHRC, 2014). O analfabetismo era comum entre os perpetradores e 78% deles eram casados”.

Uma sequência discursiva muito impactante para compreender esta lógica de abusos está no documentário *This is What Winning Looks Like* (2013) e foi proferida por um general do exército Afegão, quando foi questionado sobre as relações sexuais dos soldados com crianças, ele diz, em referência aos soldados: SD2 – “Se eles não fodem os traseiros daqueles meninos, o que eles devem foder? As bucetas das próprias avós?”. Esse tipo de comportamento não pode ser confundido com relações consensuais entre dois homens adultos (Essar, 2021).

---

<sup>7</sup> Isso significa que existe um olhar estrangeiro, do outro, do Brasil sobre o Afeganistão ou do Ocidente para o Oriente. Desse modo, “o ponto de vista cria o objeto’, ou, ainda, [...] há diferentes visões e todas essas visões constroem discursivamente o objeto do qual falamos” (França, 2017, p. 86).

Essa frase apresenta-se como uma justificativa, uma memória sobre essa prática, um interdiscurso, e remonta à posição de afastamento e castidade entre homens e mulheres afegãos, em que homens só têm contato com mulheres após o casamento e justificam essa postura pedófila (nos termos da reportagem) pela “necessidade masculina” de atividade sexual, fornecendo um indício de que “o sujeito ao significar se significa” (Orlandi, 2009, p. 37). Existem dois discursos que convergem: o de respeito à religião islâmica, que condena toda a atividade sexual fora do casamento e o de necessidade sexual masculina, que se reveste por um discurso machista.

É fundamental dizer que essas práticas não são hegemônicas, nem autorizadas, elas existem de forma controversa e marcadas por diferentes formas de silêncio. A primeira forma de silêncio, muito marcante, é o silêncio fundante que “é aquele que existe nas palavras, que significa o não-dito e que dá espaço de recuo significativo, produzindo as condições para significar” (Orlandi, 2007, p. 24).

A expressão *Bacha Bazi*, por exemplo, pode ser entendida como um modo de significar um conjunto de práticas que são silenciadas. Ao nomear a atitude como brincadeira e não como violência, esconde-se o estupro, a escravização, esconde-se a pedofilia. Isso nos indica que “todo dizer é uma relação fundamental com o não-dizer” (Orlandi, 2007, p. 12), mascara-se toda uma violência em uma palavra.

Percebe-se um entrelaçamento das formas de silêncio. Nesse sentido, ao se dizer *Bacha Bazi*, “se obriga a dizer ‘x’ para não dizer ‘y’” (Orlandi, 2007, p. 81), o que caracteriza uma política do silêncio. Interpreta-se que parte do povo afegão exerce uma cultura que, aparentemente, pune o homem *gay* assumido e que não pretende exercer outra forma de sexualidade que não a heterossexual, mas, ao mesmo tempo é permissiva, ou faz vista grossa, a atividades sexuais secretas que sejam manifestadas em condições privativas, que não exponham estes homens à sociedade conservadora.

A reportagem sugere que o Alcorão define as formas de se comportar socialmente. Que homens devem se casar com mulheres e terem filhos, não seguir esse caminho é sair do caminho que Alá traçou, essa é a forma hegemônica de existência, outras formas serão sempre marginais.

Importa destacar que, ao dizer que só pode existir um modelo de sexualidade (x = heterossexual) e não dizer a possibilidade de existência de outros modos de sexualidade (y = LGBTQIAPN+), apagam-se outras formas de existir. Tanto

a brincadeira com meninos quanto o prazer entre homens (como veremos a seguir) refletem uma política linguística de apagamentos e silenciamentos sobre outras formas de existência e de significação humana. Desse modo, o silêncio constitutivo se apresenta, pois “indica que para dizer é preciso não-dizer (uma palavra apaga necessariamente ‘outras’ palavras)” (Orlandi, 2007, p. 24).

Além disso, outra forma de silêncio evidente nessa conjuntura é o silêncio local que, conforme Orlandi (2007, p. 24), “se refere à censura propriamente (aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura”. Fica posto que, se um afegão disser “eu sou *gay*”, ele deverá sofrer, na conjuntura afegã atual, consequências tão arrebatadoras que não se torna uma escolha exercer esse tipo de sexualidade. É neste sentido que o silêncio local se exerce, na impossibilidade de manifestação linguística de uma posição-sujeito que precisa se velar para existir, e existe, mesmo às margens.

Sublinha-se que esta análise não se pretende uniformizadora de toda uma sociedade, evidenciando-se apenas como as sexualidades de diferentes grupos afegãos se realizam. Essa prática existe e precisa ser analisada, mas isso não significa dizer que todo homem afegão, seja ele hétero, *gay* ou bissexual é adepto do *Bacha Bazi*. Deve-se apontar que há um imaginário sobre as práticas sexuais masculinas e que o *Bacha Bazi* é uma das produções discursivas que circulam nesse imaginário, mas não se reduz a ele.

Igualmente, é importante lembrar que a pedofilia (nos termos da reportagem) não se exerce apenas com meninos, as meninas afegãs são obrigadas a casar, muitas vezes, com menos de dez anos de idade. O *Bacha Bazi* é um traço de uma CP que naturaliza o crescimento precoce de crianças e que, nesse sentido, as violenta, humilha e silencia. Destaca-se, em relação às reportagens, que é perigoso vincular esta prática violenta à condição homossexual, o que pode produzir ainda mais preconceito, seja homofóbico ou islamofóbico.

Essa compra, aluguel, escravização, para parte dos afegãos é um símbolo de ostentação, significa que o escravizador é um homem de poder. Alguns homens que exercem poder de chefia, como generais do exército, por vezes, realizam essas “compras”, naturalizando essa atividade sexual pedófila, nos termos da reportagem. Essa leitura é possível a partir de uma FD/FI diferente dos praticantes do *Bacha Bazi*, – como o general afegão supracitado – o que nos faz produzir efeitos de sentido outros.



## **| Análise da reportagem dois (2): Afegão gay relata terror sob regime do Talibã: “Estou tentando sobreviver”**

Inaugurado em 15 de março de 2020, a CNN Brasil é uma filial do canal de televisão por assinatura americano *Cable News Network* – CNN, fundado em 1980. Em tradução para o Português, o nome do canal significa Rede de Notícias a Cabo, o que é importante por ser a primeira rede de notícias norte-americana com programação inteiramente voltada para o jornalismo profissional que, atualmente, se expande em diferentes veículos de notícia. A publicação foi escrita, originalmente em Inglês, por Faith Karimi, editora de redação da CNN Digital, e traduzida e publicada no canal da CNN Brasil em 10 de outubro de 2021.

A reportagem se constitui em forma de um relato de experiência, através de conversas por aplicativos de mensagens, na qual um homem *gay* afegão, com o apoio de ativistas dos direitos LGBTQIAPN+, se esconde e tenta fugir do Afeganistão após a tomada de poder pelo Talibã. A fuga se dá pelo medo do homem de ser assassinado pelo grupo radical. Nesse sentido, na sequência discursiva três (SD3), diz-se que:

SD3: “eles vão nos decapitar ou nos matar da maneira mais brutal”, disse o irmão mais velho à CNN. “Eles são mestres nisso.” [...] Para proteger sua segurança, a CNN está identificando-o apenas como Ahmed – não com seu nome verdadeiro. [...] Os dias no porão se transformaram em semanas cheias de medo e isolamento (CNN, 2021).

Na SD3, é fundamental que algumas questões sejam analisadas. Ao trazer um discurso direto, do *gay* afegão falando sobre o que é ser *gay* no Afeganistão sob o comando do Talibã, a reportagem busca trazer credibilidade ao relato. O relato do homem *gay* afegão se apresenta como um argumento de autoridade sobre esta posição-sujeito, assim, “ao falar o sujeito se divide: as suas falas são também as palavras dos outros” (Orlandi, 2007, p. 78).

Além disso, ao observarmos esse dizer, importa perceber, conforme indica Orlandi (2007, p. 34), que “um homem em silêncio é um homem sem sentido. Então o homem abre mão do risco de significação da sua ameaça e se preenche: fala”, mesmo que esse preenchimento signifique um risco de ser apanhado ou morto. Sair do silêncio significa sair de um não-ser para ocupar um espaço em um discurso.

As memórias, portanto, começam a construir um imaginário no entremeio de FD ocidentais e orientais que significam o homem *gay* neste local, mesmo que este



homem não seja identificado, ele retoma uma memória do imaginário ocidental, que não se sabe a origem tendo em vista que “no domínio da memória ressoa uma voz sem nome” (Orlandi, 2007, p. 88). Existem memórias que materializam interdiscursos sobre as violências sofridas por essas comunidades com o avanço do Talibã.

Ao escolher falar sobre o tema do ponto de vista de quem sofre retaliações, em um espaço que estava em silêncio, toma-se uma posição revestida de ideologia. Ao optar pela fala, pelo pedido de socorro, mesmo que com uma identidade não revelada, existe um discurso de resistência dessa comunidade, esse modo de discursivizar “é uma forma de sair do silêncio definido pela censura e que significa sua falta de liberdade de agir sobre o real, resultando na impossibilidade de criticar, de discordar, em suma, na impossibilidade de dizer certos sentidos” (Orlandi, 2007, p. 82).

Existe uma diferença entre os discursos de resistência que são proferidos dentro e fora do Afeganistão. Os afegãos refugiados falam e se posicionam de modo mais aberto, se identificando, pois estão sob outras CP que possibilitam essa postura. Mas, independentemente das condições imediatas de produção discursiva, existem sequências discursivas constitutivas de uma identidade coletiva em que um dizer puxa outros<sup>8</sup>.

Ao não identificar este homem, a reportagem dá o tom de perigo que ele corre. Marca-se a maior restrição à existência da comunidade *gay* no Afeganistão, e caso estes homens se manifestem podem ser mortos (“*eles vão nos decapitar ou nos matar da maneira mais brutal*”). É importante destacar que, para a análise de discurso, o termo posição-sujeito marca o sujeito e sua experiência na relação com o múltiplo, com posições-sujeito semelhantes e diferentes, ou seja, o discurso está na relação entre interlocutores e suas FD, dessa maneira, é desenhado o imaginário e são (re)atualizadas memórias sobre ser *gay* afegão pós-Talibã, pela mídia no Brasil.

Para Pêcheux (1969, p. 79), “é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência discursiva fechada em si mesma, mas que é necessário retirá-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção”. Nesse sentido, ao analisarmos o discurso do homem *gay* afegão sobre ser *gay* no Afeganistão, é preciso que sejam relacionados fatores como historicidade e exterioridade. Nessa articulação, ao

---

<sup>8</sup> Entendendo que “não há uma essência do sentido. Ele é sempre uma relação que tem a ver com o conjunto de formações discursivas” (Orlandi, 2006, p. 18).

dizer que pode ser morto de maneira brutal faz-se referência à aplicação da *sharia* e à memória sobre o tratamento do Talibã com os gays.

Além disso, a posição (empírica) deste sujeito é simbólica e também significa. Ao afirmar que se esconde no porão, que precisa ficar em silêncio, em um local escuro, sem ser visto ou lembrado, este sujeito constrói um imaginário sobre a posição de não visibilidade de toda uma comunidade, que precisa ser colocada em uma condição física e imaginária de inferioridade, do que não serve, que não pode circular. Metaforicamente, este porão pode simbolizar o espaço mental onde estão guardados pensamentos e recordações que se quer esconder. Assim, tomar esse discurso como formulado por uma posição-sujeito *gay* afegão nos permite compreender a representação de toda uma comunidade que se insere nestas mesmas condições sub-humanas de sobrevivência.

Em conformidade a isso, Pêcheux (1969, p. 77) afirma que “um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas”. Nesse sentido, as sequências discursivas devem ser observadas conforme as CP como, por exemplo, do repórter estrangeiro que fala sobre algo. Na SD4, é interessante perceber o imaginário ocidental criado sobre o Talibã através das minorias afegãs. Como vimos anteriormente, o Talibã esteve relacionado a atentados terroristas e exerce uma interpretação fundamentalista do Corão. Existe um interdiscurso que produz uma memória sobre a postura do Talibã perante esses grupos, como é possível observar a seguir.

SD4: Às vezes, Ahmed se sentia tão desesperado que pensava em suicídio. [...] Era o início de agosto. O recém-encorajado Talibã estava assumindo o controle de cidades em todo o Afeganistão, e Ahmed podia sentir o terror no ar. [...] Em declarações públicas em julho, um juiz do Talibã disse que havia apenas duas punições para a homossexualidade – apedrejamento ou ser esmagado sob um muro derrubado.

Na primeira sentença da SD4, a repórter relata que Ahmed pensa em suicídio, sendo estes pensamentos o impacto sobre o tratamento do Talibã para com o grupo, constroem-se, dessa maneira, duas significações no imaginário. A primeira se refere aos impactos negativos que o grupo radical causa, que repercutem em diferentes instâncias, sejam políticas, jurídicas, físicas ou emocionais. A segunda é sobre essa posição-sujeito *gay* que sofre tanto ao ponto de preferir morrer a continuar vivendo nessa situação. Os discursos desenham o imaginário de horror, brutalidade, desumanidade e quebra dos Direitos Humanos vinculados ao Talibã e de sofrimento, medo e resistência, vinculados às minorias afetivas/sexuais.

Sobre o imaginário – que se forma através de CP, FD e interdiscursos –, fica perceptível na materialidade linguística a marcação de um campo semântico relacionado à/ao “morte”, “medo”, “isolamento”, “desesperado”, “suicídio”, “assassinato”, “terror”, “apedrejamento” e “esmagado”. Assim, “todo discurso já é uma fala que fala com outras palavras, através de outras palavras” (Orlandi, 2007, p. 15), ao selecionar estas palavras, o sujeito na posição de jornalista, e diante da condição de produção do discurso no jornalismo, se filia a um ponto de vista contrário ao Talibã e às sociedades que oprimem a população *gay*.

### **| Análise da reportagem três (3): “Prazer entre homens é prática comum entre os Talibãs”**

A terceira e última reportagem a ser analisada neste estudo foi publicada pelo portal de notícias Uol (Universo Online), no dia 26 de agosto de 2021, pela jornalista Cristiane Ramalho. A empresa foi pioneira nas notícias *online* no país e é uma das cinco companhias que fazem parte do conglomerado de notícias do Grupo Folha. A reportagem se desenrola em modo de entrevista realizada com o jornalista, escritor e analista internacional da CNN Brasil, Lourival Sant’Anna, que mergulhou no universo do Talibã no Afeganistão com a publicação de vários livros sobre a temática.

Sendo uma autoridade no assunto, a voz de Lourival é trazida no sentido de falar a partir de uma posição-sujeito especialista, que vivencia e que pesquisa sobre o Talibã, sobre o Afeganistão e seus contornos culturais. Ao falar do funcionamento do Talibã enquanto organização, o jornalista manifesta uma série imaginária sobre a constituição desta instituição nesta sociedade.

SD5: “A mulher tem um papel de geração e criação dos filhos. Mas não existe afinidade entre marido e mulher. Afinidade é entre os homens.”  
“Nessas escolas – Talibã significa estudante –, eles ficavam separados das meninas, num ambiente dominado pela relação homossexual entre os professores e os alunos, algo que também é tradicional, sobretudo nas regiões mais isoladas do sul do Afeganistão, em que o prazer muitas vezes acontece entre homens adultos e adolescentes, meninos”.

Antes de falar da posição dos homens, o pesquisador fala sobre a posição da mulher nessa sociedade. Ele afirma que a mulher assume um papel de criação e geração de filhos. Essa afirmação precisa ser pensada na conjuntura do Talibã e, ainda assim, de modo não generalizante. Os Talibãs compõem uma pequena parcela da sociedade afegã, que é, certamente, bem mais complexa. Pode ser perigoso determinar que a mulher tem a função única de gerar e criar filhos.

Certamente, conforme o Corão, essas são funções muito importantes para as mulheres, mas que vêm sendo expandidas por elas, fazendo mudar aquilo que o Talibã diz, permitindo que parte das mulheres frequentem universidades em um movimento de resistência a esse discurso.

Pode ser temerária, também, há a generalização de que só existe afinidade entre os homens. Talvez seja interessante pensar que existe “afinidade” entre homens, afinidade essa que passeia por diferentes instâncias como as afetivas e as sexuais, mas que pode existir também entre homens e mulheres: generalizar, nesse contexto, é sempre fechar a possibilidade de sentidos outros. A reportagem não especifica o que seria e como se dá essa afinidade, mas em seguida dá destaque às relações de “prazer entre homens”. Ainda na SD5, o jornalista conta a história de constituição do Talibã e de como essas relações sexuais começaram a ser uma prática cultural constituída através do silêncio.

Ao afirmar que existiam relações sexuais entre homens adultos e entre homens adultos e adolescentes, o entrevistado remete aos primórdios do *Bacha Bazi* e de como a justificativa para a realização dessa prática é atravessada por memórias, histórias, interdiscursos. Os homens, ao se afastarem das mulheres e ficarem isolados até a hora do casamento, se veem autorizados a exercer atividades sexuais entre si tendo em vista que existe um discurso sobre uma necessidade masculina de praticar atos sexuais.

Essa é uma tradição e uma contradição muito clara do Talibã, mas que passa pelo imaginário sobre o que é ser homossexual em CP e FD diferentes. Para nós, ocidentais, o conceito de homossexualidade é diferente do conceito empreendido pelos afegãos, em especial para os Talibãs. Para eles, ser homossexual é um pecado que acarreta não casar e ter filhos com uma mulher. Para nós, ser homossexual/afetivo consiste na prática de atividades sexuais/afetivas entre pessoas do mesmo gênero. Esses diferentes sentidos produzidos podem ser vistos na sequência discursiva a seguir.

SD6: [...] isso não é chamado de homossexualidade – sou eu que estou chamando. Eu até evito essa palavra, eu tento falar mais “o prazer entre os homens”. Porque eles não veem dessa forma. Como eles são casados, e têm filhos, na sua própria visão eles não são homossexuais. Eles não cometem, assim, esse “pecado”. Porque eles consideram que não se casar, não ter filhos, é um pecado, e é proibido pelo islã. Mas como eles cumprem essa “obrigação religiosa”, digamos, não se veem como homossexuais. Aliás, eles punem, castigam duramente os homossexuais. E como explicar essa perseguição contra a comunidade LGBTQ? Não

seria uma contradição? Sim, mas eles não veem dessa forma. Primeiro, porque dificilmente eles falam sobre isso. Eles apenas praticam, em silêncio. Não diria que chega a ser um tabu, porque eles flertam com os homens, são explicitamente sedutores.

Nesta sequência discursiva, a posição-sujeito jornalista ganha destaque. Mais que isso, a posição jornalista, especialista e pesquisador do assunto é sublinhada no sentido de fornecer argumentos de autoridade sobre como são as práticas sexuais e afetivas de homens no Afeganistão. O jornalista deixa claro que a homossexualidade é um conceito ocidental para as atividades sexuais praticadas pelos afegãos; isso implica considerar que estes discursos precisam ser pensados dentro de diferentes FD para que possam gerar efeitos de sentidos não unificadores e que nos façam compreender diferenças culturais.

É preciso refletir, também, sobre a abertura que o jornalista oferece para a discussão do termo homossexualidade. Apesar de usar o termo homossexualidade, que pode ser entendido apenas como a condição do homem que faz sexo casual com outros homens, “prazer entre homens”, o jornalista fornece indícios de vínculos emocionais entre estes homens (“afinidade”), o que nos leva à ideia de homoafetividade. Contudo, ambas as atividades, sexuais e afetivas, se exercem no/pelo silêncio. Desse modo, é sugestionado o imaginário sobre ser homem *gay* afegão, que significa estar no silêncio, em suas diferentes facetas.

Novamente observa-se um atravessamento das formas de silêncio. Ao dizer “prazer entre homens” deixa-se de dizer homossexualidade, um movimento do silêncio constitutivo, bem como do silêncio local, quando em uma determinada CP são proibidos determinados dizeres, logo, “o silêncio faz parte da constituição do sujeito e do sentido” (Orlandi, 2007, p. 87).

A autora afirma, similarmente, que “o silêncio não fala. O silêncio é. Ele significa. Ou melhor: no silêncio o sentido é” (Orlandi, 2007, p. 31), o que indica que a análise do silêncio passa pela análise das possibilidades de significar no entremeio de CP, FD, interdiscursos e memórias. O sentido se produz através do imaginário e vice-versa. Imaginário e sentido se constituem mutuamente.

## **| Considerações finais**

Este artigo objetivou compreender como se constitui o imaginário sobre a comunidade de homens *gays* afegãos pela mídia no Brasil em reportagens publicadas por diferentes agências de notícias após a tomada do Afeganistão pelo Talibã em 2021. Em vista disso, foram analisadas três (3) reportagens

publicadas por importantes agências de notícias no Brasil, sob a perspectiva teórica da Análise de Discurso Materialista.

Ao analisarmos as FD, foi possível perceber que o ponto de vista define o objeto e que, nesse sentido, diferentes FD e FI determinam o que pode e o que não pode ser dito e, portanto, o que pode ou não existir. No que concerne às reportagens analisadas, sublinha-se a importância de analisar o que pode e o que não pode ser noticiado em determinadas agências de notícia, como destacamos sobre a Rede Record e, sendo noticiado, quais discursos são sublinhados sobre essa população.

Ao analisarmos as formações discursivas das populações não islâmicas, marcadamente a brasileira, destacamos os escapes de sentido possíveis que se fazem através da leitura estrangeira, que precisa ser observada no sentido de não disseminar preconceitos como homofobia e islamofobia. Ao analisarmos o *Bacha Bazi*, percebeu-se a necessidade de demarcar a sua não hegemonia nessa sociedade e, também, de analisar a sua ocorrência como prática que desumaniza, humilha e escraviza.

Nesse ínterim, destaca-se a relevância das reportagens e da imprensa diversificada em FI e FD no sentido de quebra do silêncio dessas temáticas no contexto afegão. Analisar as CP passa por compreender uma lógica discursiva que é diferente e que por esse motivo faz significar de modos diferentes. Com efeito, foi possível observar que a interdiscursividade é fator que atravessa diferentes conjunturas e que corrobora a produção de discursos da mídia no Brasil sobre a população *gay* afegã, mas também, produzem discursos do afegão sobre o *gay* e do *gay* afegão sobre ele mesmo, afetando e sendo afetado por diferentes posições-sujeito. Existem discursos que estão constantemente em disputa e que são essenciais para que se compreendam as possibilidades de efeitos de sentido sobre ser e (r)existir nessas condições.

Fator muito marcante nas análises reside nas formas do silêncio que atravessam o imaginário sobre sujeitos *gays* afegãos da/na mídia no Brasil. A mídia, por sua vez, em sua busca por legitimidade, traz discursos diretos de *gays* afegãos que demonstraram o funcionamento do silêncio fundante, a política do silêncio, o silêncio constitutivo e o silêncio local como articuladores de uma maneira de subsistir. Nesse sentido, constata-se que a posição-sujeito *gay* afegão só pode existir em silêncio, nos porões do imaginário, com palavras apagadas e sujeitos à margem.

As análises e discussões indicam que o imaginário social é materializado em discursos e, ao mesmo tempo, os discursos são constitutivos deste imaginário. O imaginário é, pois, constituído/constitutivo por/de uma posição-sujeito por vezes silenciada (“homem *gays* afegão”), que é marcada por um discurso de resistência no entremeio de diferentes formações discursivas e produtora de efeitos de sentidos díspares sobre diferentes modos de existência.

## | Referências

**ALCORÃO SAGRADO.** Sétima surata, versículos 80 a 81. Tradução Samir El Hayek. São Paulo: Expansão Editorial, 1975.

BACHA BAZI: a prática do abuso sexual de meninos no Afeganistão. **Metrópoles.** São Paulo, 22 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.guiagaysaopaulo.com.br/noticias/cidadania/bacha-bazi-a-pratica-de-abuso-sexual-de-meninos-no-afeganistao>. Acesso em: 22 nov. 2021.

BUTLER, J. **Gender Trouble:** Feminism and the Subversion of Identity. Nova Iorque: Routledge, 2006.

COURTINE, J. J. **Análise do discurso político:** o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EDUFSCAR, 2009.

ESSAR, M. Y.; TSAGKARIS, C.; GHAFARI, H.; AHMAD, S.; ABORODE, A. T.; HASHIM, H. T.; LUCERO-PRISNO, D. E. Rethinking ‘Bacha Bazi’, a culture of child sexual abuse in Afghanistan. **Medicine, Conflict and Survival**, v. 37, n. 2, p. 118-123, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/13623699.2021.1926051>

FATIMA, W. da S. de; MARIANI, B. **Corpos inatingíveis:** uma análise do discurso da mídia religiosa sobre os corpos não-heterossexuais. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017. Disponível em: [http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503192297\\_ARQUIVO\\_FinalFG.pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503192297_ARQUIVO_FinalFG.pdf). Acesso em: 28 nov. 2021.

FRANÇA, G. Por lentes de gênero e raça: a análise de discurso sobre uma brasilidade. *In:* FERRARI, A. J.; ZOPPI-FONTANA, M. G. **Mulheres em discurso:** identificação de gênero e práticas de resistência. Vol. 2 Campinas: Pontes Editora, 2017.

FREITAS, T. A. de S.. **Conflitos no Afeganistão:** causas e consequências. Academia Militar, Curso de Infantaria, Trabalho de Investigação Aplicada, 2009. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/6954/1/TIA-Conflito%20no%20Afeganist%c3%a3o-.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2021.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

HAROCHE, C.; HENRY, P.; PÊCHEUX, M. A Semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. *In*: BARONAS, R. L. (org.). **Análise do Discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro e João Editores, 2007 [1971]. p. 13-32.

HARRIS, Z. Discourse Analysis. **Language**, v. 28, n. 1, p. 1-30, 1952. Disponível em: <https://jstor.org/stable/409987>. Acesso em: 27 set. 2024.

KARIMI, F. **Afegão gay relata terror sob regime do Talibã**: “Estou tentando sobreviver”. CNN, 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/afegao-gay-relata-terror-sob-regime-do-taliba-estou-tentando-sobreviver/>. Acesso em: 22 dez. 2021.

MARIANI, B. Discursos e Instituição: a imprensa. **Revista Rua**, v. 5, p. 47-61, 1999. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640651/8196>. Acesso em: 25 nov. 2021.

MATOS, K. Contextualização Histórica, Sociocultural do Islamismo. **Revista Fragmentos de Cultura – Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, Goiânia, Brasil, v. 19, n. 3, p. 449-464, 2010. DOI: 10.18224/frag.v19i3.1067. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/1067>. Acesso em: 27 set. 2024.

ORLANDI, E. P. Discurso, imaginário social e conhecimento. **Em Aberto**, Brasília, ano 14, n. 61, jan./mar. 1994.

ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4. ed. Campinas: Pontes, 1996.

ORLANDI, E. P. Análise de Discurso. *In*: ORLANDI, E. P.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. **Introdução às ciências da linguagem**: discurso e textualidade. Campinas: Pontes Editora, 2006.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.



PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). *In*: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 2014 [1969].

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1995.

PIAZZA, W. O. **Religiões da humanidade**. São Paulo: Loyola, 1991

RAMALHO, C. Prazer entre homens é prática comum entre os Talibãs. **Uol**, 26 de agosto de 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2021/08/26/prazer-entre-homens-e-pratica-comum-entre-os-talibas.htm>. Acesso em: 04 dez. 2021.

SANTOS, L. J. de J. **Jornalismo e religião**: uma análise de conteúdo no embate midiático entre Record e Veja. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Comunicação/Jornalismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: [https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/32799/1/Religi%C3%A3o\\_Jornalismo\\_Vers%C3%A3o%20Final\\_Luan\\_2.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/32799/1/Religi%C3%A3o_Jornalismo_Vers%C3%A3o%20Final_Luan_2.pdf). Acesso em: 29 nov. 2021.

SANTOS, D. de J. S. Ummah e narrativas: história e identidade da religião islâmica. **PLURA, Revista de Estudos de Religião**, v. 2, n. 1, p. 167-196, 2011. Disponível em: <https://revistaplura.emnuvens.com.br/plura/article/view/39>. Acesso em: 28 nov. 2021.

SANTOS, D. Refugiados LGBTQ+: Crise no Afeganistão e Inadequação na resposta da União Europeia. **Cadernos de Relações Internacionais**, n. 1, p. 62-80, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17771/pucrio.cadri.61330>. Acesso em: 20 set. 2024.

SOUSA, C. P. de M. e. Discurso e mídia: as relações de poder nas/das revistas. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 926-935, set./dez. 2012. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1133>. Acesso em: 28 nov. 2021.

**THE Dancing Boys of Afghanistan**. Direção Najibullah Quraishi, Jamie Doran, Mike Healy. Produção Najibullah Quraishi. Reino Unido, Clover Films, 2010. DVD, 52 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=B7eMUwkKiFY>. Acesso em: 21 set. 2021.

**THIS is What Winning Looks Like.** Direção Bem Anderson. Produção Travis Wood. Estados Unidos da América: Vice News, 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ja5Q75hf6QI>. Acesso em: 22 set. 2021. 1 documentário, 1h 29min.

**Como citar este trabalho:**

SANTOS, Carlos Eduardo de Paula; LOPES, Maraísa; BATISTA JÚNIOR, José Ribamar Lopes. Estou tentando sobreviver: constituição de imaginários sobre gays afegãos pela mídia jornalística no Brasil. **Revista do GEL**, v. 21, n. 2, p. 201-226, 2024. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>.

Submetido em: 11/12/2023 | Aceito em: 27/09/2024.

# ***A hashtag* no ensino de Língua Estrangeira: um questionamento às ciências da linguagem pelo digital**

**Mariana MORALES DA SILVA<sup>1</sup>**

---

<sup>1</sup> Instituto Guimarães Rosa de Buenos Aires/Embajada del Brasil em Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina;  
| [marianamoralesdasilva@gmail.com](mailto:marianamoralesdasilva@gmail.com) | <https://orcid.org/0000-0002-0413-9558>

**DOI:** <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v21i2.3707>

**Resumo:** Com o advento da *web 2.0*, de maneira geral, e com as medidas de distanciamento e isolamento social em função da pandemia da COVID-19, em particular, as manifestações tecnodiscursivas passaram a pulular os contextos digitais e pré-digitais. Considerando esse contexto, o presente estudo objetiva, por um lado, compreender as contribuições das manifestações tecnodiscursivas para as ciências da linguagem e, por outro, refletir sobre como as novas discursividades podem contribuir para o processo de ensino-aprendizagem de uma língua estrangeira. Para tanto são analisadas as *hashtags* #YoMeQuedoSinCasa, #YoMeQuedoSinTrabajo, #YoMeQuedoSinCurro, #YoMeQuedoEnLaCalle e #YoMeQuedoEnfermo, enunciadas em espaços digitais e pré-digitais da cidade de Barcelona, Espanha, em 2020. O estudo se fundamenta nos postulados teóricos dos tecnodiscursos em Paveau (2021a, 2021b) com a ampliação do conceito de comunidades discursivas (Charaudeau; Maingueneau, 2004) no contexto digital das *hashtags*. Em seguida, são desenvolvidas análises sintáticas, semânticas e discursivas das *hashtags* em contexto do ensino do idioma espanhol. Conclui-se que a *hashtag* se apresenta como um rico recurso tanto didático para o ensino de uma língua estrangeira como metodológico por questionar o arcabouço teórico das ciências da linguagem.

**Palavras-chave:** Discurso digital. Ensino de Língua Estrangeira. Espanhol Língua Estrangeira. *Hashtag*. Pandemia da COVID-19.

---

## The hashtag in foreign language teaching: a questioning of language sciences through digital

**Abstract:** With the advent of web 2.0, in general, and with social distancing and isolation measures due to the COVID-19 pandemic, in particular, techno-discursive manifestations began to swarm digital and pre-digital contexts. Considering this context, the present study aims, on the one hand, to understand the contributions of techno-discursive manifestations to language sciences and, on the other, to reflect on how new discursivities can contribute to the teaching-learning process of a Foreign Language. To this end, the hashtags #YoMeQuedoSinCasa, #YoMeQuedoSinTrabajo, #YoMeQuedoSinCurro, #YoMeQuedoEnLaCalle and #YoMeQuedoEnfermo, expressed in digital and pre-digital spaces in the city of Barcelona, Spain, in 2020, are analyzed. The study is based on the theoretical postulates of technodiscourses in Paveau (2021a, 2021b) with the expansion of the concept of discursive communities (Charaudeau; Maingueneau, 2004) in the digital context of hashtags. Next,

syntactic, semantic and discursive analyzes of hashtags are developed in the context of language teaching. It is concluded that the hashtag presents itself as a rich didactic resource for foreign language teaching as well as methodological for questioning the theoretical framework of language sciences.

**Keywords:** Digital discourse, Foreign Language teaching, Spanish as a Foreign Language, Hashtag, COVID-19 pandemic.

## | Introdução

Com o advento da *web*, em especial da *web 2.0* conhecida também como *web* participativa, segundo Paveau (2021a) deixamos a era na qual separávamos, distinguíamos e hierarquizávamos práticas reais de práticas virtuais, práticas *online* de práticas *offline*. Segundo a autora, adentramos o período no qual, de tão relacionadas, essas práticas passaram a ser indissociáveis. Mais ainda, segundo ela, o digital passou a funcionar como um atravessamento constitutivo tanto de discursos como de sujeitos.

Entendemos que esse atravessamento se intensificou exponencialmente durante a pandemia da COVID-19, devido, sobretudo, às políticas públicas de distanciamento social, isolamento social, quarentena e confinamentos domiciliares obrigatórios. Desse modo, as práticas diárias, em uma escala gigantesca no mundo, passaram a dar-se no e pelo digital. Com isso, trabalho e ensino, em muitos casos, passaram a ocorrer na modalidade remota. Novos vocábulos, léxicos e expressões passaram a fazer parte de nosso cotidiano e nos constituíram nesse período (Rodrigues; Lourenço; Baronas, 2022) e manifestações sociais convocaram sobremaneira o espaço digital para alcançar visibilidade.

É importante ressaltar que não abordaremos aqui nenhum fenômeno linguístico que foi inaugurado durante a pandemia, mas fenômenos linguísticos fortemente colados às lógicas dos tecnodiscursos (Paveau, 2021a) intensificados durante tal período. Tais fenômenos seguem produzindo efeitos na atualidade e podem contribuir para que questões relativas ao ensino de línguas maternas, estrangeiras, adicionais, de acolhimento e de herança sejam revistos. No caso do presente estudo, consideramos nossas reflexões a partir do ensino do Espanhol como Língua Estrangeira.

Neste estudo, objetivamos, então, por um lado, compreender as contribuições das manifestações tecnodiscursivas para as ciências da linguagem e, por outro, refletir sobre como as novas discursividades podem contribuir no processo

de ensino-aprendizagem de uma Língua Estrangeira, no caso, o espanhol, o qual doravante será nomeado por ELE (Espanhol Língua Estrangeira). A hipótese do estudo é que o conceito de tecnodiscurso, em geral, e as *hashtags*, em particular, apresentam, por um lado, um relevante avanço para os estudos das ciências da linguagem a partir dos questionamentos que impõem a essa ciência e, por outro, possibilitam um trabalho mais significativo no ensino de língua estrangeira.

De modo a contemplar a triangulação do nosso estudo, que envolve as novas discursividades expressas pelos tecnodiscursos, o questionamento que elas produzem às ciências da linguagem e as suas contribuições para o contexto do ELE, é necessário traçarmos ao menos duas discussões teóricas. A primeira, com vistas a identificar o estado atual do ensino de ELE no Brasil, considerando os gêneros discursivos típicos dos contextos digitais empregados tanto como objetos de ensino como recursos didático-pedagógicos para o ensino do idioma. E a segunda, tendo em vista compreender o que são os tecnodiscursos e como eles questionam as ciências da linguagem. Para então, a partir da análise de nosso *corpus*, discutir como as *hashtags* podem contribuir para o ensino de ELE.

Dentre a pluralidade de fenômenos tecnodiscursivos engendrados durante a pandemia da COVID-19, para este artigo, escolhemos manifestações tecnodiscursivas expressas nas seguintes *hashtags*: #YoMeQuedoSinCasa, #YoMeQuedoSinTrabajo, #YoMeQuedoSinCurro, #YoMeQuedoEnLaCalle e #YoMeQuedoEnfermo, que podem ser traduzidas ao português como #EuFicoSemCasa, #EuFicoSemTrabalho, #EuFicoSemBico; #EuFicoNaRua e #EuFicoDoente, respectivamente.

Essas *hashtags* nos interessam pelo particular movimento que engendram de deslocamento de manifestações que reivindicam reparação social, movimento este do contexto pré-digital para o contexto digital, por meio da alusão, nas ruas, ao símbolo da cerquilha #, caracterizador da *tag* clicável das *hashtags* em contexto digital.

O material é analisado a partir dos postulados de Paveau (2021a, 2021b) sobre tecnodiscursos considerando dimensões languageiras e técnicas, para em seguida, serem analisados os seus aspectos sintáticos, semânticos e discursivos em diálogo com o ensino de ELE.

## **| O ensino do Espanhol como Língua Estrangeira no Brasil e os gêneros discursivos típicos do contexto digital**

O ensino de ELE no Brasil é marcado por um processo de muitas descontinuidades e contradições em relação às políticas públicas educacionais. Tal descontinuidade afeta substancialmente as práticas didático-pedagógicas, que não se encontram em documentos oficiais, diretrizes e parâmetros contundentes. Como forma ilustrativa, mencionaremos alguns episódios chave que permitem notar como o processo de inserção do ensino do espanhol no sistema educativo brasileiro é caracterizado.

A primeira proposta que defende a importância das línguas estrangeiras, de maneira geral, no ensino brasileiro, é segundo Polinski (2022), um documento do governo de Getúlio Vargas. Documento que, contraditoriamente, é marcado por uma ideologia fascista tipicamente assentada no princípio do nacionalismo. Já uma das primeiras iniciativas que dizem respeito especificamente ao ensino de ELE nos sistemas educativos das escolas públicas no Brasil é o projeto proposto durante o governo democrático de Juscelino Kubitschek, em 1956.

Porém, em 1961, a partir da publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação ocorre o que Rodrigues (2012) denominou de um processo de desoficialização do ensino das línguas estrangeiras de maneira geral no país, quando o documento deixa de fazer referência a elas. Segundo o autor, a omissão das línguas estrangeiras na LDB/61 desresponsabilizou o Estado da oferta desse ensino que passou a ser uma disciplina extracurricular, ou seja, optativa e complementar.

Contraditoriamente, a partir do decreto nº 350, de 21 de novembro de 1991 constituiu-se o MERCOSUL, um mercado comum dos países do sul: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Com ele, a questão idiomática ganhou relevância novamente, haja vista que, para atender a uma política que propõe a integração dos países-membros, a boa comunicação entre os sujeitos supõem-se essencial. Para tanto, as línguas espanholas e portuguesas foram instituídas como línguas oficiais do bloco.

Além disso, de acordo com um estudo de Soto (2004), a partir do ano de criação do MERCOSUL, cresceu significativamente o número de teses sobre a língua espanhola em programas de pós-graduação no Brasil. De fato, a criação do bloco econômico foi relevante para o Espanhol no Brasil, pois segundo Polinski (2022) fortaleceu as relações linguísticas, sobretudo quando em 05 de agosto de 2005 foi criada a Lei do Espanhol (lei nº 11.161/05). Por ela, o ensino de ELE passou a ser obrigatório nas escolas de ensino médio públicas e privadas do Brasil.

Ainda que a Lei do Espanhol tenha sido um avanço, considerando o cenário de descontinuidades no processo de inserção do ensino de ELE no sistema público educativo brasileiro, haja vista que, de acordo com Polinski (2022, p. 126), “não podemos negar que ao menos, após décadas de omissão, uma língua estrangeira ganhou um espaço de obrigatoriedade de oferta”, Rodrigues (2012), por outro lado, destaca uma série de falhas na redação dessa lei, a qual, ao contrário do que se esperava, fortaleceu o processo de desoficialização do ensino do idioma quando abriu a possibilidade de interpretações por parte de cada estado a respeito da aplicação da lei.

Até que no ano de 2017, com a aprovação do Novo Ensino Médio (Lei nº 13415/17), no governo interino de Michel Temer, a lei do espanhol foi anulada em favor da obrigatoriedade da língua inglesa como língua estrangeira obrigatória no sistema educativo brasileiro.

Com esse breve percurso histórico, é possível reconhecer um panorama bastante complexo relativo ao ensino de ELE no Brasil, que encontra diversos entraves para se oficializar como ensino obrigatório.

Já em relação ao estado da arte das pesquisas que consideram o espanhol nos programas de pós-graduação no Brasil, pudemos verificar, com os estudos de Soto (2004), que, a partir da criação do MERCOSUL, cresceram significativamente as pesquisas que se interessavam pelo Espanhol. Paraquett (2012) expande a investigação proposta por Soto (2004) e, por meio de um levantamento de Teses e Dissertações entre os anos de 2004 e 2011 na área específica da linguística aplicada, realiza um mapeamento tendo em vista reconhecer as temáticas predominantes.

Segundo a pesquisadora, a maior frequência está localizada nas investigações sobre a comparação da língua espanhola com a língua portuguesa nos aspectos gramaticais, discursivos, fonéticos ou lexicais. Esse dado demonstra, mais uma vez, a importância e a influência da criação do MERCOSUL para os estudos linguísticos do Espanhol no Brasil.

Em segundo lugar, está a preocupação com o ensino de ELE, com investigações que buscam, principalmente, refletir sobre o lugar da leitura no contexto de aprendizagem assim como dos gêneros discursivos. Destacamos que esse dado está em conformidade tanto com os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) que priorizam para o ensino de línguas as práticas e competências de leitura e escrita a partir de gêneros discursivos, assim como com a BNCC (Base Nacional Curricular Comum).



Sobre o ensino de ELE a partir de gêneros discursivo, Antunes (2010) afirma que para elaborar um texto é necessário ir além do emprego de regras de orações e períodos, é necessário ativar os conhecimentos linguísticos conjuntamente aos conhecimentos de mundo e, claro, aos conhecimentos sobre os gêneros discursivos. Nesse sentido, Meniconi e Silveira (2016, p. 168) destacam que o trabalho com a leitura e com a produção de textos respeitando a proposta de ensino a partir de gêneros discursivos:

[...] convida-nos a sair do ensino da estrutura gramatical e frasal descontextualizado, e adentrarmos no universo do trabalho com o texto enquanto um conjunto de enunciados organizados para expressar intenções comunicativas, negociações, interações sociais, pontos de vista, ideias e emoções.

Ainda na categoria sobre o ensino, Paraquett (2012) aponta que também estão incluídas as pesquisas que se preocupam com as questões culturais e interculturais assim como com a produção ou análise de material didático.

Sobre as questões culturais, Lado (1971) lembra que, inicialmente, no ensino das línguas estrangeiras, a cultura compreendida a partir de um enfoque estrutural convertia-se em uma série de itens que eram estudados de maneira separada. Atualmente, a partir das contribuições de Canale e Swain (1980), a cultura é compreendida em seu aspecto sociocultural. Nesse sentido, ela é concebida como parte integrante fundamental de uma língua e não mais como uma lista de curiosidades aleatórias.

A principal defesa é, segundo Lobato (1999, p. 14), que a competência cultural não pode ser reduzida, na metodologia aplicada em aula, a um dado ou a um conteúdo informativo sobre o país do qual se aprende sua língua, ou seja, não pode ser um item simplesmente apresentado sem contexto e sem motivo (Paraquett, 2012, p. 130).

Canale e Swain (1980) têm um papel fundamental nos avanços sobre a área de conhecimento do ensino e aprendizagem das línguas estrangeiras ao defender que a língua não é passível de ser dissociada de como ela é usada, por quem ela é usada e por qual motivo e finalidade ela é usada, haja vista que a língua é situada de forma social e cultural.

A partir do exposto, podemos destacar duas críticas que são feitas ao ensino de ELE. A primeira delas é o tradicional ensino a partir de frases descontextualizadas entre si ou com qualquer contexto de enunciação. Defende-se, tanto nos poucos

documentos oficiais de referências e diretrizes pedagógicas como nas pesquisas acadêmico-científicas, que o ensino de uma língua estrangeira deve partir de questões socioculturais materializadas em gêneros discursivos construídos a partir dos elementos linguísticos como os aspectos lexicogramaticais e fonético-fonológicos (Serrani, 2010), os quais, articulados, contribuem para um trabalho significativo e contextualizados.

Em uma breve verificação dos exames oficiais do Espanhol como Língua Estrangeira, DELE (exame referência para a Espanha) e CELU (exame referência para a Argentina<sup>2</sup>), encontramos como exemplo de gêneros discursivos em contexto digital apenas o já tradicional *e-mail* para produções escritas, principalmente; e, para a leitura, *e-mail*, *blog* e notícia de portais de informação *online*. Nesse sentido, não encontramos nenhuma proposta que mobilize gêneros discursivos típicos da *web 2.0*, como *microblog*, *hashtag*, legenda de foto, comentários<sup>3</sup> em redes sociais etc.

A segunda crítica tecida é que a cultura, e acrescentamos, o social, o político e o ideológico não devem ser tratados metodologicamente, no contexto de sala de aula, como um conceito à parte do ensino da língua ou apresentado como mera curiosidade, como se não estivesse relacionado com a língua e como se não afetasse a construção dos discursos.

Com esse breve percurso crítico, traçamos um panorama que buscou apresentar a situação do ensino de ELE no Brasil em seus aspectos relativos a políticas públicas educacionais, interesses científico-acadêmicos e de caráter didático-pedagógico, oferecendo assim um panorama, ainda que breve, bem diverso do estado da questão.

## **| O questionamento das ciências da linguagem pelo digital**

Tendo em vista compreender o que são os tecnodiscursos e como eles questionam as ciências da linguagem, traçaremos um percurso dissertativo no qual abordaremos primeiro algumas distinções e definições lexicais pertinentes ao contexto digital, para, em seguida, marcar a perspectiva na qual este

---

2 Para esse levantamento de caráter especulativo, acessamos as páginas oficiais de cada exame e verificamos as provas de exames modelos que estão disponíveis para consulta.

3 É interessante destacar que na prova do exame CELU, aplicada em agosto de 2023, um dos gêneros discursivos solicitados era a escrita de um comentário a um texto de notícia de um portal de informações *online*. Acreditamos que isso indicia um avanço, ainda que lento e tardio, na incorporação de outros gêneros discursivos em contextos digitais que possibilitam maior participação do usuário e, que por isso, são mais utilizados em situações reais do cotidiano.

estudo se inscreve e, finalmente, apresentarmos os questionamentos que os tecnodiscursos apresentam às ciências da linguagem, caracterizando-os.

Assim, marcaremos algumas diferenciações entre os léxicos *internet* e *web*, e entre as distintas *webs*. A primeira distinção se faz necessária porque *internet* e *web*, embora estejam relacionadas, são duas instâncias distintas e não coincidentes, impossibilitando assim o uso desses léxicos em uma relação de sinonímia como não é raro ocorrer em diversos trabalhos. Já a distinção entre as *webs* é pertinente por se tratar de uma evolução tecnológica, a qual possibilita a coexistência de diferentes atualizações compondo um complexo e sofisticado conjunto operativo, o qual oferece uma diversidade de possibilidades para a emergência de práticas tecnodiscursivas. Em outros termos, as evoluções das distintas *webs* compõem o que Paveau (2021a) denomina *affordances* da *web*, conceito essencial para entendermos as contribuições dos tecnodiscursos para o questionamento às ciências da linguagem.

O termo, segundo Gluck (2019), oriundo do inglês *afford* foi cunhado por James Gibson, psicólogo norte-americano, em 1977, e diz respeito à relação complementar entre o agente e o ambiente. Ao revisitar o conceito e levá-lo ao contexto do universo digital, a autora francesa busca dar conta da relação que o usuário da *web* estabelece com o objeto digital, como o utiliza e o que faz com ele e em uma relação de mútua transformação e constituição. Nas palavras de Gluck (2019, p. 102):

A fim de entendermos melhor a noção de *affordance*, uso a seguinte metáfora: ao depararmos a maçaneta de uma porta, sabemos a ação que precisamos executar para que a porta se abra, certo?! O mesmo ocorre com as *affordances* em rede: para que determinadas ações se concretizem, é preciso executá-las a partir do clique. Em suma, trata-se das possibilidades de ação oferecidas por cada ecossistema digital.

Entendida a noção de *affordances* da *web*, podemos passar para a distinção entre *internet* e *web*. Segundo Paveau (2021a), o léxico *internet* corresponde a *Inter Network*. Ele surgiu no final da década de 1960, como uma rede de nível mundial que conecta máquinas de computadores. De acordo com a autora, essa rede coloca à disposição serviços como “o compartilhamento de arquivos, a mensagem instantânea, a telefonia, o envio de correio eletrônico e a *web*” (Idem, idem, p. 34). Nesse sentido, a *web*, correspondente a *World Wide Web*, é um dos serviços ou uma das aplicações que a *internet* disponibiliza.

Conforme seus estudos, Paveau afirma que, historicamente, as evoluções estruturais são definidas e marcadas numericamente e é nesse mesmo curso que são definidas as evoluções da *web*. Segundo a autora, a *web* foi criada em 1989-1990 com a *web 1.0*, chamada também de *web* estática. Por ela, através do sistema *push*, as informações são conectadas e distribuídas por meio de portais de informações e por meio de fóruns. No início dos anos 2000, foi criada uma nova evolução marcada como *web 2.0*, denominada também de *web* social ou *web* participativa, a qual passa a permitir que pessoas (usuários) se conectem, por estar baseada na interação multiagentes. Trata-se, em suma, da *web* das redes sociais digitais caracterizadas pelo compartilhamento multimidiático.

Uma década depois, segundo a autora, emergiu a *web 3.0*, também conhecida como a *web* dos dados ou como a *web* semântica, assentada no funcionamento dos metadados que, nas conexões móveis (*tablets*, celulares, *smartphones* etc.) principalmente, favorece a coleta e organização de dados. E, finalmente, em 2020, tivemos a emergência da *web 4.0*, a *web* inteligente ou, então, a *metaweb*. Segundo a autora, essa *web* que já opera em nossos sistemas móveis promete integrar a “dimensão conectada ao conjunto dos elementos do nosso ambiente de vida” (Idem, idem, p. 35).

Conforme Paveau (2021a), foi sobretudo a partir da inserção *web* em nossos sistemas móveis, na relação *internet*, *web*, computadores, celulares, humano que o digital nos atravessou de forma constitutiva, passando a funcionar como uma extensão de nós. Graças aos aparatos tecnológicos, que praticamente se colam a nossos corpos, em uma relação humano-ciborgue, é que, de acordo com a autora, adentramos na era da pós-dualidade. Segundo essa perspectiva, não se considera que exista uma separação, distinção ou hierarquização entre o que seria virtual e o que seria real, entre o que ocorre *online* e o que ocorre *offline*, como já mencionamos. Ao contrário, compreende-se, pela perspectiva pós-dualista, que existe um *continuum* entre as dimensões digitais e pré-digitais, nas quais uma convoca constantemente a outra e vice-versa.

Por essa perspectiva, o digital não é compreendido como um elemento extralinguístico, um espaço ou um suporte para o linguageiro como se costuma conceber nos estudos das ciências da linguagem de maneira geral (Maingueneau, 2021). Segundo Paveau (2021b), considerar o digital como um elemento extralinguístico leva os estudos a trabalharem “com as formas necessariamente estereotipadas da língua” quando fenômenos linguísticos são observados em contexto digital pela perspectiva dualista.

Podemos dizer, então, que pela perspectiva pós-dualista, a qual sustenta este trabalho, o digital constitui uma materialidade que afeta e co-constrói a produção dos discursos que passam a ser compostos na e pela relação indissociável entre técnico e linguageiro (Paveau, 2021a). Nesse sentido, faz-se imprescindível considerar tanto as particularidades como as especificidades que o digital apresenta para as ciências da linguagem, haja vista que o discurso digital “coloca às ciências da linguagem, tais como praticadas até o momento, uma série de problemas que só podem ser resolvidos questionando os modelos conceituais” (Paveau, 2021b, p. 28).

É, então, pelo recurso de prefixação, que Paveau (2021a) possibilita questionar a Linguística em suas esferas epistemológicas, teóricas e metodológicas, pois ao adotar o léxico tecnodiscurso para designar os discursos nativos da *web*, a autora apresenta por meio da partícula “tecno-” uma:

Opção teórica que modifica a episteme dominante das ciências da linguagem. É também afirmar que os discursos digitais nativos não são de ordem puramente linguageira, que as determinações técnicas co-constroem as formas tecnolinguageiras e que as perspectivas logo e antropocêntricas devem ser descartadas em prol de uma perspectiva ecológica e integrativa, que reconhece o papel dos agentes não humanos nas produções linguageiras (Paveau, 2021b, p. 31).

Segundo a autora, nos tecnodiscursos, a dimensão técnica afeta inclusive a forma como esses discursos se organizam, pois são:

[...] produzidos no interior dos dispositivos técnicos (os programas de escritura e de publicação) nos quais a dimensão técnica é constitutiva do discurso, não se reduzindo apenas a um simples suporte. Os tecnodiscursos são, indissociavelmente, linguageiros e técnicos, duas faces que de tão imbricadas não permitem que a materialidade propriamente linguageira seja extraída das funcionalidades técnicas dos espaços conectados, sem que, com isso, as análises sejam prejudicadas (Paveau, 2021a, p. 19).

Segundo Paveau (2021a), então, os tecnodiscursos possuem uma composição plurissemiótica, pela qual dimensões técnicas e linguageiras são combinadas em uma materialização que pode combinar escrita, som, imagem fixa ou animada. Devido à hipertextualidade característica da *web*, eles não são lineares, pois incluem mecanismos pelos quais é possível acessar outros discursos ou outros tecnodiscursos; os quais, a sua vez, conferem aos tecnodiscursos um alto grau de relacionalidade.

A partir das *affordances* da *web* participativa, os tecnodiscursos se caracterizam também por uma capacidade de serem ampliados de forma imprevisível graças às funções conversacionais ou de escrita colaborativa. E, devido aos metadados internos que estão inscritos tanto na *web* como nos discursos que ali são produzidos, são passíveis de serem investigados e redocumentados.

Um dos exemplos de tecnodiscursos que permite compreender o questionamento às ciências da linguagem é a *hashtag*. Segundo Paveau (2021a), a *hashtag* surgiu na rede social digital de microblog Twitter e posteriormente foi adaptada para outras plataformas, como Facebook, Instagram, entre outras. Trata-se de um tecnodiscurso no qual se mesclam em sua composição “um seguimento linguageiro precedido do signo #” (Paveau, 2021a, p. 23).

Entendemos que o segmento linguageiro de uma *hashtag*, ou seja, o seu segmento frasal, constitui uma unidade de sentido completo por menor que ele seja, como nos casos das *hashtags* #EleNão, #MeToo e cobra significado quando inserido em um determinado contexto sociopolítico.

Já o signo da cerquilha, o tecnografismo<sup>4</sup> #, ao ser associado ao seguimento linguageiro no contexto digital, ganha uma dimensão técnica, pois em determinadas redes sociais digitais, ele transforma o segmento – que sem ele seria puramente linguageiro – em uma *tag* clicável. Essa composição da *hashtag*, que mescla o linguageiro e o técnico permite não apenas “acessar um fio que agrupa o conjunto dos enunciados que contêm a *hashtag*” no Twitter (Paveau, 2021b, p. 223), mas também inaugura uma comunidade tecnodiscursiva por meio do recurso da *tag* clicável.

Entendemos que a noção, por nós denominada, de comunidade tecnodiscursiva deriva da noção de comunidade discursiva (Maingueneau; Charaudeau, 2008) em contexto digital. Estabelecemos essa derivação conceitual devido ao recurso de *tag* clicável da *hashtag*, pela qual se permite acessar outros tecnodiscursos filiados a uma mesma formação discursiva. Vale lembrar que esta última noção, por sua vez, está fortemente colada à noção de formações ideológicas:

Falaremos de formação ideológica para caracterizar um elemento suscetível de intervir – como uma força confrontada a outras forças – na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um momento dado. Cada formação ideológica constitui desse modo um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem

---

4 O tecnografismo é “uma produção semiótica que associa texto e imagem num compósito nativo da *web*” (Paveau, 2021a, p. 305).

“individuais” e nem “universais”, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas em relação às outras (Pêcheux *et al.*, 2020, p. 34).

Desse modo, a *hashtag* traz em si um forte apelo social e político, podendo configurar-se como uma prática de manifestação tecnodiscursiva mais que pertinente quando se pretende, a partir de um seguimento linguageiro, estudar, conhecer ou analisar um contexto sociopolítico dado. É nesse sentido que defendemos que a *hashtag* conforma um rico material para o ensino de línguas, em especial de línguas estrangeiras quando se pretende romper com a antiga tradição do ensino da língua por meio da análise sintática de frases isoladas, descontextualizadas entre si ou com o contexto social, cultural e político no qual a língua e a frase se inserem.

## **| Descrição da pequena coleção de *hashtags***

No contexto da pandemia da COVID-19, as *hashtags* pulularam não só nas redes sociais digitais, como também em espaços pré-digitais, como se pode ver pela pequena coleção composta por cinco imagens que disponibilizaremos na sequência. Frisamos que

[...] trabalhar sobre pequenos *corpus* permite encontrar as formas linguageiras não necessariamente “frequentes”, no sentido estatístico do termo, mas sim as formas “emergentes” reveladoras do tempo presente e que por conta disso são parte de um “arsenal argumentativo” (Angenot) em um momento da história de uma sociedade, um arsenal que carrega ele mesmo a História dessa sociedade (Moirand, 2020, p. 51).

Assim, nossa pequena coleção é composta de 5 *hashtags* que circularam antes em cartazes no centro da cidade de Barcelona e depois nas redes sociais digitais, logo no primeiríssimo momento do desconfinamento escalonado pela pandemia da COVID-19, na Espanha, de maio a junho de 2020.

Essa pequena coleção de *hashtags* retirada de nosso arquivo pessoal de fotos, registradas entre os meses de maio e junho de 2020, pode ser recuperada por meio de fotos similares compartilhadas nas redes sociais digitais de diferentes usuários a partir da busca pela *hashtag* *#yomequedoscasa*.



**Imagem 1.** Coleção de *hashtags* em contexto pré-digital



Legenda: a coleção apresenta cinco fotografias que registram cartazes militantes de técnica lambe-lambe (forma de expressão artística e política típica do contexto de militância de rua. Consiste em cartazes de papéis colados em espaços públicos) com a mesma cenografia (Maingueneau, 2005), aludindo a *hashtags* subversivas que denunciam as limitações das políticas públicas de assistência e amparo social durante confinamento domiciliar na Espanha por conta da pandemia da COVID-19.

**Fonte:** arquivo fotográfico da autora.

Entendemos que as *hashtags* selecionadas como *corpus* deste trabalho conformam um campo tecnossemântico da *hashtag* #YoMeQuedoSinCasa, considerada por Morales da Silva e Lourenço Costa (2024) como uma *hashtag* subversiva, pelo fato de retorcer o sentido virtuoso (Paveau, 2005) da *hashtag* massiva #YoMeQuedoEnCasa, traduzida ao português como #EuFicoEmCasa.

Esta última, a *hashtag* massiva virtuosa, foi utilizada como propaganda governamental do Ministério de Saúde do governo da Espanha na campanha para o período de 3 meses (de março a junho de 2020) de confinamento domiciliar obrigatório em função da pandemia da COVID-19. O sucesso da *hashtag*, que circulou massivamente pelos demais países de fala hispânica, continuou com grande atividade até o momento em que se alcançou uma vacinação massiva mundial contra o vírus.

Já as manifestações tecnodiscursivas selecionadas para este trabalho foram enunciadas em espaços pré-digitais da cidade de Barcelona, Espanha, em maio do ano de 2020 e, somente depois, em espaços digitais. No caso dos espaços pré-digitais, as manifestações foram vistas em cartazes com cenografia (Maingueneau, 2005) militante ao estilo lambe-lambe nos muros e nas paredes do centro histórico da cidade catalã. Já, nos espaços digitais, as manifestações tecnodiscursivas puderam ser recuperadas pela busca das *hashtags* na rede social digital Twitter e, em geral, estão associadas a fotografias dos cartazes em contexto pré-digital, como se vê em nossa pequena coleção.



Nos interessa especificamente esse fenômeno, pelo qual manifestações em espaços pré-digitais convocam o espaço digital devido à sua constituição gráfica, que alude ao tecnografismo da *tag* clicável pelo uso do signo # em espaços pré-digitais. Consideramos que essa estratégia discursiva é responsável por produzir o deslocamento da manifestação de um contexto para outro, do pré-digital para o digital, transformando-a em uma manifestação tecnodiscursiva.

É interessante frisar que no caso do uso de *hashtags* em espaços pré-digitais, o signo # não cumpre a função de *tag* clicável, por não possuir, nesse contexto, o aspecto técnico típico do contexto digital, sendo, então, parte do seguimento linguageiro como tal. Porém, ela cumpre a função de convocar a manifestação discursiva para os espaços digitais e, conseqüentemente, para a conformação ali de uma comunidade tecnodiscursiva.

Entendemos que é no espaço digital que o seguimento linguageiro precedido do signo # encontra a possibilidade de aumentar exponencialmente a visibilidade da causa que enuncia, devido às *affordances* da *web*, que o transformam de um sintagma do seguimento linguageiro para um recurso de ordem técnica.

Nesse sentido, o “Yo” de todas as *hashtags* de nossa pequena coleção, embora no seguimento linguageiro, ou seja, no seguimento frasal, apresente-se como um sujeito simples singular com o qual o verbo inclusive concorda, é, pelo digital, um sujeito coletivo devido às *affordances* da *web*, pela mescla de técnico com linguageiro, graças ao tecnografismo # que no espaço digital inaugura a *tag* clicável. Ao convocar o espaço digital, o seguimento linguageiro enunciado no espaço pré-digital, passa a conformar uma comunidade tecnodiscursiva de outros usuários que fazem uso da mesma *hashtag* para marcar sua filiação àquela causa e, então, temos o questionamento da língua pelo digital. Ou em outros termos, o questionamento das ciências da linguagem pelo tecnodiscurso: como classificar um sujeito hashtagueado? Um sujeito que é enunciado em 1ª pessoa do singular no seguimento linguageiro, ou seja, na frase, mas que é ao mesmo tempo um sujeito coletivo a partir da mescla entre técnico e linguageiro, ou seja, mescla de *tag* clicável e sujeito da oração: #Yo.

É pela capacidade de transformar a condição individual em uma preocupação coletiva que entendemos que o digital foi essencial para impulsionar e dar visibilidade às práticas de protesto, denúncia e reivindicação por reparação social e econômica<sup>5</sup> em questão. Entendemos que foi pela capacidade de composição

---

5 Com as medidas de confinamento obrigatório, milhares de pessoas passaram a viver em situação de rua, na cidade de Barcelona, devido à falta de amparo governamental ao setor da população que exercia trabalho informal e não registrado, os quais ficaram à margem das políticas de assistência durante o período mais crítico da pandemia no país.

plurissemiótica, ampliação, relacionalidade, imprevisibilidade, não linearidade e investigabilidade (Paveau, 2021a) características dos tecnodiscursos que foi possível emergir o conjunto das *hashtags* que compõem a nossa coleção.

É nesse fio tecnodiscursivo de nossa pequena coleção de *hashtags* subversivas que encontramos um interessante material para refletir sobre a potencialidade de abordar manifestações tecnodiscursivas expressas em *hashtags* em práticas do ensino de língua estrangeira, neste caso, de ELE. Defendemos que, para interpretar as *hashtags* em questão, é imprescindível abordar seu contexto sociopolítico, rompendo assim com a prática tradicional de ensino da sintaxe por meio de frases que não estabelecem relação entre si e sem o debate do contexto social, político ou cultural que possibilita sua enunciação.

## **| *Hashtag* como recurso didático nas aulas de Língua Estrangeira**

Finalmente, analisaremos algumas possibilidades para abordar o estudo das *hashtags* no ensino de ELE, a partir da nossa pequena coleção. Não pretendemos aqui esgotar as possibilidades de abordagem didático-pedagógico, muito menos postular o que apresentaremos como uma fórmula ou a melhor versão de abordagem possível. Trata-se, em suma, de apresentar algumas possibilidades tendo em vista colocar em debate as potencialidades desse tipo de manifestação tecnodiscursiva para o ensino de línguas estrangeiras.

Por meio das marcas de intertextualidade, é possível, pela característica de relacionalidade dos tecnodiscursos (Paveau, 2021a), estabelecer o vínculo das *hashtags* que compõem nossa coleção com a *hashtag* massiva *#YoMeQuedoEnCasa*. Com isso, é possível acessar o interdiscurso (Pêcheux, 2009) e assentar essas manifestações tecnodiscursivas no contexto sociopolítico relativo à pandemia da COVID-19, mais precisamente, das medidas governamentais de confinamento domiciliar para o enfrentamento do alto número de contágios pelo vírus.

Um dos aspectos interessantes em retomar a *hashtag* massiva é a comparação sintática e discursiva dos *yo's* das *hashtags* e, para isso, é importante abordar as múltiplas possibilidades que o verbo *quedar(se)* abarca, tanto em sua manifestação pronominal como não pronominal. Esse exercício permite abordar o potencial polissêmico do verbo em distintos usos.

Para este artigo, nos centraremos na manifestação pronominal do verbo. Trata-se, segundo o *Diccionario da Real Academia Espanhola*, de um verbo

intransitivo, ou seja, que não exigiria complemento *a priori*. Nesse caso, sem um complemento o verbo *quedarse* em um paralelismo com as *hashtags* da nossa coleção seria: #YoMeQuedo. Essa *hashtag* criada como exercício didático, traz em si o sentido de resistência, um sujeito, *yo* que se *queda* independente da situação, ele resiste. Porém, um sujeito que se *queda* não é o mesmo que um sujeito *quedado*. O termo, embora pareça um verbo no participio, funciona como adjetivo e é sinônimo de *colgado*, *despistado*.

Porém, embora o verbo *quedarse* não exija complemento *a priori* também não o rejeita. É justamente por essa possibilidade que são possíveis todas as formas enunciadas pelas 5 *hashtags* que compõem o nosso *corpus* além da *hashtag* massiva. O próximo exercício interessante parece-nos ser a análise sintática, semântica e discursiva de cada um dos complementos.

No caso das *hashtags* semanticamente opostas: #YoMeQuedoEnCasa e #YoMeQuedoSinCasa, temos de um lado, um complemento adverbial de lugar (*en casa*) e, no outro, um complemento modal, ou seja, que expressa uma condição, no caso social (*sin casa*). Nesse sentido, a mudança de preposição de *en* para *sin* altera o sentido dos seguimentos frasais, sendo um uma oração declarativa afirmativa e o outro, uma oração declarativa negativa. Nesse mesmo sentido, o substantivo do complemento, embora morfologicamente seja o mesmo, significante *casa*, não expressa o mesmo significado necessariamente. No primeiro caso, temos a alusão a um lugar físico, uma moradia e no outro, a uma condição de despejo, de inexistência de uma moradia, o que leva a duas caracterizações distintas dos *yo*'s. Dois sujeitos que pertencem a formações sociais e discursivas opostas, que ao se vincularem com uma das *tags* clicáveis, passam a compor comunidades tecnodiscursivas em oposição, denunciando, assim, uma desigualdade social abismal.

Analisando as demais *hashtags* com seguimento frasal com partículas que indicam negação, ou seja, com orações declarativas negativas, temos: #YoMeQuedoSinTrabajo e #YoMeQuedoSinCurro. Essas duas *hashtags* denotam uma crítica pela denúncia da ausência das condições (complemento modal) sociais mínimas de sobrevivência, que é a manutenção do emprego, fonte de renda ou de assistência social, para o caso dos sujeitos com trabalho registrado. A variação entre *trabajo* e *curro* também nos parece um ponto interessante de estudo nas aulas de ELE. O segundo termo é duplamente informal, ou seja, *curro* é um termo coloquial, uma gíria, que por sua vez também representa uma atividade informal, ou seja, um trabalho não registrado em carteira. Nesse sentido, as duas *hashtags* são enunciadas pelo sujeito, *yo* da falta, que evidencia a falha no sistema a partir da relação com as *hashtags* com seguimento frasal que expressam orações declarativas afirmativas.

Para analisar as duas últimas *hashtags*, propomos um jogo de ordenar as *hashtags* em uma sequência lógica. Em uma das sequências possíveis, podemos estabelecer a relação mencionada anteriormente, do sujeito da falta que evidencia a falha do sistema. Por exemplo, uma sequência lógica poderia ser: *#YoMeQuedoEnCasa* e por isso o *Yo* perde o emprego, logo, *#YoMeQuedoSinTrabajo*. Ao não ter mais a fonte de renda e, ao mesmo tempo, ficar fora do sistema de auxílio social por distintas razões possíveis, como não ter um trabalho registrado, por uma condição ilegal de imigração, entre outras, o *Yo* não tem condições de manter a sua moradia: *#YoMeQuedoSinCasa*. Ao ficar sem casa, esse *Yo* passa a viver em situação de rua, *#YoMeQuedoEnLaCalle*. Ao estar exposto e vulnerável, *#YoMeQuedoEnfermo*. Chegando, pelas faltas, à falha do sistema, ou seja, o *Yo* fica doente por ter se contagiado devido à condição de vulnerabilidade imposta a ele pelas medidas governamentais para o enfrentamento dos contágios. E é possível acrescentar: ao ficar doente, *#YoMeQuedoSinCurro*, sem a possibilidade de conseguir um trabalho formal nem o trabalho informal por estar contagiado. Com isso, temos o fechamento do ciclo, que pode voltar a se repetir ou desviar para outros ordenamentos, criando, assim, distintas histórias possíveis para esses *Yos*. Histórias essas que podem ser pensadas e formuladas tanto em práticas orais como escritas, em atividades individuais ou em grupo para a reflexão de questões sociopolíticas a partir do gênero tecnodiscursivo da *hashtag* por meio da análise de aspectos linguísticos sintáticos, semânticos e discursivos.

Com isso, retomamos Meniconi e Silveira (2016) quando, sobre o ensino de ELE, convidam-nos a “sair do ensino da estrutura gramatical e frasal descontextualizada”. Embora as autoras nos convidem a adentrar no que elas chamam de “universo do trabalho com o texto”, aludindo a gêneros discursivos que se caracterizam por textos extensos ou, pelo menos, maiores que os seguimentos que compõem as *hashtags* aqui analisadas, defendemos que, com o exercício analítico aqui empreendido, cumprimos exitosamente com a execução de uma proposta que considera “um conjunto de enunciados organizados para expressar intenções comunicativas, negociações, interações sociais, pontos de vista, ideias e emoções”.

## **| Considerações finais**

Neste estudo, buscamos refletir tanto sobre desafios como contribuições que as práticas tecnodiscursivas apresentam para a ciência da linguagem, e como podem contribuir para o ensino de uma Língua Estrangeira, no caso de ELE.

A partir do exposto e descrito analiticamente, apresentamos a *hashtag* como um recurso inovador para o ensino de línguas estrangeiras, haja vista que 1) ela cumpre a função de oração mais ou menos complexa utilizada para o estudo da sintaxe do espanhol, nestes casos apresentando sujeito, verbo e complemento; 2) só pode ser interpretada a partir do estudo do contexto sociopolítico ao qual se insere, o que rompe com a tradição do ensino de língua estrangeira a partir de orações desconectadas entre si ou com qualquer contexto social, político e cultural; 3) pela presença do tecnografismo # que convoca a formação de uma comunidade tecnodiscursiva, questiona a língua pelo digital, quando apresenta um sujeito sintaticamente singular como um coletivo.

Concluimos que as manifestações tecnodiscursivas impõem uma necessidade de atualização dos métodos das ciências da linguagem de maneira geral colocando à prova seu arcabouço teórico para que seja possível lidar de forma satisfatória com as novas discursividades. E ainda, testamos como a *hashtag* pode operar como um rico recurso didático para trabalhar aspectos sintáticos, semânticos e discursivos da língua de forma a convocar necessariamente o estudo do contexto social, político e cultural no qual a língua estrangeira está inserida.

## Referências

- ANTUNES, A. **Análise de textos**: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.
- BRASIL. **Tratado MERCOSUL**. Decreto nº 350, de 21 de novembro de 1991.
- BRASIL. Lei nº 11.161, de 05 de agosto de 2005. Lei do Espanhol.
- BRASIL. Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017. Lei do Novo Ensino Médio.
- BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Lei de Diretrizes e Bases para a Educação.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Linguagens, códigos e suas tecnologias. Secretaria de Educação Básica. Brasília, MEC, 1998.
- CANALE, M.; SWAIN, M. Theoretical bases of communicative approaches to second language teaching and testing. **Applied Linguistics**, v. 1, n. 1, 1980.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

GLUCK, E. P. As diferentes *affordances* nos ecossistemas digitais. **Revista Entrelinhas**, v. 13, n. 01, p. 102-103, jan./jun. 2019.

LADO, R. **Introdução à linguística aplicada**. Petrópolis: Vozes, 1971.

MAINGUENEAU, D. **Cenas da enunciação**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

MAINGUENEAU, D. Das razões para ler *Ressignificação em contexto digital*. PAVEAU, M.; COSTA, J. L.; BARONAS, R. L. (org.). **Ressignificação em contexto digital**. São Carlos: EDUFSCar, 2021. p. 9-14.

MENICONI, F. C.; SILVEIRA, M. I. M. Escrita argumentativa em língua espanhola: uma análise discursiva e retórica de artigos de opinião de alunos iniciantes do Curso de Letras/Espanhol. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 51, n. 1, p. 166-175, jan./mar. 2016.

MOIRAND, S. L'apport de petits corpus à la compréhension des faits d'actualité. **Corpus**, n. 18, 2018/2020.

MORALES DA SILVA, M.; LOURENÇO COSTA, J. Tecnodiscursos subversivos. Militantismo digital no contexto da pandemia da covid-19. **TSN**. Revista de Estudios Internacionales, v. 16, p. 31-46, 2024. DOI: <https://doi.org/10.24310/transatlantic-studies-ne-twork.16.2024.20195>.

PARAQUETT, M. A língua espanhola e a linguística aplicada no Brasil. **Abehache**, ano 2, n. 2, p. 225-239, 1º sem. 2012.

PAVEAU, M.-A. **Análise do Discurso Digital**: dicionário das formas e das práticas. Campinas: Pontes, 2021a.

PAVEAU, M.-A. A resignificação na web social: princípios teóricos-metodológicos. *In*: PAVEAU, M.-A.; LOURENÇO, J. C.; BARONAS, R. L. **Ressignificação em contexto digital**. Prefácio Dominique Maingueneau; Posfácio Cristiane Dias. São Carlos: EDUFSCar, 2021b. p. 19-57.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, M.; HAROCHE, C.; HENRY, P. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. *In*: BARONAS, R. L. (org.). **Análise de Discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. Araraquara: Letraria, 2020.

POLINSKI, P. M. P. Aspectos culturais no processo de ensino-aprendizagem de espanhol como língua estrangeira a partir dos patrimônios culturais imateriais. *In*: STAHLHAUER, A. S. M.; ORGADO, G. T. M. R.; D'EL REI, P. L. (org.). **Mediação Cultural e Interculturalidade no Ensino de Línguas**. Bordô Grená, 2022. p. 124-138.

RODRIGUES, F. S. C. As línguas estrangeiras na legislação educacional brasileira de 1942 a 2005. *In*: BARROS, C. S.; COSTA, E. G. de M. (org.). **Se hace camino al andar**. Reflexões em torno do ensino de espanhol na escola. 1. ed. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2012. v. 1, p. 23-35.

RODRIGUES, F. C.; LOURENÇO, J. C.; BARONAS, R. L. (org.). **Enciclopédia discursiva da COVID-19: o primeiro ano da pandemia no Brasil**. São Carlos: EdUFSCar.

SERRANI, S. **Discurso e cultura na aula de língua: currículo, leitura, escrita**. Campinas: Pontes: 2010.

SOTO, U. *Stricto Sensu: regularidades e dispersão na pesquisa em Língua Espanhola*. *In*: PARAQUETT, M.; TROUCHE, A. (org.) **Formas & Linguagens**. Tecendo o Hispanismo no Brasil. Rio de Janeiro: CCLS Publishing House, 2004.

#### **Como citar este trabalho:**

MORALES DA SILVA, Mariana. A *hashtag* no ensino de Língua Estrangeira: um questionamento às ciências da linguagem pelo digital. **Revista do GEL**, v. 21, n. 2, p. 227-247, 2024. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>.

Submetido em: 22/01/2024 | Aceito em: 23/08/2024.

# Línguas ameaçadas: uma reflexão sobre o adormecimento e a retomada de línguas indígenas no Brasil

**Diego Barbosa da SILVA<sup>1</sup>**

---

<sup>1</sup> Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil;  
| vsjd@uol.com.br | <https://orcid.org/0000-0002-0838-1106>

**DOI:** <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v21i2.3746>



**Resumo:** Como sabemos, a maioria das línguas indígenas no Brasil se comparada com outras línguas no mundo não apresenta muitos falantes, o que a manteria em constante ameaça de adormecimento desde o início da invasão portuguesa. Para reverter esse processo, assim, pesquisadores criaram modelos para classificar e avaliar essa ameaça a partir de uma série de fatores que consideram, por exemplo, se há transmissão intergeracional ou mesmo as funções que a língua exerce na comunidade. Neste artigo, analisamos os modelos de vitalidade linguística que têm por objeto chamar atenção para uma realidade que se posta como perigosa ao mesmo tempo que se estimula intervenção política para reverter esse processo de adormecimento. Mostramos, contudo, que esses instrumentos ainda conservam uma memória colonialista que desconsidera a participação dos falantes indígenas e os sentidos de línguas para eles.

**Palavras-chave:** Línguas ameaçadas. Retomada linguística. Vitalidade linguística. Línguas Indígenas.

---

## **Endangered languages: a reflection on the dormancy and resumption of Indigenous languages in Brazil**

**Abstract:** Most Indigenous languages in Brazil, compared to other languages in the world, do not have many speakers, which would have kept them under constant threat of dormancy since the beginning of the Portuguese invasion. To reverse this process, researchers have created models to classify and assess this threat based on a series of factors that consider, for example, whether there is intergenerational transmission or even the functions that the language performs in the community. In this paper, we analyze the models of language vitality that aim to draw attention to a reality that is posed as dangerous while encouraging political intervention to reverse this process of dormancy. We show, however, that these instruments still preserve a colonialist memory that disregards the participation of Indigenous speakers and the meanings of languages for them.

**Keywords:** Endangered languages. Language revitalization. Language vitality. Indigenous languages.

## 1. Introdução

Há algumas décadas, os Estudos de Linguagem apresentam pesquisas sobre línguas ameaçadas e sobre a necessidade de retardar ou reverter esse processo. Com este trabalho, propomos uma reflexão sobre as causas de adormecimento de línguas e sobre as formas e instrumentos para a retomada a partir das línguas indígenas no Brasil.

Vale fazermos um parêntese sobre o porquê de utilizarmos neste trabalho o nome de adormecidas, como Rubim (*apud* Farias, 2023) e outros pesquisadores indígenas e ativistas linguísticos fazem (Amaral, 2020, p. 9), para aquelas línguas que atualmente não apresentam falantes, ao contrário de outros pesquisadores que as chamam de línguas extintas, desaparecidas ou mortas (ver Harrison *apud* Lima; Sousa; Mello, 2022; Crystal, 2000; Hagège, 2000). Tal opção ideológica se explica justamente para destacarmos que línguas podem “adormecer” e serem retomadas, ainda que sob outras realidades e épocas. As línguas indígenas no Brasil puderam e podem adormecer em outras línguas, como no Português brasileiro, ou nas variedades de Português indígena, nos seus léxicos ou em suas gramáticas (Christino, 2018; Xerente, 2018; Bonifácio, 2019). Podem “adormecer” ainda nos registros escritos ou nas listas de palavras de viajantes, de especialistas e de falantes (Puri; Puri; Puri, 2020; Moraes, 2021), nos nomes de seus povos originários, na arte e nos grafismos indígenas, na memória dos lembradores e dos anciãos, nos sonhos (Kopenawa; Albert, 2015), nos cantos, nas cosmologias (Bonfim; Queiroz, 2023), nos rituais ou mesmo nos encantados (Pankararu, 2021), podendo algum dia serem despertadas e retomadas (Bonfim, 2017; Souza, 2021; Durazzo, 2022).

Cabe ressaltar, contudo, que dizer que línguas adormecem não se trata de um eufemismo para o que passaram e passam os povos indígenas nesses últimos séculos. Pelo contrário, implica em uma forma de resistência e por que não dizer de esperança de que, apesar de tudo, resiste e pode ter suas línguas despertadas e retomadas. E, além disso, se as línguas podem ser retomadas, isso contraria as previsões feitas por Krauss<sup>2</sup> (1992) de que 90% das línguas no mundo desapareceriam ou estariam ameaçadas de desaparecimento no final

---

2 Krauss (1992) foi um importante linguista dos estudos da vitalidade linguística como veremos a seguir. Ainda que sua previsão desconsiderasse a possibilidade de retomada e de emergência étnica e linguística que estamos vivenciando, seus estudos foram fundamentais para promover intervenções linguísticas e chamar a atenção do mundo todo para a questão linguística. Desse modo, não podemos dizer que Krauss estivesse equivocado, pois suas falas e de outros como Crystal (2000) e Hagège (2000) serviram como denúncias e contribuíram para reduzir o adormecimento de línguas, ainda que o protagonismo desse processo de redução seja dos próprios falantes como veremos.

do século XXI. Afinal, se as línguas podem ser retomadas, nada estaria posto em definitivo.

Para trilharmos nosso percurso de refletir sobre o adormecimento de línguas, na primeira seção, apresentamos um panorama dessas línguas, que por serem faladas por poucas pessoas, estariam em perigo, se considerarmos o número de falantes como o principal elemento para avaliar a ameaça de adormecimento de uma língua. Continuando, nós nos debruçamos sobre as possíveis causas e consequências do adormecimento de línguas para os sujeitos falantes e para a humanidade. Na segunda seção, apresentamos alguns indicadores de vitalidade linguística, construídos para melhor compreender o fenômeno de adormecimento de línguas, com destaques para o do *Atlas of the World's Languages in Danger*, publicado pela Unesco, sob coordenação de Moseley (2010) e o *Expanded graded intergenerational disruption scale*, desenvolvido por Lewis e Simons (2010) no âmbito do Ethnologue<sup>3</sup>. Prosseguindo, refletimos sobre o problema de pensar esses indicadores sem a participação dos falantes e sem considerar as relações complexas em que essas línguas estão envolvidas. E na terceira e última seção, problematizamos algumas ações que podem ser realizadas para a retomada dessas línguas ameaçadas, levando em consideração uma perspectiva de língua diferente daquela realizada por colonialistas europeus dos séculos XVI e XX.

## 2. Adormecimento de línguas: causas e consequências

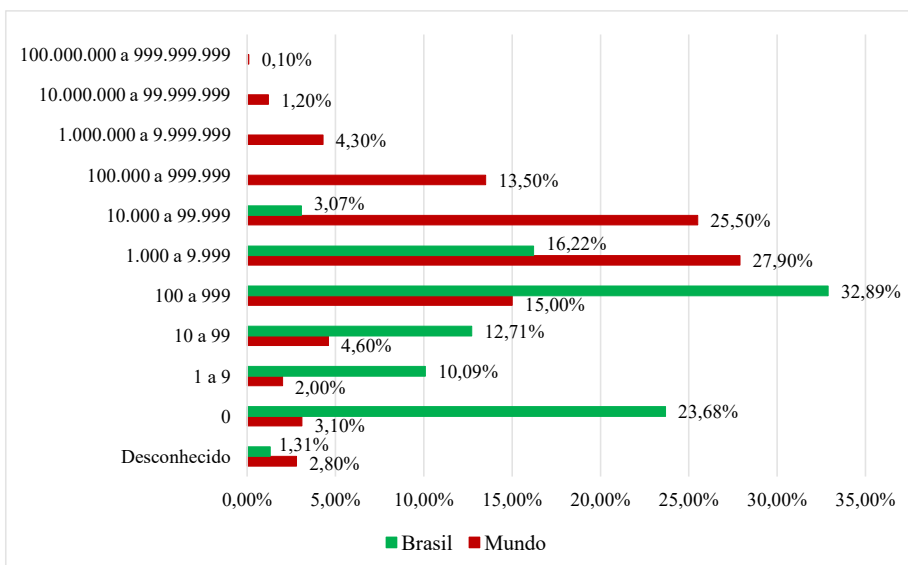
Dando início ao nosso percurso de análise, de imediato, é possível constatar que há um consenso entre pesquisadores de que no mundo existem aproximadamente 7 mil línguas (Bright, 1992; Crystal, 2010 [1987]; Moseley, 2010; Grenoble, 2011; Sallabank, 2012; Comrie, 2018 [1987]; Pereltsvaig, 2021 [2012]; Altenhofen, 2022) e também que essas línguas não apresentam um número de falantes distribuídos uniformemente. Pelo contrário, 95% delas são faladas por 5% da população mundial (Grenoble, 2011; Altenhofen, 2022) e apenas 90 dessas línguas têm mais de 10 milhões de falantes como afirmam Simons e Fennig (2017)<sup>4</sup>. Essa característica de que a imensa maioria das línguas apresenta poucos falantes pode ser melhor observada no Gráfico 1.

---

3 Ethnologue é um projeto de documentação e descrição de línguas desenvolvido pelo SIL Internacional, anteriormente denominado *Summer Institute of Linguistics*, que mantém um *site* com informações sobre as línguas do mundo, entre elas um *ranking* a partir da escala de vitalidade de Lewis e Simons (2010). Atualmente, para se ter acesso às suas informações, é necessário realizar o pagamento de assinatura para o portal.

4 Mesmo conscientes das polêmicas em torno da quantificação e da classificação de línguas, como nos apresentam Makoni e Pennycook (2006), observamos que o vasto quantitativo de línguas existentes com pequenos números de falantes tem mobilizado intervenções no ambiente linguístico em todo o mundo, como mostraremos mais adiante neste trabalho.

**Gráfico 1.** Percentual de línguas no mundo e no Brasil por faixa populacional de falantes



**Fonte:** Elaborado pelo autor com dados de Simons e Fennig (2017)

Observando o Gráfico 1, percebemos que essa relação entre línguas e número de falantes é mais acentuada no Brasil se comparada com o mundo. Enquanto no Brasil a maioria das línguas é falada por menos de mil pessoas, no mundo acontece justamente o contrário, com a maioria das línguas falada por mais de mil pessoas com o principal segmento estando entre mil e dez mil falantes. Além disso, como podemos observar no Gráfico 1, algumas dezenas de línguas adormeceram nas últimas décadas, sobretudo no Brasil. Isso coloca o Brasil em uma situação bastante crítica no quesito adormecimento de línguas em comparação com o restante do mundo.

O que tentamos mostrar com esses dados é que, para que uma língua continue viva, é fundamental que tenha falantes. Rodrigues (1993) nos mostra que em 1500 no território onde hoje está o Brasil, havia 1.175 línguas<sup>5</sup>, e se hoje há aproximadamente 160<sup>6</sup>, isso significa que mais de 80% foi adormecida ou mesmo não deixou qualquer registro através do qual as possamos identificar (Galucio; Moore; Voort, 2018). Krenak (2020, p. 23) nos alerta que o adormecimento de línguas ainda ocorre até hoje: “todos nós sabemos que a cada ano ou a cada semestre uma dessas línguas maternas, um desses idiomas originais de

5 Posteriormente, o número foi confirmado por D'Angelis (2019, p. 18) a partir da análise de registros de Fernão Cardim (séc. XVI), de Cristóbal de Acuña (sec. XVII) e do trabalho de etnohistória de Miguel Menéndez (séc. XX). O autor constatou que o número de línguas seria de 1215, bem próximo das estimativas de Rodrigues (1993).

6 Ressaltamos novamente que esse número não inclui as línguas que têm sido retomadas e as línguas de sinais emergentes, nem as línguas dos povos isolados.

pequenos grupos que estão na periferia da humanidade é deletada”. Franchetto (2013, p. 1) afirma que esse processo ainda está em curso:

No extremo de uma hierarquia complexa, estão, por exemplo, as 160 línguas indígenas ainda sobreviventes em território brasileiro, algumas das quais decretadas extintas nos últimos dois anos; o último (semi-) falante de Apiaká morreu no começo de 2012, apenas para dar um exemplo. Outras línguas contam com menos de 10 falantes, outras ainda se mostram vitais, mas com variados sinais de declínio, como o abandono de artes verbais, de partes do léxico culturalmente cruciais, o uso do português como língua franca, o crescente bilinguismo língua(s) indígena(s)/português. As línguas nativas ‘ameaçadas’ são a maioria absoluta, são muito mais do que as oficialmente declaradas como tais, se adotarmos o critério internacional que define como ‘línguas em perigo’ as que têm menos de mil falantes.

Isso se deve nas Américas, principalmente, como aponta Sallabank (2012, p. 103), aos séculos de genocídio de povos indígenas. Tal fato torna-se mais perceptível quando analisamos que praticamente todas as línguas a leste desapareceram, onde a ocupação colonial foi mais presente e onde hoje está a maioria da população brasileira não indígena.

No entanto, qual a importância desse fato? Sabemos afinal que, como forma de expressão cultural, as línguas sempre variam, seja no tempo, no espaço, nas situações comunicativas e/ou no contato com outras línguas. Línguas mudam, línguas se vão e outras línguas emergem, em um processo contínuo. Essa é a norma como nos mostram Mufwene (2004), Couto (2009) e tantos outros. O que se nota, contudo, atualmente, é que o ambiente sociolinguístico tem sido alterado de forma muito rápida, em todo o mundo, talvez de um modo nunca antes visto, o que tornaria essa mudança, assim, preocupante, ao colocar uma quantidade expressiva de línguas em ameaça de adormecimento em tão pouco tempo.

Desde o século XV, com o capitalismo, o Planeta tem se conectado e se integrado de forma cada vez mais ampla e acelerada e isso tem provocado profundas transformações na forma de vida humana e também no meio ambiente (ver Acosta, 2016; Latour, 2020). Se por um lado, estamos conseguindo avanços tecnológicos e científicos – ainda que não seja de forma igualitária para todos – estamos apagando saberes, abrindo mão de conhecimentos e de experiências de vida de milhares de anos, por meio do silenciamento de línguas que nunca

foram sequer descritas ou documentadas ou mesmo conhecidas por outras pessoas além de seus próprios falantes maternos.

Entretanto, mesmo com mais de 80% das línguas originárias brasileiras adormecidas nos últimos séculos, como dissemos, ainda é possível, no Brasil, observar, de acordo com muitos linguistas (Rodrigues, 2002 [1994]; Galucio; Moore; Voort, 2018; Storto, 2019; D'Angelis, 2019; Altenhofen, 2022; Franchetto; Balykova, 2022; Isa, 2023), aproximadamente 160 línguas indígenas vivas de dezenas de famílias linguísticas<sup>7</sup> distintas. Uma diversidade considerável para os dias de hoje<sup>8</sup>.

Podemos observar, no entanto, no Mapa 1 a seguir, que a maioria desses povos indígenas se encontra hoje na região amazônica e muitos deles em locais intensamente multiétnicos e multilíngues. Entre esses locais destacam-se o Alto Rio Negro, no Amazonas, referenciado pelo nº 43 no mapa; o Parque Indígena do Xingu, no Mato Grosso, referenciado pelo nº 45; no Sul de Rondônia, referenciado pelo nº 44 e provavelmente o Vale do Rio Javari, no Amazonas, correspondente ao nº 41, onde se encontra o maior número de registros de povos isolados no mundo (Funai, 2023). São povos, assim, que continuam a lutar pelas suas existências e que permanecem vulneráveis pelo avanço da agropecuária, do desmatamento, das queimadas e do garimpo ilegais<sup>9</sup>. Seus territórios, saberes, culturas, expressões, modos de vida, assim, permanecem ameaçados e suas línguas podem adormecer em breve como as demais já adormecidas.

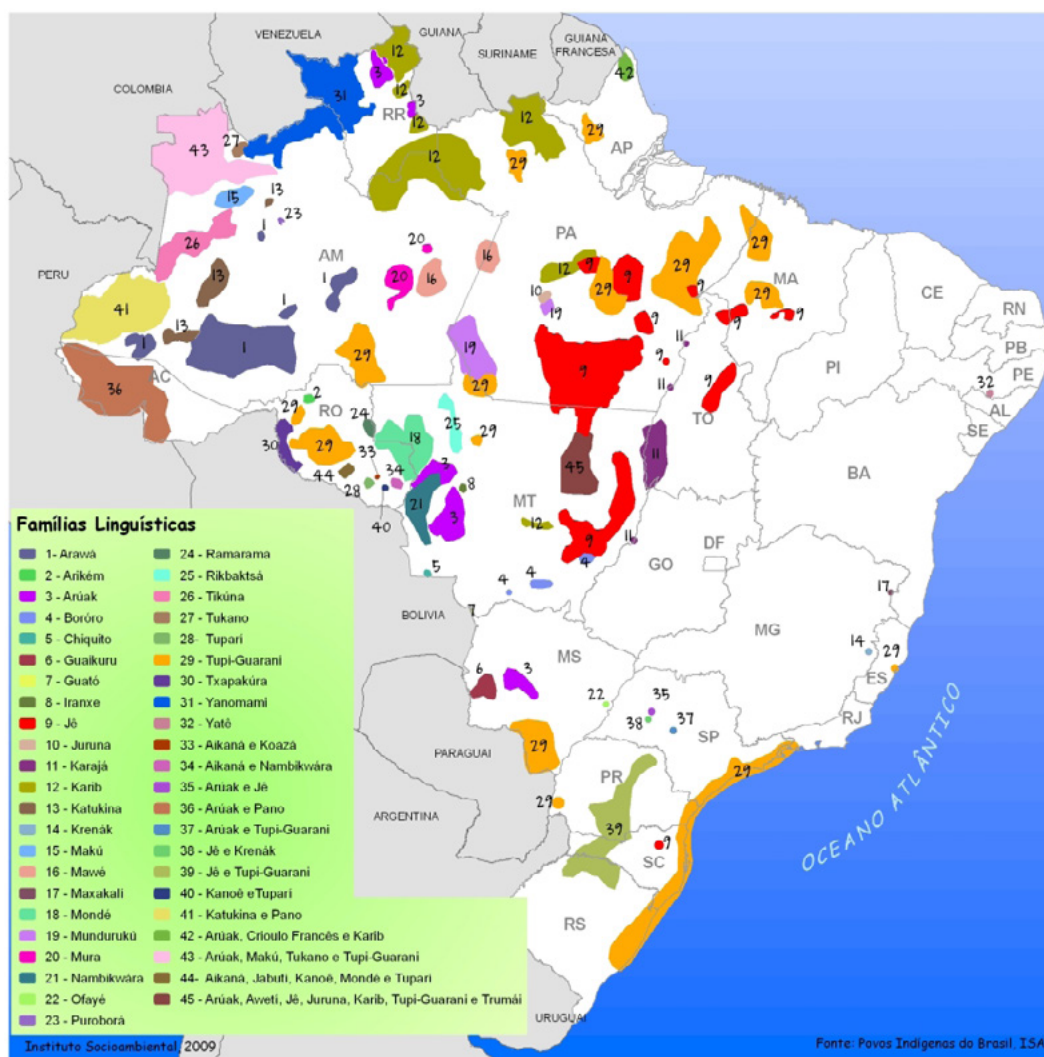
---

7 Uma família linguística é caracterizada por línguas que tiveram uma mesma origem, ou seja, vieram a partir de mudanças de uma mesma língua ancestral.

8 O Brasil é o 10º país com mais línguas no mundo (Simons; Fennig, 2017). E como somos o país com maior número de registros de povos isolados no mundo, isto é, nunca contactados (Funai, 2023), se considerarmos as suas línguas, provavelmente, avançaríamos para a 5ª ou 6ª posição (Simons; Fennig, 2017).

9 De acordo com MapBiomias (2023), a Amazônia perdeu 13% de sua cobertura original somente nas últimas três décadas. De acordo com a mesma organização, a perda de vegetação no período foi de 0,8% em terras indígenas e de 21,5% em áreas não demarcadas, o que comprova a importância da demarcação para a preservação da biodiversidade, mas também aumenta a pressão sobre esses territórios, tornando-os mais vulneráveis.

**Mapa 1.** Localização das famílias linguísticas brasileiras



**Fonte:** ISA (2023)

Mas por que as línguas adormecem? E quais as consequências negativas disso para a humanidade? Para responder a primeira pergunta, não podemos esquecer, como já dissemos anteriormente, que como artefato humano e “produto de contato entre línguas” (Savendra *et al.*, 2021, p. 3), as línguas estão sempre em transformação e podem desaparecer de forma natural, ser abandonadas ou mudar tanto até serem reconhecidas como outras línguas.

Mas, de acordo com Sallabank (2012, p. 103), as línguas podem estar em perigo por quatro razões principais: “1) catástrofes naturais; fome e doenças; 2) guerras



e genocídios; 3) repressão evidente, por exemplo, em prol da unidade nacional e/ou 4) dominação cultural, política e econômica”.

Não nos restam dúvidas, no entanto, de que as principais causas da ameaça às línguas são aquelas de características sociopolíticas, econômicas e ideológicas. Avaliando as razões do adormecimento de línguas indígenas no Brasil, Maher (2018, p. 46) aponta que “no passado para serem considerados ‘brasileiros legítimos’ os povos indígenas foram levados a acreditar que precisariam falar português”. Já no presente é dito a eles que devem “falar línguas indígenas para serem considerados índios ‘autênticos’ e terem seus direitos garantidos”. Sagica e Oliveira (2022, p. 86), ao levantar essa observação de Maher (2018), comentam que

[...] tanto no passado quanto no presente, a ideia que se tem é a de que essas línguas devem ser utilizadas separadamente, sem que uma “contamine” a outra. Ou seja, suas fronteiras devem estar e permanecer demarcadas. Além disso, nos dois casos, percebe-se um esforço no sentido de uma suspensão da identidade indígena, ora como brasileiro/a ora como sujeito indígena, sustentado pelos usos que os sujeitos fazem das línguas.

As línguas ameaçadas de adormecimento, assim, estão em perigo porque os seus sujeitos-falantes estão em perigo, tendo a sua identidade questionada, e sendo muitas vezes obrigados a mudar sua forma de vida, contra a sua vontade, por pressões econômicas e políticas para que possam melhorar de vida ou mesmo sobreviver. Por conta disso, passam a encarar a (mudança de) língua, como um instrumento de sobrevivência.

Dito isto, podemos responder nossa segunda pergunta. Quais as consequências negativas do adormecimento de línguas para a humanidade? Primeiramente, sob o aspecto do direito, essas pessoas, comunidades e povos têm o direito de serem como são, de falarem a língua que desejarem, de continuarem a utilizar a língua com a qual descobriram o mundo quando nasceram e serem respeitados enquanto falantes. Levando em consideração os direitos humanos, advindo de uma longa tradição que inclui a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (1989) e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2003), que declaram a igualdade de direitos humanos independentemente de qualquer característica, podemos fazer um questionamento. Por que os falantes de Inglês ou Português têm “(mais) direito(s)” de utilizar a sua língua materna em espaços e situações do que povos indígenas? O que os faz melhores que



os indígenas de Abya Yala<sup>10</sup> para terem seus direitos e vontades mais facilmente garantidos em comparação com os indígenas?

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996), documento resultante da mobilização de organizações não governamentais, movimentos sociais e patrocinada pela Unesco, considerada o principal instrumento político contra a discriminação linguística, são direitos:

#### Artigo 3.º

1. [...] que devem ser exercidos em todas as situações os seguintes: o direito a ser reconhecido como membro de uma comunidade linguística; o direito ao uso da língua em privado e em público; o direito ao uso do próprio nome; o direito a relacionar-se e associar-se com outros membros da comunidade linguística de origem; o direito a manter e desenvolver a própria cultura; [...] [e]
2. [...] direitos coletivos dos grupos linguísticos [...]: o direito ao ensino da própria língua e da própria cultura; o direito a dispor de serviços culturais; o direito a uma presença equitativa da língua e da cultura do grupo nos meios de comunicação; o direito a serem atendidos na sua língua nos organismos oficiais e nas relações socioeconômicas.
3. Os direitos das pessoas e dos grupos linguísticos mencionados anteriormente não devem representar qualquer obstáculo à sua interrelação e à integração na comunidade linguística de acolhimento, nem qualquer limitação dos direitos desta comunidade ou dos seus membros ao pleno uso público da própria língua na totalidade do seu espaço territorial. [...]

#### Artigo 8.º

1. Todas as comunidades linguísticas têm o direito de organizar e gerir os seus próprios recursos, com vista a assegurarem o uso da sua língua em todas as funções sociais.
2. Todas as comunidades linguísticas têm o direito de dispor dos meios necessários para assegurarem a transmissão e a projeção futuras da língua.

---

10 Abya Yala na língua Kuna (Colômbia, Panamá) era o nome dado ao território do povo Kuna e significa “terra madura, terra viva, terra que floresce...”. Esse termo foi escolhido por diversos povos originários do continente americano, reunidos na Cúpula dos Povos de Abya Yala, em 2007, na Guatemala, para designar todo o continente americano (Grondin; Viezzer, 2021, p. 204).

Os direitos linguísticos, assim, seriam tanto individuais quanto coletivos, indissociáveis. Caberia ao Estado garantir que esses direitos fossem assegurados, eliminando também possíveis barreiras linguísticas para o pleno exercício destes por todas, todos e todes.

Para os Estudos de Linguagem, o adormecimento de línguas poderia ser também bastante significativo. Sobre a diversidade das línguas indígenas no Brasil, Rodrigues (2016, p. 187-191) comenta,

Do ponto de vista tipológico há tanto línguas de gramática predominantemente analítica, quanto outras fortemente polissintéticas, com características que só se encontram nas Américas; tanto línguas com inventários fonológicos abundantes, como outras com um número extremamente reduzido de vogais e consoantes, assim como há línguas tonais, que caracterizam as palavras por sílabas de tom mais alto e de tom mais baixo, e línguas que, como a maioria das europeias, só usam o tom para caracterizar tipos de sentenças [...]. A língua Pirahã falada junto a um dos afluentes do rio Madeira, no Amazonas, tem apenas dez fonemas – seis consoantes, três vogais e o fricativo glotal. Esta, que é a única ainda falada da família Múra e que está bem documentada e analisada, é uma língua tonal, com dois fonemas tonais, um tom alto e um tom baixo, que concorrem com as consoantes, as vogais e o fricativo glotal para caracterizar cada sílaba das palavras. Do ponto de vista fonético, o Pirahã é particularmente notável por ter um som D até hoje só encontrado nele e em nenhuma outra língua do mundo, o qual é produzido com o mesmo movimento inicial da língua com que se faz o nosso r de arara, mas aplicando-se as bordas laterais desse órgão aos dentes molares superiores (como na produção do nosso l), e projetando-se a ponta do mesmo para fora da boca por entre os dentes incisivos e os lábios; e um outro som, não exclusivo, mas raríssimo como som linguístico, B, produzido pela vibração dos lábios acompanhada de vibração das cordas vocais [...] o Karitiána (família Arikém, tronco Tupi) produz orações negativas mediante a supressão das marcas de aspecto e tempo no verbo, portanto por redução de substância.

Além da perspectiva do Direito e dos Estudos de Linguagem, o adormecimento de línguas pode ser ruim para a humanidade porque com ele se perde todo um saber, uma cosmovisão com perspectiva sobre o mundo, um conhecimento cultural, histórico e ecológico único, uma forma de enxergar a vida que, inclusive, pode nos proporcionar muitas experiências de alteridade, que nos ajudaria a entender quem e como somos. Perder tais conhecimentos reduz

a capacidade humana de se adaptar a novas situações, como por exemplo, aqueles relacionados às mudanças climáticas, além de prejudicar a saúde mental dos falantes e da sociedade (Acosta, 2016; Latour, 2020). Para Rodrigues (2014, p. 447-448),

[...] cada linguagem humana é única na forma como codifica o conhecimento e a experiência, pois foi moldada e remodelada de acordo com as necessidades de expressão adequada de um complexo extremamente diversificado e variável de representações mentais [...] Se uma comunidade for obrigada a abandonar a sua língua nativa num espaço de tempo demasiado curto, digamos, numa ou duas gerações, ocorre uma ruptura demasiado grande na transmissão de conceitos e conhecimentos antigos, muito antes de novos conhecimentos e novas experiências poderem amadurecer e tornarem-se integrados e funcionais.

Para termos uma ideia desse impacto negativo no conhecimento relacionado a outras áreas da ciência como a Biologia e a Medicina, o adormecimento de línguas “leva consigo conhecimentos tradicionais sobre plantas medicinais e isso poderá diminuir as chances de descoberta de futuros medicamentos” (Zanon, 2021). Zanon (2021) nos apresenta um estudo da Universidade de Zurique avaliando que, no noroeste amazônico, há “645 espécies de plantas e seus usos medicinais conforme a tradição oral de 37 línguas, e detectou que 91% desse conhecimento, atualmente, só existe em apenas um idioma; sua extinção implica também a morte desse saber medicinal”<sup>11</sup>. E conclui que o impacto do adormecimento de línguas é maior para a Biomedicina, do que o próprio desaparecimento da biodiversidade botânica. O adormecimento de línguas da maneira como acontece é prejudicial, portanto, pois desconsidera o direito linguístico dos falantes, afeta a autoestima da comunidade linguística, reduz o conhecimento que temos do mundo, o que por fim reduz nossa capacidade de sobrevivência enquanto seres humanos.

E muitas línguas estão adormecendo, como já dissemos, sem qualquer registro, o que dificultaria futuros processos de retomada. De acordo com Moore, Galucio e Gabas Júnior (2008), metade das línguas indígenas brasileiras despertas, atualmente, contava com uma descrição ainda incipiente ou com pouco ou nenhuma descrição científica significativa até 2007. Perante tal cenário, o que tem sido feito por pesquisadores, falantes, organizações da sociedade civil e por órgãos do Estado é chamar atenção para a situação sociolinguística no

---

<sup>11</sup> Neste momento cabe uma ressalva. Ao utilizar essa referência, não estamos considerando o relativismo linguístico, mas sim que, como muitos falantes são monolíngues, o adormecimento dessas línguas pode interromper a transmissão de saberes, antes de serem conhecidos por falantes de outras línguas.

mundo ou em determinado local para, posteriormente, buscar soluções de intervenção para manter ou retomar uma determinada língua.

Apresentaremos, neste momento, uma dessas ações, a de elaboração de indicadores de vitalidade para as línguas.

### **3. Indicadores de vitalidade: compreendendo o adormecimento de línguas**

Como dissemos, indicadores são instrumentos que realçam uma determinada situação. No caso dos indicadores de vitalidade linguística, eles demonstram a situação sociolinguística de uma língua e apontam para a possibilidade ou não de essa língua adormecer. Para elaborá-los, primeiramente, antes de tudo, é necessário investigar as causas do adormecimento e depois selecionar os principais fatores que podem afetar o ambiente linguístico, para posteriormente, levantar os dados, realizar a análise e atribuir de forma aparentemente objetiva os diferentes graus de vitalidade. Assim, é possível que se descreva o estado de vitalidade de uma língua e se determine um *ranking* de o quanto tal língua está em perigo de adormecimento.

Atualmente, existem vários métodos para avaliar a vitalidade linguística, que apresentaremos a seguir no Quadro 1, ampliado e adaptado de Zhang e Lee (2021). Nele podemos observar quais fatores alguns pesquisadores como Fishman (1991), Landweer (2000), Moore, Galucio e Gabas Júnior (2008), Moseley (2010), Lewis e Simons (2010), D'Angelis (2014) e Lee e Van Way (2016) julgaram pertinentes para descrever uma situação de perigo e ameaça para uma língua.

Ainda que as nomenclaturas para os conceitos sejam um pouco distintas, de imediato, podemos dizer que é comum entre a maioria dos pesquisadores escolher fatores como o número de falantes; a transmissão intergeracional e os domínios de uso da língua.

O número de falantes por si só é um fator importante, pois não restam dúvidas de que uma língua falada por algumas poucas pessoas se encontra em maior ameaça que outra falada por muitos. Entretanto, o critério populacional pode ser analisado sobre outros aspectos. Por exemplo, de forma proporcional, isto é, por meio do percentual de pessoas de um determinado povo ou etnia que ainda fala a língua ancestral. Assim, quanto maior esse percentual, menores seriam as chances de essa língua ser substituída por outra, pelo menos, em um momento próximo.

**Quadro 1.** Visão geral dos métodos de avaliação da vitalidade de línguas

Nome do indicador	Referência	Fatores
<i>Graded Intergenerational disruption scale (GIDS)</i>	Fishman (1991)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Transmissão intergeracional da língua</li> <li>• Função da língua</li> <li>• Domínios de uso da língua</li> <li>• Alfabetização dos falantes</li> </ul>
Indicadores de vitalidade etnolinguística	Landweer (2000)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Possibilidades de contato</li> <li>• Domínios de uso da língua</li> <li>• Alternância de código linguístico</li> <li>• Dinâmica da população</li> <li>• Redes sociais</li> <li>• Perspectivas sociais</li> <li>• Prestígio da língua</li> <li>• Base econômica</li> </ul>
	Unesco (2003) Moseley (2010)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Transmissão intergeracional da língua</li> <li>• Número absoluto de falantes</li> <li>• Proporção de falantes na população</li> <li>• Domínios de uso da língua</li> <li>• Adaptação a novos domínios</li> <li>• Materiais existentes para educação</li> <li>• Políticas públicas e reconhecimento institucional</li> <li>• Atitudes linguísticas da comunidade</li> <li>• Quantidade e qualidade da documentação linguística</li> </ul>
	Moore; Galúcio e Gabas Júnior (2008) <sup>12</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Transmissão intergeracional da língua</li> <li>• Número absoluto de falantes</li> <li>• Proporção de falantes na população</li> <li>• Conhecimento científico sobre a língua (descrição e instrumentos linguísticos)</li> </ul>
Expanded graded intergenerational disruption scale (EGIDS)	Lewis e Simons (2010)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Transmissão intergeracional da língua</li> <li>• Domínios de uso da língua</li> <li>• Alfabetização dos falantes</li> <li>• Escrita</li> <li>• Identidade étnica</li> </ul>
	D'Angelis (2014)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Transmissão intergeracional da língua</li> <li>• Número absoluto de falantes</li> <li>• Proporção de falantes na população</li> <li>• Funções da língua</li> <li>• Contato linguístico com outros povos e línguas</li> <li>• Atitudes linguísticas da comunidade</li> <li>• Condição socioeconômica da comunidade</li> <li>• Tradição escrita</li> </ul>
Índice de língua ameaçada de extinção	Lee e Van Way (2016)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Transmissão intergeracional da língua</li> <li>• Número absoluto dos falantes</li> <li>• Tendência de crescimento do número de falantes</li> <li>• Domínios de uso da língua</li> </ul>

**Fonte:** Ampliado e adaptado pelo autor a partir de Zhang e Lee (2021)

<sup>12</sup> Referências acrescentadas por este autor ao quadro de Zhang e Lee (2021).

A transmissão intergeracional apresenta-se como pertinente, pois quando se detecta que a língua não é mais transmitida para as crianças por seus pais e avós, torna-se provável que ela adormeça daqui a duas ou três gerações. Ou seja, as línguas tendem a adormecer quando os pais se veem forçados a transmitir outras línguas que avaliam ser, consciente ou inconscientemente, de maior prestígio ou importância para seus filhos.

Já o fator domínio de uso da língua é importante, pois quanto mais funções sociais uma língua exercer, menores as chances de ser substituída por outra e adormecer. Entendemos as funções sociais da língua como a utilizada na família, na comunidade, nas escolas, nos rituais religiosos, no comércio, no contato com outros povos, na administração pública ou na mídia.

Observando ainda o Quadro 1, notamos que outros fatores menos lembrados na literatura também podem ser considerados como a existência de uma escrita e o seu grau de padronização; o grau de alfabetização dos falantes, ou seja, o grau de conhecimento sobre essa escrita; o grau de contato e interação dos falantes com outros povos e línguas, ou mesmo, a presença ou não de políticas linguísticas, das mais variadas classificações.

Uma vez observados esses e outros fatores para cada língua, esses pesquisadores apontam a possibilidade de quantificar e qualificar a situação de determinada língua, prevendo, assim, o seu grau de vitalidade e, conseqüentemente, o nível de risco em que se encontra. Dois desses métodos geram escalas e *rankings* de vitalidade mais conhecidos atualmente, o de Moseley (2010) para a Unesco e o Lewis e Simons (2010) para o *site* Ethnologue, que apresentaremos neste momento.

### **3.1 O indicador de vitalidade linguística da Unesco**

O primeiro deles foi desenvolvido no âmbito da Unesco nos anos 1990. Na virada para a última década do século XX, quando surgiam trabalhos como Krauss (1992), chamando atenção para a aceleração do ritmo do desaparecimento de línguas, a Unesco promoveu iniciativas que culminaram com o lançamento, em 1996, do Livro Vermelho das Línguas Ameaçadas (*The Red Book of Languages in Danger of Disappearing*), nome derivado do Livro Vermelho de Espécies Ameaçadas, cuja relação com a Biologia já tinha sido observada por Krauss (1992). Posteriormente, o método foi reformulado e o nome do documento alterado para Atlas Mundial das Línguas em Perigo (*Atlas of the World's Languages in Danger*) com duas edições (2003 e 2010), sendo a última sob supervisão de Christopher Moseley. A partir de nove fatores como 1) transmissão intergeracional da língua, 2) número

absoluto de falantes, 3) proporção de falantes na população, 4) domínios de uso da língua, 5) adaptação a novos domínios, 6) materiais existentes para educação, 7) políticas públicas e reconhecimento institucional, 8) atitudes linguísticas da comunidade e 9) quantidade e qualidade da documentação linguística, o *Atlas of the World's Languages in Danger*, de Moseley (2010), classificou as línguas em seis níveis, graus de perigo, conforme a Figura 1 a seguir.

**Figura 1.** Graus de perigo das línguas de acordo com a Unesco



**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir de Moseley (2010)

No modelo de vitalidade da Unesco para a última edição do Atlas Mundial das Línguas em Perigo, sob coordenação de Moseley (2010), uma língua é presumidamente considerada *extinta* quando não há nenhum falante conhecido pelo menos desde os anos 1950; *criticamente em perigo*, quando os seus falantes são idosos e falam com pouca frequência ou parcialmente a língua; *severamente em perigo*, quando a língua é falada por avós e outras gerações mais idosas, mas eles não conversam entre si e não a transmitem para as gerações mais novas; *definitivamente em perigo*, quando as crianças não aprendem a língua no contexto familiar como língua materna; *vulnerável*, quando a maioria das crianças fala a língua, mas ela ainda está restrita ao ambiente doméstico e; *seguro*, quando é falada por todas as gerações, há transmissão intergeracional, e é utilizada na maioria dos contextos de uso. Estariam em perigo, assim, as línguas dos níveis *criticamente em perigo* a *vulnerável* na escala de vitalidade adotada pela Unesco (Moseley, 2010).

Após a análise do grau de vitalidade das línguas a partir de cada um dos fatores apresentados, as línguas do mundo e as línguas indígenas no Brasil seriam classificadas da seguinte forma, como demonstrado no Quadro 2 a seguir.

**Quadro 2.** Quantidade de línguas no mundo e de línguas indígenas no Brasil classificadas de acordo com a escala de vitalidade da Unesco

Classificação da Unesco	Quantidade de línguas		Percentual de línguas brasileiras	
	Mundo	Indígenas no Brasil	Mundo	Indígenas no Brasil
Seguras	≅ 4200	0	62,3%	0%
Vulneráveis	611	97	9,1%	51%
Definitivamente em perigo	635	18	9,4%	9,5%
Severamente em perigo	505	19	7,5%	10%
Criticamente em perigo	544	44	8,1%	23,1
Extintas	244	12	3,6%	6,3%
Total de línguas classificadas:	2539	190	100%	100%

**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir do *Atlas of the World's Languages in Danger*, de Moseley (2010)

De todas as línguas do mundo, de acordo com a Unesco, aproximadamente 2300 apresentam algum grau de perigo de extinção – termo utilizado pela entidade – nas próximas décadas e 244 já estariam extintas. Isso corresponderia a mais ou menos 34% de todas elas. De acordo com o mesmo Atlas, em 2010, todas as 190 línguas indígenas presentes no Brasil estariam em risco de extinção ou já estavam extintas. Nenhuma língua indígena no Brasil, assim, estaria segura. Comparando os dados do Brasil e do mundo, a situação no país sul-americano estaria bem mais crítica, 23% de todas as línguas indígenas estão criticamente em perigo, ou seja, bem próximo de adormecerem enquanto no mundo o índice alcança 8,1%. Na Figura 2 a seguir, podemos analisar algumas dessas línguas indígenas no Brasil em perigo listadas por cada nível de vitalidade linguística.



**Figura 2.** Algumas línguas indígenas no Brasil classificadas pelo nível de vitalidade segundo a Unesco



**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir de dados do *Atlas of the World's Languages in Danger*, de Moseley (2010).

De acordo com tal modelo e escala de vitalidade, chama-nos atenção que, considerando os fatores da Unesco, 44 línguas indígenas no Brasil estão criticamente em perigo, entre elas, a Baré, Chiquitano, Guató, Iranxe, Kinikinau, Krenak, Ofayé, Tariana, Xetá, Xipaya, Xokleng, Yawalapiti, o que tornaria urgente a necessidade de ações políticas para que continuem despertas.

### 3.2 O indicador de vitalidade do Ethnologue

A outra escala de vitalidade bastante difundida, atualmente, é aquela desenvolvida a partir do modelo de Lewis e Simons (2010), e adotada pelo Ethnologue. Baseada no *Expanded Graded Intergenerational Disruption Scale (EGIDS)*, que foi feito a partir do estudo de Fishman (1991), ela é publicada anualmente e leva em consideração fatores como: 1) transmissão intergeracional da língua, 2) domínios de uso da língua; 3) alfabetização dos falantes; 4) existência de escrita; e 5) identidade étnica, para classificar as línguas em 13 níveis de vitalidade apresentados a seguir, comparados por Eberhard (2013) com a escala da Unesco, de Moseley (2010).

**Quadro 3.** Níveis de classificação nas escalas de vitalidade da Unesco e do Ethnologue

<b>Nível de classificação do Ethnologue</b>	<b>Descrição do nível de classificação do Ethnologue</b>	<b>Nível de classificação da Unesco correspondente</b>
0 – Internacional	A língua é usada internacionalmente para uma ampla gama de funções.	Seguro
1 – Nacional	O idioma é utilizado na educação, trabalho, meios de comunicação, e governo a nível nacional.	Seguro
2 – Regional	A língua é utilizada para meios de comunicação e serviços governamentais locais e regionais.	Seguro
3 – Comércio	A língua é usada para o trabalho local e regional, tanto por membros da comunidade como por pessoas de fora.	Seguro
4 – Educacional	A alfabetização na língua está sendo transmitida através de um sistema de educação pública.	Seguro
5 – Escrito	O idioma é utilizado por via oral, por todas as gerações e é utilizado informalmente na forma escrita em algumas partes da comunidade.	Seguro
6 <sup>a</sup> – Vigoroso	O idioma é utilizado por via oral por todas as gerações, e está sendo aprendido pelas crianças como sua primeira língua.	Seguro
6b – Ameaçado	O idioma é utilizado por via oral, por todas as gerações, mas apenas alguns membros da geração fértil o transmitem aos filhos.	Vulnerável
7 – Em perigo	Os membros da geração fértil conhecem suficientemente bem a língua para usá-la entre si, mas nenhum deles está transmitindo-o aos seus filhos.	Definitivamente em perigo
8a – Moribundo	Os únicos falantes ativos da língua ainda vivos são membros da geração dos avós.	Severamente em perigo
8b – Quase extinto	Os únicos falantes ativos da língua ainda vivos são membros da geração dos avós ou dos bisavós, que têm pouca oportunidade de usar a língua.	Criticamente em perigo

9 – Dormente	A língua serve como lembrete da identidade ou herança cultural para uma comunidade étnica. Ninguém tem mais do que uma proficiência simbólica em termos de usar a língua.	Extinto
10 – Extinto	Ninguém mantém mais um sentimento de identidade étnica associado com a respectiva língua, mesmo para fins simbólicos.	Extinto

**Fonte:** Lewis e Simons (2010) e Eberhard (2013)

Os dois modelos, do Ethnologue, de Lewis e Simons (2010), e da Unesco, do *Atlas of the World's Languages in Danger*, de Moseley (2010), são bastante similares e consideram fatores semelhantes como a transmissão intergeracional. A principal diferença é que enquanto o foco da escala da Unesco é nas línguas em perigo, com 4 graus de perigo, 1 grau para as extintas e 1 grau para as seguras; a escala de vitalidade do Ethnologue se propõe a analisar a vitalidade de todas as línguas, propondo 13 níveis de classificação, sendo 5 para as línguas em perigo, 7 para as línguas seguras e 1 para as línguas extintas.

Essa distinção está relacionada também com os propósitos das escalas. De acordo com a própria Unesco, sua escala de atualização temporariamente mais esparsa tem como objetivo dar visibilidade e conscientizar as pessoas sobre as línguas em perigo, e conseqüentemente, contribuir para o desenvolvimento de políticas de preservação, levando em consideração uma realidade linguística que, como sabemos, é bastante complexa. Já com o Ethnologue, para além da conscientização por meio de uma atualização anual, é possível acompanhar a vitalidade das línguas ao longo do tempo e verificar se as intervenções políticas estão alterando a situação linguística na escala de vitalidade. Aplicando o modelo de avaliação do Ethnologue, tínhamos, em 2017, a situação expressa no Quadro 4 a seguir.

No modelo do Ethnologue<sup>13</sup>, de Lewis e Simons (2010), as línguas indígenas no Brasil estariam em uma situação mais segura, em comparação com o modelo da Unesco, podendo inclusive algumas delas, como o Tenetehara e o Xavante,

---

13 Posteriormente, o Ethnologue simplificou a sua escala de vitalidade de 13 níveis, agrupando-os em apenas 4: institucional, estável, em perigo e extinta. Como institucional, agrupando níveis superiores, seriam classificadas as línguas que podem ser usadas ou são mantidas por instituições fora do ambiente familiar. Como estável, agrupando níveis intermediários estariam as línguas utilizadas em ambiente familiar, mas sem apoio institucional. Classificadas como em perigo, agrupando níveis inferiores, estariam as línguas ainda vivas, mas com falhas na transmissão intergeracional e como extinta, as línguas adormecidas (Eberhard; Simons; Fennig, 2024).

em comparação com outras línguas indígenas, serem classificadas como o nível 4-Educacional, isto é, com alfabetização na língua ocorrendo por meio do sistema público de ensino.

**Quadro 4.** Quantidade de línguas no mundo e de línguas indígenas no Brasil classificadas de acordo com a escala de vitalidade do Ethnologue

Classificação do Ethnologue	Quantidade de línguas		Percentual de línguas brasileiras	
	Mundo	Indígenas no Brasil	Mundo	Indígenas no Brasil
0 – Internacional	6	0	0,08%	0%
1 – Nacional	97	0	1,36%	0%
2 – Regional	75	0	1,05%	0%
3 – Comercial	164	0	2,31%	0%
4 – Educacional	234	4	3,30%	1,93%
5 – Escrito	1601	31	22,55%	14,97%
6a – Vigoroso	2455	25	34,58%	12,07%
6b – Ameaçado	1082	34	15,24%	16,42%
7 – Em perigo	465	19	6,55%	9,18%
8a – Moribundo	267	24	3,76%	11,60%
8b – Quase extinto	436	34	6,15%	16,42%
9 – Dormente	217	36	3,05%	17,39%
10 – Extinto	Sem dados	22	Sem dados	-
Total de línguas classificadas:	7099	229	100%	100%

**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir de Lewis e Simons (2010) e do Ethnologue, de Simons e Fennig (2017)

Ainda que as duas escalas apresentem uma descrição da realidade um pouco distinta – com 35 línguas indígenas no Brasil em segurança, no caso do Ethnologue, e com nenhuma, no caso da Unesco – ambas apontam que muitas, a maioria, senão todas as línguas indígenas no Brasil, apresenta(m) alta possibilidade de adormecimento nas próximas décadas. Tais modelos de classificação e escalas de vitalidade, no entanto, ainda que adotados por organizações mundialmente conhecidas e renomadas como a Unesco, e ainda

que chamem atenção para a necessidade de ações voltadas para a preservação linguística, podem ser alvo de diversas críticas.

Se nomear, classificar, quantificar e distinguir línguas já é algo complexo, imaginemos que, do mesmo modo, não é fácil levantar dados, descrever a situação linguística de todas as línguas sob vários aspectos e posteriormente ranqueá-las por níveis de perigo. Mufwene (2017), por exemplo, salienta que os estudos de vitalidade linguística ainda não foram teorizados suficientemente. E Zhang e Lee (2012, p. 159) questionam:

Se uma língua é considerada como um sistema, morre quando tem apenas a última pessoa que a fala; se uma língua é considerada como uma atividade prática, mesmo que existam muitas pessoas que a dominam, ela pode ser declarada morta quando as pessoas não se comunicam nessas línguas. A primeira é uma perspectiva linguística, a segunda é uma perspectiva dos falantes ou uma perspectiva da comunidade. Qual perspectiva deve ser escolhida também é uma questão que a teoria da vitalidade de língua deve explorar.

É de Oliveira, Sagica e Severo (no prelo), contudo, que parecem vir as críticas mais contundentes à classificação de vitalidade feita pela Unesco. Para as autoras, esses modelos feitos por linguistas não contam com a participação dos falantes dessas línguas em sua elaboração. E, por isso, não consideram a complexidade do conceito de língua para os indígenas, em alguns fatores que para eles seriam fundamentais. Por exemplo, a essencialidade do território para a vitalidade das línguas indígenas, conforme já constatado por Guerola (2019) e Durazzo e Costa (2022, p. 7). Além disso, para Oliveira, Sagica e Severo (no prelo) tais modelos não refletem a pluralidade dos fluxos migratórios das diásporas indígenas, nem o que Leonard (2007) chama de “posicionalidade indígena”, ou seja, a participação de indígenas na produção do conhecimento sobre suas próprias línguas, como por exemplo, quando Bartolomeu Pankararu afirma que “apesar de não saber falar cotidianamente sua própria língua, tinham os encantados que falavam, e o uso dessa língua estava condicionado à permissão desses seres e ela era tão importante que constituía um segredo entre eles” (Moraes, 2021, p. 494).

Oliveira, Sagica e Severo (no prelo) concluem, assim, que esses modelos são restritivos e eurocêntricos e questionam até que ponto tais categorizações e classificações aprisionam as línguas, contribuindo para que percam as suas vivacidades sob as mesmas críticas de Makoni e Pennycook (2006, 2015) de que as línguas seriam invenções dos colonizadores (Oliveira; Sagica; Severo,

no prelo). Para nós, fica a reflexão e em aberto a possibilidade de pensarmos outras formas de descrevermos a realidade das línguas indígenas sob outros paradigmas, das comunidades falantes.

#### **4. Organizando a retomada linguística**

Dando sequência ao diagnóstico de vitalidade linguística, por meio dos modelos em análise, uma vez constatado o risco de adormecimento de línguas do mundo, era previsível que houvesse *a posteriori* um debate em prol da modificação dessa ameaça. Tal processo de reversão do adormecimento tem recebido diversos nomes como “revitalização, manutenção, retomada e até sustentação linguística” (Amaral, 2020, p. 4), de acordo com o contexto linguístico, político, ideológico e com as ações necessárias.

Amaral (2020, p. 4) nos mostra que o termo revitalização é entendido “como o restabelecimento de uma língua que deixou de ser usada por uma comunidade de fala”. Contudo, como “cada comunidade [...] tem histórias e experiências distintas, o que faz com que a descrição e as características do grau de perda linguística sejam únicos para cada caso”, alguns pesquisadores vêm empregando outros termos como “manutenção linguística para descrever casos onde a língua ainda é falada pela comunidade e transmitida para (pelo menos uma parte das) futuras gerações, em contraste com o termo ‘retomada linguística’, onde a língua já não é falada, pelo menos por uma parte significativa da comunidade” (Amaral, 2020, p. 4). Amaral (2020, p. 5) conclui, assim, dizendo que, internacionalmente, a comunidade acadêmica vem empregando o termo revitalização de forma genérica para todos os processos de reversão do desaparecimento de línguas, que para Lewis e Simons (2010) seriam intervenções políticas para ampliar o nível de vitalidade de uma língua, invertendo o seu processo de desaparecimento.

No Brasil, no entanto, observamos a predileção pelo termo “retomada”, sobretudo por parte de pesquisadores indígenas, para se referir a processos de revitalização de uma língua específica ou mesmo ao cenário atual em que se buscam diversas ações para revitalizar muitas línguas. Vemos também a predileção pelo termo “retomada”, em relação ao termo revitalização, como reafirmação da posição de que as línguas não estão mortas e não são objetos, como na concepção científica ocidental, mas sim parte da vida indígena, de sua identidade, de seu pertencimento enquanto indígena, de uma forma única de ser e estar no mundo. Dizer “retomada”, assim, se alinharia a um outro sentido para as línguas, da língua como potência do ser indígena, bem como a ideia de que as línguas apenas dormem em muitos lugares e formas, como dissemos neste artigo. Mas como retomar uma língua?

Amaral (2020, p. 9) nos chama atenção para a necessidade de compreender as causas específicas dos processos de adormecimento: “é importante ter clareza de que as línguas se encontram ameaçadas por distintas razões históricas, políticas, sociais e econômicas, por isso quanto mais informações tenhamos sobre as causas da perda linguística, mais é possível desenvolver estratégias para reverter essas perdas”.

D’Angelis (2014, p. 102-103) propõe respostas mais específicas voltadas para cada contexto linguístico, como pode ser visto no Quadro 5 a seguir:

**Quadro 5.** Situação e resposta de intervenção linguística por D’Angelis (2014)

<b>Situação</b>	<b>Resposta(s)</b>
1. Línguas vivas e plenamente ativas (língua forte ou língua enfraquecida)	<b>Fortalecimento e Modernização</b> (desenvolvimento da escrita, inclusão em múltiplas mídias, ensino como 1ª língua, produção de materiais didáticos, criação de instrumentos linguísticos)
2. Línguas vivas, com perda de falantes (língua muito enfraquecida a língua doente)	<b>Revitalização e Modernização</b> (desenvolvimento da escrita, ensino como 1ª e como 2ª língua, e produção de materiais didáticos)
3. Línguas vivas apenas entre os mais velhos (língua moribunda a língua agonizante)	<b>Recuperação e Revitalização</b> (criação de língua mista ou registro e documentação, ensino como 2ª língua, produção de materiais didáticos)
4. Línguas mortas (língua morta)	<b>Reintrodução de Bilinguismo</b> (ressurreição ou criação de língua mista ou adoção de (outra) língua ou criação artificial de língua ou ensino como 2ª língua, produção de materiais didáticos)
5. Línguas desaparecidas (língua extinta desaparecida)	<b>Introdução de Língua Indígena</b> (reconstrução da língua ancestral ou adoção de uma língua ou criação artificial de língua ou ensino como 2ª língua, produção de materiais didáticos)

**Fonte:** D’Angelis (2014, p. 102-103; 2020, p. 56-57)

No entanto, Severo (2014 *apud* Silva, 2017, p. 673-674) chama nossa atenção para a realização do processo de revitalização, ao criticar

[...] o modo como os discursos científicos, sob a justificativa de uma ‘suposta ameaça de desaparecimento’, objetificam as línguas como artefatos a serem geridos e protegidos. De acordo com a autora, a objetificação das línguas constitui, em realidade, um ato político, na medida em que, ao separá-las dos sujeitos e de suas histórias, atribui a elas uma neutralidade e autonomia que não existem. Segundo a autora, as línguas não podem ser dissociadas das práticas sociais e das condições históricas em que são usadas. Portanto, ao conceber as línguas como entidades abstratas, passíveis de registro ou mesmo revitalização, o discurso científico nega o caráter inerentemente dinâmico, dialógico e político delas.

Severo (2014), assim, propõe em contraposição a isso, o que ela chama de “política de comunicação”, voltada não para a língua em si, mas para “as práticas linguísticas em que os sujeitos se inscrevem cotidianamente” (*apud* Silva, 2017, p. 674). Nesse modelo, os falantes ocupam um papel central no processo e a língua passa a ser entendida não como um objeto abstrato, mas, como em um conceito antropológico, constantemente em transformação e em contato. O foco não estaria centrado na língua como algo independente, mas no sujeito falante e na sua vontade. Silva (2017, p. 674), apoiando Severo (2014), questiona para que não repitamos as práticas colonialistas de intervenção linguística: “Em outras palavras, de que modo a preservação de uma língua minoritária pode garantir que seus falantes ascendam socialmente? Ou ainda: seria a preservação da língua um desejo dos sujeitos falantes ou dos linguistas interessados na descrição de sistemas gramaticais?” Devemos, assim, enquanto linguistas, deslocar nosso olhar das línguas para seus falantes, afinal neles estão as suas vitalidades.

## **5. Considerações finais**

Neste trabalho, refletimos sobre os processos de adormecimento de línguas. Apresentamos e questionamos os indicadores de vitalidade, sobretudo os desenvolvidos no âmbito da Unesco e do Ethnologue, como melhor forma para compreendermos esses processos de adormecimento. Por fim, pensamos a importância de realizar tais estudos com a participação e liderança dos falantes indígenas.



É certo que o contato e a mudança linguísticos são características de toda e qualquer língua. Mas se a principal causa do adormecimento de línguas nos últimos séculos foi a intervenção europeia por meio da imposição do capitalismo e do colonialismo ao redor do mundo, como nos mostra Makoni e Pennycook (2006, 2015), como podemos continuar a desconsiderar os conhecimentos dos falantes sobre as línguas e os seus desejos e vontades. Sendo assim, é urgente que os Estudos de Linguagem se abram para essas novas formas de saber e de fazer dos povos indígenas que hoje falam essas línguas que adormecem.

## | Referências

ACOSTA, A. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

ALTENHOFEN, C. V. Quantas línguas são faladas hoje no mundo? *In*: OTHERO, G. de Á.; FLORES, V. do N. (org.). **O que sabemos sobre a linguagem?** 51 perguntas e respostas sobre a linguagem humana. São Paulo: Parábola, 2022.

AMARAL, L. Estratégias para revitalização de línguas ameaçadas e a realidade brasileira. **Cadernos de Linguística**, v. 1, n. 3, 2020. Disponível em: <https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/251/248>. Acesso em: 20 mar. 2023.

BOMFIM, A. B. Patxohã: a retomada da língua do povo Pataxó. **Revista Linguística**, v. 13, n. 1, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rl/article/view/10433/7925>. Acesso em: 06 nov. 2023.

BONFIM, E.; QUEIROZ, R. **Epistêmicos míticos nas narrativas em Português Indígena e a mitopoiesis**, 2023 (mimeo).

BONIFÁCIO, L. P. dos S. **Contato linguístico Tikuna-Português no Alto Solimões-Amazonas**: um estudo sobre a variedade de Português falada por professores Tikuna. 2019. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://docplayer.com.br/175584909-Ligiane-pessoa-dos-santos-bonifacio.html>. Acesso em: 27 nov. 2023.

BRIGHT, W. (edit.). **International encyclopedia of linguistics**. Oxford: Oxford University Press, 1992.

CHRISTINO, B. “Hoje nós não somos mais Huni Kuin só na nossa língua”: o Português Kaxinawá em interações transculturais. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 57, n. 3, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8653690>. Acesso em: 20 maio. 2023.

COMRIE, B. (ed.). **The World's Major Languages**. Nova York: Routledge, 2018 [1987].

COUTO, H. H. do. **Linguística, ecologia e ecolinguística: contato de línguas**. São Paulo: Contexto, 2009.

CRYSTAL, D. **Language death**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

CRYSTAL, D. **The Cambridge Encyclopedia of Language**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

D'ANGELIS, W. R. (org.). **Revitalização de línguas indígenas: o que é? Como fazemos**. Campinas: Editora Curt Nimuendajú, 2019.

D'ANGELIS, W. R. Línguas indígenas no Brasil: urgência de ações para que sobrevivam. *In*: BOMFIM, A. B. B.; COSTA, F. V. F. da. (org.). **Revitalização de língua indígena e educação escolar indígena inclusiva**. Salvador: EGBA, 2014.

DHDL (Declaração Universal dos Direitos Linguísticos), 1996. Disponível em: [https://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a\\_pdf/dec\\_universal\\_direitos\\_linguisticos.pdf](https://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf). Acesso em: 20 abr. 2023.

DURAZZO, L. O estatuto encantado das línguas indígenas: comunicação mais-humana e revitalização linguística. *In*: SEVERO, C. G. (org.). **Políticas e direitos linguísticos: revisões teóricas, temas atuais e propostas didáticas**. Campinas: Pontes Editores, 2022.

DURAZZO, L.; COSTA, F. V. F. da. Línguas indígenas no Nordeste brasileiro: esboço político-linguístico de seus processos de valorização. **Revista del CESLA**, v. 30, 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/2433/243374728008/html/>. Acesso em: 06 nov. 2023.

EBERHAD, D. M. Em defesa das línguas minoritárias do Brasil. *In*: **SIL**, 2013. Disponível em: <https://www.silbrasil.org.br/resources/archives/76953>. Acesso em: 22 out. 2023.

EBERHARD, D. M.; SIMONS, G. F.; FENNIG, C. D. (ed.). **Ethnologue: Languages of the World**. Twenty-seventh edition. Dallas, Texas: SIL International, 2024. Disponível em: <http://www.ethnologue.com>. Acesso em: 20 mar. 2024.

FARIAS, E. “As línguas indígenas estão adormecidas, não foram extintas”, diz linguista Kokama. **Amazônia Real**, 19 abr. 2023. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/as-linguas-indigenas-estao-adormecidas-nao-foram-extintas-diz-linguista-kokama/>. Acesso em: 06 nov. 2023.

FISHMAN, J. Reversing Language Shift: Theoretical and Empirical Foundations of Assistance to Threatened Language. Clevedon: Multilingual Matters, 1991.

FRANCHETTO, B. O monolingüismo é uma doença: *In*: EASA/ABA/AAA/CASCA, 2013. Disponível em: [www.wcaanet.org/events/webinar](http://www.wcaanet.org/events/webinar). Acesso em: 08 dez. 2023.

FRANCHETTO, B.; KALYKOVA, C. (org.). **Índio não fala só Tupi**: uma viagem pelas línguas dos povos originários no Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2021.

FUNAI (Fundação Nacional dos Povos Indígenas). Povos isolados, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/povos-indigenas/povos-indigenas-isolados-e-de-recente-contato-2/povos-isolados-1>. Acesso em: 22 maio 2023.

GALUCIO, A. V.; MOORE, D.; VOORT, H. van der. O patrimônio linguístico do Brasil: novas perspectivas e abordagens no planejamento e gestão de uma política da diversidade linguística. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 38, 2018. Disponível em: <http://www.etnolingua.org/biblio:galucio-2018-patrimonio>. Acesso em: 15 jul. 2023.

GRENOBLE, L. A. Language ecology and endangerment. *In*: AUSTIN, P. K.; SALLABANK, J. (ed.). **The Cambridge Handbook of Endangered Languages**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

GRONDIN, M.; VIEZZER, M. **Abya Yala! Genocídio, resistência e sobrevivência dos povos originários das Américas**. Rio de Janeiro: Bambual, 2021.

GUEROLA, C. M. A demarcação de terras indígenas como política linguística. **Revista da ABRALIN**, v. 17, n. 2, 2019. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/512>. Acesso em: 20 maio 2023.

HAGÈGE, C. **Não à morte das línguas**. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Sítio eletrônico, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 23 nov. 2023.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Censo Demográfico 2010: Características gerais dos indígenas. Rio de Janeiro: IBGE 2012a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=795>. Acesso em: 02 mar. 2023.

ISA (Instituto Socioambiental). Povos Indígenas no Brasil, 2023. Disponível em: [https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina\\_principal](https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina_principal). Acesso em: 17 maio 2023.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRAUSS, M. The world's languages in crisis. **Language**, v. 68, n. 1, 1992. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/lan.1992.0075>. Acesso em: 08 nov. 2023.

LANDWEER, L. Indicators of ethnolinguistic vitality. **Notes on Sociolinguistics**, v. 5, n. 1, p. 5-22, 2000.

LATOURET, B. **Onde aterrizar? Como se orientar politicamente no antropoceno**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LEE, H.; VAN WAY, J. Assessing levels of endangerment in the Endangered Languages (ELCat) using the language endangerment index (LEI). **Language in Society**, v. 45, n. 2, p. 271-292, 2016.

LEONARD, W. Producing language reclamation by decolonising 'language'. **Lang. Doc. Descr.**, v. 14, p. 15-36, 2017.

LEWIS, M. P.; SIMONS, G. F. Assessing endangerment: Expanding Fishman's GIDS. **Revue Roumaine de Linguistique**, v. 55, n. 2, 2010. Disponível em: <http://www2.sil.org/~simonsg/preprint/EGIDS.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2023.

LIMA, A. dos S.; SOUSA, R. M.; MELLO, A. A. Souza. Amazônia: as últimas línguas indígenas sobreviventes. **Tellus**, ano 22, n. 49, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/tellus.v22i49.829>. Acesso em: 22 out. 2023.

MAHER, T. M. Shifting discourses about language and discourse among indigenous teachers in Western Amazonia in the wake of policy change. In: CAVALCANTI, M.; MAHER, T. (org.). **Multilingual Brazil: Language Resources, Identities and Ideologies in a Globalized World**. London: Routledge, 2018.

MAKONI, S.; PENNYCOOK, A. (org.). **Disinventing and Reconstituting Languages**. Clevedon: Multilingual Matters, 2006.

MAKONI, S.; PENNYCOOK, A. (org.). Desinventando e (re)constituindo línguas. **Working Papers em Linguística**, v. 16, n. 2, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1984-8420.2015v16n2p9>. Acesso em: 14 nov. 2023.

MAPBIOMAS. Brasil perdeu 16% de sua vegetação não florestal nos últimos 38 anos, 2023. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/2023/11/24/brasil-perdeu-16-de-sua-vegetacao-nao-florestal-nos-ultimos-38-anos/>. Acesso em: 8 nov. 2023.

MORAES, V. Refletindo sobre as concepções de revitalização linguística e de língua morta a partir do contexto Kiriri. **Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som**, v. 6, n. 2, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/164828>. Acesso em: 25 nov. 2023.

MOORE, D.; GALUCIO, A. V.; GABAS JÚNIOR, N. O desafio de documentar e preservar as línguas amazônicas. **Scientific American** (Brasil), n. 3 (Amazônia – A Floresta e o Futuro), 2008. Disponível em: <http://www.etnolingustica.org/media:set2008>. Acesso em: 15 jul. 2023.

MOSELEY, C. (ed.). **Atlas of the World's Languages in Danger**. Paris: Unesco, 2010.

MUFWENE, S. S. **The Ecology of Language Evolution**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

MUFWENE, S. S. Language vitality: The weak theoretical underpinnings of what can be an exciting research area. **Language**, v. 93, n. 4, 2017. Disponível em: [https://www.linguisticsociety.org/sites/default/files/e1\\_93.4Mufwene.pdf](https://www.linguisticsociety.org/sites/default/files/e1_93.4Mufwene.pdf). Acesso em: 27 nov. 2023.

OLIVEIRA, B. de; SAGICA, V.; SEVERO, C. G. **Dos sentidos de vitalidade: revisando o Atlas das Línguas em Perigo (Unesco) à luz de experiências indígenas locais**, 2023 (preprint). Disponível em: <https://osf.io/preprints/psyarxiv/nwpdv/>. Acesso em: 22 out. 2023.

PANKARARU, B. **Zeladores de encantos: memórias do Tronco Velho Pankararu**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2021.

PERELTSVAIG, A. **Languages of the World: an introduction**. Cambridge: Cambridge University Press, 2021 [2012].

PURI, T. X.; PURI, T.; PURI, X. Kwaytikindo: retomada linguística Puri. **Revista Brasileira de Línguas Indígenas**, v. 3, n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/linguasindigenas/article/view/6311>. Acesso em: 06 nov. 2023.

RODRIGUES, A. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. **DELTA**, v. 9, n. 1, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/45596>. Acesso em: 27 nov. 2023.

RODRIGUES, A. **Línguas Brasileiras**: para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Loyola, 2002 [1994].

RODRIGUES, A. Endangered languages in Brazil. **DELTA**, v. 30, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/wzWcYyr49qYCyVRJyb4BkVr/>. Acesso em: 22 out. 2023.

RODRIGUES, A. A originalidade das línguas indígenas brasileiras. **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, v. 9, n. 1, 2016. <https://doi.org/10.26512/rbla.v9i1.19521>. Acesso em: 22 out. 2023.

SAGICA, V.; OLIVEIRA, B. de. Plurilinguismo e pluridiscursividade: caminhos decoloniais para a educação escolar indígena. **Working Papers em Linguística**, v. 23, n. 2, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers/article/view/83836>. Acesso em: 15 out. 2023.

SALLABANK, J. Diversity and language policy for endangered languages. *In*: SPOLSKY, B. (ed.). **The Cambridge Handbook of Language Policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

SAVEDRA, M. M. G.; CHRISTINO, B.; SPINASSÉ, K. P.; ARAÚJO, S. S. de F. Estudos em Sociolinguística de contato no Brasil: a diversidade Etnolinguística em debate. **Cadernos de linguística**, Campinas, v. 2, n. 1, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/221212?show=full>. Acesso em: 15 out. 2023.

SEVERO, C. G. Línguas e Estados nacionais: problematizações históricas e implicações. *In*: SEVERO, C.; SITO, B.; PEDRO, J. **Estão as línguas nacionais em perigo?** Lisboa: Escolar, 2014. p. 9-36.

SILVA, J. I. O debate sobre direitos linguísticos e o lugar do linguista na luta dos sujeitos falantes de línguas minorizadas: quem são os protagonistas. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 17, n. 4, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/9pGS33YzgVbFgqvN3PHtdKx/?lang=pt>. Acesso em: 14 nov. 2023.

SIMONS, G. F.; FENNIG, C. D. (ed.). **Ethnologue**: languages of the America and the Pacific. Dallas: SIL, 2017.

SIMONS, G. F.; LEWIS, M. P. The world's languages in crisis: a 20-year update. *In*: MIHAS, E.; PERLEY, B.; REI-DOVAL, G.; WHEATLEY, K. (ed.). **Responses to language endangerment**. Amsterdam: John Benjamins, 2013.

SOUZA, T. C. Clemente de. Línguas indígenas, fronteiras e silenciamento. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, v. 24, n. 48, jul./dez., 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8666487>. Acesso em: 20 mai. 2023.

STORTO, L. **Línguas Indígenas: tradição, universais e diversidade**. Campinas: Mercado de Letras, 2019.

XERENTE, S. L. Gomes da Silva. A língua Akwẽ e a língua Portuguesa em contato: ameaça ou enriquecimento linguístico. **Articulando e Construindo Saberes**, Goiânia, v. 3, n. 1, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/racs/article/view/55390>. Acesso em: 20 maio. 2023.

ZANON, S. Extinção de línguas indígenas pode aniquilar saberes sobre plantas medicinais. **Mongabay**, set. 2021. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2021/09/extincao-de-linguas-indigenas-deve-levar-junto-saberes-exclusivos-sobre-plantas-medicinais/>. Acesso em: 22 out. 2023.

ZHANG, J.; LEE, S.-Y. Vitalidade de língua na perspectiva da comunidade de fala: o caso do Patuá. **Caletroscópio**, v. 9, n. 2, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/caletroscopio/article/view/5127>. Acesso em: 13 nov. 2023.

#### **Como citar este trabalho:**

SILVA, Diego Barbosa da. Línguas ameaçadas: uma reflexão sobre o adormecimento e a retomada de línguas indígenas no Brasil. **Revista do GEL**, v. 21, n. 2, p. 248-279, 2024. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>.

Submetido em: 30/07/2024 | Aceito em: 24/12/2024.

# Mercado editorial e a literatura escrita em portunhol

Jorgelina TALLEI<sup>1</sup>

Karla VIDAL<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil;  
| jtallei@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0001-8486-0881>

<sup>2</sup> Pipa Comunicação, Recife, Pernambuco, Brasil;  
| karlagvidal@gmail.com | <https://orcid.org/0009-0007-3836-6058>

**DOI:** <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v21i2.3734>



**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo problematizar os guias e manuais de estilo e normas linguísticas utilizados pelo mercado editorial brasileiro em publicações. Buscamos refletir sobre as edições de obras literárias produzidas em línguas mistas, com ênfase nas publicações em portunhol (espanhol-português). Para tanto, consideramos os guias e manuais de estilo e normas editoriais como instrumentos linguísticos (Arnoux, 2009), sob uma perspectiva glotopolítica. Inicialmente, realizamos um mapeamento das publicações em portunhol e, posteriormente, utilizamos uma metodologia qualitativa para analisar as escolhas do mercado editorial em relação a essas obras. A fundamentação teórica deste estudo está ancorada nos trabalhos de Bagno (2001, 2002, 2003), Lagares e Bagno (2011) e Arnoux (2009).

**Palavras-chaves:** Edição. Fronteira. Portunhol. Glotopolítica.

---

## The publishing market and the literature written in Portuñol

**Abstract:** This article aims to critically examine the style guides and linguistic norms used by the Brazilian publishing market. Our objective is to reflect on the editing of literary works produced in mixed languages, with a particular focus on publications in “Portuñol” (Spanish-Portuguese). To this end, we consider style guides and editorial norms as linguistic instruments (Arnoux, 2009), approached from a glottopolitical perspective. First, we conduct a survey of publications in Portuñol, followed by a qualitative analysis of the choices made by the publishing industry regarding these works. The theoretical framework of this study is grounded in the works of Bagno (2001, 2002, 2003), Lagares and Bagno (2011), and Arnoux (2009).

**Keywords:** Edition. Frontier. Portuñol. Glottopolitics.

### | Os instrumentos linguísticos no mercado editorial

O propósito deste artigo é refletir sobre as normativas e os manuais de estilo de cinco editoras brasileiras, entendidos como instrumentos linguísticos que determinam os critérios de suas publicações, a fim de, a partir dessas análises, pensar nas obras escritas em portunhol. A seleção das editoras — Viseu, Ás Editorial, Letra e Voz, Editora Acadêmica do Brasil e Authoria Agência Literária & Studio — foi feita com base nas informações disponibilizadas nos *sites* dessas

editoras e em documentos *online* que apresentam os critérios para a publicação de obras.

Centramos-nos em abordar as obras literárias publicadas em português, examinando o fenômeno à luz das normativas editoriais, com base em estudos de sociolinguística e sob uma perspectiva glotopolítica. Nossa proposta de estudo surge da observação, enquanto autora e editora de livros, dos diversos preconceitos que as editoras demonstram em relação a publicações que fogem à norma-padrão, mesmo quando inseridas em um contexto literário. Posteriormente, fazemos uma reflexão sobre o fenômeno do português em obras publicadas por editoras brasileiras e os critérios estabelecidos para desafiar as normas ou normativas de publicação.

Refletir sobre os critérios de publicação a partir dos estudos da glotopolítica é um desafio, pois envolve analisar as políticas editoriais e os instrumentos linguísticos que as regulamentam. Lagares (2021, p. 53) considera que em termos da glotopolítica:

A língua passa a ser abordada como construto social e discursivo, objeto de polêmicas e cujo controle faz parte de diversas lutas de poder. Essa percepção está presente nos estudos críticos da linguística desde os anos 1980, quando as intervenções sobre as situações multilíngues da África e da Ásia tornaram evidentes as implicações da construção de línguas discretas a partir das práticas heterogêneas da população.

Entendemos que a reflexão sobre as normas que regem um processo de seleção de textos ou obras para fins de publicação, determinando qual norma linguística deve ser utilizada ou é válida para publicar, é parte de relações de diversas lutas no âmbito da língua e também dos estudos de edição. Uma perspectiva glotopolítica de análise, portanto, exige tomar partido de acordo com um ideal democrático nas lutas políticas da linguagem, e neste sentido de análises nas políticas de publicação do mercado editorial brasileiro enquanto agente regulador das normativas exigidas para publicação.

Assim, gostaríamos de iniciar nossa reflexão partindo de algumas reflexões em torno da norma. Para Luchessi (2021, p. 183),

No processo histórico de formação das grandes línguas nacionais modernas, uma determinada variedade linguística se impôs sobre um conjunto de variedades regionais e sociais, mais ou menos aparentadas. Esse processo, crucial para a formação dos modernos Estados nacionais,

deu-se por meio da normatização linguística, que codificou e impôs uma variedade de língua, definida como padrão (*standard*).

Já para Faraco (2008, p. 40), a norma designa um conjunto de fatores linguísticos que caracterizam o modo como as pessoas de uma determinada comunidade falam habitualmente. Consideramos relevante refletir sobre o sentido da normalização nas publicações, uma vez que essa regulação visa determinar o uso ou não de certos padrões linguísticos, a fim de proteger o que é considerado uma “boa publicação” ou um parâmetro de qualidade editorial. Lagares (2018, p. 174) afirma que “a padronização é uma intervenção política sobre a língua. É ela que, nas sociedades modernas, cria a língua como um objeto social reconhecível e perfeitamente delimitado, permitindo-nos identificar comunidades linguísticas diferenciadas.”

É evidente que os mercados editoriais, especialmente das grandes editoras, impõem formas de circulação das línguas determinadas pelos seus manuais de estilo, ou normas de publicação. Compreendemos, assim, as normas e os manuais de redação como instrumentos linguísticos (Auroux, 2009). Entendemos que esses instrumentos podem regular o mercado na medida em que os textos devem se adequar à norma culta. Para o linguista Auroux (1992, p. 3, tradução própria<sup>3</sup>), os instrumentos linguísticos incluem dicionários e gramáticas.

As contribuições recentes dos historiadores das ciências da linguagem conseguiram mostrar como, a longo prazo, a criação de ferramentas linguísticas (desde a escrita até as gramáticas e dicionários), ou gramatização, mudou consideravelmente a ecologia da comunicação. As grandes línguas de cultura são, de certa forma, artefatos, produtos das ferramentas em um contexto particular, aquele do monolinguismo dos Estados-nação.

Embora não considerado por Auroux, entendemos que os manuais de estilo das editoras são publicações distintas, que diferem tanto de dicionários quanto de gramáticas. No entanto, também os consideramos como instrumentos linguísticos, pois a norma de publicação intervém na escrita, no padrão e no estilo aos quais o autor ou autora deve se adequar para ter sua obra publicada e, conseqüentemente, em circulação.

---

3 No original: “Les apports récents des historiens des sciences du langage ont pu montrer comment, sur le long terme, la création d’outillage linguistiques (depuis l’écriture, jusqu’aux grammaires et aux dictionnaires) ou grammatisation a considérablement changé l’écologie de la communication. Les grandes langues de culture sont en quelque sorte des artefacts, des produits de l’outillage dans un contexte particulier, celui du monolinguisme des États-Nations”.

De certo modo, a normatização estabelece o uso de variantes linguísticas que não se aproximam da norma culta e, como o próprio conceito sugere, essas variantes são ajustadas às normativas. No mercado editorial, circulam guias de estilo e manuais que autores e autoras devem seguir para publicar. Com raras exceções, especialmente nas editoras independentes, a maioria das editoras adota normas que correspondem à língua padrão, ou o que Bourdieu (1977) denomina de língua legitimada. Conforme o autor (1977, p. 45), para que uma forma de expressão se estabeleça como a única legítima, é necessário que o mercado linguístico se unifique e que os diferentes dialetos de classe (sejam de classe social, religião ou etnia) sejam avaliados na prática de acordo com o critério da língua ou conforme seu uso legítimo.

A língua legítima não tem o poder de garantir sua própria perpetuação no tempo nem o de definir sua extensão no espaço. Somente esta espécie de criação continuada que se opera em meio às lutas incessantes entre as diferentes autoridades envolvidas, no seio do campo de produção especializada, na concorrência pelo monopólio da imposição do modo de expressão legítima, pode assegurar a permanência da língua legítima e de seu valor, ou seja, do reconhecimento que lhe é conferido (Bourdieu, 1977, p. 45).

Dessa forma, o mercado editorial também se torna um regulador da língua, na medida em que determina as regras de circulação e produção da língua ou das línguas. Conforme Bourdieu (1977, p. 11),

A língua dos gramáticos é um artefato que, universalmente imposto pelas instâncias de coerção linguísticas, têm uma eficácia social na medida em que funciona como norma, através da qual se exerce a dominação dos grupos. Detendo os meios para impô-la como legítima, os grupos detêm, ao mesmo tempo, o monopólio dos meios para dela se apropriarem.

## **| O que nos dizem as normas e as orientações das editoras**

Em uma pesquisa realizada a partir do acesso às normas e orientações sobre como publicar, disponíveis nos *websites* de cinco editoras brasileiras, é possível observar menções relacionadas a questões de ordem gramatical, aspectos formais do texto ou idiomas nas etapas de análise dos originais ou de preparação do texto, ambos presentes no início do processo de publicação de um livro; ou seja, normativas reguladas a partir da circulação de uma língua legítima.

Uma pesquisa exploratória foi realizada nos buscadores Bing e Google, utilizando os termos de pesquisa “como publicar editora” e “guia como publicar editora”. É importante destacar que muitas empresas editoriais não apresentam seus requisitos editoriais em seus *websites*, mas indicam que, para que uma obra seja aceita, é necessário que ela atenda aos requisitos editoriais compartilhados mediante consulta. No quadro a seguir, analisamos os dados encontrados nos *websites* das cinco editoras. Os critérios de escolha foram: 1) a ordem dos resultados nas páginas dos buscadores e 2) apresentar as orientações publicadas abertamente para acesso livre em seus *websites*:

**Quadro 1.** O que dizem as orientações sobre análise dos originais e preparação dos textos para aceite e publicação

Nome da editora	Link acessado	Trecho das orientações para o autor que faz menção à gramática	Etapa do processo
Viseu	<a href="https://editoraviseu.com/como-publicar-um-livro/">https://editoraviseu.com/como-publicar-um-livro/</a>	“O aprimoramento do texto diz respeito a uma análise densa do estilo de escrita, gramática e adequação da linguagem para o público alvo.”	Aprimoramento de texto, capa e miolo
Às Editorial	<a href="https://aseditorial.com.br/como-publicar-o-seu-primeiro-livro-guia-passo-a-passo/">https://aseditorial.com.br/como-publicar-o-seu-primeiro-livro-guia-passo-a-passo/</a>	“Nessas etapas, verificam-se os erros de gramática e ortografia ou até mesmo de estilo literário. Por mais que o próprio autor seja muito cauteloso nesse sentido ao escrever sua obra, podem passar alguns erros, daí a necessidade dessa etapa.”	Preparação de texto
Letra e Voz	<a href="https://www.letraevoz.com.br/como-publicar/">https://www.letraevoz.com.br/como-publicar/</a> e <a href="https://drive.google.com/file/d/1JwHLauJg2iqYHxSeRluc5G-Ql2bAWtib/view">https://drive.google.com/file/d/1JwHLauJg2iqYHxSeRluc5G-Ql2bAWtib/view</a>	“Não são aceitas, sob nenhuma hipótese, citações em quaisquer outros idiomas, à exceção de palavras em outros idiomas inseridas em citações em língua portuguesa. Da mesma forma, dispensa-se a inclusão do excerto no idioma original em nota de rodapé”	Manual de publicação
Editora Acadêmica do Brasil	<a href="https://eabeditora.com.br/como-publicar/">https://eabeditora.com.br/como-publicar/</a>	“A revisão identifica e sugere a correção de possíveis erros gramaticais que interferem na qualidade do conteúdo, mas preserva e garante uniformidade ao estilo da escrita.”	Revisão e normalização dos originais

<p>Authoria Agência Literária &amp; Studio</p>	<p><a href="https://authoria.studio/">https://authoria.studio/</a> e <a href="https://authoria.studio/wp-content/uploads/2023/07/Guia-Preparacao-de-Texto.pdf">https://authoria.studio/wp-content/uploads/2023/07/Guia-Preparacao-de-Texto.pdf</a></p>	<p>“Durante essa etapa, são apontados os principais problemas linguísticos e conceituais da obra – e então é feita uma sugestão de como corrigi-los. A ideia é levantar a maior quantidade possível de problemas para que não haja alterações substanciais nas próximas etapas do processo editorial.</p> <p>A preparação, entre outras coisas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• corrige questões ortográficas e gramaticais;</li> <li>• se atenta para problemas de coesão e coerência;</li> <li>• busca fluidez textual;</li> <li>• sugere adaptações para melhorar a fluência e a clareza do texto;</li> <li>• certifica-se de que há um padrão no estilo do texto do livro todo;</li> <li>• revisa vícios de linguagem e repetições não propositais;</li> <li>• verifica trechos vagos;</li> <li>• aponta informações falsas ou incongruentes; etc.”</li> </ul>	<p>Preparação de texto</p>
--	--	---	----------------------------

**Fonte:** Elaboração própria. Acesso aos *websites* realizado em 11 de abril de 2024.

Como podemos observar, as cinco editoras seguem normas de estilo determinadas ou legitimadas pela língua oficial. Na etapa de avaliação da obra, será analisado o uso da língua que deverá se ajustar às normativas. Além disso, sugerem que erros gramaticais, de estilo e vícios de linguagem serão corrigidos. Assim, as normas estão reguladas por gramáticas ou dicionários. Bagno (2012, p. 21) pondera, neste sentido, sobre a norma culta, ancorada nos princípios de pensar uma língua ideal ou idealizada que seria possível na literatura, assim, todo e qualquer desvio da norma seria considerado um desvio:

[...] o que não está nas gramáticas não é norma culta: é “erro crasso”, é “língua de índio”, “português estropiado” ou, simplesmente, “não é português”. O próprio nome do idioma – português –, então, deixa de designar toda e qualquer manifestação falada e escrita da língua por parte de todo e qualquer falante nativo, e passa a designar exclusivamente

esse ideal abstrato de língua certa, essa “norma oculta” que só uns poucos iluminados conseguem apreender e dominar integralmente. Não é à toa, portanto, que tanta gente diga que “não sabe português” ou que “português é (muito) difícil”.

Quando não nos adequamos à norma padrão, a proposta de livro ou manuscrito costuma ser rejeitada pelas grandes editoras devido ao mau uso da língua ou ao uso incorreto, o que pode ser considerado um desvio da norma.

É importante pontuar que há uma diferença entre a norma culta e a norma padrão. A norma culta é o conjunto de regras gramaticais que regem as gramáticas, enquanto a norma padrão é a forma como a norma culta é registrada e codificada nos diversos instrumentos linguísticos. Nesse sentido, consideramos a norma padrão, pois é ela que regula as normativas ou guias de estilo das publicações das editoras selecionadas para nossas análises. Bagno (2012, p. 23), ao refletir sobre o conceito de norma, distingue entre a norma culta e a norma padrão:

A norma-padrão não é um modo de falar: como o próprio termo padrão implica, trata-se de um modelo de língua, um ideal a ser alcançado, um construto sociocultural que não corresponde de fato a nenhuma das muitas variedades sociolinguísticas existentes em território brasileiro. Por ser uma forma ideal, no sentido platônico do termo, a norma-padrão não pertence ao mundo dos fenômenos, mas exclusivamente ao mundo das ideias, sendo, portanto, um ser de razão. A norma culta, por sua vez, abriga um conjunto de variedades sociolinguísticas empiricamente coletáveis, expressão da atividade languageira das cidadãs e dos cidadãos de vivência urbana e elevado grau de letramento. Ela é composta do que preferimos chamar de variedades urbanas de prestígio, que comportam diferenças entre si – a fala urbana de prestígio do Recife, por exemplo, tem traços distintivos com relação à de Porto Alegre –, mas também um núcleo central bastante homogêneo.

Por esta perspectiva, nos estudos da edição e nas propostas editoriais, não seria possível publicar em portunhol, e em nenhuma outra variante ou fenômeno das línguas quando elas entram em contato, como o guaranhol<sup>4</sup> ou spanglish<sup>5</sup>, por exemplo, pois o contato das línguas e a linguagem experimental produto do mesmo não se adequaria aos instrumentos linguísticos propostos pelas

---

4 De forma geral se denomina a mistura do idioma castelhano ou espanhol e guaraní. Tem uma ampla bibliografia neste sentido, especialmente nas zonas de fronteira, no Brasil com o Paraguai.

5 De forma geral se denomina a mistura do idioma castelhano ou espanhol e inglês. Há uma ampla bibliografia a esse respeito, especialmente nas zonas de fronteira, como entre o México e os Estados Unidos.

editoras como vislumbramos no quadro anterior. Como aponta Lagares (2024, p. 269), “a disputa glotopolítica pelo domínio da língua (de seus faltantes) e também a luta pelo domínio da sua diferença, pela capacidade de definir seus limites definindo o que faz parte dela e o que deve ficar de fora. E essa é uma disputa normativa”. A reflexão é relevante para nós, pois permite considerar as publicações em portunhol a partir do entendimento da norma padrão. A norma padrão que é prescrita nos manuais de estilo ou nas regras de edição, como observamos anteriormente no quadro, dita como devemos preparar uma obra para publicação. No entanto, é possível pensar em publicações a partir do contato das línguas. Assim, consideramos que as editoras independentes se apresentam como uma possibilidade de resistência para publicações neste sentido.

## **| As editoras independentes e as publicações em portunhol na edição de livros no Brasil**

O portunhol tem ganhado força na literatura a partir dos estudos de Diegues, Douglas (2003, 2005, 2010, 2011), e é um campo de expressão artístico cultural que cresce à medida que também recebe críticas diversas, especialmente as relacionadas com os imaginários de uma língua. O escritor Douglas Diegues (*in* Teixeira, 2011, s/p, tradução própria<sup>6</sup>) observa o portunhol como uma língua do contrabando, que surge a partir dos marginalizados:

O portunhol tem forma definida. O portunhol selvagem não tem forma definida. O portunhol é uma mistura selvagem. O portunhol selvagem é um mix plurilíngue. O portunhol é bissexual. O portunhol selvagem é poli sexual. O portunhol é meio papai e mamãe. O portunhol selvagem é mais ou menos como um kamasutra. O portunhol é um esperanto-luso-hispano-sudaka. O portunhol selvagem é uma língua poética de vanguarda primitiva que inventei para fazer minha literatura, um deslimite verbo criador, indomável, uma antropofágica, liberdade de linguagem aberta ao mundo e pode incorporar o portunhol, o guarani, o guarañol, as 16 línguas (ou mais) das 16 culturas ancestrais vivas em território paraguaio

---

6 No original: “El portunhol tiene forma definida. El portunhol selvagem non tiene forma. (El portunhol es um mix bilíngue.) El portunhol selvagem es um mix plurilíngüe. [...] (El portunhol es bissexual.) El portunhol selvagem es polissexual. [...] (El portunhol es meio papaimamãe.) El portunhol selvagem es mais ou menos kama-sutra. [...] (El portunhol es um esperanto-luso-hispano-sudaka.) El portunhol selvagem es una lengua poética de vanguardia primitiva que inventei para fazer mia literatura, um deslimite verbo creador indomábel, uma antropófagica liberdade de linguagem aberta ao mundo y puede incorporar el portunhol, el guaraní, el guarañol, las 16 lenguas (ou mais) de las 16 culturas ancestrales vivas em território paraguayensis y palabras del árabe, chinês, latim, alemán, spanglish, francês, coreano etc [...] Resumindo sem conclusiones precipitadas: el portunhol selvagem es free”.



e palavras do arae, chines, latim, alemão, spanglish, frances, coreano, etc. Resumindo sem conclusões precipitadas: o portunhol selvagem é livre.

De certa maneira, o autor expressa o portunhol como um movimento cultural que surge a partir das fronteiras para questionar os cânones e quebrar normas, também faz uma distinção entre o portunhol (contato das línguas espanhol e português) e o portunhol selvagem, que estaria mais ligado ao campo literário.

Embora seja difícil, observamos nos últimos anos uma maior abertura para que um livro escrito em portunhol possa seguir no fluxo editorial até sua publicação. É importante, para nossa análise, então destacar o que consideramos o primeiro livro publicado em portunhol: *Mar Paraguai*, do escritor paranaense Wilson Bueno, publicado em 1992 pela editora Iluminuras de São Paulo. Néstor Perlongher (2021, p. 7) nos aproxima do portunhol e do caráter inovador da obra ao afirmar no prólogo que “o acontecimento passa pela invenção de uma língua”. Perlongher (2000, p. 7) também reflete sobre o portunhol já no outono do ano 2000: “[...] marginalidade quanto ao *status* acadêmico [...] e também quanto aos seus usuários [...]”

No entanto, a invenção de uma língua como a define Perlongher fica à margem da academia, e dos cânones literários. Sobre a editora, ela se define em sua página na *web*:

Em novembro de 1987 iniciamos nossa editora com a publicação de dois livros: *O matrimônio do céu e do inferno*, na primorosa tradução de José Antônio Arantes, e o romance *Respiração Artificial*, do argentino Ricardo Piglia, escritor então desconhecido no Brasil, atualmente uma referência literária no plano nacional e internacional. Com esses dois livros, seguidos de *A cruzada das crianças*, de Marcel Schwob, e *Contos cruéis*, de Villiers de L'Isle-Adam, que tomou consistência nossa vocação essencialmente literária. Hoje o nosso catálogo foi acrescido de títulos e autores de renome em diversas áreas: literatura, filosofia, cinema, história, comunicação, semiótica, psicanálise, antropologia, educação, etc.<sup>7</sup>

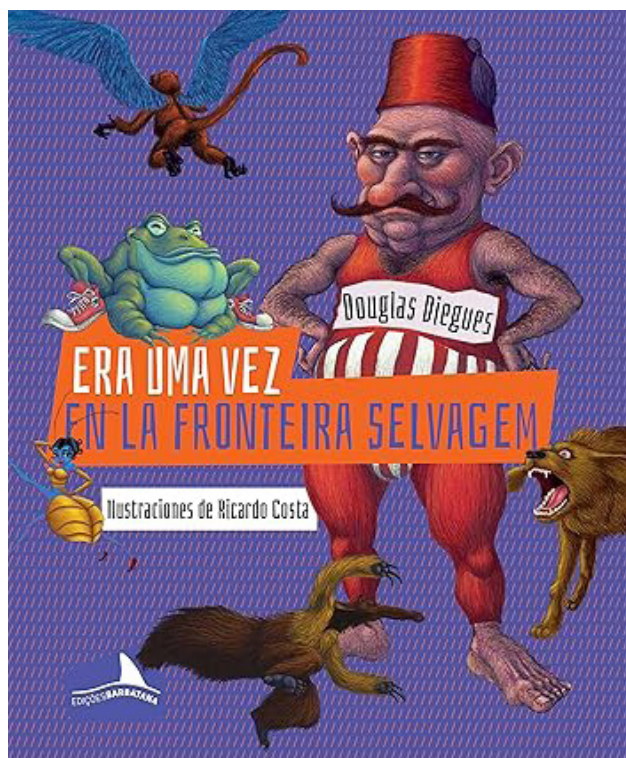
Embora a editora não disponha de muitas informações em sua página *web*, ela dá indícios sobre sua política editorial na medida em que se apresenta nomeando os primeiros livros que foram publicados pelo selo editorial, sendo um deles de um autor muito conhecido e outro autor (estrangeiro) de pouca circulação, até então, no mercado editorial brasileiro. A última edição do livro foi organizada por Douglas Diegues e Adalberto Müller.

---

<sup>7</sup> Informação: <https://www.iluminuras.com.br/sobre-nos>. Acesso em: 22 abr. 2024

Diegues, inclusive, publicou um livro infantil e juvenil em português publicado pela Edições Barbatana<sup>8</sup>. O livro chama-se *Era uma vez en la fronteira selvagem*, fazendo referência ao próprio português selvagem que o autor costuma registrar nas suas obras; o título já faz a proposta de misturar as línguas (espanhol e português).

**Figura 1.** Capa do livro *Era uma vez en la fronteira selvagem*, do autor Douglas Diegues, editora Barbatana



**Fonte:** <https://a.co/d/8TxhnUW>

Sobre a editora, ela se apresenta como:

Os livros da Barbatana seguem duas linhas que se comunicam com liberdade — a pesquisa editorial e a experimentação gráfica — e trazem de tudo um pouco: textos de ficção e de não ficção para crianças e para adultos, tanto de autores e ilustradores conhecidos, como de jovens artistas até então inéditos ou pouco publicados. A revelação de talentos está, ao lado do garimpo de clássicos e da experimentação editorial e gráfica, na base de nossa locomoção.

---

<sup>8</sup> Informações: <https://www.edicoesbarbatana.com.br/sobre-nos-pg-4be8c>. Acesso em: 22 abr. 2024.

A linha editorial já destaca que tem como princípio a experimentação editorial e, portanto, projetos como a escrita literária em portunhol fazem sentido no catálogo da editora.

Fabián Severo, escritor uruguaio, e também um dos escritores, hoje, mais influentes na literatura publicada em portunhol, publicou seu livro de poemas escritos em portunhol: *Noite nu Norte* pela editora Estuario. A editora Estuario se apresenta como:

Acervo editorial de autores imprescindíveis, chaves para entender a situação atual da literatura uruguaia. Estuario Editora e HUM são dois selos editoriais de narrativa, poesia, ensaio, teatro e romance gráfico que reúnem grande parte da melhor literatura uruguaia contemporânea (tradução própria)<sup>9</sup>.

Um acervo editorial que tem a proposta principal de publicar autores imprescindíveis para compreender a situação da literatura uruguaia. O segundo livro de Fabián Severo está publicado pela Rumbo Editorial que se define como: *somos una editorial independiente orientada a promocionar nuevas voces de la literatura uruguaya*. Uma editora independente que tem o mesmo objetivo que a apresentada anteriormente, promover as vozes da literatura uruguaia.

---

<sup>9</sup> No original: “Fondo editorial de autores ineludibles, clave para comprender la actual situación de la literatura uruguaya. Estuario editora y HUM son dos sellos editoriales de narrativa, poesía, ensayo, teatro y novela gráfica, que reúnen gran parte de la mejor literatura uruguaya contemporánea. Informações: <https://www.ideasmas.com/casa-editorial-hum-estuario-editora/>”. Acesso em: 22 abr. 2024.

**Figura 2.** Capa do livro *Noite nu Norte*, do autor Fabián Severo, editora Estuario



**Fonte:** <https://estuarioeditora.com/libros/noite-nu-norte/>

A editora mineira Impressões de Minas, localizada em Belo Horizonte, publicou recentemente, em 2021, a obra *La Chica Zombie*, da autora Gabriela Albuquerque. A escritora, natural de Belo Horizonte, viveu por um tempo em Buenos Aires, o que reflete em sua literatura, trazendo uma intersecção entre as duas cidades e também entre as duas línguas.

**Figura 3.** Capa do livro *La chica zombie*, da autora Gabriela Albuquerque, editora Impressões de Minas



**Fonte:** <https://impressoesdeminas.com.br/produto/lachicazombie/>

A editora Impressões de Minas<sup>10</sup> se define como:

A Impressões de Minas promove a publicação de novos autores e de diversos gêneros textuais, para adultos e crianças. A editora possui dois selos: o Leme, desenvolvido em parceria com o ateliê de escrita criativa Estratégias Narrativas, direcionado à publicação de poesia e prosa; e o Jubarte, dedicado à publicação de livros infantojuvenis.

É interessante observar que a editora faz menção a “diversos gêneros textuais,” mostrando-se aberta a publicações que se desviem da norma padrão e desafiem os instrumentos linguísticos.

---

<sup>10</sup> Informações no *site*: <https://impressoesdeminas.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 19 ago. 2024.



Há pouco tempo foi lançado um livro infantil que já na capa enuncia: *Esta obra está escrita em portunhol. A língua de todos e a língua de cada um*, escrito pelas autoras Jorgelina Tallei e Renata Alves de Oliveira e ilustrado por Laura Zanon Irineu, conta a história de uma menina imigrante. Durante a narrativa, a obra vai apresentando como uma menina se sente excluída ao chegar em uma escola onde as demais crianças falam outra língua. Seus pensamentos são transmitidos em portunhol, exaltando sua maneira de se comunicar, que mistura português e espanhol, mas que, por ser diferente do padrão, foi fazendo com que ela preferisse permanecer em silêncio.

**Figura 3.** Capa do livro *A língua de todos e a língua de cada um*, Pipa Comunicação Editorial



**Fonte:** <https://www.pipacomunica.com.br/livrariadapipa/produto/a-lingua-de-todos/>

*A língua de todos e a língua de cada um* foi lançado em 2021 e foi a primeira obra infantil publicada pela Pipa Comunicação Editorial, editora independente que busca estimular a publicação do primeiro livro para dar voz e impulsionar as obras de novos autores. A publicação da obra só foi possível graças ao

aceite da editora em publicar um projeto que não segue a norma padrão, mas representa a realidade da personagem, que mistura dois idiomas: espanhol e português. As autoras também definem o portunhol no início da história:

O portunhol é uma língua de contato. Isto acontece quando duas línguas se unem: o português e o espanhol. As duas línguas em contato formam o portunhol. Os habitantes da fronteira (entre países) trocam e brincam com as palavras de uma língua e de outra (Tallej; Alves de Oliveira, 2021, p. 3).

O gesto, de certa forma fundacional, da editora ao colocar em circulação literatura em portunhol — e marcar esse movimento na capa de um livro para crianças — uma temática para muitos desconhecida, reflete a ousadia de publicações de editoras independentes que rompem com os paradigmas estabelecidos pelas normas e normatividades.

Além disso, em um mundo cada vez mais tecnológico, podemos encontrar outros tipos de barreiras a serem superadas como os sistemas automatizados de revisão e cadastro de obras que podem não lidar bem com uma obra escrita a partir da mistura de dois idiomas. Geralmente os sistemas são configurados dentro da norma padrão de uma língua ou de outra, o que não abre espaço para a flexibilidade que um texto escrito com expressões em dois idiomas demanda. Uma outra barreira está diretamente ligada ao processo de edição e ao fluxo de trabalho das editoras, que geralmente envolve profissionais diferentes, formados a partir do que determina a norma padrão. São formações pautadas por publicações que também seguiram os mesmos manuais de estilo e guias de revisão que discutimos anteriormente. Como dialogar com um editor, um *designer* ou um revisor indicando que é possível publicar a frase *Eu não podia falar a minha lengua?*<sup>11</sup> Provavelmente os próprios *softwares* de edição, configurados em português, irão marcar a palavra *lengua* como erro. Caso estejam configurados para o espanhol, marcarão todo o resto da frase como algo a ser ajustado. Podemos resumir alguns desafios e barreiras a serem enfrentados no seguinte quadro:

---

11 Início da obra infantil: *A língua de todos e a língua de cada um*, Pipa Comunicação, Recife, 2021.

**Quadro 2.** Desafios que podem ser enfrentados por uma obra até a sua publicação quando apresenta texto que desafia a norma padrão de uma língua

1	2	3	4
A discussão sobre preconceito linguístico pode ser insuficiente ou superficial, negligenciando a necessária reflexão sobre suas implicações.	Baixo interesse das grandes editoras em obras que podem ser vistas como “erradas”.	Sistemas e <i>softwares</i> de edição e revisão não lidam bem com uma obra escrita a partir da mistura de dois idiomas ou com neologismos.	Falta de entendimento sobre diversidade linguística no processo de edição e no fluxo de trabalho das editoras.

**Fonte:** Elaboração própria (2024)

Não obstante as publicações em portunhol não sigam o determinado por um instrumento linguístico e não sejam sujeitas a cumprir a norma padrão, existem algumas obras publicadas em portunhol por editoras independentes, como, por exemplo, editoras cartoneras<sup>12</sup>. A exemplo, quase toda a obra de Diegues foi publicada por editoras cartoneras e o próprio Diegues fundou uma editora cartonera, a *Yiyi Yambo*, na qual experimentou diversas formas de linguagem e edição, entre elas o portunhol.

Nesse cenário, é fundamental desenvolver condições de diálogo entre autores e editores para garantir que a diversidade exposta no texto que ilustra a mistura das línguas de uma região não seja interpretada como um possível erro.

## **| O portunhol desvio da norma?**

Ette (2019, p. 30) afirma que não podemos compreender as literaturas de forma isolada:

As literaturas de língua inglesa ou francesa não podem ser compreendidas como campos literários isolados entre si, tampouco as da língua portuguesa ou espanhola, uma vez que uma intertextualidade mundial forma o centro ativo, tanto da literatura universal em seu devir histórico quanto das atuais literaturas do mundo.

---

<sup>12</sup> As editoras cartoneras surgiram em Buenos Aires, em 2003, no meio de uma crise econômica e política. É uma alternativa que se opõe às tendências das grandes editoras e às políticas editoriais do mercado. As editoras cartoneras utilizam papelão reciclado para publicar e tem como objetivo estar à margem, desafiar as normas e subverter a ordem de autoria, escritura e edição.



A literatura escrita em português é intertextual e está situada em um contexto territorial, nas fronteiras. Nos alinhamos ao entender que é possível pensar o uso do português na literatura como recurso estilístico além da norma e de forma subversiva, inclusiva, ao desafiar os guias de estilo. A demanda por um entendimento mais abrangente sobre a diversidade e o preconceito linguístico pode se tornar desafiadora, especialmente quando observamos uma possível ausência de tal discussão no percurso formativo dos profissionais envolvidos no quadro de trabalho de uma editora. Esta lacuna educacional, que abrange desde a educação básica até o ensino superior, pode influenciar significativamente os processos de tomada de decisão e edição de obras literárias, como é o caso de um livro redigido em português.

Em torno da temática também se faz evidente um certo preconceito linguístico, conceituado pelo linguista Marcos Bagno, quando aborda a discriminação e desvalorização de certas variedades linguísticas em favor de outras, perpetuando uma visão hierárquica e excludente da linguagem. Bagno (2007, p. 44-45), ao abordar essa questão em sua obra *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*, pondera:

Na pronúncia normal do Sudeste, a consoante que escrevemos T é pronunciada [tʃ] (como em tcheco) toda vez que é seguida de um [i]. Esse fenômeno fonético se chama palatalização. Por causa dele, nós, sudestinos, pronunciamos [tʃitʃia] a palavra escrita TITIA. E todo mundo acha isso perfeitamente normal, ninguém tem vontade de rir quando um carioca, mineiro ou capixaba fala assim. Quando, porém, um falante do Sudeste ouve um falante da zona rural nordestina pronunciar a palavra escrita OITO como [oytʃu], ele acha isso “muito engraçado”, “ridículo” ou “errado”. Ora, do ponto de vista meramente linguístico, o fenômeno é o mesmo — palatalização —, só que o elemento provocador dessa palatalização, o [y], está antes do [t] e não depois dele. Então, se o fenômeno é o mesmo, por que na boca de um ele é “normal” e na boca de outro ele é “engraçado”, “feio” ou “errado”? Porque o que está em jogo aqui não é a língua, mas a pessoa que fala essa língua e a região geográfica onde essa pessoa vive. Se o Nordeste é “atrasado”, “pobre”, “subdesenvolvido” ou (na melhor das hipóteses) “pitoresco”, então, “naturalmente”, as pessoas que lá nasceram e a língua que elas falam também devem ser consideradas assim.

Essa discriminação não se limita apenas à diversidade de sotaques e dialetos, mas também abrange a diferença entre a língua oral e a língua escrita. Luiz Antônio Marcuschi, na entrevista intitulada *Fala e Escrita*, concedida ao Centro de

Estudos em Educação e Linguagem (CEEL/UFPE) como parte do projeto Rede de Formação Continuada de Professores desenvolvido em parceria com o Ministério da Educação, evidencia como a oralidade é muitas vezes marginalizada em relação à escrita, perpetuando estigmas e preconceitos linguísticos. O discurso oral, caracterizado pela fluidez, expressão individual e riqueza de gestos e entonação, frequentemente é desvalorizado em comparação com a formalidade e rigidez da linguagem escrita. Marcuschi (2005) destaca o contrassenso que existe nesse tipo de entendimento tendo em vista a prevalência da oralidade em nossa comunicação cotidiana, o que contrasta com a ênfase e até uma posição superior dada à escrita como um indicador de educação e *status* social. Para o linguista, essa percepção distorcida é refletida na sociedade, onde aqueles que não dominam a norma padrão da escrita são frequentemente tratados como se estivessem em um segundo plano.

A oralidade, como observa Marcuschi, é uma parte fundamental de nossa interação diária, refletindo nossa identidade e cultura de maneiras profundas e complexas. Negligenciar sua importância é ignorar a riqueza e diversidade da linguagem humana. O entendimento de que existe uma superioridade da norma gramatical e da linguagem escrita contribui para a exclusão de vozes importantes e a perpetuação de desigualdades que muitas vezes podem ir além do cenário linguístico. A visão de que há apenas uma forma de falar ou de escrever cria barreiras para aqueles que não se encaixam nesse padrão, limitando sua participação e contribuição para o desenvolvimento da língua.

Embora o portunhol não seja considerado uma língua, é uma forma legítima de expressão literária a partir da vivência ou de experiências, especialmente no cruzamento do cotidiano das fronteiras. Entendemos que o portunhol pode ser pensado a partir da compreensão dele como uma linguagem, em seu sentido amplo, resultante do contato entre o português e o espanhol, tanto na oralidade quanto na escrita. Ele reflete uma *performance* de identidade dos sujeitos que se expressam por meio da mistura dessas línguas e, portanto, não deve ser considerado como um desvio da norma.

## **| Breves considerações**

Pensar em termos glotopolíticos requer assumir um posicionamento em relação a conceitos e práticas da língua(gem). Assim, demonstramos ao longo deste artigo nossa posição em relação à publicação de livros em portunhol, entendendo o portunhol como linguagem resultante do contato entre o espanhol e o português e, portanto, representativo do repertório linguístico de falantes, especialmente nas zonas de fronteira, tanto na oralidade quanto na escrita. As

obras literárias escritas em portunhol vão além da norma, representando uma linguagem que, do ponto de vista performativo e estilístico, não se enquadra em guias de estilo ou normativas editoriais. Desta forma, as publicações em portunhol desafiam o mercado editorial uma vez que se posicionam à margem.

Talvez seja possível pensar em edições fronteiriças onde a mistura de línguas e o contato das diversas variantes sejam consideradas como um “*continuum da linguagem*”, produto do contato entre línguas e das diversas experiências do cotidiano fronteiriço. Para isso, as editoras precisam entender os contextos sociais onde a obra se insere. Várias editoras independentes cartoneras que publicam livros em portunhol há muito tempo, servem como exemplo. Editoras como as que mencionamos ao longo deste artigo também se arriscam com coragem ao desafiar as normas e guias de estilo. A editora Iluminuras, de São Paulo, na reedição da obra de *Mar Paraguai* no ano de 2022, destacou a relevância do portunhol na literatura.

Também, refletimos sobre as normativas editoriais e guias de estilo, e a possibilidade de um olhar que se desvie da norma ao tratar de literaturas territorializadas, ou seja, no próprio território da fronteira. Seria importante que as editoras considerassem o portunhol como uma literatura de fronteira e, portanto, pensar em edições de fronteira que desafiem as normatividades e os padrões exigidos pelos instrumentos linguísticos e proponham a possibilidade do desvio das normas como uma marca das fronteiras .

## | Referências

ALBUQUERQUE, R. **La chica Zombie**. Impressões de Minas, Belo Horizonte, 2021.

AUROUX, S. Instrumentos lingüísticos y políticas lingüísticas: la construcción del francés. **Revista Argentina de historiografía lingüística**, 1-2, p. 137-149, 2009.

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

BAGNO, M. Norma linguística, hibridismo e tradução. **Revista Traduzires**, n. 1, maio 2012.

BAGNO, M. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. 49. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

BAGNO, M. **A norma oculta**. São Paulo: Parábola, 2003.

BOURDIEU, P. A economia das trocas linguísticas. Tradução Paula Montero. L'économie des échanges linguistiques. **Langue Française**, 34, maio 1977.

BUENO, W. **Mar paraguaio**. 2. ed. São Paulo, Iluminuras, 2021.

DIEGUES, D. **Da gosto andar desnudo por estas selvas**. Curitiba: Travessa dos Editores, 2003.

DIEGUES, D. Nueva língua? **Portunhol Selvagem**. Blog: [https://portunholselvagem.blogspot.com/2009\\_08\\_01\\_archive.html](https://portunholselvagem.blogspot.com/2009_08_01_archive.html). Acesso em: 19 ago. 2024.

DIEGUES, D. **El portunhol y el portunhol selvagem**. Blog: [https://portunholselvagem.blogspot.com/2009\\_08\\_01\\_archive.html](https://portunholselvagem.blogspot.com/2009_08_01_archive.html). Acesso em: 19 ago. 2024.

DIEGUES, D. **Era uma vez en la fronteira selvagem**. São Paulo, Barbatana, 2019.

DIEGUES, D. *et al.* Karta-Manifesto-del-Amor-Amor-en-Portunhol-Selvagem. **O Globo**. Rio de Janeiro, 17 ago. 2008. Disponível em: <https://portunholselvagem.blogspot.com/2008/08/karta-manifesto-del-amor-amor-en.html>. Acesso em: 29 maio 2024.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Objetiva, 2009.

ETTE, O. As literaturas do mundo: condições transculturais e desafios poliglóticos de um conceito prospectivo. *In*: LISBOA DE MELLO, A. M.; ANDRADE, A. **Translingüismo e poéticas do contemporâneo**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2019.

FARACO, C. A. **Norma Culta Brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FARIAS, M. C. S. de; ROCHA, E. G. L. Ensinações rosianas: autoria, criatividade e subversão. *In*: BATISTA JÚNIOR, J. R. L.; NERY MONÇÃO, N. B. (org.). **Contribuições da juventude para a prática acadêmica**: relatos de pesquisa e ações extensionistas. Recife: Pipa Comunicação, 2024. p. 228-229.

GUIMARÃES SAVEDRA, M. M.; PEREIRA SILVA DE ALMEIDA, T. C.; LAGARES, X. C. (org.). **Glotopolítica e práticas de linguagem**. Niterói: EDUFF, 2021.

LAGARES, X. C.; BAGNO, M. (org.). Tradução Marcos Bagno. **Política da Norma e Conflitos Linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2011.

LAGARES, X. C. Portuñol: política e ideologias linguísticas. *In*: OLMO, F. C. del; LAGARES, X. C. (org.). **Portuñol: qué es? como se faz?** São Paulo: Parábola, 2024.

LUCCHESI, D. Língua, norma, nação e ideologia. *In*: GUIMARÃES SAVEDRA, M. M; DE ALMEIDA SILVA PEREIRA, T. C; LAGARES, X. C. (org.). **Glotopolítica e práticas de linguagem**. Niterói: EDUFF, 2021, pp. 183-198

PERLONGHER, N. El portuñol en la poesía. **Revista Tsé Tsé**, Buenos Aires, p. 7-8, otoño, 2000.

PERLONGHER, N. Prólogo. **Mar paraguaio**. São Paulo: Iluminuras, 2021.

SEVERO, F. **Noite nu norte**. Montevideo: Ediciones Rumbo, 2011

TALLEI, J.; ALVES DE OLIVEIRA, R. **A língua de todos e a língua de cada um**. Recife: Pipa Comunicação, 2022.

TEIXEIRA, R. **(Tríplices) Fronteiras Literárias**. Campo Grande, 2011. Disponível em: <http://www.overmundo.com.br/overblog/triplices-fronteirasliterarias>. Acesso em: 24 maio 2024.

#### **Como citar este trabalho:**

TALLEI, Jorgelina; VIDAL, Karla. Mercado editorial e a literatura escrita em portunhol. **Revista do GEL**, v. 21, n. 2, p. 280-301, 2024. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>.

Submetido em: 29/05/2024 | Aceito em: 20/08/2024.

# Um novo olhar sobre a *Carta de Caminha* por meio de duas propostas de edição

MÓDOLO, M.; MADEIRA, M. de F. N. **A Carta de Pero Vaz de Caminha**: edição modernizada e semidiplomática. Cotia: Ateliê Editorial, 2023.

**Marcus DORES<sup>1</sup>**

---

<sup>1</sup> Universidade de Évora, Évora, Portugal;  
| marcusdores@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-9742-0903>. FCT UI/BD/151220/2021.

**DOI:** <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v21i2.3731>

# A CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA

*Edição Modernizada e Semidiplomática*



*Introdução, Notas e Estabelecimento de Texto*

MARCELO MÓDULO

MARIA DE FÁTIMA NUNES MADEIRA



A *carta de Pero Vaz de Caminha* (ou apenas *Carta de Caminha*) é considerada por alguns historiadores como o primeiro documento exarado em terras que hoje oficialmente chamamos de Brasil<sup>2</sup>. Fato é que Pero Vaz de Caminha (1450-1500), fidalgo português, escrivão da armada de Pedro Álvares Cabral (1467-1520), foi o responsável por noticiar ao rei de Portugal, Dom Manuel I (1469-1521)

<sup>2</sup> Sobre isso ver: DORES, M. A história do Brasil contada por meio do seu próprio nome. **Rev. Inst. Estud. Bras.** (São Paulo), n. 89, e10691, 2024. DOI: <https://doi.org/10.11606/2316901X.n89.2024.e10691>.

– conhecido como “o Venturoso” –, aquilo que o próprio escrivão descreveu como “achamento dessa vossa terra nova”. Hoje já sabemos que a terra nova mencionada por Caminha não era nada nova, visto que não era a primeira vez que os portugueses pisavam em terras do outro lado do Atlântico e que elas já se encontravam habitadas e muito bem ocupadas por povos originários diversos<sup>3</sup>.

O “novo” talvez esteja no relato detalhado das impressões de um português diante de um lugar por ele desconhecido, de pessoas com culturas muito diferentes da europeia e com uma fauna e uma flora até então misteriosas e inexploradas. Assim, a função primária do texto de Caminha é a de dar testemunho ao seu soberano de mais uma atividade das grandes navegações que Portugal pioneiramente estava desenvolvendo naquela época. A visão eurocêntrica do “novo” é bastante interessante porque parte sempre da relação com coisas já conhecidas por eles. Os povos originários, por exemplo, julgados como exóticos foram comparados com Adão e Eva, que andavam nus, e a natureza comparada com o paraíso da narrativa bíblica do livro de Gênesis.

Em relação à função secundária da Carta de Caminha, ou seja, o valor histórico e de interesse científico adquirido pelo documento ao longo do tempo, é indiscutível o seu caráter singular. Prova disso é que, em 2005, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) conferiu a esse documento a chancela de *Memória do Mundo*. Há que se destacar que essa foi a primeira fonte documental portuguesa a receber esse título da Unesco. Como já abordamos anteriormente em outro trabalho, o Programa Memória do Mundo foi criado em 1992 e teve

[...] origem em um triste episódio, quando, em 1992, a Biblioteca Nacional de Sarajevo (em Bósnia e Herzegovina) foi destruída por um ataque sérvio. Frederico Mayor Zaragoza, então diretor-geral da UNESCO, atento à necessidade de conservação e preservação dos bens de patrimônio arquivístico e bibliográfico, cria, então, um programa para oferecer uma proteção adequada a esse patrimônio. Isso, porque, segundo ele, “ainda que a documentação arquivística e bibliográfica constitua a maior parte da memória dos povos, ela tem uma fragilidade extrema” (Dores, 2020, p. 235).

Atentos a todas essas questões, Marcelo Módolo, professor do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da USP, e Maria de Fátima Nunes Madeira, mestra em Filologia e Língua Portuguesa pela mesma instituição, oferecem em sua

---

3 Sobre isso ver: CUNHA, M. C. (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.



mais recente publicação, *A Carta de Pero Vaz de Caminha: edição modernizada e semidiplomática*, uma abordagem inovadora sobre esse documento histórico. Esse livro não apenas apresenta uma edição semidiplomática da Carta de Caminha, tratada com rigor filológico exemplar – isto é, seguindo normas filológicas meticulosamente definidas e consistentes<sup>4</sup> –, mas também inclui uma versão modernizada, enriquecida com comentários elucidativos em notas de rodapé. A introdução, por sua vez, é envolvente e prepara o leitor para uma imersão crítica e contextualizada na obra, promovendo, assim, um diálogo entre os métodos tradicionais de filologia e as demandas contemporâneas de interpretação textual. O trabalho reflete, portanto, uma perspectiva interdisciplinar que ecoa as abordagens propostas por Castro (1995), quando sugere que o estudo filológico não deve se limitar a descrições estruturais, mas deve abraçar um espectro mais amplo de conhecimentos, incorporando várias ciências, como a linguística e a história, para explorar profundamente os textos.

Segundo os autores, “[...] o leitor é levado, pelas palavras do escrivão, a contemplar uma natureza abundante, num cenário inédito, que combinava um lugar e um momento únicos” (Módolo; Madeira, 2023, p. 9). No entanto, a maioria das pessoas, que não são especialistas em leitura de textos manuscritos, não conseguiria ter acesso às informações da Carta de Caminha se não fosse por meio de edições. Assim, as duas modalidades de edições apresentadas no livro favorecem dois tipos distintos de leitores: “a edição semidiplomática” (Spina, 1977, p. 79) – conservadora e com um grau médio de interpretação por parte dos editores – é destinada a pesquisadores de diferentes áreas que tenham prática de leitura e de edições de textos antigos dessa modalidade, como, os filólogos, os linguistas, os historiadores etc.; já a edição modernizada ou, segundo Cambraia (2005, p. 97), “interpretativa” tem um público mais amplo – como professores do ensino básico em atividades com os seus alunos ou as pessoas que apenas se interessam pela história do Brasil – e tem a função de popularizar o texto antigo entre pessoas leigas ou que tenham interesse apenas pelo conteúdo expositivo da carta.

Uma aplicação prática para as edições apresentadas no livro, cada uma em atividades específicas, poderá ser em aulas do ensino básico por professores das disciplinas das áreas das Ciências Humanas e de Linguagens. Sobre isso, conforme discutiram Schmidt e Cainelli (2009, p. 116), o uso de documentos históricos em sala de aula é “[...] indispensável como fundamento do método de ensino, principalmente porque permite o diálogo do aluno com realidades

---

4 As normas adotadas pelos autores para a realização da edição semidiplomática foram baseadas em Toledo Neto, S. de A. Um caminho de retorno como base: proposta de normas de transcrição para textos manuscritos do passado. **Travessias Interativas**, v. 10, n. 20, 2020.

passadas e desenvolve o sentido da análise histórica”. Permitir que os alunos tenham contato com textos escritos em português de diferentes épocas é uma tarefa que fará com que eles, em algum nível, percebam que a língua contemporânea é o resultado de um longo processo histórico, que é mascarado pela homogeneidade da sincronia presente. Um aspecto didático do livro *A Carta de Pero Vaz de Caminha: edição modernizada e semidiplomática* é incentivado pelos autores que destacam: “[...] para melhor visualizar a cena que Caminha descreve, o leitor também é levado a buscar, na internet, as imagens das plantas e aves citadas” (Módolo; Madeira, 2023, p. 9).

Na introdução do livro, os autores, por meio de argumentos da história social e apresentando reflexões sobre o conteúdo da carta, convidam o leitor a fazer a leitura daquela carta/diário que foi “[...] o último testemunho de Pero Vaz [que morreu em 1500], suas últimas palavras registradas” (Módolo; Madeira, 2023, p. 15). Como apontam os autores, é verdade que, por mais bem feitas que sejam as leituras e edições da Carta de Caminha, muitas lacunas ficarão sem preenchimento. Isso acontece por vários motivos. Os principais deles são: i) o sigilo em torno da carta nos primeiros séculos após a escrita dela; ii) a distância temporal entre a escrita da carta e o tempo presente (momento da leitura e da interpretação); iii) o estágio de língua utilizado na escrita da carta (português do século XV); iv) o fato de um texto escrito testemunhar alguns fatos, mas não toda a realidade vivida.

Módolo e Madeira foram felizes ao decidirem disponibilizar a versão deles, por meio da apresentação de duas edições, da detalhada narrativa que fez, de maneira bastante erudita, Pero Vaz de Caminha, em 1500, por ocasião do sucesso da expedição de Pedro Álvares Cabral. Como já dissemos, os leitores possíveis para o livro em causa são vários. Fato é que, quem se aventurar, guiado por Módolo e Madeira, fará um proveitoso retorno ao passado e (re)descobrirá fatos importantes sobre a nossa história com uma qualidade de descrição das pessoas e do território e com um testemunho do contato cultural com povos até então desconhecidos na Europa. É como o “retorno à filologia” que De Man (1986, p. 40) descreve, ao mostrar a capacidade dessa disciplina de estabelecer uma ponte entre o passado e o presente. Por meio da revelação da subjetividade textual, a filologia permite uma forma de presença imanente, sugerindo que o resgate filológico seja uma ferramenta natural para explorar e compreender as profundezas históricas e culturais de maneira renovada.

Embora a Carta de Caminha já tenha sido bastante estudada por pesquisadores de diferentes áreas (Pereira, 1999; Souza, 2002; Pacheco, 2004; Oliveira, 2012;

Teixeira, 2019) e que já haja algumas edições desse manuscrito, o rigor filológico<sup>5</sup> de Módolo e Madeira, ao consultar os *fac-símiles* e algumas dessas edições já existentes, torna o trabalho deles único e mais confiável. Há que se pontuar que o labor do filólogo com textos manuscritos do passado não é tarefa fácil. É preciso, em alguns casos, “de fazer o melhor uso de maus dados” (Labov, 1982, p. 20). Assim, que a obra *A Carta de Pero Vaz de Caminha: edição modernizada e semidiplomática* seja bastante consultada e comentada pelos especialistas e pelo público em geral.

## Referências

CAMBRAIA, C. N. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CASTRO, I. O Retorno à Filologia. In: PEREIRA, C. da C.; PEREIRA, P. R. D. (org.). **Miscelânea de Estudos Linguísticos, Filológicos e Literários in Memoriam Celso Cunha**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. p. 511-520.

CORTESÃO, J. **A carta de Pero Vaz de Caminha**. Rio de Janeiro: Ed. Livros de Portugal, 1943.

DE MAN, P. **The Resistance to Theory**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1986.

DORES, M. V. P. Livro de Inventários da Catedral de Mariana (1749-1904): patrimônio arquivístico e bibliográfico como Memória do Mundo. In: SANTOS, M. M. D.; MATEUS, A. A. (org.). **Minas Gerais 300 anos**. Belo Horizonte: Idea, 2020. p. 227-240.

LABOV, W. Building on empirical foundations. In: LEHMANN W.; MALKIEL, Y. (org.). **Perspectives on historical linguistics**. Amsterdam: John Benjamins, 1982. p. 17-92.

---

5 Esse rigor está relacionado aos seguintes aspectos: i) estabelecimento de normas e cumprimento dessas normas ao longo das edições; ii) presença de notas de rodapé informativas e explicativas; iii) interpretações que são justificadas pelas normas adotadas e a época de produção do texto. Sobre esse último aspecto, por exemplo, Jaime Cortesão, em sua edição da Carta de Caminha, de 1943, opta por transcrever, no início da carta, a palavra “capitães” (forma moderna) como “capitaães”. Módolo e Madeira transcreveram essa mesma palavra, na edição semidiplomática deles, como “capitaaens”. Ao verificar o fac-símile do primeiro fólio da carta, disponibilizado na página 78 do livro, é possível perceber que Módolo e Madeira realizam uma leitura mais precisa que Cortesão.

OLIVEIRA, A. S. Análise de itens lexicais no vocabulário da Carta de Pero Vaz de Caminha. *In*: AMARANTE, J.; OLIVEIRA, K.; MATTOS E SILVA, R. V. (org.).

**Várias Navegações:** português arcaico, português brasileiro, cultura escrita no Brasil, outros estudos. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 429-445.

PACHECO, I. M. de J. **O imaginário da Carta de Caminha e sua apropriação pelo turismo.** 2004. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo) – Universidade Estadual de Santa Cruz; Universidade Federal da Bahia, Ilhéus, 2004.

PEREIRA, P. R. **Os três únicos testemunhos do descobrimento do Brasil.** 2. ed. revisada. Rio de Janeiro: Ed. Nova Aguilar S.A, 1999.

RICOEUR, P. **Tempo e Narrativa.** Campinas: Papyrus, 1994.

SCHMIDT, M. A.; CAINELLI, M. **Ensinar história.** 2. ed. São Paulo: Scipione, 2009.

SOUZA, N. **Estudo de alguns aspectos da ortografia da Carta de Pero Vaz de Caminha.** 2002. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

SPINA, S. **Introdução à Edótica.** São Paulo: Cultrix, 1977.

TEIXEIRA, V. L. **Carta de Caminha:** contato linguístico no Brasil quinhentista à luz da historiografia linguística. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

### **Como citar esta resenha:**

DORES, Marcus. Um novo olhar sobre a Carta de Caminha por meio de duas propostas de edição. Resenha de MÓDOLO, M.; MADEIRA, M. de F. N. **A Carta de Pero Vaz de Caminha:** edição modernizada e semidiplomática. Cotia: Ateliê Editorial, 2023. **Revista do GEL**, v. 21, n. 2, p. 302-308, 2024. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>.

Submetido em: 15/05/2024 | Aceito em: 12/06/2024.